



UNIVERSIDADE
NOVA
DE LISBOA



GUARDA NACIONAL REPUBLICANA



MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA

Dissertação de Mestrado

A Segurança como vetor decisivo na escolha do destino turístico

O caso do Algarve

Autor: Bruno Miguel da Silva Carvalho (Capitão Cav^a GNR)

Orientador: Prof. Doutor José Fontes

Lisboa, 14 de junho de 2019



UNIVERSIDADE
NOVA
DE LISBOA



GUARDA NACIONAL REPUBLICANA



MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA

Dissertação de Mestrado

A Segurança como vetor decisivo na escolha do destino turístico

O caso do Algarve

Autor: Bruno Miguel da Silva Carvalho (Capitão Cav^a GNR)

Orientador: Prof. Doutor José Fontes

Lisboa, 14 de junho de 2019

Epígrafe

“Without tourism security even the best marketing will fail.”

in Tarlow (2009, p. 1, cit. por Brás, 2012, p. 217)

Declaração Anti plágio

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as minhas citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

Lisboa, 14 de junho de 2019

Bruno Carvalho

Dedicatória

Dedico este trabalho de investigação a todos aqueles que diariamente trabalham abnegadamente nos mais variados setores de atividade, do público ao privado, individuais e coletivos, regionalmente ou a nível nacional, para que o nosso país, seja recorrentemente considerado um dos mais seguros e pacíficos do mundo, possibilitando assim, um ambiente cada vez mais favorável e propício ao desenvolvimento sustentado do tecido económico social nacional, garantindo assim, elevados índices de paz social e sentimento de segurança junto da nossa população, do nosso território e de todos aqueles que nos escolhem como destino, seja qual for a sua motivação.

Agradecimentos

A realização deste estudo académico simboliza a assunção de mais um desafio no percurso académico do autor, e a tentativa de procurar analisar e refletir um pouco mais com alguma extensão e profundidade, sobre os temas em estudo, que se julgam cada vez mais atuais e pertinentes, se olharmos ao que vem acontecendo na cena internacional.

Agradecer em primeiro lugar ao meu orientador, Professor Doutor José Fontes, pela singular orientação ao longo de toda a investigação, sabendo sempre a todo o momento que melhores conselhos dar, para que os objetivos fossem sempre oportuna e eficientemente atingidos, não obstante a distância motivada pelas atividades profissionais de ambos, e sem nunca alienar o rigor e a exigência que lhe é conhecida. Professor, começou como meu orientador, mas acaba esta fase e continuará para sempre como um bom amigo. O meu reconhecido, indelével e sincero obrigado.

Fruto das funções desenvolvidas nos últimos oito anos e experiências acumuladas na área da segurança pública, numa das regiões mais turística do nosso país, o Algarve, é, pois, com naturalidade que surge esta necessidade de tentar contribuir com algo mais de pertinente, útil e relevante, mas que certamente não teria sido possível, pelo menos em termos de diversidade, credibilidade e qualidade do produto final desenvolvido, não fosse a colaboração de várias entidades, dirigentes, especialistas e personalidades de reconhecida competência, conhecimento e experiência, públicas e privadas, quer a nível regional quer a nível nacional, a quem desde já penhoradamente agradeço.

Por último não posso deixar de agradecer à minha família, que de perto acompanhou este desafio, e desde logo o apoiou, apesar de privada por inúmeras vezes da minha presença, para que pudesse entregar a carta a Garcia.

Menções diversas

Nos termos das regras de estilo em vigor na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, e em conformidade com o n.º 4, do art.º 7.º do Regulamento do 2º Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Direito e Segurança, declara-se que o corpo da dissertação, incluindo espaços e notas, ocupa um total de 346.895 caracteres.

Resumo

É amplamente reconhecido e aceite em termos nacionais, e internacionais que o desenvolvimento do turismo enquanto atividade económica estratégica, é indissociável do vetor segurança, na sua dimensão objetiva ou subjetiva, e sem ela não há turismo. “A Segurança é uma questão de Estado, mas, mais do que isso, é um bem público. Sem segurança não há desenvolvimento económico...”¹, e portanto sem segurança não há turismo.

Assim, o objeto de estudo e objetivo geral do presente ensaio, prende-se com saber, se o vetor segurança atualmente, é decisivo na escolha do destino turístico Algarve, procurando determinar a sua importância relativa de entre os restantes vetores, fazendo uma análise do ponto de vista da segurança e de quem vai viajar em turismo, dos fatores que pesam na hora de escolher o destino, bem como, identificar, enquadrar e caracterizar alguns desses mesmos aspetos, procurando dar uma panorâmica sobre as causas internas e externas ao nosso país que concorrem para esta realidade.

Concorrendo para o mesmo objetivo geral, abordou-se a relação entre *hot spots* turísticos e as tipologias criminais mais frequentes, bem como, o fenómeno do terrorismo transnacional característico deste tipo de áreas, e ainda as principais ameaças e desafios atuais e futuros numa perspetiva abrangente em relação às atividades do turismo e da segurança.

Em termos metodológicos, iniciou-se na fase exploratória uma abrangente pesquisa bibliográfica e documental, com o intuito de clarificar o estado da arte, e assim construirmos a problemática e o modelo de análise, tendo adotado o método hipotético-dedutivo², bem como, aplicado um conjunto de entrevistas semiestruturadas a testemunhas privilegiadas e especialistas, por forma a que a Questão Central da Investigação seja respondida, bem como, todas as questões derivadas a que correspondem os objetivos específicos. Deste modo, será possível corroborar ou refutar as deduções hipotéticas formuladas.

¹ Cfr. (Teixeira, 2002, p. 10)

² Cfr. (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 139)

As questões relacionadas com a segurança assumiram-se, definitivamente, como fator fundamental de decisão, no momento da escolha do destino de férias à escala mundial, sendo, por isso mesmo, um dos pilares fundamentais para a maior ou menor, competitividade económica e turística em particular, de qualquer região ou país do mundo contemporâneo.

A segurança, é assim, um ativo nuclear e estruturante para melhorar os níveis de confiança no nosso país, e de quem nos escolhe para visitar, particularmente o Algarve, assumindo-se por força de razão, como um fator crítico de sucesso para o seu desenvolvimento económico e social, gerador de riqueza e emprego, designadamente do nosso maior setor exportador: o turismo³.

Os desafios que no futuro se colocam, são muitos e diversificados, e para o progresso destes setores, impõe-se o desenvolvimento permanente de sinergias e de plataformas comuns colaborativas e de coordenação, entre públicos e privados, existindo clara margem para melhorar no âmbito da relação turismo/segurança na região Algarvia, nomeadamente no âmbito da partilha de responsabilidades entre as diversas organizações, entidades públicas e privadas, favorecendo uma efetiva cultura prospectiva e preditiva de segurança.

O caminho que todos apontam, é no sentido de que o esforço deve ser permanente numa resposta integrada e estrutural, multidisciplinar, assente na cooperação entre todas as Entidades envolvidas nacionais e internacionais com quem nos relacionamos, permitindo a recolha, troca e partilha eficiente e atempada de informação e, criando-se condições para melhor se poder, detetar, identificar, prevenir, proteger, perseguir, responder e intervir, fazendo cessar qualquer atividade de natureza desviante, pugnando pela interdependência, complementaridade e colaboração entre todos os atores.

Palavras-chave:

Turismo, Algarve, Segurança, Cooperação, Sinergias

³ Cfr. (Viegas, et al., 2017).

Abstract

It is widely recognized and accepted in national and international terms that the development of tourism as a strategic economic activity is inseparable from the security vector, in its objective or subjective dimension, and without it there is no tourism. "Security is a state issue, but more than that, it is a public good. Without security there is no economic development ... ", and therefore without security there is no tourism.

Thus, the object of study and general objective of this essay is to determine if the current vector is decisive in the choice of the Algarve tourist destination, trying to determine its relative importance among the remaining vectors, making an analysis of the point of view of the safety and who will travel in tourism, the factors that weigh when choosing the destination, as well as, identify, frame and characterize some of these same aspects, seeking to give an overview of the internal and external causes to our country that compete for this reality.

Contributing to the same general objective was the relationship between tourist hot spots and the most frequent criminal typologies, as well as the phenomenon of transnational terrorism characterizing this type of area, as well as the main current and future threats and challenges from a comprehensive perspective in relation to tourism and safety activities.

In methodological terms, a comprehensive bibliographical and documentary research was started in the exploratory phase, aiming to clarify the state of the art, and thus to construct the problematic and the analysis model, adopting the hypothetical-deductive method as well as applied a set of semi-structured interviews with privileged witnesses and experts, so that the Central Research Question is answered, as well as all the derived questions that correspond to the specific objectives. In this way, it will be possible to corroborate or refute the hypothetical deductions formulated.

Security issues have definitely become a decisive factor in deciding when to choose a holiday destination on a global scale. It is therefore one of the fundamental

pillars for greater or lesser economic and tourist competitiveness in particular, from any region or country in the contemporary world.

Security is thus a nuclear and structuring asset to improve trust levels in our country, and who chooses us to visit, particularly the Algarve, assuming itself by force of reason, as a critical success factor for its economic and social development, which generates wealth and employment, namely our largest export sector: tourism.

There are many and varied challenges ahead, and for the progress of these sectors, synergies and common collaborative and coordination platforms, between public and private, need to be continuously developed, and there is a clear tourism / security relationship in the Algarve region, particularly in the context of the sharing of responsibilities between the various organizations, public and private entities, favoring an effective foresight and predictive security culture.

The road that everyone points out is that the effort must be permanent in an integrated and structural multidisciplinary response, based on cooperation between all the national and international Entities involved, allowing the collection, exchange and efficient and timely sharing of information and creating conditions to be better able to detect, identify, anticipate, protect, pursue, respond and intervene, ceasing any activity of a deviant nature, striving for interdependence, complementarity and co-operation among all the actors.

Key words:

Tourism, Algarve, Security, Cooperation, Synergies

Índice Geral

Epígrafe.....	iii
Declaração Anti plágio	v
Dedicatória.....	vii
Agradecimentos.....	ix
Menções diversas.....	xi
Resumo.....	xiii
Abstract.....	xv
Índice Geral	xvii
Índice de figuras	xx
Índice de tabelas	xxi
Lista de Apêndices.....	xxiii
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	xxiv
INTRODUÇÃO.....	2
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	10
1.1. Segurança e Turismo: uma breve abordagem conceptual.....	10
1.1.1. Segurança.....	10
1.1.2. Turismo.....	19
1.1.3. Fatores que influenciam a escolha do destino turístico	29
1.1.4. Influência do vetor Segurança na escolha do destino turístico.....	32
1.1.5. Síntese conclusiva	35
1.2. O Fenómeno Criminal em Zonas Turísticas	37
1.2.1. Crime e o fenómeno criminal	37
1.2.2. Tipologias criminais mais frequentes em destinos turísticos	41
1.2.3. Considerações sobre a influência do vetor crime na escolha do destino turístico.....	49
1.2.4. Síntese conclusiva	51
1.3. Terrorismo transnacional em zonas turísticas	54
1.3.1. Terrorismo: uma abordagem conceptual	55
1.3.2. Terrorismo vs. Crime organizado transnacional.....	65
1.3.3. Alteração de paradigma depois do 11 de Setembro	67

1.3.4. Fatores decisivos na materialização de atentados turísticos em destinos turísticos	72
1.3.5. Considerações sobre a influência do vetor terrorismo na escolha do destino turístico.....	99
1.3.6. Síntese conclusiva	101
1.4. Segurança no Turismo: Ameaças e Desafios	104
1.4.1. Segurança e Globalização.....	105
1.4.2. Ameaças e Riscos	116
1.4.3. Considerações sobre a realidade nacional	120
1.4.4. Síntese conclusiva	125
2. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	128
2.1. Natureza da Investigação	128
2.2. Método de abordagem da Investigação	128
2.3. Objetivos da Investigação	130
2.4. Hipóteses de Investigação	132
2.5. Procedimentos de recolha de dados	132
2.6. Amostragem: composição e justificação.....	133
2.7. Técnicas de tratamento e análise de dados.....	135
3. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	138
3.1. Análise das Entrevistas.....	139
3.1.1. Análise qualitativa descritiva dos dados/resultados dos inquéritos por entrevista nacionais: Entrevistas do Tipo A.....	139
3.1.2. Análise qualitativa descritiva dos dados/resultados dos inquéritos por entrevista regionais: Entrevistas Tipo B	154
3.2. Discussão dos resultados	173
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	178
REFLEXÕES FINAIS	188
BIBLIOGRAFIA	192
APÊNDICES	1
Apêndice A — Caracterização da Amostra.....	2
Apêndice B — Carta de Apresentação	3
Apêndice C — Guião da entrevista do tipo A.....	5
Apêndice D — Transcrição da entrevista n.º A1	7
Apêndice E — Relação das QI com o guião de entrevista do tipo A.....	19
Apêndice F — Guião de entrevista do Tipo B	21
Apêndice G — Transcrições das entrevistas do Tipo B.....	23

G.1 Transcrição da entrevista n.º B1	23
G.2 Transcrição da entrevista n.º B2	29
G.3 Transcrição da entrevista n.º B3	34
G.4 Transcrição da entrevista n.º B4	38
G.5 Transcrição da entrevista n.º B5	43
G.6 Transcrição da entrevista n.º B6	49
G.7 Transcrição da entrevista n.º B7	53
Apêndice H — Relação das QI com o guião de entrevista do tipo B	59
Apêndice I — Fluxograma do desenvolvimento da investigação	61

Índice de figuras

Capítulo I — Enquadramento Teórico

Figura 1 - Compilação de ataques terroristas com recurso a viaturas	72
Figura 2 - Mapa divulgado pelo ISIS em 2015 onde definia os territórios que reivindica como parte do seu califado islâmico mundial	76
Figura 3 — Segunda versão do mapa do projeto de Estado Islâmico publicado por elementos do Daesh.	77
Figura 4 - Principais Desafios enfrentados pela UE, segundo entrevistas a cidadãos europeus dos vários Estados Membros realizadas entre 8 e 19 de novembro de 2018.....	118

Apêndices

Figura 5 - Fluxograma do desenvolvimento da investigação	61
--	----

Índice de tabelas

Capítulo III — Apresentação, análise e discussão dos resultados

Tabela 1 — Análise das respostas à questão n.º 1 da Entrevista tipo A.....	139
Tabela 2 — Análise das respostas à questão n.º 1.1 da Entrevista tipo A.....	140
Tabela 3 — Análise das respostas à questão n.º 2 da Entrevista tipo A.....	141
Tabela 4 — Análise das respostas à questão n.º 3 da Entrevista tipo A.....	142
Tabela 5 — Análise das respostas à questão n.º 4 da Entrevista tipo A.....	143
Tabela 6 — Análise das respostas à questão n.º 4.1 da Entrevista tipo A.....	144
Tabela 7 — Análise das respostas à questão n.º 5 da Entrevista tipo A.....	145
Tabela 8 — Análise das respostas à questão n.º 6 da Entrevista tipo A.....	146
Tabela 9 — Análise das respostas à questão n.º 7 da Entrevista tipo A.....	146
Tabela 10 — Análise das respostas à questão n.º 8 da Entrevista tipo A.....	147
Tabela 11 — Análise das respostas à questão n.º 9 da Entrevista tipo A.....	148
Tabela 12 — Análise das respostas à questão n.º 10 da Entrevista tipo A.....	149
Tabela 13 — Análise das respostas à questão n.º 10.1 da Entrevista tipo A.....	149
Tabela 14 — Análise das respostas à questão n.º 11 da Entrevista tipo A.....	150
Tabela 15 — Análise das respostas à questão n.º 12 da Entrevista tipo A.....	151
Tabela 16 — Análise das respostas à questão n.º 13 da Entrevista tipo A.....	152
Tabela 17 — Análise das respostas à questão n.º 14 da Entrevista tipo A.....	153
Tabela 18 — Análise das respostas à questão n.º 1 da Entrevista tipo B.....	154
Tabela 19 — Análise das respostas à questão n.º 1.1 da Entrevista tipo B.....	155
Tabela 20 — Análise das respostas à questão n.º 2 da Entrevista tipo B.....	156
Tabela 21 — Análise das respostas à questão n.º 3 da Entrevista tipo B.....	157
Tabela 22 — Análise das respostas à questão n.º 4 da Entrevista tipo B.....	158
Tabela 23 — Análise das respostas à questão n.º 4.1 da Entrevista tipo B.....	159
Tabela 24 — Análise das respostas à questão n.º 5 da Entrevista tipo B.....	160
Tabela 25 — Análise das respostas à questão n.º 6 da Entrevista tipo B.....	161
Tabela 26 — Análise das respostas à questão n.º 7 da Entrevista tipo B.....	162
Tabela 27 — Análise das respostas à questão n.º 8 da Entrevista tipo B.....	163
Tabela 28 — Análise das respostas à questão n.º 9 da Entrevista tipo B.....	164
Tabela 29 — Análise das respostas à questão n.º 10 da Entrevista tipo B.....	165

Tabela 30 — Análise das respostas à questão n.º 10.1 da Entrevista tipo B	166
Tabela 31 — Análise das respostas à questão n.º 11 da Entrevista tipo B	167
Tabela 32 — Análise das respostas à questão n.º 12 da Entrevista tipo B	168
Tabela 33 — Análise das respostas à questão n.º 13 da Entrevista tipo B	169
Tabela 34 — Análise das respostas à questão n.º 14 da Entrevista tipo B	170
Tabela 35 — Análise das respostas à questão n.º 15 da Entrevista tipo B	172

Apêndices

Tabela 36 — Caracterização da Amostra	2
Tabela 37- Quadro resumo das QI e do guião de entrevista do tipo A	19
Tabela 38 — Quadro resumo das QI e do guião de entrevista do tipo B	59

Lista de Apêndices

Apêndice A — Caracterização da Amostra.....	2
Apêndice B — Carta de Apresentação	3
Apêndice C — Guião da entrevista do tipo A	5
Apêndice D — Transcrição da entrevista n.º A1	7
Apêndice E — Relação das QI com o guião de entrevista do tipo A.....	19
Apêndice F — Guião de entrevista do Tipo B	21
Apêndice G — Transcrições das entrevistas do Tipo B.....	23
Apêndice H — Relação das QI com o guião de entrevista do tipo B.....	59
Apêndice I — Fluxograma do desenvolvimento da investigação	61

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AHETA — Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve

Art.º — Artigo

CE — Comunidade Europeia

CLS — Contratos Locais de Segurança

CRP — Constituição da República Portuguesa

CTTE — Consumo do Turismo no Território Económico

CST — Conta Satélite do Turismo

DNI — *Director of National Intelligence of United States of America*

ENCT — Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo

FCT — Fundação para a Ciência e Tecnologia

FSS — Forças e Serviços de Segurança

GNR — Guarda Nacional Republicana

GPI — *Global Peace Index*

GRESI — Grupo de Reflexão Estratégica sobre a Segurança Interna

GTI — *Global Terrorist Index*

HI — Hipóteses de Investigação

IEP — *Institute for Economics and Peace*

IGAI — Inspeção-Geral da Administração Interna

INE — Instituto Nacional de Estatística

ISIL — *Islamic State of Iraq and Levant*

ISIS — *Islamic State of Iraq and Syria*

MAI — Ministério da Administração Interna

OE — Objetivos Específicos

OG — Objetivo Geral

OI — Objetivos de Investigação

OMT/WTO — Organização Mundial do Turismo/ *World Tourism Organization*

ONU/UN — Organização das Nações Unidas/ *United Nations*

PCCCOFSS — Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e dos Serviços de Segurança

PENT — Plano Estratégico Nacional do Turismo: Horizonte 2013-2015

PIB — Produto Interno Bruto

PJ — Polícia Judiciária

PSP — Polícia de Segurança Pública

QC — Questão Central

QD — Questões Derivadas

QI — Questões de Investigação

QREN — Quadro de Referência Estratégico Nacional

SG SSI — Secretário-Geral de Segurança Interna

SIED — Serviço de Informações Estratégicas de Defesa

SIRP — Sistema de Informações da República Portuguesa

SIS — Serviço de Informações de Segurança

SSI — Sistema de Segurança Interna

TdP — Turismo de Portugal I.P.

VAB — Valor Acrescentado Bruto

VABGT — Valor Acrescentado Bruto gerado pelo Turismo

WEF — *World Economic Forum*

UE — União Europeia

INTRODUÇÃO

“A sabedoria com as coisas da vida não consiste, ao que me parece, em saber o que é preciso fazer, mas em saber o que é preciso fazer antes e o que fazer depois.”

Leon Tolstói⁴

⁴ In https://www.pensador.com/leon_tolstoi/ (consultado em 15/04/2019).

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado “*A Segurança como vetor decisivo na escolha do destino turístico*”, é elaborado no âmbito do Mestrado em Direito e Segurança da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, visando em contexto académico, efetuar uma abordagem ao tema “*A Segurança como vetor decisivo na escolha do destino turístico: O caso do Algarve*”.

O objeto de estudo e objetivo geral (OG) do presente ensaio, prende-se com saber, se o vetor segurança atualmente, é decisivo na escolha do destino turístico Algarve, fazendo uma análise do ponto de vista da segurança e de quem vai viajar em turismo, dos fatores que mais pesam na hora de escolher o destino, bem como, identificar, enquadrar e caracterizar alguns desses mesmos aspetos, que mais influenciam essa escolha, e assim, procurar concluir, se o vetor segurança se assume como decisivo nesta escolha, e se assim for, em que medida relativamente aos restantes, procurando dar uma panorâmica sobre as causas internas e externas ao nosso país que concorrem para esta realidade.

Concorrendo para o mesmo objetivo geral, abordou-se a relação entre *hot spots* turísticos e as tipologias criminais mais frequentes, bem como, o fenómeno do terrorismo transnacional característico deste tipo de áreas, e ainda as principais ameaças e desafios atuais e futuros numa perspetiva abrangente em relação às atividades do turismo e da segurança.

Com base na identificação do problema principal da investigação, durante a fase exploratória da investigação, formulam-se as Questões de Investigação (QI), nomeadamente a pergunta de partida, problema da investigação ou Questão Central (QC) e as Questões Derivadas (QD) (Sarmiento, 2013).

Dito isto, com o intuito de formular uma pergunta simples mas clara, acompanhada de uma sólida reflexão teórica (Quivy & Campenhoudt, 1998), elabora-se a seguinte **QC**: “*Qual a importância do vetor Segurança na escolha do destino turístico Algarve?*”

Segundo Fortin (1996), “uma questão de investigação é um enunciado interrogativo claro e não equívoco que precisa os conceitos-chave, específica a população alvo e sugere uma investigação empírica” (p. 51), pelo que foram definidas as seguintes QD, que concorrem para a resposta à QC:

QD₁: *“Quais os vetores/fatores mais relevantes na escolha do destino turístico Algarve?”*.

QD₂: *“O Turista que nos visita perceciona a Região do Algarve como sendo um destino seguro?”*.

QD₃: *“As estruturas e Entidades público/privadas associadas ao setor Turístico no Algarve entendem a Segurança como um vetor decisivo na manutenção e consolidação do destino turístico?”*.

QD₄: *“Têm as ocorrências criminais, a instabilidade político/social e o fenómeno terrorista uma relação direta de causa/efeito na nas movimentações do Turista e por conseguinte na variação do fluxo turístico?”*.

Procura-se assim saber, se o fator segurança é um vetor decisivo na escolha do destino Algarve e em que medida quando analisado entre os restantes.

A elaboração de Hipóteses de Investigação (HI) auxilia a conduzir de forma ordeira e rigorosa uma investigação (Quivy & Campenhoudt, 1998), sendo estas não mais que proposições conjecturais ou suposições que constituem respostas temporárias e provisórias às QI (Sarmiento, 2013).

Neste sentido, foram elaboradas as seguintes HI:

HI₁: Os vetores atualmente mais importantes na escolha do destino turístico Algarve são a política de preços (“good value for money”), características do destino em si, segurança e saúde.

HI₂: O Turista que visita atualmente o Algarve considera que este é um destino bastante seguro.

HI₃: Para os principais “Stakeholders” público/privados do setor turístico no Algarve a Segurança é um dos vetores decisivos para a consolidação do destino e da marca “Algarve”.

HI4: Existe uma relação efetiva entre os fenómenos ilícitos, criminais e desestabilizadores da vida em sociedade em geral e a variação do fluxo Turístico nem sempre diretamente proporcional.

Com o desenvolvimento da investigação, estas HI serão confirmadas ou refutadas (Sarmiento, 2013), obtendo no final conclusões relativas à mesma.

Com base nas QI, foram definidos objetivos de investigação, “que originam uma lista de conhecimentos e competências a adquirir” (Sarmiento, 2013, p. 13), e que orientam o sentido da investigação.

Deste modo, da QC resulta o objeto de estudo e objetivo geral (**OG**), desta investigação, que é saber se o vetor segurança é decisivo na escolha do destino turístico Algarve, procurando determinar a sua importância relativa de entre os restantes vetores, fazendo uma análise do ponto de vista da segurança e de quem vai viajar em turismo, dos fatores que pesam na hora de escolher o destino, bem como, identificar, enquadrar e caracterizar alguns desses mesmos aspetos, procurando dar uma panorâmica sobre as causas internas e externas ao nosso país que concorrem para esta realidade.

Para que se atinja o objetivo geral da investigação, foram estruturados os seguintes objetivos específicos (**OE**):

OE1: Analisar do ponto de vista da segurança e de quem vai viajar, para as várias razões que pesam na escolha do destino, tendo como objetivo identificar, enquadrar e caracterizar alguns dos fatores que hoje em dia mais influenciam essa escolha.

OE2: identificar, enquadrar e caracterizar as tipologias criminais específicas e diretamente associadas a regiões de forte atividade turística, procurando refletir sobre o fenómeno e as suas causas de modo científico.

OE3: Analisar do ponto de vista da segurança, a relação entre Hot Spots Turísticos e o fenómeno do terrorismo transnacional, tendo como objetivos identificar, enquadrar e caracterizar alguns dos mais recentes e relevantes ataques terroristas ocorridos a zonas turísticas de massas, fazendo na medida do possível a transposição em termos hipotético dedutivos para a realidade nacional, atento às áreas potencialmente relevantes e remuneradoras na perspetiva do terrorista.

OE4: Determinar e identificar do ponto de vista da segurança, e de quem recebe (nomeadamente para as estruturas e entidades públicas e privadas que concorrem para o efeito), as principais ameaças e desafios atuais e os futuros de uma perspetiva abrangente e macro em relação à atividade do Turismo, tendo como objetivos identificar, enquadrar e caracterizar algumas dessas mesmas ameaças e desafios.

O tema escolhido, não podia ser mais pertinente e atual, já que Portugal tem vindo nos últimos anos a bater todos os recordes e indicadores turísticos, recebido inúmeros galardões, prémios europeus e mundiais nos mais variados setores e subsectores do Turismo entre Entidades Públicas e Privadas, além de considerado pelo *Institute for Economics and Peace*(IEP)⁵ como o 11º, 5º, 3º e 4º país mais seguro e pacífico do mundo em 2015, 2016, 2017 e 2018 respetivamente, aquando da publicação anual do Global Peace Index.

Refere (Brás, 2012, p. 1) que “(...) A última década tem trazido para o campo da investigação em turismo um número considerável de análises que pretendem mostrar o grau de insegurança com que hoje nos deparamos enquanto viajantes (Hall, et al., 2003; OMT, 2004; Pizam & Mansfeld, 2006; 2006a). A questão da segurança tornou-se nos últimos anos uma aposta estratégica dos destinos turísticos, principalmente, uma orientação da organização Mundial do Turismo que a considera vital e estratégica no plano do desenvolvimento turístico e na qualidade da própria experiência turística (...)”⁶ (OMT, 2004).

A autora, expõe ainda que “(...) a segurança independentemente do contexto, deve ser interpretada como um estado subjetivo que permite perceber que nos movemos num espaço isento de riscos reais ou potenciais (Morales, 2002). No entanto, o conceito de segurança alargado ao turismo enquadra ainda aspetos relacionados com a proteção da vida, a saúde, a integridade física, psicológica e económica dos turistas e dos agentes envolvidos na prestação de serviços ao turista e aos residentes (Grunewald, 2001) (...)”.

⁵ Institute for Economics and Peace (IEP), é uma entidade independente, não lucrativa, sediada em Sidney na Austrália, com filiais um pouco por todo o mundo, dedicada a direcionar o foco mundial para a paz como uma medida atingível e tangível de bem-estar humano e progresso, responsável pela publicação anual do GPI – Global Peace Index tendo em 2017 sido a 11ª edição.

⁶ Negrito nosso.

Já refere Henriques (2011, p. 36) no âmbito de um ensaio por si promovido e subordinado ao tema *Turismo e Segurança* no âmbito da Pós-Graduação em Direito e Segurança na FD/UNL, no ano letivo 2010/2011, que: “(...)Porém, considerando os estudos do presente trabalho e as conclusões obtidas, elencam-se as seguintes possibilidades, a serem realizadas numa zona de Portugal que registe elevados fluxos turísticos:

- estabelecer uma relação entre o número de turistas e a criminalidade;
- quais os crimes mais associados ao turismo;
- **a importância do fator segurança na escolha desse destino.**

Assim, o presente ensaio tem como principal objeto de estudo analisar do ponto de vista da segurança e de quem vai viajar em turismo sentido lato, as várias razões que pesam na hora de escolher o destino, sendo os objetivos, identificar, enquadrar e caracterizar alguns dos fatores que hoje em dia mais influenciam essa escolha e perceber se o vetor segurança é ou não dentro destes, decisivo nessa análise.

A GNR, enquanto FFSS, com cerca de 94% do território à sua responsabilidade e cerca de 54% da população⁷ tem um papel substancialmente relevante nesta área sendo de relevar a sua particular responsabilidade na Região Turística por excelência de Portugal reconhecida aquém e além fronteiras como tal, nomeadamente no Algarve, onde áreas como Albufeira, Loulé, Vilamoura, Quinta do Lago, Vale de Lobo, Tavira, entre outras dependem da sua eficiente e oportuna atuação para que entre tantas outras atividades, a atividade turística decorra com regular tranquilidade e normalidade.

Para atingir o desiderato proposto, em termos metodológicos irá ser utilizado o método científico de revisão documental (Quivy & Campenhoudt, 2008), em que na fase exploratória, iniciando-se uma exaustiva pesquisa bibliográfica e documental, que complementámos com a realização de várias entrevistas semiestruturadas a testemunhas privilegiadas ou ditos especialistas nas áreas em apreço nomeadamente do turismo e da segurança, na dimensão pública e privada, regional e nacional. Seguiu-

⁷ In Relatório de Atividades da GNR relativo a 2017.

se uma fase analítica de apresentação, análise e discussão de resultados e as consequentes conclusões com a apresentação das respostas as QI a validação das HI e recomendações para investigações futuras.

O presente trabalho encontra-se dividido em três Capítulos, excluindo-se destes a “Introdução” e as “Conclusões e Recomendações”.

A Introdução tem por fim enquadrar a investigação e justificar a pertinência da temática escolhida.

O primeiro Capítulo trata o enquadramento teórico do estudo, fazendo uma breve abordagem conceptual aos principais conceitos operativos e teóricos de suporte que enformam este trabalho, nomeadamente: segurança, turismo, terrorismo, crime, ameaças e riscos e globalização.

O segundo Capítulo aborda a metodologia adotada e os demais procedimentos utilizados para a realização do estudo.

O terceiro Capítulo estabelece a análise e caracterização das entrevistas exploratórias e entrevistas realizadas aos especialistas, e as denominadas testemunhas privilegiadas, além da posterior discussão dos resultados.

Por fim, teceram-se então as “Conclusões e Recomendações” em que a Questão Central da Investigação é respondida, bem como todas as questões derivadas a que correspondem os objetivos específicos. Deste modo, será possível corroborar ou refutar as deduções hipotéticas formuladas. E por fim são apresentadas algumas reflexões finais e propostas temáticas a abordar em futuras investigações.

CAPÍTULO I

Enquadramento Teórico

“Nada mais eficaz para destruir a reputação de um centro turístico do que a falta de segurança ou proteção. As autoridades do turismo podem encontrar múltiplos exemplos de autodestruição no setor devido á falta de segurança, desde o Pacífico Sul até África, do Caribe até à América do Sul.”

Tarlow (2011, p. 44, cit. por Brás, 2012, p. 68)

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Segurança e Turismo: uma breve abordagem conceptual

1.1.1. Segurança

*“A Segurança é uma QUESTÃO DE ESTADO,
mas, mais do que isso, é um bem público.
Sem segurança não há desenvolvimento económico (...)”*⁸.

O problema da segurança⁹, entendido como a manutenção da independência, a identidade, a integridade e o bem-estar das sociedades e dos indivíduos, tem sido um dos elementos centrais a que têm respondido os Estados. O carácter descentralizado do poder e a não integração da sociedade internacional, em que cada Estado tem de velar pela sua própria segurança, explica a sua importância no âmbito da política externa.

Já refere Lourenço et al. (2015, p. 28) que: “(...)A problemática da segurança em geral e da segurança interna, em particular, passaram a estar na ordem do dia e no centro das preocupações das sociedades modernas¹⁰. Perante os complexos cenários de ameaças e riscos, de antiga e nova tipologia, cresce a sensação de vulnerabilidades e agudiza-se o sentimento de insegurança dos cidadãos e as questões de segurança adquirem uma expressiva dimensão estratégica e política (...)” e que “(...)Ainda no que diz respeito ao redimensionamento e à reconceptualização da segurança, pode concluir-se que a tese tradicional da separação entre segurança interna e segurança externa cede o passo a um conceito integrado que faz apelo aos princípios da complementaridade e da interdependência entre todas as componentes do sistema nacional de segurança, na convicção de se estar perante uma só realidade estratégica – a da defesa interior e exterior do Estado e dos cidadãos – a executar de forma conjugada

⁸ Cfr. (Teixeira, 2002, p. 10). Negrito nosso.

⁹ Segurança pode ser entendida como o estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à condução de atividades, no seu interior ou em proveito, sem ruturas. Para mais informação consultar (Alves, 2008, p. 47).

¹⁰ Sobre os novos dilemas das sociedades das sociedades ler (Bauman, 2002)

através de meios estratégicos, operacionais e táticos diversificados (...) o pilar da segurança interna é, assim, mais um dos pilares estruturantes, que contribui para o avigoramento do Sistema de Segurança Nacional (...).”

Porém, o conceito de segurança é difícil de compreender em virtude do seu próprio carácter e das alterações do ambiente em que é alcançada. Não sendo um conceito unívoco, muitas vezes contestado, ambíguo e complexo, tem muitas aproximações, significados e alcances distintos.

Ignorar a importância deste conceito na manutenção e desenvolvimento de qualquer comunidade política é como as pessoas que esquecem a importância do oxigénio que respiram. A segurança é como o oxigénio - tendemos a esquecê-la até ao momento em que a começamos a perder (Nye apud Ribeiro, 2008, p. 290, cit. por Escorrega, 2009).

O conceito e a problemática da segurança têm evoluído ao mesmo tempo que a sociedade é afetada pelas revoluções técnico-científicas e pelas dinâmicas resultantes da crescente interdependência, transnacionalização, globalização e humanização que mudaram os desafios e as ameaças que os Estados têm de enfrentar.

Neste sentido, tem havido uma constante atualização da agenda da segurança e uma contínua reavaliação das ameaças. A aproximação clássica, baseada na dimensão militar, veio a dar lugar a uma ampliação em que participam vários atores e em que são decisivos outros instrumentos de poder para além do militar, como são os casos da economia, da cultura e da informação. A supressão de fronteira e a facilidade de transporte de pessoas, ideias e coisas veio a dificultar a delimitação entre o que é interno e o que é externo, tendo esse fato tido uma importante tradução na segurança.

A redefinição do conceito de segurança é um empreendimento muito apelativo, na medida em que o termo é utilizado nas mais variadas situações.

Em *latu sensu*, a segurança pode ser entendida como a perceção de se estar protegido dos riscos, perigos ou perdas. Porém também pode ser definida como sendo um dos objetivos teleológicos últimos do Estado, a par da defesa, justiça, cultura e

bem-estar da sociedade, entendida como condição para que a unidade política possa sobreviver, livre de perigos ou das suas causas. Por essa razão, a segurança pode ser considerada como um valor a atingir, de cariz necessariamente relativo, tal como a garantia da independência ou integridade territorial de um Estado, necessário para que os cidadãos vivam em paz, em democracia e em liberdade (Borges, 2013, pp. 54-55).

É também do senso comum, considerar que o conceito de segurança assume várias dimensões nomeadamente, no âmbito da justiça, crime, epidemias e economia, a somar à tradicional preocupação em relação às ameaças externas¹¹.

A segurança tem inúmeros significados, que permitem perceber que um determinado espaço está livre de riscos reais ou potenciais.

A nível psicológico, a segurança é considerada importante enquanto motivação, depois de satisfação das necessidades primárias (comer, dormir, entre outras). Quando falamos em segurança, envolvemos ainda diversos aspetos (a proteção da vida, a saúde e integridade física, psicológica e económica dos turistas e agentes),

É amplamente aceite que o conceito definido por Arnold Wolfers em 1962, em plena Guerra Fria, é suficientemente abrangente para ser empregue neste momento de incremento da complexidade da vida internacional, caracterizada por novas configurações do poder para além do militar, pela proliferação de atores, pela dificuldade em distinguir o que é de âmbito interno e externo, pela proliferação (Wolfers, 1962), de ameaças aos valores tradicionais e pela facilidade de movimento de pessoas, bens e ideias, característico da Globalização.

Considera a segurança como um objetivo a ser alcançado por meios militares e não militares, uma vez que o excesso de foco nos armamentos conduz os Estados ao “dilema de segurança”, sendo mais prudente equilibrar os meios a utilizar. Refere também que a segurança é um produto dos assuntos domésticos, como a economia, democracia, liberdade, estado de direito.

¹¹ Veja-se o exemplo do Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2013, em que as principais ameaças e riscos são as rotuladas para além das ameaças tradicionais.

No seu texto, *Wolfers* define a segurança em duas dimensões distintas. Considera que a dimensão objetiva da segurança corresponde à “ausência de ameaças” aos valores adquiridos. Em termos subjetivos, considera que a segurança corresponde à “ausência de medo” que esses valores possam ser atacados.

Esta definição, apesar de muito simples, revela os fatores a considerar para se poder problematizar a questão da segurança, apesar de termos que considerar que a palavra “ausência” deva ser substituída por “baixa probabilidade”, uma vez que a ausência de ameaça corresponde apenas à segurança absoluta, ou perfeita. Em ambas as dimensões, a segurança pode percorrer uma escala aberta que a mede desde a completa insegurança, ou sentimento, à mais completa segurança, ou ausência de medo, no outro extremo.

Mantemos a ideia de que os elementos essenciais da definição de segurança evidenciam que se trata de um conceito simples, ao traduzir a ausência (ou baixa probabilidade) de ameaças aos valores. Este conceito pode ser fracionado em três elementos distintos: a existência de um objeto (o que é ameaçado); a existência de uma ameaça ou fonte de perigo; e o esforço (meios e prioridades) em evitar os efeitos da ameaça. Por isso, aplicar o conceito de *Wolfers* no âmbito da política interna, política externa, economia ou outro domínio não o coloca em causa nem obriga a uma adaptação “*ad-hoc*”. As pessoas compreendem o seu significado e a sua importância através da sua perceção de insegurança, sejam colocadas perante a possibilidade de um ataque nuclear, de uma explosão de uma fábrica de químicos ou um ataque terrorista.

Associado ao conceito de Segurança, está ainda muito presente e enraizado na nossa sociedade a ideia e os conceitos de segurança interna¹² e de segurança externa¹³.

¹² De acordo com a definição tradicional, são os Estados, embrenhados nos seus esforços de manter a integridade das fronteiras dos seus territórios soberanos, em no interior delas manter a paz, e em o fazer nos termos de uma defesa intransigente do Direito nacional face a eventuais ameaças – sejam elas provenientes do exterior, sejam elas oriundas do seu próprio interior. De acordo com tais coordenadas, a panóplia dos desafios “clássicos” a que esta “segurança interna por via da regra tem de fazer face inclui ameaças como a desordem civil, atos de violência em larga escala, ou mesmo invasões ou insurgências intestinas que ponham em cheque a soberania e/ou o monopólio que cada Estado detém sobre o uso da força no seu território sobre a sua população” (Gouveia, et al., 2015, p. 425).

¹³ No mundo saído da Paz de Westphalia em 1648, o conceito tradicional de soberania repousava sobre os fundamentos geográficos de fronteiras, que por sua vez determinavam aquilo que é “interno” e o distinguiam com nitidez do que é “externo”. Nos novos enquadramentos fornecidos pelo que Robert Keohane e Joseph Nye

Segundo Raposo (2006, p.43, cit. por Lourenço, et al., 2015, p.17), segurança interna será “o conjunto institucional dos serviços e órgãos estaduais responsáveis pela definição e execução da política de Segurança Interna”¹⁴, função do Estado, a que iremos seguidamente dar especial enfoque.

Importa salientar dada a abrangência, multidisciplinidade e complexidade da área da segurança, com que devemos olhar para esta problemática em toda a sua multidimensionalidade, o facto de ser possível encontrar entre a inúmera bibliografia pesquisada definições de segurança sobre diversos prismas e diferentes óticas: histórica, psicológica, sociológica, filosófica, funcionalista, administrativa, jurídica, estruturalista e descritiva.

Segurança, do latim: *securitas*, tendo por adjetivo *securus* (seguro: sem inquietações, livre de perigo, de risco ou de cuidados), **traduz uma situação em que não há qualquer perigo a temer**, um estado de tranquilidade ou de **confiança** que resulta da ausência de perigo ou a situação de um grupo social ou dos seus membros resguardado de qualquer perigo ou perturbação¹⁵, amiúde associado à dimensão subjetiva da segurança (sentimento ou percepção de segurança), por oposição á dimensão objetiva da segurança (segurança física e visível por meios e ações propriamente dita). Na mesma linha Gouveia & Santos (2015, p.443) refere que “o sentimento de segurança é correntemente definido como um conjunto de representações e de manifestações, quer individuais quer coletivas, de inquietação, de perturbação ou de medo e de preocupação pela ordem social. Surge associado a um clima generalizado de ansiedade, cuja origem assenta no complexo e muito rápido processo de mudanças sociais que caracteriza a sociedade moderna e em que o aumento da criminalidade é uma das consequências mais visíveis”.

famosamente apelidaram a “interdependência complexa” em que os Estados se veem crescentemente envolvidos, essa dicotomia torna-se menos clara, e as contradições “clássicas” que a subentendiam mais problemáticas (Gouveia, et al., 2015, pp. 411- 412)

¹⁴ Para mais informação consultar (Raposo, 2006, p. 43)

¹⁵ In Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa, II Vol. G – Z, Editorial Verbo, Lisboa, 2001. Itálicos e negritos nossos.

Olhando particularmente à sua dimensão jurídica não esqueçamos a dignidade e força constitucional¹⁶ que o legislador quis atribuir à segurança entendendo-a e tipificando-a como um direito fundamental e inalienável dos cidadãos, quando estipula cfr. n.º 1 do artigo 27º da CRP, que “*Todos têm direito à liberdade e à segurança*”, tal como também vincado por Clemente (2009, p.416), quando refere “A Segurança é um domínio do Estado, com dignidade constitucional”.

Segundo Alves (2008, p.47), a segurança pode ser entendida como “...o estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à condução de atividades, no seu interior ou em proveito, sem ruturas.”.

Para R. Post e A. Kingsbury (1977, cit. por Alves, 2010, p. 35), autores de obra basilar sobre a matéria, “A segurança (security) compreende os meios ativos e passivos, que servem para proteger e preservar um ambiente, de modo a possibilitar a condução de atividades numa organização ou numa sociedade sem ruturas”.

Já refere (Brás, 2012), que a literatura anglo-saxónica considera que quando falamos de turismo devemos tomar em consideração os aspetos que se denominam por *safety* e por *security*¹⁷ (Glasser, 2003). No entanto, (Tarlow, 2011) apresenta uma designação mais abrangente para aplicar ao turismo, a qual designa por **Surety**. Este conceito implica, segundo o autor, características muito específicas que se prendem com (i) a proteção do turista; (ii) a proteção da indústria turística; (iii) a proteção dos espaços ou lugares de atração; (iv) a proteção da economia; (v) a proteção ecológica/ambiental do destino; (vi) a proteção da imagem e reputação do destino.

Nesta senda, já refere (Gouveia, 2018, p. 120), “a locução “segurança” tem em português uma apreciável vantagem em relação a outras línguas, na medida em que integra todas as dimensões que se incluem na vocação do Direito da Segurança à regulação jurídica global do fenómeno da segurança: não tem a palavra segurança

¹⁶ AR, 2005. Constituição da República Portuguesa, VII revisão Constitucional (Lei n.º 1/2005, de 12 de agosto). Lisboa: Diário da República n.º 155, I Série.

¹⁷ Neste trabalho utilizaremos apenas a designação “segurança” uma vez que na língua portuguesa não existe distinção entre *safety* e *security*.

que se desdobrar em dois ou mais vocábulos, como sucede em inglês com as expressões “*security*” e “*safety*” ”.

Na realidade, a segurança turística integra a segurança pessoal dos turistas e dos seus bens, inclui ainda a capacidade de o indivíduo se orientar num determinado ambiente, de compreender o sistema local, as indicações, e as convenções sociais e, finalmente a segurança dos serviços comerciais e de consumo (Michalkó, 2003; Tarrow, 2009).

A tendência abrangente de segurança global, terá sido iniciada por Hobbes, como modo de acabar com “a guerra contra todos”. Em termos percursores de uma ciência da segurança, o seu pensamento realiza “um encontro histórico do medo e do perigo, com o poder e a ordem”, estabelecendo que “a segurança do indivíduo passa pela transferência de poderes para um poder coletivo superior: O Estado Soberano” (Alves, 2010).

Verifica-se, portanto, a centralidade do Estado como ator privilegiado da **função segurança**, tanto ao nível da segurança interna como ao nível das relações internacionais, com a responsabilidade primordial de defender a soberania, integridade territorial, os valores e os interesses que lhe dizem respeito.

A complexidade crescente das relações internacionais e o simultâneo desenvolvimento da segurança interna têm vindo a evidenciar os aspetos multinível e multidisciplinar da **função segurança**, elevando-a a um patamar que para ser compreendida há que fazer uma abordagem sistémica e holística e promover respostas e estratégias multissetoriais e integradas, fazendo da capacitação de resposta às ameaças e da prevenção dos riscos, o seu desígnio e dos atores que para ela concorrem, nomeadamente através das **políticas públicas de segurança e defesa, com elevada capacidade adaptativa, flexíveis e onde a plasticidade** seja uma das características centrais, exponenciando a sua capacidade de sucesso face à miríade de adversidades e problemáticas que importa abranger e salvaguardar. (IEP, 2015; IEP, 2015; DNI, 2008)

Nas palavras de Lourenço, et al. (2015, p.26) de salientar quando diz “...A ontologia alargada do conceito de segurança de Buzan¹⁸ integrou a segurança na agenda política, pelo alargamento aos setores da política, da segurança da sociedade como um todo¹⁹, da dimensão ambiental e económica. A Segurança passou a ser densificada com novos atores e ameaças e alargou-se a outros setores, e o Estado²⁰ assumiu um papel menos determinante, contudo ainda preponderante...”.

“Neste contexto, a Segurança Nacional surge no nível mais alto da ação governamental, reunido os esforços coerentes das atividades e capacidades do estado em matérias de defesa, de segurança interna, da economia, da educação, da saúde, da justiça, da diplomacia, informações, proteção civil, entre outros” (Lourenço, et al., 2015).

Para Almeida (2008, p. 52) as Políticas Públicas de Segurança são uma área de estudo abrangente que pode incluir tudo quanto provoque “ansiedade ou ameace a qualidade de vida”, destacando pelo menos 6 áreas de atuação: a Segurança Nacional Integrada; a Segurança Pública e Privada; a Segurança Empresarial e das Comunicações; a Segurança Ambiental, Alimentar e Económica; a Segurança Rodoviária e Marítima e a Segurança no Trabalho.

Como já referido anteriormente, o conceito de segurança é um conceito que fruto de uma realidade cada vez mais integrada, em rede e global do mundo contemporâneo, necessita de regular e abrangente revisitação. Assim, deve-se ter sempre em conta as “novas” dimensões - humana, societal, ambiental, cooperativa e coletiva - que mais contribuem para o alargamento da abordagem tradicional e que parecem ser as mais relevantes para caraterizar o atual paradigma “securitário”.

Uma definição alargada de ameaça permite a expansão do conceito de segurança para além daquelas que manifestem uma intenção e/ou capacidade. Ameaças como

¹⁸ Consultar conceito de segurança (Buzan, 2009, p.35) e (Fernandes, 2005).

¹⁹ Uma teoria alargada do conceito de segurança do autor desenvolveu-se no seio de um núcleo duro de hipóteses, com três ideias chave: a segurança é o que se percebe; não é apenas segurança militar; as questões identitárias podem integrar o conceito de segurança (Buzan & Ole Waever, 1998). Também Wazinski considera que o conceito de segurança deveria ser alargado a outras áreas da sociedade (Wazinski, 2004, p.163).

²⁰ Sobre a história da Humanidade e dos Estados ler (Fukuyama, 2010).

epidemias, movimentos migratórios, “explosões demográficas localizadas, terremotos, cheias e secas prolongadas devem ser consideradas também como ameaças aos valores (Ullman, 1983, pp. 129-153). Não há razão objetiva para não se analisarem ameaças “não tradicionais” nos estudos de segurança.

Ainda seguindo a linha de perspectiva abrangente, “.... a segurança não se confina à sua dimensão social, consubstanciada na ausência do medo na percepção das pessoas em relação aos riscos e ameaças à sua integridade. Ela extravasa as questões dos domínios securitários, da manutenção da ordem pública e da repressão da criminalidade, abrangendo outros pilares igualmente essenciais para a coesão das sociedades, para a promoção de um desenvolvimento sustentado e da qualidade de vida dos cidadãos...” (Lourenço, et al., 2018, p. 95).

Assiste-se assim, a um forte e amplo alargamento do conceito para fora dos limites tradicionais da segurança nacional, incluindo outras considerações para além das de ordem militar, como a política, económica, societal e ambiental, numa perspectiva mais internacional, exigindo aos Estados que pensem e atuem em termos internacionais e globais mais **cooperativos**. Por outro lado, há correntes que defendem que a prioridade deve ser dada aos seres humanos pois sem eles a “segurança não faz sentido” Booth apud William (2008, p. 7, cit. por Escorrega, 2009).

1.1.2. Turismo

“O Turismo é uma atividade económica estratégica para o desenvolvimento económico e social do país, designadamente para o emprego e para as exportações. (...)”

*Ex-Ministro da Economia do XXI Governo
Constitucional, Dr. ° Manuel Caldeira Cabral
in Estratégia Turismo 2027, p. 2*

Antes de iniciar a abordagem a este capítulo, e tratando este ensaio de segurança e turismo, importa apontar e esclarecer alguns conceitos operativos, por forma a evitar eventuais confusões conceptuais. Assim, temos que primeiro definir o que é um **“turista”**, o que, segundo a Comunidade Europeia (CE) e a ONU (1994, cit. por Cunha, s.d., p.5) , será o “:...visitante que permanece, pelo menos, uma noite num alojamento coletivo ou particular no lugar visitado...”²¹, definição partilhada segunda talvez a unanimidade dos autores (Firmino, 2007, p. 68).

Por outro lado e segundo (Firmino, 2007) o **“visitante”** poder-se-á definir como “qualquer indivíduo que se desloca para um local situado fora do seu ambiente habitual por um período inferior a doze meses e cujo motivo principal da visita não seja o exercício de uma atividade remunerada no local visitado” (Turismo, 1999, p. 147).

Importa ainda esclarecer o conceito de **“excursionista”**, apontado por Firmino (2007, p. 68), como sendo “...o visitante que não pernoita no destino. Inclui os passageiros de navios de cruzeiros e seus tripulantes e os visitantes que regressam ao seu país no mesmo dia da sua partida...”

De acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT) (1999, cit. por Conta Satélite do Turismo (CST) (OMT, 2004)), o **turismo** “inclui as atividades praticadas pelos indivíduos n o decurso das suas viagens e estadas fora do seu ambiente habitual

²¹ Decisão 1999/34/CE da Comissão, de 09-12-98 (in Jornal Oficial das Comunidades Europeias nº L 9, de 15-01-1999); OMT - Organização Mundial do Turismo - *Recommendations on Tourism Statistics*.

por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios ou outros”

Já Cunha (s.d., pp. 19-20) refere que “(...) Turismo: é o conjunto das atividades lícitas desenvolvidas por visitantes em razão das suas deslocações, as atrações e os meios que as originam, as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades e os fenómenos e relações resultantes de umas e de outras.

Esta definição comporta os seguintes elementos:

- Conjunto de atividades desenvolvidas por visitantes: todas aquelas que constam do anexo D do *Mannuel Technique* (OMT) excluindo expressamente as atividades ilícitas;
- Visitantes: de acordo com a definição da ONU/OMT envolvendo as razões de visita por ela descritas (*United Nations*, 1994) como recusa expressa do motivo “férias”;
- Deslocação: movimento de visitantes dos lugares de origem e de destino (zonas emissoras, de trânsito e recetoras), as atividades realizadas antes, durante e permanência, os transportes e acessibilidades;
- Atrações e meios: elementos naturais e artificiais, tangíveis e intangíveis, que originam deslocações, expressões e manifestações de carácter cultural ou não, eventos, centros de reuniões e exposições, promoção e comercialização;
- Facilidades criadas: infraestruturas, atividades características e conexas do turismo, hospitalidade e acolhimento;
- Fenómenos e relações: fenómenos económicos, psicológicos, sociais, culturais, políticos geográficos e ambientais originados pelas deslocações dos visitantes, mas também provocados pelas transformações operadas com vista a atraí-los e recebê-los; interações entre visitantes e comunidades.

Os elementos contidos na definição proposta não são exaustivos, mas apenas indicativos do seu significado (...)”.

De acordo com Cooper, et al. (1998, p.40, cit. por Leiper, s.d.) “(...) o turismo pode ser pensado como sendo uma ampla gama de indivíduos, empresas, organizações e lugares, que se combinam de alguma forma para proporcionar uma experiência de viagem”.

O Turismo afigura-se como um fenómeno psicológico, sociológico e económico reconhecido pelos governos e instâncias internacionais de todo o Mundo.

Já refere Adriano (2017, p. 3) “(...) para promover o turismo, é necessário atuar no campo da prevenção criminal, enquanto estratégia para promover o sentimento de segurança, que permita satisfazer as necessidades básicas de segurança dos turistas e dinamizar a imagem do País além-fronteiras, numa ótica de turismo sustentável (...)”.

De acordo com a Estratégia Nacional de Investigação e Inovação (ENEI) para uma especialização inteligente 2014-2020, as perspetivas de futuro do turismo a nível mundial, incluindo a sua contribuição para o desenvolvimento económico e social, são cada vez mais importantes.

Existe um volume significativo de procura estimulada pelo aumento do rendimento disponível, das motivações para viajar, do crescimento exponencial dos mercados emergentes acompanhado pelo crescimento continuado dos mercados tradicionais, das mudanças demográficas, sociais e tecnológicas, da diversificação de destinos e da crescente liberalização do sector. As previsões a longo prazo publicadas pela Organização Mundial de Turismo (OMT) indicam que o número de turistas internacionais será de 1.6 mil milhões em 2020, o que implica uma taxa de crescimento anual da ordem dos 4%. A previsão indica que os destinos de África, Ásia e Médio Oriente crescerão a taxas superiores à média, enquanto, as previsões para os destinos mais maduros da Europa e da América são de crescimento menor que a média.

Segundo os dados disponíveis da OMT, as chegadas de turistas internacionais perfizeram 940 milhões em todo o mundo em 2010, ou seja, mais 58 milhões relativamente ao ano anterior. O ano de 2010, com um crescimento homólogo de 6,6%, o mais elevado registado desde 2005, inverteu a quebra das chegadas de turistas internacionais ocorrida em 2009. Em 2010, os resultados globais das chegadas de turistas

a nível mundial revelaram um aumento em todas as regiões ainda que com diferentes andamentos, com crescimentos entre 3,3% na Europa e 14% no Médio Oriente.

O Turismo tem um papel central na economia portuguesa tendo uma quota nas exportações nacionais de cerca de 13,5% e praticamente de 45% das exportações de serviços, apostando na sustentabilidade na inovação e na criação de emprego²².

Na última década o desenvolvimento do setor do Turismo em Portugal deveu-se muito à definição de uma política pública assente na definição de prioridades e sua interiorização por parte dos agentes do setor que permitiu um alinhamento dos esforços das entidades públicas e privadas.

Em finais de 2014 o setor do Turismo representava cerca de 16 mil milhões de euros de consumo turístico interno anual, o que correspondia a cerca de 9,2% do PIB nacional.

O Turismo representava ainda uma quota nas exportações nacionais de cerca de 13,5% e praticamente 45% das exportações de serviços, sendo um dos principais setores exportadores do país, e assim, contribuindo todos os anos com um saldo positivo para a balança de transações correntes e registando crescimentos constantes, expressivos e sucessivos, particularmente por via da evolução muito positiva junto do mercado externo, responsável por cerca de 2/3 do mercado turístico do país.

Cerca de 420 mil postos de trabalho, praticamente 8% do emprego total, estavam à data diretamente relacionados às atividades económicas compreendidas no setor do Turismo.

Pela sua forte ligação ao território e aos respetivos recursos endógenos, o Turismo traduz-se num setor que promove a coesão territorial e numa atividade com forte impacto nas atividades económicas a jusante e a montante.

Num estudo elaborado à data²³, 92% dos turistas que nos visitaram manifestaram satisfação com as férias passadas em Portugal e 91% referiram que era provável que voltassem a Portugal.

²² Para mais informações consultar: (FCT, 2014)

²³ Ibidem.

Em suma, o setor do turismo é claramente um dos principais motores da economia nacional, num ciclo de crescimento, o que contribui para que seja considerado um dos destinos turísticos mais competitivos do mundo.

O ano de 2016 ficou marcado por resultados históricos para o turismo nacional nos principais indicadores: dormidas, receitas, hóspedes, emprego e exportações, sendo mesmo considerado a maior atividade económica exportadora do país, com 16,7% das exportações.

Para além disso, o crescimento do turismo aconteceu em todas as regiões e ao longo de todo o ano, produzindo um desejável efeito de arrastamento e de alavanca-gem da economia nacional.

Para termos uma ideia da importância do setor, comparativamente aos restantes parceiros europeus de referir por exemplo, se tivermos em conta apenas o Algarve, região turística mais importante do país e uma das mais importantes da Europa, o Turismo está direta ou indiretamente ligado a cerca de 451.000 residentes, a que acrescem cerca de 80.000 estrangeiros residentes. Na chamada época alta, os residentes atingem valores a rondar os dois milhões de pessoas residentes, o que significa cerca de um milhão e meio de população flutuante permanente na época estival. e não menos importante entre turistas e passantes no conjunto dos meses do ano visitam o Algarve entre 5 a 6 milhões de pessoas, ou seja, mais de metade da população portuguesa no seu todo, constituindo-se assim por maioria de razão como o motor económico da região.

Em 2016 o Algarve registou mais de 18 milhões de dormidas na hotelaria, marca nunca antes alcançada por nenhum destino turístico nacional e que foi divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Mais 9,0 por cento do que no ano anterior (14,2 milhões, que representam 37,2% de todas as dormidas de estrangeiros no país, e 3,9 milhões, ou seja, 25,4% do total das dormidas de residentes em Portugal), tendência acompanhada de resto por todo o setor a nível nacional.

De referir ainda que só em 2016 passaram pelo aeroporto de Faro 7,6 milhões de passageiros, número que constituiu um novo recorde para a infraestrutura depois de um crescimento de 18,5 por cento em relação a 2015 (Fonte: ANA – Aeroportos).

Em 2016, de acordo com a Conta Satélite do Turismo (CST): 2014-16, que já não era publicada pelo INE há sete anos e divulgada a 07 de dezembro de 2017, o Turismo respondeu por 7% da economia nacional Portuguesa, gerando perto de 11,5 mil milhões de euros em valor acrescentado bruto (VAB), enquanto o consumo dos turistas aumentou para mais de 23 mil milhões de euros.

O peso do turismo sobre a economia nacional está a aumentar. **Em 2016**, turismo gerou perto de 11,5 mil milhões de euros, o que representou mais de 7% do VAB gerado pelo conjunto da economia nesse ano. E os turistas também estão a gastar mais: no ano passado, o consumo dos turistas ultrapassou os **23 mil milhões de euros, o equivalente a mais de 12% do produto interno bruto (PIB) do país.**

Os dados foram divulgados, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que dá conta de níveis de valor acrescentado bruto e de consumo no turismo “claramente superiores” aos que se registavam em 2014 e 2015, “confirmando o aumento da relevância das atividades associadas ao turismo na economia nacional”.

Ao todo, o valor acrescentado bruto gerado pelo turismo em 2016 fixou-se em 11.489 milhões de euros, **um aumento de cerca de 10%** face ao que tinha sido registado em 2015 e o equivalente a 7,1% do valor acrescentado bruto da economia nacional. Já o consumo dos turistas ascendeu a 23.180 milhões de euros em 2016, **um aumento homólogo de 5,8%** e o equivalente a **12,5% do PIB** (peso total do Turismo no PIB nacional).

Significa isto que Portugal é o segundo país da Europa onde o turismo tem maior relevância na economia nacional. No que toca ao peso do consumo dos turistas sobre o PIB, Portugal só é ultrapassado por Malta, onde o consumo de turistas responde por 17,4% do PIB. Já quanto ao peso do valor acrescentado bruto do turismo relativamente à economia global (peso do turismo para o crescimento da economia), só Espanha tem um peso maior, de 7% em 2015, quando em Portugal era de 6,7% nesse ano (o INE não apresenta ainda a comparação com dados de 2016).

Também no que toca ao emprego o turismo assume maior expressão em Portugal do que no resto da Europa: o turismo empregava 9,2% do total da população empregada em 2015, um número só ultrapassado por Espanha, onde o turismo respondia, nesse ano, por 11,6% do emprego total do país.

É sobretudo a despesa feita pelos turistas internacionais que está a contribuir para esta evolução. No biénio 2014/2015 (não há ainda dados para 2016), os não residentes responderam por 61,5% da despesa feita pelo conjunto dos turistas, um gasto feito sobretudo no alojamento, restauração e transportes. Feitas as contas, por cada 100 euros de despesa feita pelos turistas internacionais nestes três segmentos, “foram gerados, adicionalmente, 23 euros de PIB na restauração e bebidas, 22 euros no alojamento e 4 euros nos transportes aéreos, em 2015”, aponta o INE²⁴.

Espanha, Reino Unido e França são os principais mercados emissores do turismo português. Portugal não só é destino de primeira escolha para estes turistas, como é destino repetido²⁵.

Entre os que ficaram a dormir no país e aqueles passaram por cá sem pernoitar, Portugal recebeu mais de 28 milhões de turistas internacionais no ano passado, 2017 (cerca de 18 milhões de turistas e 10 milhões de excursionistas). Espanha, Reino Unido e França são os três grandes mercados emissores do turismo português, que já responde por 7% da economia nacional. O Turismo cresceu o dobro dos outros setores durante a crise

Os dados divulgados, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em dezembro de 2017, dividem os visitantes não residentes em Portugal em dois grupos: os turistas, que dormiram pelo menos uma noite em Portugal, e os excursionistas, que visitaram Portugal sem dormir no país. Ao todo, Portugal recebeu 18,2 milhões de turistas não residentes no ano de 2016, aos quais se juntam outros 10,1 milhões de excursionistas. Feitas as contas, foram 28,3 milhões de turistas internacionais que passaram pelo país.

²⁴ In ECO: economia online (online). Turismo responde por 7% da economia nacional. Disponível em <https://eco.pt/2017/12/07/turismo-responde-por-7-da-economia-nacional/> (consultado em 06/06/2018).

²⁵ In ECO: economia online (online). Portugal recebeu mais de 28 milhões de turistas internacionais em 2016. Disponível em <https://eco.pt/2017/12/07/portugal-recebeu-mais-de-28-milhoes-de-turistas-internacionais-em-2016/> (consultado em 06/06/2018).

Vieram, sobretudo, por via aérea. Quase metade (47,6%) destes turistas entrou no país por um dos aeroportos nacionais e pouco mais de um quarto (26,8%) dos turistas (sem contar com excursionistas) veio por estrada. E vieram, essencialmente, de três grandes mercados emissores: Espanha, Reino Unido e França, que responderam por mais de dois terços do total de visitantes que entraram em Portugal no ano passado.

Grande parte destas visitas também foi feita por quem tem ascendência portuguesa. “A ascendência portuguesa foi uma característica identificada em 23,4% das entradas de turistas em Portugal, atingindo expressão acentuada no caso da Suíça (69,2%), de França (44,6%), do Brasil (34,5%) e do resto do mundo (40,8%)”, detalha o INE.

Esse peso da ascendência portuguesa nota-se no alojamento. O alojamento privado gratuito e as residências secundárias receberam praticamente metade (49,4%) do total de dormidas registadas no ano passado (144,4 milhões).

Portugal não só é um destino de primeira escolha para estes turistas, como é um destino que repetem. “A opção pela vinda a Portugal foi uma primeira escolha em 16,1 milhões de entradas de turistas” e “parte muito significativa das entradas de turistas em Portugal foram para visitar”, aponta o INE. Concretamente, 71,3% das entradas foram já uma repetição, sobretudo entre os turistas vindos da Suíça, Espanha e Irlanda.

O gasto médio diário per capita dos **turistas não residentes** em Portugal foi de 95,7 euros. O valor difere em vários grupos: os que entraram no país por via aérea gastaram uma média de 102,5 euros por dia e os turistas provenientes do Brasil e dos Estados Unidos gastaram, em média, 166,3 euros e 146,1 euros por dia, respetivamente.

Feitas as contas, o INE estima que os **turistas não residentes** tenham gastado, em 2016, um total de **15,3 mil milhões de euros** em despesas associadas à viagem, do total já referido anteriormente.

No mapa da Europa, Portugal só é ultrapassado por Malta, onde o turismo vale 17,4% da economia. E leva a medalha de prata no que toca ao emprego ligado ao turismo, com 9,2% do total. Aqui, só é ultrapassado por Espanha.

De resto, o regresso de Portugal à liga dos grandes no turismo é um dos méritos dos novos inquéritos. “A existência destes números permite-nos regressar ao ranking da Organização Mundial do Turismo. Da última vez que lá estivemos ocupávamos o 35.º lugar. Com estes números conseguiremos chegar ao top 20”, avançou em dezembro de 2017 a Secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho.

“O turismo é uma atividade estratégica para Portugal, sendo um instrumento determinante para a promoção da coesão territorial e para a criação de emprego e de riqueza. (...)”

*In Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017
de 21 de setembro de 2017²⁶*

No final de 2017, desde cedo aclamado pelo Governo como “o melhor ano de sempre para o turismo”, e feito o balanço, a meta de 21 milhões de turistas terá sido facilmente alcançada e começaram a “disparar” os voos vindos de países longínquos. De acordo com Ana Mendes Godinho, o mercado brasileiro está a crescer 60%, seguido pelo norte-americano – mais 45%. Já o número de visitantes chineses, desde que abriu a rota direta para aquele país, cresceu 40%. E são também estes que mais gastam.

No final da viagem a nota é positiva. De zero a dez, o grau de satisfação dos turistas que visitaram Portugal foi de 8,81 pontos.

²⁶ In <https://dre.pt/application/conteudo/108219721> (consultado em 15/01/19).

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa referiu publicamente a promoção do turismo como “desafio nacional” destacando que “Portugal está a viver um momento único em termos de turismo”²⁷.

Já segundo o Ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral *in* Estratégia Turismo 2027 desenvolvida pelo Turismo de Portugal I.P. (TdP), o Turismo tem-se vindo a afirmar como uma atividade económica estratégica para o desenvolvimento económico de Portugal, designadamente para o emprego e para o crescimento das exportações, tendo os resultados obtidos em 2016 confirmado o turismo como a maior atividade exportadora do país fruto de um forte investimento efetuado por privados e públicos e 2017 consolidado essa tendência ascendente de consolidação como atividade do tecido económico nacional de primeira linha no panorama nacional e internacional.

Já em 2019, de acordo com a Secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho “Valor recorde de receitas e de saldo da balança turística demonstra que a diversificação de produtos e de mercados tem resultados evidentes, conseguindo um crescimento da receita turística de 45% desde 2015. As receitas do turismo aumentaram 9,6%, para um “novo recorde” de 16,6 mil milhões de euros, em 2018 face a 2017, tendo o saldo da balança turística atingido 11,9 mil milhões de euros(...)”²⁸.

Portugal entre outros (Espanha e Itália) tem inexoravelmente beneficiado das fortes e persistentes instabilidades recentes ligadas a destinos diretamente concorrentes do nosso país, principalmente associadas ao fenómeno do terrorismo islâmico de matriz “*jihadista*”, particularmente os países da bacia Mediterrânica, nomeadamente a Turquia com quebras de 52%, a Tunísia, a Grécia, o Egipto e até a França na Europa com quebras de 20%, fazendo com que Portugal tenha tido entre 2015 e 2016 um aumento de negócio nesta área muito considerável e atingido em 2017 o seu melhor ano de sempre de acordo com todos os indicadores estatísticos disponíveis.

²⁷ *In* Diário de Notícias (online). Marcelo aponta promoção do turismo como “desafio nacional”. Disponível em <https://www.dn.pt/portugal/interior/presidente-da-republica-aponta-promocao-do-turismo-como-desafio-nacional-6252705.html> (consultado em 06/06/2018).

²⁸ *In* Expresso: Economia (online). Receitas turísticas atingem €16,6 mil milhões em 2018. Disponível em <https://expresso.pt/economia/2019-02-20-Receitas-turisticas-atingem-166-mil-milhoes-em-2018#gs.2v7tYfIQ> (consultado em 21/02/2019).

Atente-se apesar de mais distante, ao ocorrido após os ataques do 11 de setembro de 2001, em Nova York, que vieram ameaçar o futuro do turismo na região, além de todas as implicações globais decorrentes da reação de um país como os Estados Unidos, como bem sabemos, tendo havido uma quebra de ocupação dos hotéis de 72,58% em setembro de 2001, e uma quebra de 17% em 2000 para 12,4% em 2010 no mercado global de viagens dos Estados Unidos, tendo perdido cerca de 78 milhões de visitantes e 606 bilhões de dólares, segundo a *U.S. Travel Association* (Tarlow, 2014, pp. 1-3), tendo sido necessário tomar medidas de incentivo à recuperação da atividade neste setor (Firmino, 2007).

Refere ainda o mesmo autor que em face da ameaça de ataques terroristas passou a ser recomendado destinos de proximidade, em oposição aos destinos que impliquem grandes viagens intercontinentais. Olsen (2001), referindo-se à segurança, afirma que o consumidor está mais consciente dos riscos que corre no que concerne ao crime e ao terrorismo, num contexto de grandes disparidades a nível global. Deste modo, o consumidor espera mais que alojamento: o consumidor quer segurança. E esta nova situação poderá contribuir para um aumento dos custos de segurança das empresas, com reflexos nos preços junto dos consumidores.

1.1.3. Fatores que influenciam a escolha do destino turístico

*“A musician must make music, an artista must paint,
a poet must write, if he is to be ultimately at peace
with himself. What a man can, he must be.”*

In Abraham Maslow, (1954, p. 46, cit. por Brás, 2012, p. 18)

Para Arrillaga (1976) as principais motivações para viajar em lazer são: o desejo de viajar, novas experiências; procura de descanso; quebra da monotonia do dia-a-dia; conhecimento e outras.

É desta forma que para este o turista escolhe o seu destino turístico, mas como base da sua escolha estão fatores como: distância; hospitalidade e acolhimento; política de preços; promoção; infraestrutura; desenvolvimento tecnológico e segurança.

Como fatores desfavoráveis que possam existir aponta: as formalidades administrativas excessivas; inflação; epidemias; pobreza; revolução e guerras; conflitos sociais; desastres naturais e falta de hospitalidade.

Para Brunt, et al. (1999, cit. por Henriques, 2011, p. 16) os potenciais turistas procuram prioritariamente um ambiente agradável no destino, seguido de bom tempo e boa paisagem. É de relevar que mais de metade dos inquiridos no estudo por si levado a cabo (53,2%) terem sido influenciados pela escolha de um local seguro, sendo esta variável a sexta na ordem de classificação dos fatores de escolha, a apenas 1,7% do fator precedente.

Em concreto e relativamente ao medo da criminalidade durante as férias, apenas 4% dos turistas afirma não sair à noite por causa da preocupação com a sua segurança pessoal.

Também autores há, que referem tal como Brás (2012), que está subentendido e amplamente aceite hoje em dia que Portugal é um País seguro, quer para Entidades do Estado quer para o comum cidadão que nos visita, fazendo tudo parte de um conjunto de perceções e processos cognitivos que vão enformando a opinião generalizada na mente das pessoas, sejam eles nacionais, mas principalmente internacionais, de que efetivamente o destino Portugal é seguro. Assim, afirmam que ao ser-lhes perguntado para apontar os fatores que mais pesaram na sua escolha do destino, a maioria refere questões como a beleza do destino em si, as infraestruturas e o clima, sendo no entanto entendimento destes autores, que holísticamente o vetor segurança é transversalmente o fator mais importante aquando da escolha do destino nos nossos dias, sendo clara e inequivocamente o 1º fator de decisão para quem nos visita.

Num recente estudo da Universidade do Algarve sobre o perfil do Turista que visita o Algarve de 20017, as motivações que estes apontam para a escolha do destino apontam referem: 1º preço acessível; 2º clima; 3º Relaxar; 4º mar; 5º conhecer; 6º

hábito, entre outros, sendo de relevar que nos primeiros doze fatores segurança nem sequer é referida o que aponta para a mesma ideia já referida de Brás (2012).

Outros autores referem a atratividade do destino; boas acessibilidades aéreas; *good value for Money* (relação preço/serviço prestado); clima; hospitalidade e fluência de várias línguas pela generalidade da população (caso do Algarve) e segurança.

Segundo Ricardo Valadas, “(...) em estudos e questionários levados a cabo pela Universidade do Algarve, sobre perceção ao sentimento de segurança no destino turístico, o item segurança não aparece como fator decisivo na escolha do destino. Estes fatores são o clima, a hospitalidade e as praias, por esta ordem de importância respetivamente. Contudo este não aparece em primeiro lugar porque, no que ao destino Portugal diz respeito, este fator é assumidamente intrínseco à imagem do destino turístico. Já não se pensa em segurança quando se escolhe Portugal, porque esta existe e faz parte do nosso País (...)”²⁹. Muitos dos turistas inquiridos à chegada ao Aeroporto Internacional de Faro, terão inclusive referido que se sentem mais seguros no destino do que nos locais donde são oriundos (atente-se que os maiores mercados emissores de turistas para Portugal atualmente são Reino Unido, Espanha e França).

Em suma, pode-se salientar que a segurança foi oscilando de posição ao longo dos anos e consoante os autores e tipologia dos estudos aplicados, contudo algo parece ser unânime: em locais onde a segurança é entendida como um dado adquirido, algo que é tido como certo e integrante do destino, esta passa a ser referida em posições bem modestas ou nem é o é de todo. Uma coisa é certa, dificilmente alguém se desloca para um local onde se sinta inseguro e/ou ameaçado, pelo que, os turistas que nos visitam atualmente ao não referirem o vetor segurança como decisivo aquando da escolha do destino, acabam por estar a fazê-lo e a deveras considerá-lo no melhor dos sentidos, por omissão de modo implícito, já que o consideram como garantido como implícito, o que deve ser fator de orgulho para todos os envolvidos na operação turística, mas de alerta redobrado para o futuro, por forma a que este *status quo* se mantenha.

²⁹ Inspetor da Polícia Judiciária na Diretoria Sul. In Correio da Manhã de 03 de junho de 2018, p. 12. Artigo de opinião com o título “Turismo em Segurança”.

1.1.4. Influência do vetor Segurança na escolha do destino turístico

Poucas pessoas viajam para lugares classificados como inseguros nos principais *Indexes* da especialidade, provavelmente instáveis e onde equacionem que se venham a sentir em risco e/ou ameaçadas, ou que percecionem como inseguros, particularmente quando tratamos de famílias.

Importa também salientar para uma questão interessante do nosso ponto de vista, nomeadamente, quando se olha para estes dois setores turismo vs. segurança, referindo que dificilmente alguém conseguirá reduzir a um número quanto custa a segurança, dada a sua intangibilidade e tantas vezes vista como uma despesa e não como um investimento.

Contudo dificilmente alguém duvidará que a mesma valerá muito, mas mesmo muito dinheiro, atento a esta profícua e remuneradora interdependência saudável e que se tem consolidado com cada vez maior eficiência entre segurança e turismo, e que tanto retorno traz para a economia nacional, situação bem relevada pelo Ministro da Administração Interna de Portugal, Eduardo Cabrita, quando defendeu que **“só um país seguro atrai turistas**, investidores e novas populações” e que Portugal ter sido em 2017 considerado pelo GPI como o 3º país mais seguro do mundo é **“fundamental” para a economia**”³⁰.

Referiu ainda Eduardo Cabrita que “(...) Portugal é considerado, por avaliações internacionais, como o terceiro país mais seguro do mundo e isso é essencial antes de mais para os portugueses, para a consciência de tranquilidade, da vida em comunidade, mas também é fundamental para a economia, porque só um país seguro atrai turistas, investidores e novas populações (...)” e ainda que “(...) **Portugal quer continuar a ser um dos países mais seguros do mundo**” e frisou que a **“segurança não é uma responsabilidade exclusiva das forças de segurança, mas sim de todos (...)**”³¹.

³⁰ In Observador (online). Economia: Portugal ser o 3.º país mais seguro do mundo é “fundamental” para a economia. Disponível em <https://observador.pt/2017/11/27/portugal-ser-o-3-o-pais-mais-seguro-do-mundo-e-fundamental-para-a-economia/> (consultado em 29/05/2018). Negritos nossos.

³¹ *Ibidem*. Negritos nossos.

Ainda, segundo Desidério Silva, Ex-Presidente da Região Turismo do Algarve, este refere que apesar de o País, particularmente a região do Algarve ter inevitavelmente extraído dividendos das instabilidades e crises sentidas nos seus mais diretos concorrentes, facto que apesar de tudo não pode ser desprezado, aponta que tal não se deve apenas a essa mesma instabilidade, mas acima de tudo porque todos os “*stakeholders*” públicos e privados, particularmente na região, têm sabido criar, desenvolver e consolidar as condições para a região e o país ser mais competitivo, aproveitando as oportunidades e potenciando as mais valias já consolidadas, assim como outras ainda em processo de maturação e estruturação, apostando na criatividade, no dinamismo e empreendedorismo de todos os atores envolvidos na operação turística, numa perspetiva holística e integrada.

Elidérico Viegas, Presidente da Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA), referiu nas I Jornadas de Turismo e Segurança que tiveram lugar em 31 de Maio de 2017 em Albufeira, que os bons resultados turísticos não podem ser dissociados desta valência competitiva (segurança), sobretudo tendo em atenção que, a generalidade dos nossos concorrentes mais diretos, se vêm confrontando com situações de grave instabilidade que, na falta de soluções no curto prazo, se tornaram em verdadeiros problemas estruturais e, por conseguinte, de resolução muito demorada”.

Já o Dr. ° Figueiredo Lopes, Ex-Ministro da Administração Interna, aquando da sua intervenção nas I Jornadas de Turismo em Segurança ocorridas em 31 de maio de 2017 em Albufeira, referiu que “(...) a **análise do papel e do conceito da segurança como condição indispensável para o desenvolvimento do turismo** (...)” e que “(...) segundo os especialistas, na avaliação de destinos seguros, vários aspetos são tidos em conta no que toca, por exemplo, à prevenção e contenção da pequena criminalidade, como na perceção das características do meio ambiente e dos comportamentos que nele têm lugar (...)” e ainda que “(...) Na verdade, nas sociedades urbanas democráticas de hoje, abertas ao fluxo de ideias e das pessoas num mundo global cada vez mais complexo, a questão da segurança não pode ser reduzida à dimensão policial. É importante compreender-se que a segurança é uma questão eminentemente

coletiva, que tem muito a ver com o modo como as sociedades se organizam e funcionam. Convém não esquecer que a indústria do turismo, em particular, é altamente vulnerável à mudança do ambiente global de segurança provocada, por exemplo, pelos ataques terroristas ou pelas grandes catástrofes naturais. (...)”.

Lembrou ainda um caso concreto ilustrativo do impacto que estas ameaças podem ter sobre o sentimento de insegurança das pessoas e da economia, de modo profundo e prolongado. Um caso exemplar foi o que aconteceu no *Mont-Saint-Michel* – uma espetacular abadia medieval que é um dos principais destinos turísticos em França. Ali os negócios do turismo (hotéis, restaurantes, agências de turismo locais) caíram até 70% durante meses após os ataques de 13 de novembro de 2015, apesar deste local se situar longe de Paris, numa rocha isolada ao largo da costa noroeste da Normandia.

Já Ricardo Valadas, Inspetor da Polícia Judiciária na Diretoria Sul, num artigo de opinião³², relativo às II Jornadas de Turismo em Segurança ocorridas na Universidade do Algarve em 01 de junho, refere que “(...) foi possível analisar alguns elementos, que confirmam que o turismo e a economia portuguesa, dependem em grande medida dos indicadores de segurança existentes.

Em muitos dos resultados, nos estudos e questionários efetuados pela Universidade do Algarve, sobre perceção ao sentimento de segurança no destino turístico, o item segurança não aparece como fator decisivo na escolha do destino. Estes fatores são o clima, a hospitalidade e as praias. O fator segurança não aparece em primeiro lugar porque, no que ao destino Portugal diz respeito, este fator é assumidamente intrínseco à imagem do destino turístico. Já não se pensa em segurança quando se escolhe Portugal, porque esta existe e faz parte do nosso País (...)”.

Assim, por mais e diversificados produtos e oferta que o sector disponha e tenha para oferecer, são vários os autores que defendem que um destino apenas se conseguirá impor nesse âmbito, se for considerado um local seguro, ou seja, se quem nos escolhe e visita percecionar e considerar o destino como seguro (Lopes, et al., 2013).

³² In Correio da Manhã de 03 de junho de 2018, p. 12. Artigo de opinião com o título “Turismo em Segurança”

1.1.5. Síntese conclusiva

“Não haverá domínio científico cujo estudo atual seja mais interdisciplinar, compreensivo, holístico e abrangente do que a Segurança, na ordem do dia pelas más razões de uma comunidade internacional de risco” (Gouveia, 2018), não obstante Portugal se colocar em percurso ascendente nos lugares cimeiros dos Estados mais seguros e pacíficos do mundo, de há alguns anos a esta parte, como prova o 3º e 4º lugares obtidos por Portugal do GPI 2017 e 2018 do *Institute for Economics and Peace*, entidade de referência a nível mundial para estas questões. Ao todo, foram analisados 163 países (cerca de 99,7% da população mundial), utilizando de 23 indicadores qualitativos e quantitativos, o que revela bem a consistência e abrangência deste indicador.

A Europa, segue como a região mais pacífica do mundo, onde 8 dos 10 países mais seguros do mundo em 2017 estavam no Velho Continente. Já em 2018 a Europa regionalmente manteve o estatuto no GPI pelo décimo ano consecutivo, tendo conseguido 20 dos primeiros 30 lugares no ranking e ainda 25 das 36 nações europeias no TOP 50 do Index. Não obstante, apesar de globalmente ter mantido a sua posição regional relativa a par da Ásia Pacífico, América do Norte, e América do Sul, tem-se assistido em todas, a um ligeiro declínio da sua pacificidade e seguridade, facto que não é alheio certamente a complexa e instável conjuntura internacional.

Já no relatório de 2018, recentemente publicado, Portugal surge como 4º País mais seguro do mundo, tendo perdido uma posição no referido ranking relativamente a 2017.

Tal deve ser visto com satisfação e contentamento, mas ao mesmo tempo com muita humildade, serenidade e prudência, dado o mundo **globalizado e interconectado** em que nos inserimos, o que torna o ambiente internacional instável, volátil e frágil, e dependente de constantes de equilíbrios, **políticas e práticas preventivas**, proactivas, de diálogo, processos colaborativos e **cooperação**.

A atividade turística tem sido um dos principais motores da recuperação económica portuguesa no pós-crise em que o país se viu mergulhado no passado recente, alavancando a recuperação de toda uma economia em francas dificuldades. Atividade

que não pode ser dissociada do ambiente seguro que se tem vivido em Portugal, importando referir que os concorrentes diretos de Portugal se vêm confrontando com situações de grave instabilidade, que na falta de soluções de curto prazo, se tornaram verdadeiros problemas estruturais, e por conseguinte de resolução demorado e que só recentemente mostram sinais de retoma no que a este setor diz respeito, em virtude do desagravamento da sua imagem interna em termos de segurança junto de quem viaja em turismo.

Refere Figueiredo Lopes³³ que “(...) é cada vez mais importante discutir as questões relacionadas com a insegurança nos meios turísticos e nas suas periferias, de modo a encontrar soluções que possam contribuir para prevenir e minorar algumas das suas manifestações(...)” e que “(...) é preciso encarar com determinação e partilha de responsabilidades pelas diferentes organizações públicas e privadas, tendo em vista a definição de estratégias e medidas que garantam a segurança e bem-estar dos turistas. Estratégias de segurança que se devem preocupar com o reforço da confiança entre o setor empresarial e as forças e serviços de segurança de modo a proporcionar aos turistas um sentimento de maior segurança e, simultaneamente, contribuir para a viabilidade e sustentabilidade de um produto turístico de grande qualidade.

A confiança mútua exige também o reforço da cooperação e interação entre a organização policial e os cidadãos, mediante a adoção de mecanismos de comunicação, participação e associação comunitária, que respondam às peculiaridades de cada situação e evitem que o reforço de medidas securitárias acabe por paralisar ou “estrangular” a atividade turística (...)”

Nesta mesma linha de pensamento referiu o Tenente General Tomé Pinto³⁴ Ex-Comandante Geral da GNR “(...) o Turismo é uma atividade volúvel que vive quase exclusivamente do sentido de segurança e bem-estar que exista na região e no país que se procura. Portugal tem sido um bom destino e em muito especial a região do Algarve que a muitos dos presentes se deve (...) e que “(...) Não podemos adormecer sobre os louros colhidos porque a(s) Ameaça(s) existem, persistem e diria mesmo

³³ In I Jornadas de Turismo em Segurança ocorridas em 31 de maio de 2017 em Albufeira.

³⁴ In I Jornadas de Turismo em Segurança ocorridas em 31 de maio de 2017 em Albufeira.

estão em ritmo crescente em especial com o desenvolvimento do terrorismo ideológico que está caminhando em direção e na Europa. Surge quando menos o esperamos e a Europa já tem sido vítima, daí a enorme importância dos Serviços de Informação e da nossa Polícia Judiciária que tem assumido um papel da maior importância (...).”

Já o Dr.º João Fernandes, atual Presidente da Região Turismo do Algarve aquando da sua intervenção³⁵ referiu “(...) entendemos assim, que, mais do que apenas atestar que a **segurança é um fator fundamental para a competitividade do destino turístico**, é necessário que aquela que é a principal atividade económica da região assuma também o seu papel na construção de uma rede colaborativa(..)” e que “(...) É bom sabermos que para este resultado contribuíram fatores com a confiabilidade dos serviços de segurança e o reduzido impacto do crime e da violência nos custos das empresas. No Algarve os elevados níveis de satisfação (98%), de recomendação (96%) e de regresso (97%) apontados pelos turistas, são também um claro sinal de uma perceção de segurança. (...)”.

1.2. O Fenómeno Criminal em Zonas Turísticas

1.2.1. Crime e o fenómeno criminal

A criminalidade seja ela organizada ou não, diz respeito a um conjunto de atos penalmente puníveis, numa determinada sociedade e num determinado período histórico. Esta definição retém o facto de não existir uma definição universalmente aceite de crime e de variarem no tempo histórico os atos que são considerados crime (Gouveia, et al., 2015, p. 87).

Contudo do ponto de vista formal, pode-se dizer que a noção de crime se prende sobretudo com a ofensa grave aos bens jurídicos essenciais, ou pelo menos assim considerados por uma comunidade historicamente organizada. O crime corresponderá, assim, à descrição formal de uma determinada conduta considerada lesiva de

³⁵ Idem. Negrito nosso.

bens jurídicos fundamentais e que a noção material de crime deve concretizar-se segundo três linhas político-dogmáticas essenciais:

- Enquanto objeto de política criminal: a noção de crime deverá estar suportada na vontade comunitária, que elege os bens jurídico essenciais e o grau de lesividade ou perigosidade das condutas, e, portanto, histórica e geograficamente variável;
- Fortemente limitada por postulados constitucionais incontornáveis: os princípios da proporcionalidade, da necessidade, da adequação e da culpa restringem a discricionariedade do legislador para criminalizar comportamentos;
- Delimitada pelo catálogo de bens jurídicos fundamentais de natureza constitucional e internacional, o que significa que a noção material de crime não poderá ignorar a hierarquia de bens jurídicos aposta na Constituição da República Portuguesa e na Convenção Europeia dos Direitos do Homem (Gouveia, et al., 2015, pp. 83-84).

Refere ainda o autor que a criminalidade “(...) emerge como uma realidade complexa resultante da associação de fatores individuais e sociais. No quadro da relação crime-sociedade, importa considerar o axioma de que cada sociedade gere o seu tipo de comportamento desviante e de crime. Na sociedade global e do consumo, o crime patrimonial é predominante e a criminalidade transnacional organizada assume uma importância crescente, enquanto o desenvolvimento das tecnologias da informação faz surgir o cibercrime (...)”.

Já refere Adriano (2017, p. 3) “(...) para promover o turismo, é necessário atuar no campo da prevenção criminal, enquanto estratégia para promover o sentimento de segurança, que permita satisfazer as necessidades básicas de segurança dos turistas e dinamizar a imagem do País além-fronteiras, numa ótica de turismo sustentável (...)” e que “(...) o sentimento de (in)segurança, encontra-se associado a um fenómeno complexo que a literatura científica designa de “medo do crime”, e que pode ser entendido como uma “consequência da perceção de risco, sendo o grau de medo associado a certos tipos de crime em função da gravidade percecionada dos crimes, do

risco de vitimização percecionado e do valor atribuído à segurança física e à propriedade” Warr (2000, cit. por Fernandes, 2015, p. 312)”.’

Já refere (Gouveia, et al., 2015, p. 443) “(...) o sentimento de insegurança inclui duas dimensões: a preocupação com o crime, i.e. com a sua etiologia; e o medo do crime. i.e. a avaliação ou representação, que os indivíduos fazem sobre a possibilidade de serem vítimas de um crime. Retenha-se que, independentemente de terem sido ou não vítimas ou intervenientes em atos de violência, o medo do crime é sempre real nos seus efeitos para os indivíduos que o sentem (...)”.

Aponta ainda o autor que o significado social e político atual da questão da insegurança surge, assim como a resultante da combinação do aumento da criminalidade com um processo de seleção e construção social do crime como risco. Com efeito, apenas deste modo é explicável a centralidade da criminalidade relativamente a outros riscos que caracterizam a modernidade.

Por seu turno a criminalidade organizada apresenta-se como “um fenómeno global contemporâneo de carácter político, económico e social, cuja associação de um grupo organizado de três ou mais pessoas, vinculadas por afinidades ou objetivos comuns, se dedicam a uma ou mais atividades criminosas para, de forma constante, obterem benefícios económicos e de outra ordem”.

Esta criminalidade funciona como “uma rede de intercâmbio social no seio da comunidade, desenvolvendo as suas atividades para além do espaço geográfico de um país tentando diluir o político com o delito, agindo numa lógica de poder como se tratasse de um Estado paralelo”

A perceção do crime transnacional pode ser observada através das respostas políticas dadas pelas organizações internacionais, destacando-se a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) e União Europeia (EU), as quais incorporaram em seu debate o impacto do crime organizado transnacional na agenda global e a sua influência para a segurança mundial.

Mas o que é o crime organizado na prática, bom são: os gangues de bairro; as associações criminosas (ou criminais) e as “máfias”, estágio supremo do crime organizado por exemplo, sendo as atividades principais do crime organizado: o tráfico de

droga; a corrupção de funcionários; o tráfico de armas; infiltrar negócios legais; o tráfico de seres humanos; falências fraudulentas; os sequestros e resgates; o tráfico de obras de arte; lixo tóxico; cibercrimes; lavagem de dinheiro; pirataria, etc.

São exemplo de algumas características das organizações de crime organizado, a hierarquia, a estabilidade ao longo dos tempos, a divisão de tarefas, a disciplina do segredo, a cerimónia de iniciação, a infiltração das (silenciosa) instituições, a internacionalização e a lavagem dos lucros ilícitos.

Existem diferenças entre crime organizado e terrorismo, nomeadamente:

- o terrorismo tem ideologia, quer laica quer religiosa;
- o crime organizado não tem ideologia, só visa o lucro por meios ilícitos;

A fronteira entre o crime organizado e o terrorismo também não é de fácil definição. Não obstante por vezes “colaboram”, podendo haver organizações criminosas que sirvam grupos terroristas. As FARC são um claro exemplo do quão preponderante é o crime organizado de tráfico de droga na sua atividade. Por outro lado, o objetivo é sobretudo a obtenção de fundos, documentação, de armas e explosivos.

Alguns exemplos desta colaboração são: os atentados de Madrid (11/3/2004), foram realizados com explosivos obtidos junto de um traficante local, por troca direta com haxixe marroquino; as FARC colombiana: deixou de ser uma organização revolucionária e passou a dedicar-se à criminalidade organizada; o AQMI no Sahel: durante os últimos anos (até à “operação *Serval*” no Mali) praticamente só se dedicava à criminalidade organizada e o “Estado Islâmico” que financia-se com a venda de petróleo a preços baixos, com o tráfico de obras de arte e de antiguidades, com os resgates de sequestros, venda de escravo(as), etc.

A “criminalidade transnacional organizada emerge nas cenas científica e política internacionais na década de 1990 e no rescaldo do fim da Guerra-fria.”³⁶

³⁶ Lourenço, Nelson – As novas Fronteiras da Segurança Interna Segurança, Ciclo de Conferências Segurança e Desenvolvimento no Comando Geral da Guarda Nacional Republicana. 4ª conferência, 2024.

O crime organizado transacional” é um fenómeno complexo, polimórfico, sem fronteiras, oportunista, sempre em transmutação, que provoca estigmas nas sociedades e desafia o poder dos Estados, colocando em causa o desenvolvimento, a justiça, as economias lícitas e a segurança dos povos, das instituições e dos países.”³⁷

Nenhum “país pode hoje afirmar estar imune a influências exteriores e nenhum país tem capacidade e meios para afrontar sozinho a criminalidade transnacional organizada”.³⁸

1.2.2. Tipologias criminais mais frequentes em destinos turísticos

Refere (Brás, 2012) que “na relação entre turismo e crime existem dois pontos de vista aceites: o primeiro estabelece uma relação direta entre o aumento do número de turistas com a subida da taxa de criminalidade; o segundo considera que o aumento de crimes pode estar diretamente ligado à tipologia do turista ou da viagem, uma vez que esta é importante na categorização da experiência turística e nos aspetos relativos à segurança.

Com efeito, aponta ainda a autora que existem outros fatores importantes na vitimização dos turistas, tais como: as características étnicas, a escolha do tipo de alojamento, a idade, viajar só ou acompanhado, o género, a nacionalidade, entre outros. Convém referir que, quando comparada a relação entre crime turístico e sazonalidade, concluiu-se que crimes como roubos, furtos, raptos e homicídios, aumentam significativamente em períodos denominados de “época alta” comparativamente a outros períodos do ano.

Para Tarlow & Muehsam (1996) existem duas categorias de crime que afetam diretamente os turistas: os crimes planeados (por exemplo, terrorismo) e os crimes de oportunidade (por vezes com recurso à violência, contra uma vítima desconhecida e em que o agressor tem alguma forma de gratificação económica, psicológica ou sexual).

³⁷ Sousa, F et al., 2014. A Ameaça do Crime Organizado Transnacional em Portugal. Revista de Ciências Militares, maio de 2014 II (1), p. 13-39.

³⁸ Lourenço, Nelson – As novas Fronteiras da Segurança Interna Segurança, Ciclo de Conferências Segurança e Desenvolvimento no Comando Geral da Guarda Nacional Republicana. 4ª conferência, 2024.

Com efeito apesar de se entender que há relação direta entre as diferentes partes envolvidas na indústria turística, o crescimento do turismo tem sido acompanhado por um aumento significativo de incidentes de segurança (roubos, assaltos, fraudes) e ainda crimes de ofensa corporal, sexual, entre outros (Glensor & Peak, 2004). Regra geral, os crimes mais reportados a nível internacional contra turistas são: a prostituição, os roubos de carteiras, os assaltos a viaturas, a fraude, o crime organizado, a atividade de gangs, o jogo ilícito, as burlas com alojamento ou arrendamento de casas, os roubos em bares ou outros estabelecimentos, os crimes em transportes públicos (autocarros, metro, terminais de aeroportos, entre outros) e o terrorismo (Glensor & Peak, 2004).

A segurança turística envolve situações de instabilidade resultantes da globalização do fenómeno terrorista, mas também problemas decorrentes da “típica” pequena criminalidade junto de turistas e visitantes, consubstanciada em furtos³⁹ simples ou qualificados (de relevar os cometidos em interior de residência) e roubos⁴⁰ (e.g. por “esticão”) na via pública, nem sempre destituídos de alguma violência, o que inexoravelmente conflui num escalar do sentimento de insegurança e na diminuição do grau de satisfação dos turistas que nos visitam e que importa a todo o custo mitigar.

³⁹ O crime de furto constitui-se como um ilícito criminal contra a propriedade, e ocorre quando alguém com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair coisa móvel ou animal alheios, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa. A tentativa é punível e o procedimento criminal depende de queixa. Para mais informações consultar: Código Pena Português, aprovado pelo Decreto Lei n.º 48/95 de 15 de março, na sua 46ª Versão que lhe foi dada pelo DL n.º 16/2008 de 27 de março, cfr. Art.º 203º - Furto *In* http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=109A0203&nid=109&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao= consultado em (20/06/2018).

⁴⁰ O crime de roubo constitui ilícito criminal contra a propriedade, e ocorre quando alguém com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair, ou constranger a que lhe seja entregue, coisa móvel ou animal alheios, por meio de violência contra uma pessoa, de ameaça com perigo iminente para a vida ou para a integridade física, ou pondo-a na impossibilidade de resistir, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos; A pena é a de prisão de 3 a 15 anos se: a) Qualquer dos agentes produzir perigo para a vida da vítima ou lhe infligir, pelo menos por negligência, ofensa à integridade física grave; ou b) Se verificarem, singular ou cumulativamente, quaisquer requisitos referidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 204.º, sendo correspondentemente aplicável o disposto no n.º 4 do mesmo artigo. Se do facto resultar a morte de outra pessoa, o agente é punido com pena de prisão de 8 a 16 anos. Para mais informações consultar: Código Pena Português, aprovado pelo Decreto Lei n.º 48/95 de 15 de março, na sua 46ª Versão que lhe foi dada pelo DL n.º 16/2008 de 27 de março, cfr. Art.º 210º - Roubo, *In* http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=109A0210&nid=109&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&nversao= consultado em (20/06/2018).

Configura o crime de roubo e não o crime de furto a conduta de quem se abeira da vítima, que por exemplo transporta uma carteira, debaixo de um braço e, de surpresa, com um esticão, agarra a mesma carteira e retira-a desse local, pondo-se em fuga, com a dita carteira em seu poder, sendo de imediato sentido pela vítima. Retirar algo assim de alguém, de forma brusca, só pode ser considerado um ato violento, pois trata-se da intromissão no corpo de uma pessoa por meio de uma conduta que visa quebrar ou impedir a resistência da vítima (aproximação de surpresa, puxão, fuga subsequente imediata).

O conceito de violência⁴¹, para que exista roubo, implica que se traduza ou consista no mero uso de força física em vista à subtração independentemente de contacto físico com a pessoa, ainda que se possa e deva exigir que a coisa subtraída se mostre ou esteja cingida ao corpo da pessoa sobre quem incide tal conduta física do agente do crime. O mero puxar de uma carteira, que seja segura e transportada debaixo do braço, o roçar da mesma no momento em que alguém é desapossado(a) de tal objeto, pela força ou ação repentina e inesperada empregue pelo arguido, configura o conceito de violência, para efeitos do previsto no artigo 210.º, do Código Penal.

Já da díade, crime de roubo/crime de furto simples, que algumas vezes se coloca, como subterfúgio de os defensores lograrem penas mais leves para os seus representados: não há muito a dizer sobre esta questão, face ao que a jurisprudência, há largos anos, vem entendendo, no sentido de que o vulgo “esticão” integra o crime de roubo.

Para dar uma ideia desta temática debruçemo-nos sobre a Região turisticamente mais importante do País, o Algarve e onde chega-se a receber entre 5 a 6 milhões de turistas e visitantes e ter uma população flutuante permanente de cerca de milhão e meio durante os meses da época estival.

Assim e de acordo com o Relatório Anual de Informações de 2016 da GNR, em relação à criminalidade geral, e atento à área onde a Guarda é territorialmente competente, analisando o número total de crimes registados pela GNR na última década,

⁴¹ Cfr. Acórdão Tribunal da Relação de Coimbra NUIPC n.º 133/09.8GAOHP.C1 de 27 de abril de 2011 *In* <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/9edcd1e8a5c0106980257886003a437e?OpenDocument> consultado em (20/06/2018).

os valores registados em 2016 (137.822) situam-se muito abaixo da média dos últimos 10 anos (175.193).

Constata-se que os distritos do Porto (20.576), Setúbal (15.418), Faro (14.084), Aveiro (12.819), Lisboa (11.620) e Braga (11.170) por esta ordem, foram aqueles onde se registaram valores mais elevados de criminalidade participada em 2016.

Analisando a variação em relação ao ano anterior, constata-se apenas uma subida do número de crimes na Região Autónoma dos Açores (+ 60).

Quanto às descidas, verifica-se que foram generalizadas e mais acentuadas nos distritos com maior criminalidade, destacando-se os distritos do Porto (-2.188), Santarém (-1.859), Leiria (-1.650) e Aveiro (-1.624). Faro registou uma ligeira descida (-184).

Relativamente ao “peso relativo” que cada distrito representa no total da Criminalidade Geral, verifica-se que o distrito do Porto é o que mais se destaca, representando 14,9% do total da criminalidade registada pela GNR, surgindo em seguida um grupo de 5 distritos (Setúbal, Faro, Aveiro, Lisboa e Braga) que todos agrupados representam cerca de 62,2% do total na área da Guarda, mas correspondendo apenas a 25,9% do total da criminalidade nacional.

Ao analisar os índices de criminalidade por 10.000 habitantes⁴² residentes na área à responsabilidade da GNR, verificamos que na média nacional ocorrem cerca de 245,5 crimes por cada dez mil habitantes. Ao fazermos esta análise por distritos, constata-se uma significativa alteração na ordenação dos mesmos, sendo o distrito de Faro, com cerca de 462,6 crimes por cada dez mil habitantes, aquele que apresenta o valor mais elevado a nível nacional.

Este valor do distrito de Faro não poderá ser dissociado das suas características muito particulares, nomeadamente:

- o elevado número de turistas portugueses e estrangeiros que durante todo o ano afluem a esta região;

⁴² Os dados referentes ao número de residentes na área da GNR foram obtidos nos registos da população residente por freguesia efetuados pelos Censos 2011.

- o fenómeno das movimentações sazonais, circunstâncias que originam aumentos exponenciais da população presente, com especial incidência na época balnear.

Tendo em conta a média mensal da população flutuante, constata-se uma significativa redução dos crimes por 10.000 habitantes, enquadrando-se nesta circunstância a criminalidade em valores acima da registada no distrito de Aveiro (225,5 crimes por cada 10.000 habitantes)⁴³.

Já em relação à criminalidade grave e violenta, constata-se que os distritos de Setúbal (620), Faro (511), Lisboa (413), Porto (352), Aveiro (268) e Santarém (171), foram aqueles onde se registaram valores mais elevados em 2016.

Analisando a variação desta tipologia criminal em relação ao ano anterior, podemos verificar que as maiores subidas ocorreram nos distritos de Lisboa (+37) e Faro (+22).

No que diz respeito à localização dos roubos, constata-se que os distritos com maior incidência foram: Setúbal com 21,1% dos casos, Faro com 15,4%, Porto com 15,3%, Lisboa com 13,8%, Aveiro com 7,3% e Braga com 6,1%.

Importa ainda avaliar o número de roubos por cada 10.000 habitantes, tendo em conta os 2.148 crimes registados.

Assim, verifica-se que os distritos de Faro com 10,9 e Setúbal com 10,8 roubos por cada 10.000 habitantes, são os que apresentam maior índice nesta tipologia criminal.

Seguindo a mesma metodologia já descrita anteriormente, o número de ocorrências criminais no distrito de Faro diminui significativamente de 10,9 crimes por cada 10.000 habitantes para 5,3 crimes, se se considerarem os passantes/veraneantes (sendo de 320.189 a média por mês em 2015).

⁴³ Ou 225,5 crimes por cada 10.000 habitantes, tendo em conta os passantes veraneantes (320 189 é média por mês em 2015). Este cálculo teve por base o relatório “Anuário Estatístico da Região do Algarve 2015” publicado pelo INE Edição 2016.

Quando olhamos para o **roubo na via pública**, este tipo de crime é mais frequente nos maiores aglomerados populacionais, tendo-se verificado com especial incidência no distrito de Setúbal (204), seguido de Faro (144), Lisboa (112), e Porto (112).

Os concelhos mais afetados foram: Almada, **Albufeira**, **Loulé**, Cascais, Sintra, Moita, Palmela, Vila Nova de Gaia, Seixal Sesimbra e Montijo.

Já em relação aos **roubos por “esticação”**, os distritos de Setúbal (178) e Faro (132), são os que apresentam o maior número de registos, seguidos por Lisboa (110), Porto (104), Leiria (52), Aveiro (45), e Santarém (45).

Os concelhos de Albufeira, Almada, Loulé, Cascais, Sintra, Sesimbra, Palmela, Leiria, Moita e Vila Nova de Gaia, são os mais fustigados por este tipo de crime, à semelhança do que sucede com os crimes de roubo na via pública (exceto por esticação).

Em relação aos roubos a estabelecimentos comerciais, à semelhança de anos anteriores, os distritos com maior número de Roubos a estabelecimentos foram: Porto com 24 casos, Lisboa com 20, Faro com 19 casos, Aveiro com 18 e Setúbal com 13. Estes distritos representam 80,3% do total deste tipo de roubos.

Já no que concerne ao **roubo a residência**, este implica sempre a subtração de bens do interior de uma residência e/ou anexos por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.

Durante o ano de 2016, foram registados 192 roubos a residências, verificando-se uma descida de 28,1% (-75 casos) em relação ao ano anterior, acentuando a tendência de descida dos últimos anos.

Os distritos que mais ocorrências registaram foram Porto com 31 roubos (+8 casos), seguido de Braga com 24 roubos (+13 casos) e Faro como o terceiro distrito com mais roubos em residência com 22 casos (-22 casos).

De salientar que os distritos em que se verificaram as maiores descidas no registo deste tipo de crime, foram Leiria com 10 roubos (-29 casos), seguido de Faro com 22 (-22 casos), Setúbal com 20 (-15 casos), Aveiro com 18 (-13 casos) e Santarém com 17 (-12 casos).

Em relação à criminalidade Juvenil, durante o ano de 2016 verificou-se a participação de 1.164 indivíduos menores de 16 anos (922 masculinos e 242 femininos) em 826 ações registadas de natureza criminal. Relativamente ao ano anterior, verifica-se um decréscimo de 78 crimes e a um decréscimo do número de menores participantes nestes delitos (-73).

Analisando agora os locais onde foram cometidos os 826 crimes, verifica-se uma maior incidência nos distritos de Setúbal com 179 crimes (21,7%), Porto com 101 crimes (12,2%), Faro com 74 crimes (9%), Aveiro com 65 crimes (7,9%), e Lisboa com 60 crimes (7,3%), como se pode visualizar na ilustração seguinte.

Já o fenómeno da criminalidade grupal caracteriza-se pela participação de três ou mais indivíduos na prática de uma ação criminosa.

Em 2016, registaram-se 1.016 ocorrências, que representam um decréscimo de 125 casos relativamente a 2015, significando percentualmente um decréscimo de - 11%.

Constata-se que os maiores aumentos ocorreram nos distritos de Viana do Castelo com mais 25 situações, Guarda com mais 19, Faro com mais 12 e Portalegre com mais 11 situações. Quanto às principais descidas, destacam-se os distritos de Setúbal (-63), Braga (-30), Santarém (-21) e Viseu e Castelo Branco (-17 cada).

A GNR registou assim, na sua área de responsabilidade, durante o ano de 2016, um total de 137.822 crimes, que corresponde a uma descida de 10,8% (-16.604 crimes) em relação ao ano anterior. No sentido de melhor se perceber o significado deste total anual, pode-se dizer que o mesmo corresponde, aproximadamente, à ocorrência de um crime a cada 4 minutos (378 crimes/dia, 16 crimes/hora).

O distrito do Porto foi o mais afetado em termos de criminalidade geral, representando 14,9% do total da criminalidade nacional, seguido dos distritos de Setúbal (11,2%), Faro (10,2%), Aveiro (9,3%), Lisboa (8,4%) e Braga (8,1%), representando estes seis distritos um total de 62,2% do total nacional na área da GNR.

O mundo globalizado aliado à falta de instrumentos de planeamento e ordenamento e pressões empresariais mais vocacionadas para lucros rápidos e fáceis, impul-

sionaram o setor turístico nalguns locais do país para um redirecionamento do público alvo, centrado nos jovens, à semelhança, diga-se de muitos outros, destinos concorrentes, mais direcionados para o turismo de massas, nomeadamente muitas zonas turísticas espanholas (e.g. veja-se a situação ocorrida na noite de 25 de junho de 2017 em Albufeira, que motivou um musculada intervenção policial e foi fortemente mediatizada nacional e internacionalmente como exageradamente repressiva, nomeadamente pelos media ingleses, país aliás donde eram oriundos a maioria dos turistas que provocaram os desacatos).

Este tipo de oferta amiúde arrasta pequenos grupos que provocam desacatos e têm comportamentos desviantes e de alto risco, colocando em causa a realidade da generalidade dos jovens que, em boa verdade, têm comportamentos socialmente aceites e não podem ser confundidos com aqueles que, de forma intencional, ofendem a dignidade e integridade física de terceiros.

Os distúrbios são frequentes e recorrentes, o que exige uma afetação muitas vezes excessiva e cada vez maior de efetivos policiais, postos ao serviço de pequenos grupos de interesse, face ao incremento das ocorrências que se verificam nestes locais turísticos, confrontados com a necessidade de mais e mais policiamento, com nítido prejuízo para os restantes cidadãos e setores de atividade.

A elevada concentração de efetivos policiais postos ao serviço em zonas especificamente problemáticas, resulta não poucas vezes para um prejuízo para os restantes cidadãos e pode colocar em causa a segurança de outros bens patrimoniais, dos cidadãos em geral e de outros turistas.

Acresce que, um policiamento mais musculado e intimidatório não só contraria aquilo que em teoria deveria ser a metodologia de intervenção em termos de segurança numa zona de veraneio, como pode funcionar como dissuasor dos graus de satisfação dos turistas que nos visitam.

O facto de outros destinos turísticos concorrentes já terem abandonado este tipo de modelo de desenvolvimento do setor, tendo chegado à conclusão que o mesmo não seria sustentável no futuro a médio longo prazo, está a contribuir decisivamente

para aumentar a necessidade de se refletir e repensar estas realidades, tentando perceber e direcionar o nosso modelo para aquilo que se entenda como mais proveitoso mas ao mesmo tempo mais sustentável dada a nossa realidade, e nessa senda adequar os métodos e formas de policiamento a esse modelo de desenvolvimento do setor.

1.2.3. Considerações sobre a influência do vetor crime na escolha do destino turístico

Poucas pessoas viajam para lugares classificados como inseguros nos principais *Indexes* da especialidade, provavelmente instáveis e onde equacionem que se venham a sentir em risco e/ou ameaçadas, ou que percecionem como inseguros, particularmente quando tratamos de famílias, quer estejamos a falar de criminalidade, quer seja terrorismo por exemplo.

Vivemos num mundo conturbado, difícil e inseguro. A segurança assumiu-se, definitivamente, como um dos vetores que mais determina a competitividade económica e turística das regiões, dos países e porque não do mundo contemporâneo.

A segurança no turismo envolve situações de instabilidade resultantes de vários fenómenos globais, e.g. o terrorismo, mas também problemas decorrentes da pequena criminalidade junto de turistas e visitantes

Veja-se o referido pelo Superintendente da PSP, Jorge Maurício⁴⁴, Comandante do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP, quando referiu que se constata cada vez mais em Lisboa, um escalar no grau de violência com que o dito pequeno ilícito criminal, até agora era cometido, salientado que há uma notória alteração daquilo que eram os padrões comportamentais tidos pelos transgressores, salientado a realidade atual Lisboaeta, onde até o vulgar carteirista coloca agora na sua ação criminosa um grau de violência que não era habitual, e que por isso exige um esforço redobrado e uma necessária adaptação e ajustamento nas práticas e ações policiais, no sentido de evitar tanto quanto possível e/ou mitigar os seus efeitos, sob pena de se criarem ondas

⁴⁴ Por ocasião das II Jornadas de Turismo em Segurança ocorridas em 01 de junho de 2018 e que tiveram lugar na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve.

de insegurança e “medo” devido à cada vez maior violência utilizada, junto da comunidade turista que nos visita em números cada vez maiores e que importa salvaguardar e consequentemente os fluxos de turistas serem afetados, por estas mesmas razões.

As questões da grande criminalidade exigem, obviamente uma abordagem e uma colaboração e cooperação entre países, incluindo eficazes sistemas de informações de segurança dotados de ferramentas úteis e eficientes que possam pragmaticamente fazer face a estes fenómenos cada vez mais, complexos, globais e transversais a vários setores da vida em sociedade.

Já o incremento do pequeno crime, organizado ou não, contra pessoas e bens patrimoniais, pode ser resultante entre outros fatores de fiscalização policial insuficiente, falta de legislação nacional, regional e municipal apropriadas, nomeadamente sobre os horários e funcionamentos de estabelecimentos de diversão noturna (bares, discotecas, etc.), ocupação excessiva da via pública para a prática de venda ambulante, incluindo a comercialização de bebidas alcoólicas e outras substâncias, falta de sistemas eficazes de videovigilância em quantidade e qualidade, falta de controlo sobre os comportamentos e posturas de turistas e cidadãos em geral geradores de desacatos, segurança privada pouco habilitada a lidar com este tipo de conflitos, cuja amplitude falta de profissionalismo transforma, não raras vezes, em confrontos físicos graves ou até na morte de algum dos intervenientes (veja-se *e.g.* os gravíssimos desacatos ocorridos no exterior da Discoteca *Urban Beach* também em Lisboa a 1 de novembro de 2017 onde dois jovens foram violentamente agredidos pelos próprios seguranças do espaço, tendo tudo sido gravado em telemóveis por outros utentes que se encontravam nas imediações do espaço, e ainda, a situação ocorrida no exterior do estabelecimento *Barrio Latino* em Lisboa a 8 de dezembro de 2017, que culminou já de madrugada na morte de um dos seguranças a tiro de pistola por um jovem de 17 anos).

Concentrar esforços financeiros nesta área tem de ser uma prioridade estratégica nacional, tendo claras e significativas repercussões exponenciais no saldo da balança turística nacional e por conseguinte no PIB nacional, indicador para o qual o setor

turístico nacional tanto contribui em termos relativos, quando comparado com as restantes atividades económicas, mas só quando a mesma for vista como um investimento por todos os “stakeholders” envolvidos e não como um despesa se conseguirá verdadeiramente ir á essência e ao âmago da questão, com enormes benefícios para aquele que atualmente é o grande motor económico nacional, que é o turismo e garantindo assim a manutenção, consolidação e eventual incremento da competitividade distintiva, que este setor já granjeia em comparação com os nossos mais diretos concorrentes nesta área económica, muito devido ao ambiente seguro que vivemos e que não devemos negligenciar, sob pena dos danos e efeitos daí advenientes serem bastantes onerosos para todos os envolvidos, públicos e privados, bastando para isso olhar para as consequências decorrentes dos fenómenos ocorridos em alguns países da Europa e da bacia mediterrânica.

Ora, dito isto, creio que um País como Portugal onde em termos económicos, é “órfão” por razões várias, de uma base ampla e diversificada de atividades verdadeiramente relevantes à escala internacional, deve ter especial preocupação e cuidado com todas as componentes que permitem a manutenção do “*status quo*” de setores relevantes e com escala internacional, como é o caso particular do Turismo, do qual me arrisco a dizer, tem uma dependência estratégica quase que endógena ao próprio país e a tudo aquilo que o constitui e caracteriza.

1.2.4. Síntese conclusiva

A Agenda Europeia sobre segurança de 2015 (*European Commission*, 2015) identifica três ameaças: o terrorismo, a **criminalidade organizada transnacional** e o cibercrime (Lourenço, et al., 2018, p. 49)

Os fenómenos criminais graves, organizados, transnacionais e, em muitos casos, altamente violentos, incluindo o terrorismo, por colocarem em causa a segurança e na estabilidade dos Estados e o espaço de liberdade, segurança e justiça da União Europeia, requerem o reforço das sinergias e da cooperação a todos os níveis para uma resposta eficaz e coordenada a nível nacional, europeu e internacional.

Esse reforço pressupõe uma melhor organização interna e capacitação dos Estados para responder às exigências de cooperação, melhorando a aplicação dos instrumentos existentes, garantindo uma interlocução qualificada, assegurando a implementação de orientações e de boas práticas e, bem assim, implementando metodologias adequadas de recolha, tratamento e partilha da informação, no plano interno e no quadro da União Europeia.

O intercâmbio de informações entre os Estados –Membros é, neste contexto, um instrumento decisivo para as autoridades de aplicação da lei, não só no combate à criminalidade grave e organizada, mas também às infrações de menor gravidade cometidas em grande escala, por grupos criminosos móveis ou por criminosos individuais que operam em vários desses países.

Respeitando as competências nacionais de garantia do cumprimento da lei e de salvaguarda da segurança interna, e sempre no pleno respeito dos direitos fundamentais dos cidadãos, todas as partes interessadas, nacionais, europeias e internacionais, têm de trabalhar melhor em conjunto para enfrentar os riscos e as ameaças transnacionais.

A consecução deste objetivo é levada a cabo através da cooperação das autoridades competentes dos Estados- -Membros da União Europeia, incluindo as forças e serviços de segurança e as demais autoridades de aplicação da lei especializadas na prevenção e deteção de infrações penais e na realização de investigações criminais, no apuramento da responsabilidade penal.

A segurança, tem um valor inegável e deve ser entendida como um ativo fundamental para a melhoria dos níveis de confiança de quem nos visita, sendo um fator determinante para o sucesso do desenvolvimento turístico.

Uma política de segurança eficaz passa por criar condições de segurança estáveis e duradouras ao longo de todo o ano, resultante da fixação na região do número de efetivos policiais adequados às reais necessidades turísticas, impostas pelo aumento da procura.

Considerando a complexidade das novas formas de criminalidade aliadas ao seu cariz multidisciplinar considera-se fundamental apostar, cada vez mais, numa estratégia de investigação e prevenção complementar e articulada entre as diferentes forças policiais e serviços de segurança, bem como com a indústria hoteleira e turística, evitando-se a implementação de medidas de segurança emergentes e intimidatórias que possam funcionar como dissuasoras dos graus de satisfação dos turistas que nos visitam.

Implementação de ações de formação contínua, assim como outras medidas destinadas à dignificação dos profissionais das forças e serviços de segurança, incluindo a modernização de equipamentos e tecnologias, viaturas e estruturas de suporte operacionais, especialmente ao nível de instalações de atendimento ao público e condições de trabalho e de estada.

Desenvolvimento de abordagens e estudos criteriosos e inteligentes sobre segurança, entre os diversos parceiros, de forma a quebrar a inércia sobre uma matéria estratégica e prioritária para a economia regional e, consequentemente, para o maior sector exportador nacional - o turismo.

Torna-se necessário refletir sobre as tendências destes fenómenos, e de implementar medidas que ajudem a esbater um fenómeno cada vez mais internacionalizado e capilarizado, desde o pequeno furto do vulgo carteirista perpetrado na via pública, até ao roubo por “esticção” violento, iniciadores de traumas e gerando descontentamentos desnecessários nos turistas que nos visitam, sempre numa perspetiva de equilíbrio entre liberdade e segurança.

Para que se atinja tal desidrato, julga-se que a aposta e reforço do policiamento de proximidade qualificado, apostando na investigação e na formação qualificada das várias Forças policiais em presença, e ainda a indispensável dotação de meios técnicos, assim como, a dotação de zonas públicas de animação turística noturna, com sistemas de videovigilância eficientes, disciplinar a ocupação da via pública, fazer cumprir o regulamento geral do ruído e limitar o período de funcionamento dos bares, e deve ser de forma integrada, estrutural e holística o fio condutor das nossas políticas de segurança públicas futuras, a desenvolver e aplicar particularmente nas regiões

mais turísticas do território nacional, como são o caso de Lisboa, Porto, Algarve e Madeira.

1.3. Terrorismo transnacional em zonas turísticas

“The growth of terrorism, crime and violence in the world has given rise to a new problema: tourists as targets of terrorists and criminal acts. (...) Tourists are targeted for their symbolic value .”

Cavlek (2006, p. 339, cit. por. Brás, 2012, p. 88)

O Turismo enfrenta hoje desafios que são provavelmente dos mais desafiadores para o setor e de todos quantos têm a responsabilidade de garantir a sua segurança em termos holísticos. Veja-se o ocorrido no passado recente na bacia mediterrânica nos chamados “*hot spots*” turísticos (e.g. Egito, Turquia, Tunísia, Grécia), bem como, em território europeu (e.g. Berlim, Londres, Estocolmo, Paris, Nice, Barcelona), nalguns casos por mais do que uma ocasião, não obstante todos os meios empenhados para prevenir estas ocorrências, em países, nalguns casos com um enorme poder económico, mas que ainda assim nem sempre têm conseguido com sucesso evitar estas situações, causando enormes perdas a vários níveis e dimensões.

O terrorismo associado a destinos turísticos de relevo “rompeu” com o ido tradicional e clássico “*modus operandi*”, evoluindo para novas e inimagináveis formas de perpetrar as suas ações, cada vez com menores custos e logística associada, mas com objetivos altamente remuneradores e relevantes na perspetiva do terrorista, procurando provocar o terror nas “massas” e o choque mediático, apontando objetivos para a batalha psicológica fomentado o medo e desconfiança permanente no cidadão.

Por outro lado, tem-se constatado também uma “atomização” em crescendo do fenómeno terrorista (agora muitas vezes só é necessário o chamado “Lobo Solitário /Homem-célula”), não poucas vezes, sem o enraizamento expectável às ideologias, aos padrões de comportamento e doutrinas do passado que tornavam mais previsível as suas movimentações e um pouco mais fácil, o já por si muito difícil trabalho das Forças e Serviços de Segurança um pouco por todo o globo.

Já a investigação promovida por Hudson (1999, cit. por Brás, 2012, p. 90) referia que Governos, indústria turística e turistas interpretam com clareza que qualquer tipo de atos desta natureza tem um impacto negativo na procura turística, sempre que estes ocorrem em locais de atividade turística. É também importante referir que certos atos terroristas influenciam o turismo de uma forma mais negativa que outros.

A GNR, enquanto FFSS, com cerca de 94% do território à sua responsabilidade e cerca de 54% da população⁴⁵ tem um papel substancialmente relevante nesta área sendo de relevar a sua particular responsabilidade na Região Turística por excelência de Portugal reconhecida aquém e além fronteiras como tal, nomeadamente no Algarve, onde áreas como Albufeira, Loulé, Vilamoura, Quinta do Lago, Vale de Lobo, Tavira entre outras, dependem da sua atuação para que entre tantas outras atividades, a operação turística decorra com tranquilidade e normalidade, região esta considerada como uma das três potencialmente mais atrativa para a promoção de um eventual e hipotético ataque terrorista.

1.3.1. Terrorismo: uma abordagem conceptual

Não existe uma definição unanimemente aceite de Terrorismo nas Nações Unidas. Assim, a definição varia consoante o autor que a analise. Segundo Sousa Lara, para se analisar o tema do terrorismo, há que obedecer a algumas premissas básicas para o desenvolvimento da investigação: “todo o terrorismo é ato político; o terrorismo é instrumental, ou seja, é um meio e não um objetivo final; para o entendimento da lógica do terrorismo há que considerar, em separado, os seus propósitos imediatos

⁴⁵ In Relatório de Atividades da GNR relativo a 2017.

dos mediatos, partindo do princípio que estes últimos nem sempre se apresentam evidentes; o critério do benefício objetivo é fundamental para a definição da lógica do terrorismo.”⁴⁶

Segundo *Brian Jenkins* (1984) Terrorismo é o uso calculado da violência ou ameaça de violência para incutir medo, o propósito é de coagir ou intimidar governos ou sociedades para a prossecução dos objetivos que são, geralmente políticos, religiosos ou ideológicos. Esta definição foi cuidadosamente concebida para distinguir o Terrorismo de outros tipos de violência.

O ato de Terrorismo é definido independente da causa que o motiva. As pessoas utilizam a violência terrorista em nome de várias causas. Já *Walter Laqueur* (2001) define o termo correspondendo a um assassinato sistemático, a mutilação criminal, e a ameaça de inocentes para criar medo e intimidação de forma a ganhar uma vantagem política ou tática e, geralmente para influenciar uma audiência.

Segundo *James Poland* (2010), Terrorismo é fazer uso ilegal ou ameaçar usar a violência contra pessoas ou propriedades. Normalmente a intimidação tem como alvo um governo, indivíduo ou grupo, com o objetivo de modificar a sua conduta.

Whittaker (2005, p. 18) citou duas definições de Terrorismo, uma do FBI e outra do departamento de Defesa dos EUA. O FBI classifica o Terrorismo como sendo:

*“...um dos principais problemas que historicamente os países latino-americanos têm enfrentado. As causas económicas e sociais deste fenómeno são amplamente conhecidas. Governos latino-americanos frequentemente têm respondido ao Terrorismo com medidas altamente repressivas, que incluem não só os alegados terroristas, como também os que violam os direitos fundamentais da população em geral.”*⁴⁷

Segundo o Departamento da Defesa dos EUA é “...o uso calculado da violência ou da ameaça da sua utilização para provocar o medo com a intenção de coagir ou intimidar governos ou sociedade, a fim de conseguir objetivos, geralmente políticos, religiosos ou ideológicos.”

⁴⁶ Para mais informações consultar: (Lara, 2004, p. 452)

⁴⁷ Tradução livre da responsabilidade do autor.

O próprio Papa João Paulo II observa que “as organizações terroristas manifestam de modo perturbador o instinto de morte que as alimenta e que o terrorismo se baseia no desprezo pela vida do homem. Quem mata com através de atos terroristas cultiva sentimentos de desprezo pela humanidade, manifestando desespero em relação à vida e ao futuro: nesta perspetiva tudo pode ser odiado e destruído. É esse “tudo” que marca a diferença entre o terrorismo e outros atos violentos e agressivos. É esse “tudo” que liga o T ao niilismo e faz do ato terrorista uma opção pelo nada.”

O terrorismo é um fenómeno que compreende uma história longa, irregular e diversificada, vivendo ciclos de uma quase inação até a reaparições abruptas, que recorrentemente nos levam a pensar estarmos perante um novo fenómeno. Na medida em que este se foi diversificando e atualizando, também as definições e perceções do fenómeno evoluíram.

O terrorismo “é uma matança indiscriminada de civis inocentes (ou de civis não combatentes)”. Para efeitos do presente ensaio, consideramos dois grandes tipos de terrorismo, o laico e o religioso, deixando de lado o terrorismo da ETA ou IRA, por se entender não ser exemplo de uma ameaça transnacional e, tradicionalmente, apenas ter tido até à data, alvos seletivos em Espanha ou no Reino Unido respetivamente.

O terrorismo é um fenómeno que cultiva um clima de terror, projetando o volume de baixas humanas e danos físicos para além do expectável, através da utilização de armas de fogo, explosivos, meios nucleares, biológicos e radiológicos, entre outros, associados a estes ou não, caraterísticos de uma sociedade tecnológica, em permanente evolução.

A realidade, é que o conceito de terrorismo tem assumido recentemente novas dimensões, as quais são reflexo, por exemplo, os recentes atentados em França e Inglaterra, onde um soldado francês foi esfaqueado nos arredores de Paris e outro um soldado inglês decapitado no sul de Londres, e do manifesto de *Setmariam Al-suri* a incentivar mundialmente o terrorismo sem líder, realidades que tornam difícil delimitar este novo paradigma do conceito.

Enquadrar conceptualmente o terrorismo de forma unanimemente aceite pelos vários atores, organizações e instituições do sistema político internacional, revela-se

um exercício tão difícil quanto é decidir qual a resposta certa a desencadear para combater o fenómeno.

Esta dificuldade decorre, segundo vários autores, de um conjunto alargado de razões, dos quais destacamos:

- A primeira razão - o terrorismo, sendo um fenómeno enraizado na história e na geografia, se tem transformado ao longo dos anos;
- A segunda razão - talvez seja mais correto falar de vários tipos de terrorismo, dada a diversidade de grupos individualizados, dos meios empregues, dos efeitos a atingir e dos objetivos a alcançar;
- A terceira razão – a perspetiva do terrorismo está ligada à perceção e à experiência própria de cada ator no contacto/vivência com o terrorismo;
- A quarta razão - enquanto uns vêm na atividade terrorista uma variante da guerra de subversão, conducente à autodeterminação dos povos, usada como instrumento de movimentos de libertação, outros entendem-na como uma forma ilegítima, indiscriminadamente violenta, para alcançar objetivos políticos;
- A quinta razão - o terrorismo pode ser avaliado de uma perspetiva jurídico-legal ou enquanto conceito técnico, ações terroristas como atos violentos puníveis criminalmente ou como atos de guerra;
- A sexta razão – o facto de alguns estados se permitirem praticar atos terroristas para combater o terrorismo.

Segundo a Organização da Nações Unidas (ONU), o terrorismo “compreende toda a ação que provoca danos a pessoas ou a bens, quando o propósito da ação, pela sua natureza ou contexto, é intimidar a população ou pressionar um governo ou organização internacional a abster-se de redigir determinado ato”.

A evolução do terrorismo deu-se em quatro eras consecutivas: a anarquista, a anticolonial, a época da nova esquerda e a era religiosa:

- O Terrorismo Anarquista - decorre de finais do século XIX até ao período entre as guerras do século XX. Caracterizava-se por assassínios se-

letivos, mediante uma escolha criteriosa dos alvos que, normalmente, englobava imperadores, reis, presidentes, generais, membros do governo ou figuras da alta burguesia;

- O terrorismo Anticolonial - tem o seu momento entre o final da 2ª Guerra Mundial e os anos sessenta. Durante este período emergem os movimentos subversivos e as guerras revolucionárias, ganhando relevância internacional com ocorrências na Indochina, na Índia, no Magrebe árabe, na Palestina, na América Latina e em África. Ao contrário do que acontecia com os movimentos anarquistas, os alvos deixam de ser circunscritos e individualizados, desaparecendo a preocupação em evitar “o martírio dos inocentes”;
- Terrorismo da Nova Esquerda – Surgiu entre o final da década de 60 e o início da década de 70, quando o mundo contactou com a variante do terrorismo anarquista, imbuído de um espírito revolucionário. Os atos passaram a ser indiscriminados, onde a recusa da existência de inocentes constituiu um facto;
- Terrorismo Religioso - Surge no início dos anos 80, fazendo “escola” em palcos como a Palestina, santificando-se entre 1989-2001 em alguns santuários como o Afeganistão, a Arábia Saudita, a Síria, o Irão ou o Sudão, para alcançar a sua expressão mais brutal e eficaz no virar do milénio.

No domínio do terrorismo religioso podemos considerar dois tipos:

- O local (ex. *Hamas* e *Hezbollah*, que lutam contra Israel);
- O global – atualmente o de base religiosa, islamista radical, mais propriamente *salafista* e *jihadista*, como a *Al-qaeda*, lutando contra os infiéis e apóstatas.

O terrorismo com que somos presentemente obrigados a conviver apresenta, no entanto, diferenças quantitativas e qualitativas significativas quando comparado com o do passado, a saber:

- O terrorismo anterior era marcadamente nacionalista/separatista, ou identificado pelo terrorismo de estado, praticado por grupos neo-anarquistas, enquanto o atual é intrinsecamente de matriz islâmica;
- De um terrorismo localizado geograficamente evolui para uma globalização;
- Os terroristas de ontem procuravam sobreviver às ações desencadeadas, enquanto os de hoje entendem o seu próprio martírio como o estágio final dos seus ataques, dos quais resulta uma motivação acrescida para os operacionais (a recompensa no céu);
- A obsessão antigovernamental e anti estadual foi substituída pelo ódio aos valores civilizacionais do “mundo ocidental”;
- Se antes era frequente a assunção de reivindicações político-sociais, atualmente parece não haver lugar a reivindicações, intenções negociais ou alguma racionalidade atuante, mas apenas ameaças e a apelos ao apocalipse e integrismo islâmico, assente numa pureza mítica;
- Da utilização de engenhos explosivos artesanais, do desvio de aviões, dos assassinatos e da extorsão, transitou-se para a espetacularidade dos ataques suicidas em larga escala, com meios tecnologicamente mais sofisticados, onde se inserem aviões, utilizados como bombas/mísseis, pairando a ameaça da possível utilização de armas de destruição em massa;
- Se atingir vítimas inocentes era uma resultante implícita do cometimento dos atos terroristas, hoje o sucesso dos ataques aumenta em proporção direta do número de vítimas resultantes, pretende atingir o maior número de baixas possível com um mínimo de operações;
- Ao terrorismo-crime parece ter sucedido, na opinião de vários autores, o terrorismo-guerra.

Por outro lado, este terrorismo moderno sustenta a sua existência em:

- Interpretação radical e violenta do Islão;
- Organização em rede, descentralizada, cujas células estão instaladas pelos países democráticos;

- Carácter transnacional, onde o limite é o planeta;
- Cooperação com o crime organizado, mediante a obtenção de avultados benefícios financeiros através do tráfico de droga ou armamento;
- Conjugação de um arcaico modelo religioso com as mais avançadas tecnologias da globalização, o que permite a emissão de instruções, a obtenção de informações, a captação de voluntários, a divulgação de propaganda e a difusão de mensagens em tempo útil;
- Aproveitamento hábil e eficaz das vulnerabilidades próprias das democracias ocidentais.

Vários autores parecem concordar que o 11 de Setembro marcou o início da “guerra terrorista”, uma guerra sem quartel travada entre dois atores principais, os EUA e a Al-Qaeda, a hiperpotência mundial contra um ator não estatal. Desde então, o terrorismo tem logrado materializar, de forma sustentada, um conjunto de atentados que têm horrorizado o mundo. Depois dos ataques de Nova Iorque e Washington, seguiram-se os atentados na Rússia (teatro de Moscovo e escola primária na *Osétia* do Norte), nas Filipinas, em Marrocos, na Arábia Saudita, na Indonésia (Bali), em Moçambique (Mombaça), em Espanha (na linha ferroviária de *atocha*, em Madrid) e em Londres (metropolitano), para só citar alguns dos mais mediatizados.

A reclamação por parte da *Al Qaeda* do regresso do *Al-Andalus* ao Islão (sobre-tudo o sul de Espanha, já que o sul de Portugal era o *Garb*), põe também por este motivo Portugal na rota de eventuais ações terroristas. A participação de Portugal na 2ª Guerra do Golf e na NTM-A (*Nato Training Mission in Afeganistan*), poderão ser também, a qualquer momento, fatores que potenciam a ocorrência de um atentado desta natureza em solo português.

Perante esta panóplia de definições, de um modo geral e simplificado, podemos concluir que o Terrorismo, consiste no uso sistemático do terror ou da violência imprevisível contra regimes políticos, povos ou pessoas para alcançar um fim político, ideológico ou religioso.

O Terrorismo⁴⁸ não é um fenómeno novo, pois, já existem relatos de haver atentados terroristas no séc. XV. No entanto, segundo *Woloszyn* (2006), desde os atentados nos EUA em 2001, os atentados em Espanha em 2004 e os atentados em Londres em 2005, foi dada uma nova forma ao Terrorismo. Atualmente, ainda não há nenhuma definição comumente aceite para definir o fenómeno que é o “Terrorismo”. Devido à complexidade do termo, são várias as definições que muitos autores arriscaram e que no fundo se complementam¹. O Terrorismo é, acima de tudo, a violência ou a ameaça de violência utilizada para causar o medo e o alarme na sociedade. Normalmente, os atos terroristas são usados como meio de coação. São sempre consideradas ações criminosas.

A violência do Terrorismo, geralmente é voltada contra civis. Um dos principais objetivos do Terrorismo é causar uma violência tal, de forma a garantir que vai ter um impacto muito forte na cena internacional. Uma constatação disto é, por exemplo, a escolha do avião como meio para provocar o atentado. Dado o impacto que a figura do “avião” provoca na sociedade, este afigura-se como sendo um meio ideal para os terroristas usarem.

Os atentados terroristas não se limitam a produzir efeitos causados no momento da sua prática, antes, causam repercussões a longo prazo, principalmente de cariz psicológico (*Whittaker*, 2005).

O Terrorismo pode ser classificado em diferentes vertentes. Segundo *Visagro* (2009) o Terrorismo classifica-se quanto à sua amplitude, quanto à motivação e quanto ao alvo. Quanto à amplitude o Terrorismo é classificado como sendo internacional ou nacional. Por sua vez, *Visagro* (2009) define o Terrorismo internacional, como sendo aquele, em que ou a fonte de financiamento, ou o lugar onde se planeiam as ações ou as suas consequências ultrapassam as fronteiras nacionais. Por outras palavras, é todo o Terrorismo em que, ou os meios, ou os executantes ou as vítimas ou o local do atentado envolvem mais do que um país. Seguindo o pensamento do mesmo autor, Terrorismo nacional, é aquele que é praticado pelos terroristas no seu

⁴⁸ Para mais informações sobre a definição de Terrorismo e as suas várias tipologias consultar: (*Gouveia, et al., 2015, pp. 456-460*).

próprio país e não envolve terceiros. Dito de outro modo, é quando os meios utilizados, os executantes, as vítimas e o local do atentado pertencem todos ao mesmo país.

Quanto à motivação, *Visagro* (2009) classifica o Terrorismo em três categorias distintas. São elas, Terrorismo de Estado, Terrorismo político-ideológico e Terrorismo político-religioso.

Por sua vez, quanto ao alvo, *Visagro* (2009) classifica o Terrorismo como sendo seletivo ou indiscriminado. O Terrorismo seletivo visa atacar alvos específicos, alvos previamente identificados e selecionados. Por outro lado, o Terrorismo indiscriminado não tem um alvo específico e visa fazer o atentado num local pré-determinado. Contudo, a realização do atentado não depende da presença ou não de alguém em específico.

Com os efeitos que o 11 de Setembro de 2001 causou, o então Terrorismo Internacional passou a ser chamado de Novo Terrorismo (Whittaker, 2005, p.5).

No dia 5 de setembro de 1972, os terroristas do grupo “*Black September*” entraram no hotel em que estavam hospedados os atletas olímpicos da equipa de Israel. Fizeram nove atletas reféns e mataram dois. Durante o período de negociações que se travou entre as polícias Alemãs e os terroristas, as forças especiais Israelitas ofereceram-se para auxiliar os Alemães a solucionar este incidente, uma vez que os Israelitas já tinham uma vasta experiência neste campo. As autoridades Alemãs recusaram este auxílio. As negociações verificavam-se falhadas a cada momento que passava. No dia seguinte, quando a polícia Alemã decidiu partir para o assalto a operação foi desastrosa. Resultou na morte de um polícia, onze reféns e dois terroristas.

Este incidente despertou na Europa a necessidade de cada Estado ter uma força altamente especializada e treinada para lidar com situações de Terrorismo. Ademais, realçou também a necessidade que se apresentava iminente dos Estados iniciarem uma cooperação entre si nesta matéria⁴⁹ (Calahan, 1995).

⁴⁹ O Terrorismo não é um fenómeno que somente nos está a atingir na contemporaneidade, antes, já existe há vários séculos. Tanto os Estados Unidos da América como a Europa já foram, por mais do que uma vez, alvos escolhidos pelos terroristas. Como tal, tornou-se curial a necessidade da criação de uma célula vocacionada para a sua investigação e para, em última *ratio*, o combater. Sendo esta uma das prioridades da UE foi criada a Rede Atlas.

Refere Brás (2012, p. 76), que “(...) Terrorismo e problemas políticos problemas políticos têm sido fonte de insegurança em vários locais turísticos desde a década de 50.

Enquanto a perturbação política está confinada a destinos concretos, o terrorismo tem, nos últimos anos, aumentado à escala global, afetando a indústria turística, os turistas e a comunidade recetora em geral. A grande preocupação nestes incidentes reside no facto de, na sua grande maioria, não afetarem apenas um destino, mas também aqueles que lhe estão próximos colocando em perigo os serviços, infraestruturas e a própria competitividade dos destinos. (...)”

A perceção do risco de terrorismo representa a possibilidade de que um atentado terrorista por qualquer tipo de motivação (política, religiosa ou outras) possa ocorrer. Este risco tornou-se especialmente estudado a partir da década de 70 do século XX, quando nos Jogos Olímpicos de Munique ocorreu um ataque aos atletas israelitas, do qual resultaram inúmeros mortos. Este acontecimento teve um forte impacto pelo facto de ter recebido cobertura mediática mundial, no caso concreto do terrorismo os meios de comunicação desempenham um papel crucial na reprodução da mensagem.

Para certos autores para que ocorra um atentado terrorista, têm de conjugar cumulativamente três vetores, a saber: capacidade, motivação/intenção e oportunidade. Conseguindo afetar um dos vetores desta tríade à imagem do triângulo do fogo, o fenómeno não ocorrerá, pelo menos com o impacto esperado caso não houvesse qualquer intervenção sobre o fenómeno.

No *Global Trends 2025*⁵⁰ são apontadas algumas tendências, consideradas de longo prazo, relativamente à ameaça do terrorismo islamista. Nele refere-se que é pouco provável que o terrorismo desapareça em 2025, mas o seu apelo poderá ser menor se o crescimento económico continuar no Médio Oriente e se o desemprego juvenil for reduzido. Oportunidades para ataques terroristas em massa usando armas

⁵⁰ In *National Intelligence Council, Global Trends 2025: A Transformed World* (Washington, DC: Office of the Director of National Intelligence-National Intelligence Council, 2008. Disponível em https://www.dni.gov/files/documents/Newsroom/Reports%20and%20Pubs/2025_Global_Trends_Final_Report.pdf (consultado em 12/06/2018).

químicas, biológicas, ou, menos provavelmente, nucleares surgirão com a evolução tecnológica e a expansão de programas nucleares.

Os grupos terroristas em 2025 serão uma combinação de descendentes de grupos estabelecidos, de quem herdaram estruturas organizacionais e processos de controlo e comando e procedimentos de treino para ataques sofisticados novos emergentes auto radicalizados. Relativamente a estes grupos terroristas ativos em 2025 o perigo maior é o acesso a novas tecnologias que lhes permitam ataques em massa.

O radicalismo no futuro pode ser alimentado pelas comunicações globais e os *mass media*. A crescente interdependência juntará os indivíduos em torno de causas comuns de insatisfeitos. Em algumas situações estas redes podem agir como pressão para os governos através de meios não violentos contra a injustiça, a pobreza, os impactos das mudanças climáticas e outros assuntos sociais. Outros grupos, no entanto, podem usar as redes e as comunicações globais para recrutar e treinar novos membros, espalhar ideologias radicais, gerir finanças, manipular a opinião pública e coordenar ataques (Rego, 2013, pp. 90-91).

1.3.2. Terrorismo vs. Crime organizado transnacional

A fronteira entre o crime organizado e o terrorismo também não é de fácil definição. O crime organizado transnacional não tem ideologia, ao contrário do terrorismo, é uma questão de negócio, contrapartidas financeiras. Pode, no entanto, haver organizações criminosas que sirvam grupos terroristas. As FARC são um exemplo do quão preponderante é crime organizado de tráfico de droga na sua atividade. Por outro lado, o objetivo é sobretudo a obtenção de fundos, documentação, de armas e explosivos.

De uma forma objetiva, podemos dizer que na estratégia de combate ao terrorismo os EUA enveredaram por uma estratégia direta, adotando a ação militar de aniquilamento como manobra privilegiada – estratégia *global war on terror* (GWOT).

Do outro lado do Atlântico, os acontecimentos de 11 de setembro deixaram os europeus estupefactos, desorientados e receosos. Enquanto os americanos privilegiaram a ação na resposta a dar aos terroristas, a União Europeia (EU) apostou na prevenção⁵¹. A deriva unilateralista e repressão militar dos Estados Unidos da América (EUA) originaram desconfiança em alguns estados da União, quanto ao carácter benigno do seu poder, fazendo alastrar pelo mundo, em geral, e pela Europa, em particular, uma forte onda antiamericana que levou o presidente americano a declarar: “estou impressionado que haja uma tal incompreensão do que é o nosso país e que as pessoas nos possam detestar”.

Em suma, para os EUA o combate ao terrorismo pressupõe uma guerra sem quartel, a UE assume o antiterrorismo como um combate, não necessariamente armado, que compete, no essencial, ao foro diplomático, às forças policiais e ao aparelho judicial, tendo como plano de fundo a necessidade de debelar as assimetrias económico-sociais.

Por todo o mundo surge então a necessidade de um maior controlo de quem viaja pelo mundo, quer por ar, mar ou terra, com o objetivo de vigiar e detetar terroristas, sendo essencial transformar a informação em *intelligence* – cooperação internacional em matéria de informações e ações operacionais, bases de dados e melhorias na metodologia da análise das informações.

Para a “desradicalização” dos extremistas têm-se feito diversas experiências interessantes e bem-sucedidas, na Europa (Holanda, particularmente Amsterdão e em Inglaterra com “*the battle for hearts and minds*”) e fora dela (Arábia Saudita, Malásia, Indonésia, Iémen, etc.) - estratégias complementares – a religiosa, a cultural, a educacional, a socioeconómica e oferecer novos circuitos de convivência e novas perspetivas de vida.

O Terrorismo é uma organização heterogénea e multifacetada, com uma abrangente base de recrutamento, poderosa nos meios financeiros e materiais, e desterrito-

⁵¹ Tal foi bem patente se olharmos á criação em outubro de 2001 da rede ATLAS já referida anteriormente, bem assim, mais tarde com a criação em 30 de novembro de 2005 da Estratégia Antiterrorista da União Europeia, ferramenta legal que também surge com maior urgência, no seguimento do já referido.

realizada. Encontra-se dispersa pelos vários cantos do mundo, atua mediante uma preparação cuidada e objetivada, com um grau de destruição de pessoas e bens incompreensível, na base do quanto mais melhor.

A divulgação do horror em direto, via televisão, é um dos pilares do terrorismo pós-moderno, o mesmo não acontecendo com a reivindicação dos atos cometidos. Este terrorismo globalizado afigura-se mais perigoso e difícil de combater pelas máquinas preventivas e repressivas dos estados.

É compreensível que tanto a UE como os EUA desenvolvam mecanismos estruturantes que, num primeiro momento, procurem imunizar os seus espaços territoriais à ameaça dos atentados, recorrendo às forças policiais para evitar a entrada de elementos suspeitos e garantir a segurança das instalações e, num segundo momento, desenvolver a *Intelligence* para detetar movimentos de redes e neutralize eventuais atos destrutivos, construir um edifício legislativo especificamente orientado para fazer face ao terrorismo, criar organismos e serviços que, em caso de um ataque, ajam rápida e eficazmente para minorar os danos. Parece também legítimo que se desenvolvam políticas económico-financeiras tendentes a auxiliar países e regiões fragilizadas politicamente e desfavorecidas socialmente, que honestamente pretendam esbater focos germinadores e alimentadores dos grupos terroristas.

Lutar contra o terrorismo “saído” do 11 de Setembro exige paciência quanto à duração temporal, firmeza das atuações desencadeadas, harmonização dos meios empregues e, fundamentalmente, cooperação conjunta, devidamente coordenada dos atores envolvidos no processo. Este ponto é decisivo. Individualmente, tanto a UE como os EUA dificilmente conseguirão irradiar em definitivo o terror que os Estados e organizações terroristas vêm submetendo o nosso modo de vida. Se a atuação conjunta dos dois lados do Atlântico se tornar uma realidade, integrando os dois pontos de vista, o terrorismo transnacional verá, garantidamente, a sua existência dificultada.

1.3.3. Alteração de paradigma depois do 11 de Setembro

O terrorismo, assumindo diversas formas, ainda não atingiu uma definição consensual, embora possa expressar, *lato sensu*, um clima de medo e terror. O terrorismo

pode estar ligado a causas políticas (terrorismo laico) ou religiosas, segundo ideologias extremistas, aparecendo principalmente nos anos 80 com o enfraquecimento das religiões. Quanto às tipologias de terrorismo, destacam-se o Islão que está aliado à religião, o Islamismo ligado à política e como é exemplo a irmandade muçulmana no Egito, o *Salafismo* com ideologia radical leva o Alcorão à letra e, por fim, o *Jihadismo* com fins religiosos é porventura o mais perigoso por procurar combater todos aqueles que não são muçulmanos.

Os fenómenos de Criminalidade Organizada e Terrorismo, embora concetualmente diferentes, mas inseridos numa ameaça transnacional, podem conduzir a um interessante debate sobre o esbatimento de fronteiras entre a Segurança e Defesa.

O domínio da Europa teve início em 1815 com o Congresso de Viena que pôs termo às guerras napoleónicas e revolucionárias. Com o objetivo de diminuir o risco de conflitos, foram estabelecidos limites entre Estados europeus e o sistema de relações internacionais. Foi neste período, em que o “velho continente” era o “centro do poder”, que apareceu o conceito de Estado-Nação.

Mais tarde, em 1871 inicia-se a era do imperialismo quando determinadas potências da Europa, através do seu poderio militar da época, embarcaram na conquista de novos territórios. Destaca-se o império britânico com um grande poder marítimo e, também, embora em menor escala, o império português num período heroico que está bem gravado na nossa história.

Entre 1914 e 1919, decorreu a I Guerra Mundial (GM), culminando com a assinatura do Tratado de Versalhes que deu origem à Sociedade das Nações (SDN).

Em 1939, decorre uma crise economia mundial, que teve o seu início nos EUA. No período de 1939 a 1945, o Sistema Político Internacional (SPI) sofre uma nova Guerra Mundial com a participação da maioria dos Estados. Esta II GM terminou em 1945, dando origem à assinatura da Carta das Nações Unidas e, consequentemente, à ONU.

Com o fim do segundo grande conflito bélico mundial, o mundo ficou bem definido com um conceito de poder bipolar, de um lado a União Soviética e do outro os EUA, os maus e os bons ou os “*los otros e los rojos*”. Por um lado, o capitalismo

assente na democracia, liberdade e iniciativa privada e, do outro lado, o comunismo ancorado no socialismo e produção pelo estado. Ainda, mas em termos militares, foram criadas duas grandes organizações, isto é, pelo lado dos pró-americanos a OTAN/NATO e, pelo lado dos pró-soviéticos o Pacto de Varsóvia.

Inicia-se, portanto, a partir de 1945, o longo período da Guerra Fria, pois não houve propriamente uma “guerra quente”, com intervenção militar, antes, porém, um clima tenso com um forte recurso ao armamento, principalmente nuclear.

Até ao final dos anos oitenta, registaram-se duas guerras que poderão influenciar o terrorismo, a guerra Afeganistão-União Soviética e Irão-Iraque. A queda do muro de Berlim 1989 e o desmantelamento, praticamente pacífico, da União Soviética, elevaram os EUA à condição de grande detentor do poder político-militar na ordem internacional.

Os atentados de 11 de setembro de 2001, reivindicados pela *Al-Qaeda*, materializados nos ataques das *World Trade Center* (WTC) em Nova Iorque e Pentágono em Washington, transmitiram ao mundo o sério conceito do terrorismo *jihadista* numa esfera transnacional e com os Estados Unidos da América (EUA) como alvo principal.

Na sequência dos atentados de 11 setembro⁵², o paradigma estrutural do mundo alterou-se sobremaneira com o surgimento de novos atores e ameaças. Atualmente,

⁵² Depois dos ataques do 11 de Setembro de 2001, os Estados ocidentais tomaram consciência de que o Terrorismo é uma ameaça real. Com o objetivo de anular esta ameaça, ou de reduzir os seus efeitos, os Estados-Membros (EM) da União Europeia (UE) decidiram unir-se para travarem este fenómeno. Foi em outubro de 2001 que teve início uma maratona de reuniões com o propósito de encontrar um mecanismo para combater o Terrorismo. Decorridas algumas horas de reunião chegou-se à conclusão que uma das prioridades seria a de melhorar a cooperação policial entre as Unidades Especiais de Intervenção (UEI) dos EM da UE.

A solução encontrada foi criar uma rede de partilha de informações e de conhecimentos. Foi então que os EM decidiram formar a chamada “Rede Atlas”.

A Rede Atlas assumia como objetivos colocar todas as UEI da UE ao mesmo nível de profissionalismo no combate ao Terrorismo. Isto só se tornaria possível através de uma ampla cooperação e apoio mútuo entre os EM.

Aquando da criação da Rede Atlas o seu principal objetivo era colocar todas as forças europeias no mesmo nível de profissionalismo no combate ao Terrorismo, através de uma ampla cooperação e apoio mútuo, possibilitando assim uma grande probabilidade de vitória no combate ao Terrorismo. A Rede Atlas é, acima de tudo, uma rede de cooperação policial com capacidade para intervir em situações de crise grave e muito grave (Gonçalves, 2011, pp. 1-2).

Representam Portugal nesta rede o Grupo de Intervenção de Operações Especiais da Guarda nacional Republicana e o Grupo de Operações Especiais da Polícia de Segurança Pública.

De relevar também a criação em 30 de novembro de 2005 da Estratégia Antiterrorista da União Europeia, ferramenta legal que também surge com maior urgência, no seguimento do já referido.

embora com visões mais convergentes do que outras, os analistas esforçam-se por classificar o atual Sistema Político Internacional (SPI), no qual o terrorismo tem assumido um papel principal na criação da instabilidade e de incerteza na segurança e paz mundiais.

Na verdade, estes fatídicos acontecimentos que vitimaram cerca de 3000 pessoas, constituem, ainda hoje, uma ferida aberta no coração dos EUA, sendo, por isso, mais compreensíveis as intervenções militares no Afeganistão, Líbia e a morte de Bin Laden, numa declarada “caça ao homem”. A morte deste líder terrorista em maio de 2012, festejada em geral pelos EUA e aproveitada em particular pelo presidente e candidato Barack Obama – prémio nobel da Paz em 2009 – parece, numa análise fria, não trazer mais ou menos segurança no palco internacional.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, apostando na imprevisibilidade, o terrorismo mostrou que não está adormecido como demonstram os atentados de 2004 em Madrid, de 2005 em Londres ou de 2010 em Moscovo.

Após uma breve análise ao Relatório da CIA, disponível na internet, em 2025 prevê-se um SPI incomparável com o existente na II GM e Guerra Fria. Ainda segundo este documento, os EUA continuarão a ser a maior potência a nível militar, perdendo protagonismo a nível económico para outros países como, entre outros, a China, Índia, Brasil ou Rússia.

Outros temas em debate internacional poderão ter alguma relação com o fenómeno do terrorismo e que vêm, grosso modo, plasmados no referido Relatório da CIA. O acesso cada vez mais limitado à água e recursos naturais, a proliferação de armas, o aquecimento global e as alterações climáticas propiciadoras de secas e inundações, o desemprego e a mão-de-obra barata, poderão ser focos potenciadores de conflitos e a consequente condução do Homem, principalmente os mais desfavorecidos, a ideologias políticas e religiosas extremistas. Atualmente, a Al-Qaeda, através do ciberterrorismo, aproveita a tecnologia de rede para angariar seguidores, encorajando-os a trabalhar “por si”, o que aumenta ainda mais a imprevisibilidade de ataques terroristas.

Em termos conclusivos, importa referir que os atentados de 11 de setembro de 2001, aumentaram o sentimento de insegurança na ordem mundial. Apesar dos EUA serem o principal alvo do terrorismo e, noutra patamar, o Reino Unido, Espanha ou França, o certo é que nenhum lugar do mundo pode traduzir um sentimento de segurança absoluto, pois o novo paradigma do terrorismo, de natureza global e transnacional, assenta na incerteza e imprevisibilidade. É assumido que o mundo está mais imprevisível do que na era das duas superpotências mundiais em que, como declarou um ministro soviético, só um anjo poderia ser neutral. Hoje, nenhum sistema de segurança, por mais avançado que seja, pode garantir “*tout court*” aos seus cidadãos a completa proteção das ameaças terroristas e o mundo pode constituir-se o lugar mais inseguro para viver.

Tem-se assistido no passado recente à alteração de paradigma na forma de materialização do ataque terrorista: adoção de ações natureza “*Low cost*” e “*Low Tech*”, em que em vez dos tradicionais métodos de se fazerem explodir ou na impossibilidade de materializar esta opção por razões várias (como aconteceu em Barcelona), os terroristas passaram a atropelar pessoas, com carrinhas e camiões.

Veja-se o ataque em “*Las Ramblas*” – Barcelona em 17AGO17, que foi o mais grave de Espanha desde o atentado terrorista de 11 de março de 2004. Só no último ano, na Europa, houve oito ataques com recurso ao atropelamento massivo: desde julho de 2016, morreram 115 pessoas em ataques terroristas em que a arma foi um carro ou um camião. Tudo começou em Nice, onde morreram 84 pessoas, tendo havido depois ataques em Berlim, Londres, Estocolmo e Paris e paralelamente este *modus operandi* foi utilizado também recentemente em ataques semelhantes em *Al-Arish* (Egipto) e Jerusalém em Israel.

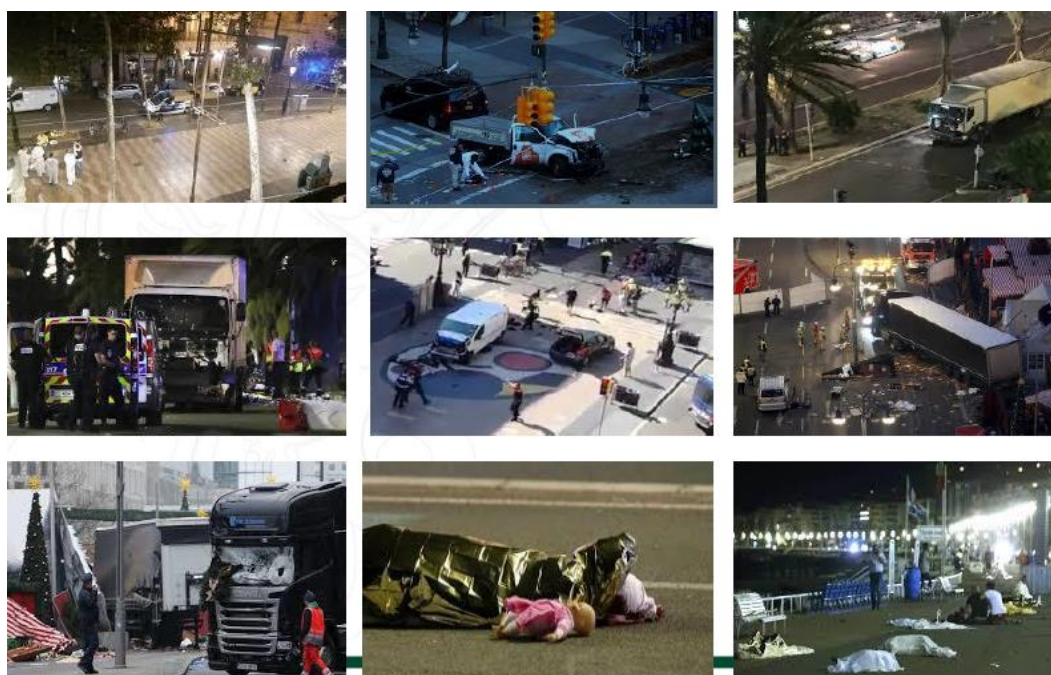


Figura 1 - Compilação de ataques terroristas com recurso a viaturas

Fonte: Google Imagens, 2018

1.3.4. Fatores decisivos na materialização de atentados turísticos em destinos turísticos

Mansfeld (1996, cit. por Brás, 2012, p. 94) recomenda que as regiões cooperem com o turismo, aconselhando, para tal, a criação de um plano de gestão em situações de crise desta natureza em que todos os interessados acabem por beneficiar. Este plano deve basear-se num orçamento ideal, no acesso a informação relativa à segurança, na monitorização de acontecimentos passados em destinos turísticos com maior probabilidade de atentados.

Segundo *Tarlow* (2006, cit. por Brás, 2012, p. 94), existem razões específicas para que o turismo se tenha tornado um alvo apetecível para ataques terroristas:

- a indústria turística teme criar novos modos de combater o terrorismo com medo de alarmar a população ou fazê-la sentir-se insegura;
- o turismo é um grande negócio e o terrorismo tem como objetivo destruir a economia;

- o turismo envolve outras indústrias, afetando a do turismo prejudica as que com este cooperam;
- o terrorismo procura publicidade e divulgação nos meios de comunicação e o turismo tem visibilidade internacional;
- os terroristas passam facilmente despercebidos entre os turistas;
- os centros turísticos são um museu vivo das riquezas culturais de uma nação.

Por outro lado, segundo Firmino (2007, p. 357-358), os Terroristas atacam os destinos turísticos por várias razões, dependendo dos objetivos que pretendem atingir, das capacidades e das oportunidades, ainda assim, salienta-se as seguintes razões:

- para destruir a economia dos países com destinos turísticos, ao nível do investimento estrangeiro, do PIB, do emprego, das receitas de turismo, entre outros indicadores;
- para serem cobertos pelos media (e.g., nas atrações turísticas e nos eventos desportivos);
- atacam “atrações, museus turísticos, locais históricos e belas paisagens (que) representam o espírito e a essência da Nação”;
- As zonas turísticas garantem aos terroristas um relativo anonimato (os polícias e os profissionais de segurança raramente conhecem a identificação e as motivações dos visitantes, nos destinos turísticos e nos eventos).

É necessário e premente além das questões securitárias tradicionais, preparar a oferta turística tendo em conta a nova realidade relacionada com ameaças de atos terroristas.

Kings e Berno (2002, cit. por Brás, 2012, pp. 97-98)) afirmam que a melhor forma de resolver situações de instabilidade política relativamente ao turismo é através da utilização de uma estratégia cuidadosamente planeada, com a união de esforços das entidades, tanto privadas como públicas, intervenientes no turismo. Os autores afirmam ainda que se o produto turístico é apelativo o suficiente e existe um forte mercado, a recuperação é quase garantida, podendo ser atingida num curto período de tempo.

Refere ainda Brás (2012, p.97) que “(...) a influência do terrorismo na atividade turística tem sido marcante em alguns destinos. A realidade mostra que, de uma forma crescente, os destinos deixaram de ser poupados e os turistas tornaram-se alvos internacionalmente valorizados nas diferentes formas de luta terrorista (...)”, dada a facilidade com que são atingíveis, recorrendo a meios reduzidos e parca logística.

1.3.4.1. Breve abordagem á realidade Portuguesa: situação atual e vulnerabilidades

Ao iniciarmos este subcapítulo e em jeito de enquadramento histórico, importa referir que no âmbito do radicalismo de esquerda verificou-se já no Portugal Democrático, no início dos anos 80 o surgimento do Grupo Forças Populares 25 de Abril (FP25), algo tardiamente o âmbito da “Tempestade” mundial de radicalismo de esquerda.

Os seus principais líderes foram presos em 1984 e os ataques terroristas terminaram em 1986, demonstrando a falta de apoio popular e a eficácia das Forças e Serviços de segurança Portugueses (Silva, 2005, p. 84).

Depois, temos o caso contemporâneo talvez mais mediático ocorrido em território Nacional, nomeadamente, o atentado ocorrido contra *Issam Sartawi*, político palestino e ativista da OLP (Organização de Libertação da Palestina) assassinado à porta de um hotel em Montechoro (Albufeira, em 1983).

Portugal tem vindo nos últimos anos a bater todos os recordes e indicadores turísticos, recebido inúmeros galardões, prémios europeus e mundiais nos mais variados setores e subsectores do Turismo entre Entidades Públicas e Privadas, além de considerado pelo IEP⁵³ como o 11º, 5º, 3º e 4º país mais seguro e pacífico do mundo em 2015, 2016, 2017 e 2018 respetivamente, aquando da publicação anual do Global Peace Index.

⁵³ *Institute for Economics and Peace (IEP)*, é uma entidade independente, não lucrativa, sediada em Sidney na Austrália, com filiais um pouco por todo o mundo, dedicada a direcionar o foco mundial para a paz como uma medida atingível e tangível de bem-estar humano e progresso, responsável pela publicação anual do GPI – Global Peace Index tendo em 2017 sido a 11ª edição.

Tal facto, não será certamente alheio do panorama securitário mundial, particularmente o vivido nos últimos anos na Europa e alguns países da bacia mediterrânica, onde os casos mais mediáticos terão sido os da França (Nice), Espanha (Barcelona), Tunísia e do Egito, que infelizmente foram “flagelados” com graves ataques terroristas em que foram visadas áreas turísticas ou locais com forte afluência pública.

Se olharmos aos atentados ocorridos mais recentemente em Espanha, poderemos tirar várias ilações para a nossa realidade, quer pela proximidade geográfica, quer pela preponderância que também o setor do Turismo assume no país vizinho e não menos importante pelas razões históricas que referiremos mais à frente. Assim, importa refletir sobre o “*modus operandi*” utilizado no ataque terrorista perpetrado em 17 de agosto de 2017 em “Las Ramblas” - Barcelona, zona nobre e altamente turística veio alterar o paradigma de como se olha para a metodologia clássica/tradicional de perpetrar este tipo de ataques, assim como, a prevenção, preparação, planeamento e eventual reação a este tipo de fenómeno.

ISIS⁵⁴ publicou manual e apelou em novembro de 2016 para ataques com camiões: na edição da revista oficial do Estado Islâmico, publicada um mês antes do ataque de Berlim, a organização apela ao uso de veículos pesados como armas, e ensina como preparar um ataque bem-sucedido. Em vez de se fazerem explodir, os terroristas passaram a atropelar pessoas, com carrinhas e camiões.

Todos esses ataques e atentados devem ser considerados, em última instância, como “uma forma de autodefesa e uma sangrenta campanha de propaganda do ISIS”, segundo *Javier Martín*, autor de “*Estado Islâmico. Geopolítica del Caos*” (Estado Islâmico. Geopolítica do Caos, ed. La Catarata, 2015).

Em 24 de agosto de 2017 o Estado Islâmico voltou a ameaçar a Península Ibérica, agora e pela primeira vez, com recurso a um vídeo gravado em Castelhana.

⁵⁴ O Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL), ou Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIIIS), é uma organização *Jihadista* Islamista de orientação *Salafista* e *Uabista* que opera maioritariamente no Oriente Médio. Também é conhecido pelos acrónimos na língua inglesa ISIS ou ISIL. O nome em árabe, leva ao acrónimo *Da'ish*, ou *Daesh*. Em 29 de junho de 2014, o grupo passou a se autointitular simplesmente “Estado Islâmico” (EI).

O grupo terrorista Estado Islâmico divulgou pela primeira vez um vídeo em castelhano em que volta a ameaçar a Península, que chama de *Al Andalus*: "Com a permissão de Alá, o *Al Andalus* voltará a ser o que foi: terra do califado".

Fonte: Google Imagens, 2018

Para o ISIS/Daesh, este território (Península Ibérica), tem um valor simbólico por ter sido uma das raras regiões a ter estado séculos sob governo muçulmano - nomeadamente entre os séculos VIII e XV - e perdida para controlo de estados não islâmicos. O território do *Al-Andalus*, de que Portugal fez parte de 711 a 1492, esteve sob dominação islâmica e é um objetivo estratégico de reconquista por parte do Estado Islâmico/*Daesh*, e da *Al Qaeda*, em particular da *Al Qaeda* do Magrebe Islâmico (AQMI);



Figura 3 — Segunda versão do mapa do projeto de Estado Islâmico publicado por elementos do Daesh.

Fonte: Google Imagens, 2018

A ameaça terrorista em Portugal não deve nem pode ser descurada, considerando os indícios e os objetivos estratégicos, tanto da *Al Qaeda* como do *Daesh*.

Facilidade de mediatização massiva deste tipo de ataque, tendo em conta a sociedade global e digital em que vivemos e em que praticamente qualquer cidadão com o seu “*smartphone*” é um OCS o que potencia a estratégia dos terroristas de incutir medo pelo terror.

Segundo Sanmartin, (2005, “*El terrorista Cómo es. Cómo se hace*”, Editora Ariel, p. 18, cit. por Silva, 2017, p. 4) “(...) a finalidade do terrorista não é tanto matar, mas incutir terror numa audiência, principalmente civil.” e adianta “um ato terrorista não o é porque produz a morte. Um ato é terrorista porque aterroriza, ...,

sendo que o fim primordial a que responde o atentado terrorista é: intimidar todo aquele que observe diretamente ou tenha notícia do atentado terrorista.”

Transpondo para a realidade portuguesa, pode-se conceber, mais não seja por mero exercício académico algumas considerações atinentes à realidade nacional e à forma como eventuais ataques se materializariam em solo nacional olhando ao ocorrido por exemplo em Espanha e França. Assim, e tendo em conta o território nacional e as zonas de grande afluência turística, temos como aspetos mais significativos: áreas urbanas sensíveis, zonas nobres e centros turísticos de referência nacional vários, com vários eixos de aproximação acessíveis de diferentes formas e por diferentes meios;

Desse modo é espetável que o *modus operandi* a utilizar seja previsivelmente análogo ao de Nice, Berlim, Londres, Estocolmo e Paris, fazendo uso de ações de natureza “*Low cost*” e “*Low Tech*” análogas às ocorridas nos recentes ataques de Barcelona na artéria “Las Ramblas” – 17 de agosto de 2017, e.g. recorrendo a carrinhas e camiões para atropelar pessoas.

De um modo geral, atento às situações ocorridas em Espanha e noutros locais com grande pendor turístico, nossos concorrentes diretos (e.g. Egito, Tunísia, Turquia), podemos inferir que os pontos fortes deste tipo de adversário serão na grande maioria das vezes: o efeito surpresa; a volatilidade e imprevisibilidade; ataques perpetrados pelos chamados “Lobos Solitários”/”Homem célula”; motivação; capacidade; oportunidade; vontade cega de querer provocar sentimento de terror e medo junto da população com reduzidos custos/empenhamento.

Por outro lado, nota-se a chamada “atomização” em crescendo do fenómeno terrorista (agora só é necessário o chamado “Lobo Solitário” /” Homem-célula”).

Por outro lado, importa explorar as vulnerabilidades do adversário, a desenvolver pela nossa força, nomeadamente:

- Difícil recolha de apoios locais;
- Conhecimento bastante pormenorizado de ataques semelhantes recentes aos de mais provável ocorrência/execução e conhecimento das respetivas

lesson & learnings, bem como, partilha de informações através das demais FFSS, das congéneres e via PUC-CPI/SGSSI⁵⁵.

São várias as condições que influenciam a ameaça terrorista ao território nacional:

- Presença de nacionais portugueses no Levante, nas fileiras do *Daesh* (EI);
- Presença, no território nacional, de indivíduos que simpatizam com organizações radicais, extremistas e terroristas;
- Passagem ocasional pelo território nacional de indivíduos referenciados pelas suas ligações a grupos - extremistas e terroristas;
- Desenvolvimento de atividades de proselitismo islamista radical;
- Dificuldades de integração de alguns setores da comunidade islâmica;
- Aumento significativo da propaganda *jihadista* online;
- Aumento da ameaça terrorista *jihadista* em zonas cada vez mais próximas da Europa;
- Fácil acesso ao território nacional;

São várias as motivações dos agentes da ameaça terrorista islamista que isoladamente ou conjugadas se revelam suscetíveis de incrementar a execução de atentados em território nacional, a saber:

- ideologia *salafista-jihadista* dos agentes da ameaça terrorista;
- Portugal faz parte do território do "*Al Andalus*" e, por conseguinte, do *Dar al-Harb*, ("Terra da Guerra");
- Inclusão de Portugal na "aliança cruzada-sionista" contra o Islão;
- Existência de interesses estrangeiros no território nacional, de países que são alvos prioritários do terrorismo islamista;
- Eventuais *trigger-events*;
- Apelos para a execução de atentados pouco sofisticados no Ocidente.

⁵⁵ Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional que funciona na dependência e sob coordenação da/o Secretária/o - Geral do Sistema de Segurança Interna.

Em relação aos fatores de mitigação da ameaça em território nacional temos que:

- Comunidade muçulmana de pequena dimensão;
- Administração das estruturas religiosas assegurada pelas primeiras gerações de muçulmanos, que estão muito ligados a Portugal,
- Líderes religiosos muçulmanos moderados;
- Ausência de menção direta a Portugal em comunicados *jihadistas*;
- Ausência de indivíduos com passado em campos de treino ou palcos da *jihad*;
- Inexistência de células terroristas operacionais (intenção/preparação/capacidade).

Já em relação a potenciais alvos, importa referir que se bem que, em princípio, qualquer local com alguma ligação ao turismo possa ser um alvo terrorista, a sua diversidade e elevado número implicam uma atratividade distinta para os agentes da ameaça terrorista.

Uma vez que os agentes da ameaça terrorista visam potenciar a sua ação no campo mediático de forma a causar o maior impacto possível, com o menor custo (em meios logísticos) e o menor risco (de deteção antecipada ou de captura após o ataque, caso não pretendam executar uma operação de martírio), importa definir as zonas do país em que, no âmbito do setor do turismo, estas características estão mais presentes. Devem ser incluídos neste contexto as vias de acesso (que implicam menores custos operacionais, diminuem o risco de deteção prévia e facilitam a fuga), a disponibilidade de potenciais alvos (que quanto maior for, mais dificulta a sua proteção porque os recursos afetos a esta função estão mais dispersos) e, decorrente dessa disponibilidade, a repercussão negativa ou impacto mediático resultante de tais ações (pois uma ação executada num local onde também existem vários outros alvos similares ou interligados repercutir-se-á rapidamente nestes, ao contrário do que sucederia com um alvo isolado).

Tendo em conta a conjugação destes fatores, é facilmente entendível que as regiões do país que apresentam uma maior atratividade para os agentes da ameaça terrorista islamista são as seguintes:

- Área Metropolitana de Lisboa;
- Área Metropolitana do Porto;
- Algarve.

Com efeito, todas estas zonas são facilmente acessíveis por via terrestre, incluindo a partir do estrangeiro, o que diminui os custos logísticos na execução do atentado, mas também a probabilidade de uma eventual deteção prévia.

Além disso, todas estas zonas têm uma ampla disponibilidade de alvos percecionáveis como remuneratórios por parte dos agentes da ameaça, desde logo pelo facto de aí residirem numerosas comunidades de cidadãos de países que são alvos prioritários do terrorismo islamista e pelo facto de tais regiões serem regularmente visitadas, sobretudo no Verão, por um número muito significativo de indivíduos dessas nacionalidades.

Acresce que todas essas regiões são servidas por aeroportos internacionais - que, por si só, são alvos remuneratórios - por onde transita um elevado número de cidadãos estrangeiros.

Para além dos aeroportos (incluindo os respetivos perímetros externos), são considerados como potenciais alvos os seguintes locais:

- Transportes terrestres em que seja habitual ou previsível o transporte de grupos numerosos de cidadãos das nacionalidades atrativas;
- Terminais de cruzeiro, em momentos de chegada e partida de embarcações de companhias das nacionalidades referidas e passageiros das mesmas nacionalidades;
- Hotéis de empresas de países que são alvos prioritários do terrorismo islamista, que dessa forma possam ser considerados como alvos simbólicos de tais países, e que recebem habitualmente um elevado número

de hóspedes das nacionalidades referidas ou que recebem habitualmente pessoas publicamente expostas que sejam alvos potenciais do terrorismo islamista;

- Sinagogas e outros locais associados a Israel e à religião judaica;
- Embaixadas e Consulados das nacionalidades referidas;
- Outros locais de grande aglomeração habitual ou previsível de grupos numerosos de cidadãos das nacionalidades que são alvos prioritários do terrorismo islamista, incluindo eventos de carácter desportivo, social ou cultural.

Facilmente se percebe que o fenómeno do terrorismo é algo onde todos poderão e devem ter um papel proactivo e preventivo, nomeadamente empresários e agentes económicos e todos os restantes intervenientes da cadeia de valor turística, ao nível da deteção, prevenção e mitigação da ameaça, colaborando e cooperando com as diferentes Entidades públicas com competências na matéria.

O terrorismo tem quase sempre um importante impacto na economia de uma região de um país e, em concreto, sobre o setor do turismo. Não apenas das consequências económicas imediatas, considerando as perdas de vidas humanas e patrimoniais, os custos de reconstrução, as indemnizações das companhias de seguros, os custos da desvalorização nas bolsas de valores, a baixa de consumo privado, mas também os investimentos necessários com o reforço das medidas de defesa, segurança e proteção, desviados de outros setores que poderiam ser mais produtivos.

É hoje claro que uma boa Economia é condição de sobrevivência do estado, do bem-estar das populações e do exercício das liberdades. Assim, refletir sobre o impacto das diversas ameaças securitárias que impendem sobre a economia e os agentes económicos é um exercício necessário para melhor identificar e avaliar as vulnerabilidades específicas do tecido económico do país.

Segundo (Viegas, et al., 2017) a prática de ações ilícitas, hostis ou violentas em território nacional, caso não sejam previstas, identificadas e mitigadas, pode traduzir-se em impactos relevantes sobre a economia e em alterações ou distorções económi-

cas. Enumero, apenas algumas, mas sobretudo aquelas que dizem respeito à segurança interna e que afetam particularmente as condições de desenvolvimento económico e de segurança do nosso modo de viver em sociedade.

Referimo-nos, em primeiro lugar, à ação do crime organizado transnacional, nas suas várias vertentes e facetas, que procura infiltrar e instrumentalizar o tecido económico como estratégia de diversificação dos seus mecanismos de branqueamento de capitais. Uma ameaça que se incrementou e mundializou através dos instrumentos da globalização, e que tem como objetivo primordial das suas atividades a minimização dos riscos e a maximização dos lucros.

No passado mais recente, “meio mundo”, incluindo empresas e entidades portuguesas, foi afetado por ações do cibercrime, essa nova ameaça – difusa, complexa e sofisticada – que visam indiscriminadamente o Estado, a economia e os cidadãos e cuja ação pode gerar efeitos transversais efetivamente disruptivos.

Enumera-se, por fim, aquela que é, de momento, a ameaça mais relevante; atrevo-me a dizer a mais perigosa, a mais complexa, a mais global e a mais difícil de combater, que impende sobre os países da União Europeia, a ameaça terrorista *jihadista*, como ficou tristemente demonstrado em Estocolmo, Londres, Berlim, Nice, Bruxelas, Paris e Manchester. O sentimento de insegurança que provoca, não é tanto por aquilo que acontece em determinado momento, mas pelo impacto psicológico e intimidação pela ameaça de futuros ataques, fazendo-nos perder a ilusão de invulnerabilidade.

Segundo números estudados na “economia do terrorismo”, a política antiterrorista do governo espanhol contra a ETA tinha um custo aproximado de 700 milhões de euros anuais.

Com a diminuição dos atentados da ETA entre 2005 e 2010, evitaram-se prejuízos anuais no valor de 1.043 milhões de euros para a economia espanhola. E desde que a ETA terminou os seus atentados, curiosamente após a descoberta da base de Óbidos em 2010, reduziram-se os efetivos policiais afetos à proteção de personalidades, diminuiu a contratação de seguranças privados por parte do Ministério do Interior

com uma poupança de cerca de 100 milhões de euros no ano de 2012, e reafectaram-se cerca de 1.800 agentes policiais a outras funções.

Os estudos sobre o impacto económico dos atentados de Madrid e Londres, em 2004 e 2005, respetivamente, revelam conclusões porventura surpreendentes: nos semestres subsequentes, o PIB daqueles países não só cresceu, como sofreu uma significativa aceleração. Já no caso do 11 de setembro, o PIB americano sofreu uma contração inferior a 0,1%.

Os números parecem otimistas, mas devem ser lidos no seu contexto e no seu tempo específicos. A resiliência demonstrada pelas economias daqueles países explica-se primordialmente pelo facto de estas terem uma base ampla e diversificada, sem uma dependência estratégica de um setor em particular. E, principalmente, não podemos esquecer que estes atentados ocorreram num momento anterior à crise do *sub prime*, que fragilizou a economia global e num momento anterior às crises financeiras de vários países europeus. No caso português, também antes da austeridade, essa palavra que durante alguns anos foi indissociável do nosso quotidiano.

Mas, nos últimos anos, as características da ameaça terrorista alteraram-se radicalmente:

- Há um agravamento sério da ameaça terrorista na Europa, proveniente de uma multitude de agentes que podem atuar isoladamente, e não através de uma organização identificada e conhecida;
- Essa acuação é motivada ou inspirada pela propaganda difundida nas redes sociais, por ordens diretas ou indiretas da estrutura de operações externas do estado islâmico ou por iniciativa pessoal;
- Socorre-se de armas imprevisíveis, muitas vezes rudimentares, mas bem descritas na propaganda *jihadista*;
- Assistimos a uma alteração estratégica da narrativa, da propaganda e da radicalização por parte das organizações terroristas. Os apelos constantes e permanentes são para o cometimento de atentados nos solos pátrios. E já não para deslocamentos para a Síria/Iraque. Essa é uma forma de ocultarem a perda de território, a outra é atentarem na Europa.

As consequências visíveis e imediatas dos atentados terroristas de hoje, para além da incerteza e insegurança geradas nas populações e do impacto na confiança dos consumidores, concretizam-se, entre outros efeitos, no aumento de gastos públicos em segurança e defesa, na queda da bolsa e na diminuição imediata e visível de receitas e na entrada de turistas. A tendência é a de que a economia recupera e os efeitos não se mantêm por muito tempo, mas, o turismo é sempre, e de imediato, o setor económico mais afetado. Por exemplo, em 2011, o Egipto, com o turismo, obteve receitas de 13.000 milhões e em 2016 as receitas desceram para 8.000 milhões.

Com os atentados do *Charlie Hebdo*, em Paris, a 07 de janeiro de 2015, o negócio nas grandes superfícies sofreu uma queda entre 10 e 18% e no sector do turismo, que representa cerca de 8% do PIB de França, as reservas hoteleiras sofreram uma queda de 10%. Na região de Paris a diminuição de receitas foi de 750 milhões de euros no 1º semestre de 2016. O Tesouro francês estimou que os efeitos dos ataques terroristas custaram mais de 2.000 milhões de euros.

A Bélgica, com os últimos atentados, sofreu uma quebra de 760 milhões de euros de receitas fiscais, o desemprego temporário na restauração aumentou 22% e as reservas hoteleiras sofreram uma baixa de 22,1%. No dia dos atentados no aeroporto de Bruxelas, as ações das empresas de aviação e das empresas gestoras de aeroportos, desvalorizaram de imediato.

O Banco de Portugal, através da sua publicação mensal, deixa notas muito positivas: em 2016, o país melhorou o seu desempenho económico e o PIB cresceu 1,4%. O setor do turismo, parece ser, claramente, o culpado pelo bom desempenho do país. O dinamismo evidenciado serviu de motor para o crescimento económico e para alavancar a economia nacional, por exemplo referiu publicamente o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa que calculava o impacto deste sector, em Lisboa, em 6,3 mil milhões de euros.

Na verdade, Portugal está na moda e anda nas bocas do mundo. Colhe prémios e distinções, e não apenas no setor do turismo, facto que é propiciado pela beleza natural e o clima convidativo do nosso país, mas – não menos importante – também

pelo investimento numa oferta de serviços diversificada, consolidada e de muito elevada qualidade.

Por exemplo, o relatório de competitividade do turismo de 2017, publicado pelo *World Economic Forum*, coloca Portugal no 14º lugar do ranking, num conjunto de 136 países. Dos diversos indicadores avaliados para a obtenção deste resultado, destaco aqueles em que Portugal obteve melhor classificação: infraestruturas de serviços turísticos – no qual conquistámos o quarto lugar do ranking –; e segurança, onde obtivemos o 11º lugar.

De acordo com os dados do Global Terrorism Index de 2016, as receitas do turismo em França, em 2015, tiveram uma quebra de 1,7 mil milhões de euros, enquanto em Itália, país vizinho e no mesmo período, as receitas cresceram 4,9 mil milhões. O mesmo se passou na Tunísia com as receitas a descerem 1,3 mil milhões, após o atentado terrorista de JUN2015 que visou duas estâncias turísticas. Já em Marrocos as receitas cresceram 500 milhões. De acordo com o mesmo documento, o contributo do turismo para o PIB nos países sem ataques a turistas foi 2 vezes mais do que nos países com ataques que visaram o sector turístico.

Torna-se, por isso, absolutamente claro que o primeiro impacto de uma alteração ao ambiente de segurança em Portugal seria sentido, de forma imediata, no setor do turismo.

Em Portugal, a ameaça terrorista, que é sobretudo proveniente da organização terrorista Estado Islâmico, mas sem esquecer a *Al Qaeda*, não tem uma dimensão comparável com a realidade de outros países europeus. De facto, para além do labor desenvolvido pelas forças e serviços de segurança, como é a boa articulação entre as forças e serviços de segurança no âmbito da Unidade de Coordenação Antiterrorista (UCAT) e a partilha de informações permanente no âmbito da ameaça terrorista entre o Serviço de Informações de Segurança (SIS) e a Polícia Judiciária (PJ), verificam-se algumas circunstâncias específicas que contribuem decisivamente para mitigar e desagravar a ameaça.

Temos uma comunidade muçulmana bem integrada, bem inserida na realidade sociocultural nacional, relativamente de reduzida dimensão, dialogante e que encara

a radicalização como algo perturbador da própria comunidade; a existência de líderes religiosos e associativos moderados; a ausência da promoção ou prática de uma linha mais radical do islão; e, não menos importante, a inexistência de grupos ou organizações terroristas endógenas e as comunidades imigrantes bem inseridas e abrangidas por políticas públicas de integração.

Somos um país seguro. Todavia, avaliar a ameaça terrorista como moderada não significa que esta seja inexistente. Embora Portugal, nas atuais circunstâncias não seja um alvo remunerador para as organizações terroristas, vivemos uma situação que merece reflexão e prudência (Viegas, et al., 2017).

O futuro da ameaça terrorista no curto-médio prazo segundo Viegas et al. (2017):

- Permanecerá difusa e com estruturas em permanente alteração;
- Não irá diminuir de intensidade e continuaremos a assistir a ataques casuísticos, inopinados, de baixa intensidade e sobre alvos com medidas securitárias reduzidas, de fácil acesso e com elevado público,
- Com uma radicalização muito rápida e com recurso a ataques de padrão solo ou com redes de pequena dimensão, inspirados na propaganda das redes sociais ou dirigidos, direta ou indiretamente, a partir da estrutura de operações externas do estado Islâmico;
- Continuaremos preocupados com o regresso à Europa dos *jihadistas* europeus, mas também com as comunicações encriptadas apelando ao cometimento de atentados, e que não se conseguem descriptar.

Devemos estar conscientes de que a segurança absoluta não existe. A resposta a este fenómeno, que ameaça o estado e a nossa forma de viver, deve ser dada através:

- Do aumento da cooperação nacional e internacional, em matéria judicial, policial e de informações e na partilha de informações;
- Da valorização das informações, porque os serviços de informações sempre foram e são uma ferramenta indispensável na luta contra o terrorismo;

- No desenvolvimento de programas de sensibilização na sociedade civil como um todo, englobando sectores como as autarquias locais, justiça, saúde, segurança social, forças e serviços de segurança, etc.;
- De um discurso que faça a contra narrativa, desmontando a alegada invencibilidade, a atratividade e as mentiras da propaganda *jihadista*;
- E de uma estratégia de longo prazo, responsável e mobilizadora da esperança dos cidadãos, porque apesar de o Estado Islâmico estar em perda territorial, a sua doutrina vai perdurar através das suas organizações afiliadas.

A 18 de agosto de 2017 no âmbito de entrevista⁵⁶, um dia depois do duplo atentado na Catalunha, Espanha, António Nunes, Presidente do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo (OSCOT) que “(...) Portugal tem de aproveitar este momento para rever plano antiterrorista (...) ainda não fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para impedir ataques terroristas, **apesar de o risco ser “menor” do que noutros países** (...) as derrotas do Estado Islâmico no Iraque e na Síria aumentam o número de *jihadistas* que podem querer atacar em solo europeu.(...)”

Em Portugal, diz António Nunes, **o risco é “menor”, mas é preciso aproveitar essa situação para “fazer uma revisão” do plano de combate ao terrorismo.**

Disse ainda que “(...) não me parece que sejam só medidas de encerramento de fronteiras, e outras que já ouvi alguns analistas defenderem, a resolver este problema. Espanha pode ser um bom exemplo neste campo das medidas mais duras, mas Portugal tem um sucesso muito elevado no que toca à integração das comunidades islâmicas.

Mas isso não coloca Portugal com risco zero. Mas tranquiliza-nos dizer que temos excelentes forças e serviços de segurança, que temos uma comunidade islâmica que está integrada e que, por isso, a movimentação de elementos radicais em Portugal

⁵⁶ In Rádio Renascença (online). OSCOT. “Portugal tem de aproveitar este momento para rever plano antiterrorista”. Disponível em http://rr.sapo.pt/noticia/91419/oscot_portugal_tem_de_aproveitar_este_momento_para_rever_plano_antiterrorista (consultado em 14/06/2018).

torna-se mais difícil. Não estou a dizer que é impossível, estou a dizer que é mais difícil.

O nosso risco é menor. **Se podemos afirmar que em Portugal nunca acontecerá um atentado terrorista, não é verdade. Mas temos boas condições para diminuir o risco, isso temos. (...)**”

Referiu ainda António Nunes que “(...) acho que o que isso determina é uma maior responsabilidade das nossas forças e serviços de segurança e dos nossos políticos. Se Portugal tem hoje uma comunidade que está perfeitamente integrada, se tem serviços de informações e forças e serviços de segurança a trabalharem nessa luta antiterrorista, se sabemos que há dificuldades no estabelecimento de células terroristas em Portugal, por ausência de apoios logísticos e linguísticos, temos de aproveitar este momento para fazer uma revisão do nosso plano de combate ao terrorismo, para incentivar as nossas forças de serviços de segurança a trabalharem ainda mais sobre estes fenómenos, **aumentar a troca de informações dos serviços congéneres de todo o mundo** e garantir uma maior atenção para que isso não possa vir a ocorrer.

Temos é de aumentar a prevenção. E aumentar a prevenção é olhar para os nossos instrumentos. E temos bons instrumentos, mesmo jurídicos: já podemos condenar alguém que utiliza as redes para a radicalização ou para o fomento da radicalização; temos um plano nacional de combate ao terrorismo – que não se conhece porque é reservado; temos uma Unidade de Combate Antiterrorista, que já funciona há muitos anos. Temos um Sistema de Segurança Interna, temos um Sistema de Informações da República Portuguesa, temos uma unidade da Polícia Judiciária que tem resultados excelentes.

Temos os instrumentos, precisamos é de não abrandar a nossa atenção sobre este fenómeno e, por outro lado, fazer uma revisão de tudo isto e fazermos uma pergunta que por vezes nos esquecemos de fazer: será que tudo aquilo que concebemos na teoria tem uma aplicação prática? Se não tem, precisamos de reforçá-la. E se corrigirmos eventuais desvios e faltas de recursos humanos ou materiais, criamos todas as condições para diminuir esse risco até ao limite inferior que seja possível.

E depois, se ocorrer (um ataque), podemos fazer um balanço e dizer que fizemos tudo o que estava ao nosso alcance e não escapámos. Como não escaparam os espanhóis, franceses, alemães ou ingleses (...)” e ainda que “(...) Não sou apologista de correr atrás do prejuízo. **Falo de prevenção.** Mas o terrorismo não se baseia nessas situações. Porque vamos pôr as barreiras e eles vão utilizar explosivos. Não estou a dizer que não se deve fazer. Estou a dizer é que devemos reduzir a situação. Mais do que as barreiras, tem que ser a presença policial visível. Por vezes, em Portugal, descuidamos essa presença policial. **Uma aposta que Portugal terá de fazer é nos sistemas de videovigilância públicos. Temos poucos.** (...)”

Atente-se também ao referido por **Boaz Ganor**⁵⁷ a 12 de Outubro de 2017, em entrevista exclusiva ao programa da RTP: Olhar o Mundo, *Boaz Ganor* avisa que a ameaça *jihadista* aproxima-se de Portugal e não pode ser descurada e que “(...) Se eu fosse um decisor português estaria muito feliz com a situação atual, mas não iria descontrair e dizer que estão seguros. Vocês não estão seguros. É apenas uma questão de tempo até essa ameaça global e local desafiar Portugal tal como já o fez em outros países (...)”.

Explicou ainda, à margem de uma conferência no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa, que⁵⁸ os serviços de informações dos países vizinhos estão a tornar-se mais experientes, o que pode vir a desviar as atenções para Portugal.

O especialista em contraterrorismo israelita Boaz Ganor considerou que o crescente número de turistas e o aumento da segurança nos países vizinhos tornam Portugal “um local conveniente” para as organizações terroristas concentrarem ataques ou infiltrarem operacionais.

⁵⁷ *Boaz Ganor* é especialista em contraterrorismo israelita. É fundador e diretor executivo do Instituto Internacional de Combate ao Terrorismo, no centro Interdisciplinar de *Herzliya*, em Israel, presidente fundador da Comunidade Académica Internacional para o Contraterrorismo (ICTAC), além de autor de diversos Livros sobre as formas de lutar contra este fenómeno.

⁵⁸ *In* Diário de Notícias (online). Disponível em <https://www.dn.pt/portugal/interior/inexperencia-em-ataques-torna-portugal-um-local-conveniente-para-o-terrorismo---especialista-israelita-8838763.html> consultado em (14/06/2018).

"Portugal é afortunado por não sofrer ataques terroristas. **Não estou é certo de que não venham a acontecer no futuro**", considerou hoje à Lusa o especialista israelita.

Questionado sobre as razões que têm afastado Portugal do mapa dos atentados terroristas, nomeadamente sobre se é irrelevante para a mensagem que os grupos terroristas querem passar, Boaz Ganor respondeu negativamente.

“(...) Fazer parte do espaço Schengen e da União Europeia coloca Portugal como alvo valioso no mapa mundial do terrorismo 'jihadista' global, do Estado Islâmico, da *Al Qaeda* e de outros (...)”. Referiu ainda “(...) a minha recomendação seria: apreciem o facto de não terem sofrido ataques, mas **preparem-se para o dia em que poderão ser atacados** (...)”.

O facto de os serviços de informações e contraterrorismo noutros países vizinhos - casos de Espanha, França e mesmo a Bélgica, Alemanha e Holanda - estarem a tornar-se mais experientes no campo do contraterrorismo, começa a fazer com que seja mais difícil aos terroristas estarem preparados para cometer ataques dentro desses países, referiu Boaz Ganor.

"Nesse caso podem ver em Portugal um local conveniente, tanto para organizar ataques - a cometer dentro ou fora de Portugal - como para infiltrar terroristas a partir do exterior, para cometerem ataques mesmo dentro de Portugal", explicou o especialista.

Boaz Ganor considerou que o número crescente de turistas a chegar a Portugal é uma boa notícia para o país, mas contrapôs que este é um fenómeno que "também serve como uma boa plataforma para que uma organização terrorista se infiltre em Portugal".

Quanto à preparação das autoridades portuguesas para lidarem com um possível ataque terrorista, Boaz Ganor rejeita que Portugal seja "um alvo fácil".

"Não digo que Portugal seja um *“soft target”*. Acredito que os serviços de segurança portugueses e a polícia têm conhecimentos, mantêm ligações com outras autoridades europeias, partilham experiências. Mas não tem a experiência no terreno

que, infelizmente, outros têm", declarou. Esta falta de experiência real pode ser compensada "com exercícios". Podem-se fazer simulações, "*red teaming*" (equipas para melhorar o processo de tomada de decisões) para tentar entrar na cabeça dos terroristas. "Se eles quisessem atacar Portugal, qual seriam os alvos valiosos? Qual seria o *modus operandi*?". E depois preparem-se para essas possibilidades", enumerou o especialista israelita.

"Há coisas que podem ser feitas. Acredito que há coisas a serem feitas. Não quero parecer alarmista, isso de certeza, mas não existe isso de demasiada segurança. É preciso sempre ter mais", concluiu.

1.3.4.2. Análise às estruturas e ferramentas jurídico-legais existentes em território nacional para fazer face ao fenómeno

Atente-se ao facto de em Portugal só ter sido criada legislação específica na área do terrorismo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2015 que em 19 de fevereiro de 2015 (Portugal foi o último país da União Europeia a fazê-lo), aprovou a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo (organizada em 5 pilares: Detetar, prevenir, Proteger; perseguir e Responder, muito na linha da Estratégia Antiterrorista da União Europeia aprovada em 30 de Novembro de 2005 (e.g. tendo-lhe acrescentado o pilar: detetar)), além do facto, de que, a Unidade de Coordenação Antiterrorismo surge em 2003 mas tardou em ver a sua composição, competências e atribuições, definidos com o vigor e diligência que porventura deveria ter sido, por forma a estarmos munidos das ferramentas há muito necessárias e **essenciais para o desenvolvimento de estratégias e práticas preventivas holísticas, integradas, estruturais e colaborativas entre todas as Entidades com papéis relevantes nesta área como são o caso das várias Forças e Serviços de Segurança** em Portugal, das organizações internacionais onde Portugal está integrado e com interesse nestas matérias (União Europeia, Europol, Interpol, Rede ATLAS entre outras)

A crescente ameaça de terrorismo na Europa levou assim em Portugal à criação da Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT). A unidade foi criada em 2003,

no seio do antigo Gabinete Coordenador de Segurança, substituído mais tarde pelo Sistema de Segurança Interna liderado pela ainda Secretária-Geral, Helena Fazenda.

Com a publicação do Decreto regulamentar n.º 2/2016 de 23 de agosto a Unidade de Coordenação Antiterrorismo passou a funcionar em permanência. Esta unidade já existia desde 2003, mas apenas reunia semanalmente, tendo assim, passado a funcionar 24 horas por dia, com uma estrutura permanente que passou a coordenar toda estratégia de combate ao terrorismo em Portugal.

A Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT), reúne elementos dos serviços de informações, PJ, PSP, GNR, SEF e Polícia Marítima, passou a funcionar em permanência, na sequência de regulamentação aprovada em 23 de agosto de 2016. A unidade passou a ter uma equipa permanente, com um elemento de cada uma das forças e serviços de segurança, organizada por turnos que assegura o seu funcionamento 24 horas por dia.

“Com este decreto regulamentar o que se visa é reforçar o apoio operacional a esta estrutura, que já existe, funciona e congrega todas as forças e serviços de segurança”⁵⁹, disse a à data Ministra da Administração Interna, Constança Urbano de Sousa, na conferência de imprensa após o Conselho de Ministros.

O reforço da UCAT foi uma das medidas previstas na Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, aprovada em 2015. Atualmente, a UCAT reúne-se semanalmente e extraordinariamente sempre que é necessário. Com a regulamentação, **esta estrutura passou a funcionar de “forma mais eficiente e permanente”** sendo a sua atuação reforçada, referiu Constança Urbano de Sousa ⁶⁰.

“A UCAT existia já informalmente, trabalhava na partilha de informação, mas neste momento aquilo que se pretende é institucionalizar e dar corpo a uma estrutura, que prossiga essa atividade, mas **de modo permanente, reforçado e com outro nível de capacitação**, não só ao nível da recolha e da partilha de informação, como também ao nível do acompanhamento de execução dos vários planos que existem em matéria

⁵⁹ *In Público (online)*. Unidade de Coordenação Antiterrorismo passa a funcionar em permanência. Disponível em <https://www.publico.pt/2016/07/21/politica/noticia/unidade-de-coordenacao-antiterrorismo-reforcada-passa-a-funcionar-em-permanencia-1739058> (consultado em 14/06/2018).

⁶⁰ *Ibidem*.

de combate ao terrorismo”⁶¹, explicou a Ministra da Justiça, Francisca *Van Dunem*, na conferência de imprensa.

Francisca *Van Dunem* esclareceu que **“não há indicação de que haja ameaça, mas o Governo está a trabalhar no sentido de reforçar a capacitação das forças e serviços de segurança para esta área do terrorismo”**, disse. Garantiu ainda que há “uma articulação e sintonia absoluta entre a Justiça e a Administração Interna nessa matéria”.

Num relatório divulgado precisamente nesta altura, o serviço europeu de polícia (Europol) alertou para as "repetidas ameaças" do grupo Estado Islâmico (EI) a Portugal e Espanha e considerou que ataques semelhantes aos de novembro, em Paris, podem ocorrer num "futuro próximo" na União Europeia.

Na altura referiu-se que embora Portugal não fosse um alvo principal, nomeadamente quando falamos do terrorismo que tem sido ou apoiado pelo Estado Islâmico ou perpetrado pelo próprio, “todos os países da União Europeia são potenciais alvos”, reconheceu Francisca *Van Dunem*, esclarecendo que “neste momento, há uma sintonia completa” entre as diferentes entidades ligadas à segurança.

Todas as polícias “partilham informações” com regularidade, salientou Constança Urbana, acrescentando que esta nova unidade “reforçar a sua atuação”. A ministra da Administração Interna reconheceu ainda que o SIS terá confirmado a possibilidade de Portugal poder vir a ser alvo do *Daesh*.

A regulamentação da organização e funcionamento da UCAT, coordenada pela secretária-geral do Sistema de Segurança Interna, veio assim dotar esta estrutura que já existia de uma equipa em permanência e reforçar a sua capacidade operacional.

Segundo este novo regime aplicável à organização e funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorismo (Decreto regulamentar n.º 2/2016 de 23 de agosto), a Lei n.º 59/2015, de 24 de junho, procedeu à primeira alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna, modificando a composição, organização e funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorismo.

⁶¹ Ibidem.

Esta reforma veio dar corpo aos objetivos fixados para a Unidade de Coordenação Antiterrorismo, a saber:

- coordenação e partilha de informações;
- coordenação dos planos de execução das ações previstas na Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo;
- no plano da cooperação internacional, articulação e coordenação entre os pontos de contacto para as diversas áreas de intervenção em matéria de terrorismo.

Ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 23.º da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, alterada pela Lei n.º 59/2015, de 24 de junho, a referida regulamentação veio estabelecer, a organização e o funcionamento daquela Unidade, de molde a alcançar uma cooperação de qualidade, assente na centralização e especialização, por forma a proporcionar uma resposta mais flexível e adequada à coordenação e partilha de informações, bem como aos fins da Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo.

O alargamento das competências da Unidade de Coordenação Antiterrorismo determinou a racionalização de recursos, a agilização e eficácia de procedimentos, e a supressão de sobreposições e de redundâncias, constituindo, assim, garante de eficiência e eficácia na cooperação, coordenação e articulação, entre os serviços que a integram.

Neste pressuposto, e funcionando a Unidade de Coordenação Antiterrorismo no âmbito do Sistema de Segurança Interna, na dependência e sob coordenação do seu Secretário-Geral, o apoio à respetiva atividade passou a ser garantido pelo Gabinete do Secretário-Geral.

Já posteriormente, referiu a Secretária Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI), Helena Fazenda 11 de setembro de 2016, por ocasião do aniversário às torres gémeas nos Estados Unidos da América que “(...) Portugal tem vindo a reforçar as suas capacidades. **Todos nós temos consciência de que em matéria de terrorismo não existe risco zero** (...)” e ainda que, “(...) Portugal está sob “risco moderado” de atentados terroristas. Hoje quem tem poder não é quem tem informa-

ção. É quem a sabe partilhar. A Europa vive momentos de elevada exigência em matéria de segurança. O terrorismo constitui uma das mais sérias ameaças à subsistência do espaço europeu e nele tem encontrado oportunidade para manifestações extremistas, radicais e de agressões violentas. Portugal encontra-se numa situação de ameaça moderada. Mas **tal não significa que não reforce permanentemente as suas capacidades de combate ao fenómeno**, temos de ter em vista duas ordens de razão: as suas responsabilidades enquanto Estado membro e a segurança em termos internos (...)”⁶².

Quando analisamos a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo (ENCT), verifica-se cada pilar (Detetar, prevenir, Proteger; Perseguir e Responder), define um objetivo estratégico. A prossecução destes objetivos estratégicos implica um conjunto alargado de medidas e de linhas de ação, concretizado através de um trabalho continuado por parte de todas as entidades. Uma boa parte destas medidas e ações materializa-se em **promover, melhorar, reforçar mecanismos de intervenção já existentes**. Também a Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT) passou a desempenhar um papel fundamental ao garantir o desenvolvimento e a coordenação das medidas de responsabilidade transversal, que implicam o envolvimento de vários setores, da Saúde, à Educação ou à Segurança Social, por exemplo.

Com as alterações introduzidas pela regulamentação já referida, a UCAT veio claramente reforçar a articulação, a cooperação e a coordenação entre as forças e os serviços de segurança.

Até esta altura, a UCAT era um órgão que se reunia uma vez por semana para que os seus membros – representantes das polícias, dos serviços de informações e do secretário-geral do SSI – trocassem informação entre si. A partir deste momento, além destas reuniões semanais, passou-se a ter uma equipa permanente, constituída por representantes de cada uma das forças (GNR, PSR PJ, SEE SIED, SIS e PM) que passaram a acompanhar e coordenar a execução dos planos setoriais que estão previstos na ENCT.

⁶² In OSCOT (online). Portugal tem reforçado as capacidades. No terrorismo não existe risco zero. Disponível em <http://oscot.pt/portugal-reforcado-as-capacidades-no-terrorismo-nao-existe-risco-zero/> (consultado em 14JUN18).

Por outro lado, assegurou-se com esta revisão, a realização de reuniões da UCAT, mais alargadas e de composição variável, fundamentalmente face às responsabilidades que a implementação da ENCT implica. Assim, consagrou-se a possibilidade de, a convite do Secretário-Geral, sempre que se julgue necessário e adequado, consoante as matérias a tratar, incluir a presença das restantes entidades que integram o Conselho Superior de Segurança Interna ou seus representantes: do chefe de Estado-Major-General das Forças Armadas, da Autoridade Marítima Nacional, da Autoridade Aeronáutica Nacional, da Autoridade Nacional de Aviação Civil, do presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, do diretor-geral dos Serviços Prisionais, do Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira e do coordenador do Centro Nacional de Cibersegurança.

Também existe, a chamada Plataforma Integrada de Informação Criminal (PIIC) – foi criada na Lei de Segurança Interna de 2008 e ainda não está a funcionar em pleno.

É uma plataforma sujeita a regras e limitações de acesso, e que permite a consulta de registos, acessíveis por interoperabilidade entre estes sistemas, possibilitando ainda o acesso a bases de dados complementares, de natureza administrativa ou policial.

Segundo a SGSSI, a PIIC vai entrar brevemente numa fase de expansão, com agregação de novas bases de dados, com financiamento comunitário⁶³.

Já em relação ao Ponto Único de Contacto Nacional⁶⁴ (PUCN), estrutura criada recentemente em 2017 e fulcral na partilha de informação e cooperação policial internacional, referiu também a SGSSI que “(...) o PUCN reflete uma imposição de boas práticas europeias em matéria de cooperação policial internacional. É uma questão central para a articulação com o exterior. Têm acesso à informação, de e para o exterior, os mesmos órgãos de policial criminal a quem hoje se destina. A mais-valia resulta da inserção destes diferentes canais de comunicação na mesma estrutura de gestão e no mesmo espaço físico, garantindo a escolha correta e coerente do canal de

⁶³ Ibidem

⁶⁴ In Diário da República Eletrónico, Aprovação do Ponto Único de Contato, pelo Decreto-Lei n.º 49/2017, de 24 de maio. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/107061863> (consultado em 14/06/2018).

cooperação, a qualidade dos pedidos e das respostas. Daqui resulta inegável celeridade e fiabilidade na troca de informação, com racionalização e otimização de meios e recursos (...).”.

Prendamo-nos um pouco mais ao nível do PUC-CPI, criado pelo Decreto-Lei n.º 49/2017 de 24 de maio e regulamentado pelo Decreto Regulamentar n.º 7/2017 de 7 de agosto, dada a importância manifesta desta estrutura e que certamente se ampliará no futuro, em todo o inter-relacionamento entre entidades internas e externas ao nível de partilha e troca de informação, bem como, todo o tipo de cooperação policial internacional.

Assim, importa salientar que, o Decreto-Lei n.º 49/2017, de 24 de maio, criou, no âmbito do Sistema de Segurança Interna, na dependência e sob coordenação do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, o Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional, designado abreviadamente PUC -CPI, respondendo assim à necessidade de melhorar a organização do sistema na vertente da cooperação policial internacional e de satisfazer os compromissos de Portugal no quadro da União Europeia.

O modelo de organização e funcionamento do PUC-CPI privilegia uma lógica de aproveitamento máximo dos recursos disponíveis e a capacitação existente nas várias polícias, ao mesmo tempo que potencia a ação conjunta e coordenada de todas, num segmento fulcral ao combate às modernas formas de criminalidade transnacional. O PUC-CPI tem um gabinete de gestão, composto pelos coordenadores de gabinete.

O PUC-CPI reúne sob a mesma gestão o Gabinete Nacional Sirene, o Gabinete Nacional da Interpol, a Unidade Nacional da Europol, a coordenação dos oficiais de ligação nacionais e estrangeiros, a coordenação dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira e os pontos de contacto decorrentes das Decisões Prüm, organizados em quatro gabinetes.

Os elementos que integram o PUC-CPI são oriundos da Guarda Nacional Republicana, da Polícia de Segurança Pública, da Polícia Judiciária e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, assim se garantindo a tradição do conhecimento e das competências específicas.

O PUC -CPI é o centro operacional responsável pela coordenação da cooperação policial internacional, que assegura o encaminhamento dos pedidos de informação nacionais, a receção, o encaminhamento e a difusão nacional de informação proveniente das autoridades policiais estrangeiras, a transmissão de informação e a satisfação dos pedidos por estas formulados.

Salienta-se ainda, o facto de que estava prevista a aprovação até final de 2018, do Plano de Prevenção Contraterrorista Nacional, contudo tal ainda não ocorreu.

1.3.5. Considerações sobre a influência do vetor terrorismo na escolha do destino turístico

Poucas pessoas viajam para lugares classificados como inseguros nos principais *Indexes* da especialidade, provavelmente instáveis e onde equacionem que se venham a sentir em risco e/ou ameaçadas, ou que percecionem como inseguros, particularmente quando tratamos de famílias.

O turismo é um alvo preferencial dos agentes da ameaça terrorista islamista na medida em que, por regra, os alvos deste setor não apenas estão desprotegidos como também proporcionam um fácil acesso a grupos de cidadãos de países que são considerados como alvos prioritários. É disso exemplo o atentado no Aeroporto de Burgas, em 18 de julho de 2012, executado pelo *Hizballah* contra um grupo de turistas israelitas durante a sua chegada à Bulgária.

Convém não esquecer também que alguns nacionais dos principais mercados emissores de Portugal são alvo prioritário do terrorismo islamista e que habitualmente procuram Portugal como destino turístico, a saber: EUA; Israel; Reino Unido; França; Espanha, Alemanha; Itália; e Holanda entre outros.

Sendo Portugal, um destino turístico habitualmente visitado por estes nacionais, existindo no território nacional interesses permanentes de tais países no setor do turismo e havendo uma perceção de um ambiente securitário mais distendido no nosso país do que noutros países da UE, não pode ser afastada a possibilidade do território nacional ser utilizado como um palco de oportunidade para a execução de atentados terroristas contra alvos turísticos, dirigidos prioritariamente contra os interesses de países na mira dos extremistas.

Por outro lado, deve também ser considerada a possibilidade de ocorrência de um atentado contra elementos de segurança que prestem serviço em locais turísticos. Ou seja, uma situação em que o alvo principal não é o local turístico em si nem os seus visitantes, mas os elementos de Forças de Segurança que aí possam prestar serviço.

Elidérico Viegas, Presidente da Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA), referiu nas I Jornadas de Turismo e Segurança que tiveram lugar em 31 de Maio de 2017 em Albufeira, que “(...) os bons resultados turísticos não podem ser dissociados desta valência competitiva (segurança), sobretudo tendo em atenção que, a generalidade dos nossos concorrentes mais diretos, se vêm confrontando com situações de grave instabilidade (entenda-se terrorismo) que, na falta de soluções no curto prazo, se tornaram em verdadeiros problemas estruturais e, por conseguinte, de resolução muito demorada(...)”.

Também o Dr. ° Figueiredo Lopes, Ex-Ministro da Administração Interna, aquando da sua intervenção nas mesmas Jornadas, referiu que: “(...) convém não esquecer que a indústria do turismo, em particular, é altamente vulnerável à mudança do ambiente global de segurança provocada, por exemplo, pelos ataques terroristas ou pelas grandes catástrofes naturais. (...)”.

Lembrou ainda um caso concreto ilustrativo do impacto que estas ameaças podem ter sobre o sentimento de insegurança das pessoas e da economia, de modo profundo e prolongado. Um caso exemplar foi o que aconteceu no *Mont-Saint-Michel* – uma espetacular abadia medieval que é um dos principais destinos turísticos em França. Ali os negócios do turismo (hotéis, restaurantes, agências de turismo locais)

caíram até 70% durante meses após os ataques de 13 de novembro de 2015, apesar deste local se situar longe de Paris, numa rocha isolada ao largo da costa noroeste da Normandia.

Nesta mesma linha de pensamento, e nas por ocasião das referidas Jornadas, referiu o Tenente General Tomé Pinto Ex-Comandante Geral da GNR “(...) o Turismo é uma atividade volúvel que vive quase exclusivamente do sentido de segurança e bem-estar que exista na região e no país que se procura. Portugal tem sido um bom destino e em muito especial a região do Algarve que a muitos dos presentes se deve (...) e que “(...) Não podemos adormecer sobre os louros colhidos porque a(s) Ameaça(s) existem, persistem e diria mesmo estão em ritmo crescente em especial com o desenvolvimento do terrorismo ideológico que está caminhando em direção e na Europa. Surge quando menos o esperamos e a Europa já tem sido vítima, daí a enorme importância dos Serviços de Informação e da nossa Polícia Judiciária que tem assumido um papel da maior importância (...)”.

1.3.6. Síntese conclusiva

Os fenómenos criminais graves, organizados, transnacionais e, em muitos casos, altamente violentos, incluindo o terrorismo, por colocarem em causa a segurança e na estabilidade dos Estados e o espaço de liberdade, segurança e justiça da União Europeia, requerem o reforço das sinergias e da cooperação a todos os níveis para uma resposta eficaz e coordenada a nível nacional, europeu e internacional.

Esse reforço pressupõe uma melhor organização interna e capacitação dos Estados para responder às exigências de cooperação, melhorando a aplicação dos instrumentos existentes, garantindo uma interlocução qualificada, assegurando a implementação de orientações e de boas práticas e, bem assim, implementando metodologias adequadas de recolha, tratamento e partilha da informação, no plano interno e no quadro da União Europeia.

O intercâmbio de informações entre os Estados-Membros é, neste contexto, um instrumento decisivo para as autoridades de aplicação da lei, não só no combate à criminalidade grave e organizada e particularmente o terrorismo, mas também às

infrações de menor gravidade cometidas em grande escala, por grupos criminosos móveis ou por criminosos individuais que operam em vários desses países.

Respeitando as competências nacionais de garantia do cumprimento da lei e de salvaguarda da segurança interna, e sempre no pleno respeito dos direitos fundamentais dos cidadãos, todas as partes interessadas, nacionais, europeias e internacionais, têm de trabalhar melhor em conjunto para enfrentar os riscos e as ameaças transnacionais.

A consecução deste objetivo é levada a cabo através da cooperação das autoridades competentes dos Estados-Membros da União Europeia, incluindo as forças e serviços de segurança e as demais autoridades de aplicação da lei especializadas na prevenção e deteção de infrações penais e na realização de investigações criminais, no apuramento da responsabilidade penal.

Nesta linha referiu ainda a Secretária Geral do Sistema de Segurança Interna, Helena Fazenda que “(...) Portugal tem vindo a reforçar as suas capacidades. Todos nós temos consciência de que em matéria de terrorismo não existe risco zero. Hoje estamos perante uma ameaça difusa e diferenciada da ameaça tradicional, que exige um esforço permanente, com uma abordagem integrada e estrutural, entre todas as entidades direta ou indiretamente envolvidas. Tal implica que, necessariamente, de forma racional, se potenciem todos os instrumentos disponíveis para o combate a este fenómeno.

A aprovação da ENCT vai nesse sentido. Assume o compromisso de combater o terrorismo em todas as suas manifestações e constitui-se como instrumento de mobilização, de coordenação e de cooperação entre os todos os responsáveis.

É preciso que se compreenda que todo este trabalho visa que nunca se chegue ao ponto de só se atuar depois de um atentado, numa fase em que a investigação criminal se limita a recolher a prova. A eficácia passa necessariamente pela deteção precoce e isso implica uma ampla fase de prevenção. (...)”, e ainda que “(...) os contornos atípicos e de evolução imponderável e inconstante do terrorismo exigem forte investimento na redução do risco. Existe uma necessidade constante de identi-

ficar precocemente as ameaças, quaisquer que elas sejam, o que significam, no concreto, proceder a efetiva recolha, troca e partilha de informação, criando-se condições para melhor se poder identificar, detetar, intervir, para fazer cessar qualquer atividade de natureza terrorista.

Este nível de intervenção implica trabalho desenvolvido em continuidade, integrado com a dinamização e coordenação dos planos de execução da ENCT e a articulação entre os diversos pontos de contacto em matéria de terrorismo, partilhando-se o conhecimento que daí advém. Houve um tempo em que quem tinha informação era quem tinha poder. Hoje temos um novo paradigma. Quem tem realmente poder é quem sabe partilhar essa informação.

As consequências para alguém, alguma entidade, não partilhar uma informação, que depois se vem a saber que podia ter evitado um atentado, são graves de mais.

Quando ocorre um incidente desta natureza, o que está em causa é a segurança da Europa como um todo. Por isso se impõe que a resposta seja integrada e estrutural, assente na cooperação entre todas as autoridades policiais dos Estados membros e as agências da UE. Não nos podemos esquecer de que, hoje, a segurança interna de um Estado é a segurança interna de todos os demais (...)

Também Tarlow (2011a, cit. por Brás, 2012, p. 96) refere “(...) ocorrência de incidentes na proximidade do destino turístico prejudica a imagem e as infraestruturas, diminuindo a competitividade do destino e mostra-nos como o terrorismo tem implicações na perceção de risco e segurança no destino.

Segundo o autor, devemos estar conscientes de que a indústria turística é um alvo preferencial de ataques terroristas, tendo esta que se prevenir para a ocorrência deste tipo de situações.

Também Brás (2012, p. 96) aponta que os turistas escolhem cada vez mais destinos em que o fator de segurança é elevado, tendo a indústria turística que agrupar a segurança e a viabilidade económica numa só entidade. A segurança deve ser considerada parte dos serviços oferecidos, por exemplo, pelo hotel.

Sem dúvida que o terrorismo representa uma forte ameaça ao turismo, sobretudo à indústria hoteleira, com graves implicações em caso de sucesso nas suas ações.

A título de exemplo, registou-se que após o 11 de setembro de 2001, houve uma queda vertiginosa na procura turística nas principais cidades norte americanas e a ocupação dos hotéis sofreu uma redução de cerca de 52% em relação à mesma época no ano anterior (Shin, 2005, cit. por Brás, 2012, p. 96).

Assim, e citando Silva (2017, p. 13) todos os intervenientes devem estar particularmente atentos e alerta, nomeadamente da área do turismo e segurança porquanto “A ameaça terrorista em Portugal não deve ser descurada, considerando os indícios e os objetivos estratégicos, tanto da *Al Qaeda* como do Daesh. No entanto, apesar de ser uma temática muito discutida ao nível da União Europeia, em Portugal, existem muitas medidas a serem tomadas. Por um lado, deve-se reforçar a cooperação policial entre as forças e serviços de segurança e entre os serviços de informações e por outro, adotar medidas legislativas que permitam que os serviços de informações portugueses possam efetuar legalmente as interseções de comunicações. Esta medida necessita de uma alteração constitucional e a não adoção desta medida pode representar uma falha grave à segurança.”

1.4. Segurança no Turismo: Ameaças e Desafios

Os incidentes de segurança mais frequentes em destinos turísticos e que constituem ameaças à segurança turística são, na sua maioria, gerados por diferentes tipos de fatores, tais como: elevados valores de violência ou de instabilidade política, terrorismo, criminalidade, catástrofes naturais e problemas de saúde. Estes incidentes têm reflexos na escolha do destino turístico, a curto ou médio prazo (Rejowski, 1998; Tarlow & Korstange, 2012). Na realidade, as ameaças à segurança dos turistas são seriamente equacionadas na maioria dos destinos, uma vez que podem conduzir a uma diminuição ou à rutura da atividade turística Cavlek (2006, cit por. Brás, 2012, p. 72).

A Organização Mundial do Turismo sublinha que os destinos turísticos se transformaram em alvos preferenciais para a ocorrência de incidentes de segurança, sobretudo de atentados terroristas: “[...] *la continuada amenaza del terrorismo es una característica cada vez más significativa del panorama turístico mundial, al tiempo*

que persisten otros atos delictivos dirigidos contra los turistas [...].” (Curbet, 2005, p. 4).

Já Pizam & Mansfeld (2006), referem que os incidentes de segurança relativamente ao turismo definem-se como todos os atos de violência ou ameaça de violência (i.e., crime, terrorismo, guerra, agitação política ou civil) cometidos em locais turísticos, contra turistas ou residentes. Quando incidentes de segurança acontecem em zonas turísticas, ou próximo destas, tais como o terrorismo e o crime em geral, a indústria turística, os turistas e a comunidade local são sempre afetados (Pizam & Mansfeld, 2006).

1.4.1. Segurança e Globalização

Em relação à Segurança e Globalização, relembrar que fruto da globalização se verificaram mudanças rápidas no sistema internacional, tendo surgido novas ameaças como o terrorismo, as crises económicas, a pobreza, os riscos ambientais, a criminalidade organizada, incluindo o tráfico de seres humanos, a proliferação das Armas de Destruição Maciça (ADM).

Estas ameaças criam vulnerabilidades para a população, e ultrapassam as fronteiras dos Estados, logo as políticas públicas de cada Estado não são suficientes para garantir a segurança, surgindo assim, o conceito de Segurança Internacional (entidades estatais e não estatais). Nesta senda surgem novas dimensões de segurança: Segurança Humana – é um conceito importante que surge no panorama da segurança e globalização.

Os atores principais nesta ligação entre Segurança e Globalização são: os Estados; as organizações intergovernamentais e as organizações não-governamentais.

Importa assim, dar uma definição do que é Estado, e este assume-se de acordo com a declaração de Montevideo de 1933, “(...) pessoa de Direito Internacional que deve reunir os seguintes requisitos: uma população permanente, um território definido, um governo e a capacidade para estabelecer relações com os outros Estados. (...)”.

Noutro plano, Couto (1988, pp 19 e 39), define o Sistema Político Internacional (SPI) como sendo “(...) em sentido lato, um sistema político internacional que pode ser definido como um conjunto de centros independentes, de decisões que interatuam com uma certa frequência e regularidade. (...) regido pelos princípios da soberania, integridade territorial e igualdade legal dos Estados (...)”.

Existem várias formas de classificar o Sistema Político Internacional e fazer a gradação do poder, tendo o mundo como o conhecemos já atravessado várias fases, a mais recente e mediática começou em 1945 e terminou em 1991 com o final da Guerra Fria, e opôs os EUA à URSS, em que claramente o mundo tinha dois atores principais, duas superpotências e uma configuração bipolar. Atualmente muitos autores defendem que os EUA não podem ser considerados a superpotência de um mundo unipolar pois são incapazes de transformar a anarquia do SI em hierarquia, daí a diferença entre hegemonia e unipolaridade. Outros defendem que em termos técnico-militares, continuamos perante um mundo unipolar de hegemonia norte-americana.

Joseh S. Nye, Jr., referiu em 2011 em *The future of Power*, que o atual Sistema Internacional é semelhante a um tabuleiro de xadrez 3D já que:

- É unipolar do ponto de vista militar (EUA);
- Multipolar do ponto de vista económico (EU; EUA; China, Japão);
- Difuso do ponto de vista informacional.

Por outro lado, alguns autores defendem que vivemos hoje uma cena internacional onde o multilateralismo está em crise (e.g. União Europeia), e em que não temos um mundo nem unipolar nem multipolar nem aquilo a que alguns denominam por sistemas difusos, entendendo alguns como Agostinho Dias da Costa, *In Estratégia de Segurança Nacional: Portugal Horizonte 2030*(2018), o que o autor chama de sistema interpolar, onde no seu entender a organização mundial depende da relação entre a miríade de atores.

Existem também autores, que defendem não se estar perante mudanças tão rápidas e profundas que, em consequência, as fundações da ordem internacional devam ser imediata e radicalmente revistas. E muito menos, que tal esteja a acontecer em

direções previsíveis e unívocas: sejam elas de uma total integração económica do Mundo, ou de uma criação iminente de uma comunidade mundial generalizada, contando com ou sem a dominação “imperial” dos Estados Unidos da América enquanto potência hegemónica.

Mas também são colocadas muitas reticências aos defensores analistas mais cépticos; nomeadamente, aqueles que não veem, no andar da carruagem, senão uma forma “soft” de uma internacionalização comparativamente mitigada; nos que se recusam a reconhecer senão um processo módico, em que blocos comerciais cada vez mais pesados e Estados nacionais incólumes (pior, alguns deles cada vez mais poderosos e articulados em entidades regionais fortíssimas, sejam elas políticas, económicas, ou civilizacionais) estejam a manter um Sul (dia a dia mais empobrecido em marginalizado) como um triste cativo das suas conveniências e beneplácito, concedidos ao sabor de interesses nacionais (estreitos, e por via de regra muito cautelosamente camuflados) de meia dúzia de beneficiários ricos e do Norte.

Está de facto em curso uma grande transformação, profunda e não trivial, das fundações estruturais da ordem internacional. Nunca, porém, elas ocorreram com a intensidade ou a extensão de hoje; e nunca de uma maneira tão sistemática e coordenada. Por outro lado, também não parece que os Estados contemporâneos tenham vindo, pelo menos em termos absolutos, a perder poder: bem pelo contrário, têm-no ampliado em quase todas as suas vertentes, ainda que, em termos relativos, lhes seja hoje em dia forçada uma partilha deste em várias direções, uma repartição forçada que muitas vezes têm tido alguma dificuldade em digerir.

Com o fim da bipolarização e a dissolução dos dois grandes blocos antagónicos, que cautelosamente se entreolhavam contra um pano de fundo de países ditos não-alinhados, passou-se quase abruptamente a uma nova ordenação, policentrada e multidimensional, dos palcos internacionais. O Mundo tornou-se, de repente, mais opaco, como que mais fosco, mais difícil de compreender. Apesar de num primeiro momento, daí ter parecido resultar um Mundo unipolar, com os Estados Unidos como potência hegemónica, cedo se verificou esse modelo não ser muito satisfatório, quanto mais não seja pela sua excessiva linearidade.

Porque, se é indubitável que em termos técnico-militares veio à tona na nova ordem uma clara hegemonia norte-americana, a nível económico o Novo Mundo viu-se forçado a partilhar essa posição de preponderância com a velha Europa e o novíssimo Japão. Mais grave ainda para esse hipotético modelo unipolar: todo um variado universo de entidades transnacionais (de corporações comerciais a instituições financeiras, passando por mafias e grupos terroristas) constitui um nível suplementar que não olha às fronteiras dos Estados e no qual a hegemonia está ainda mais repartida. A unipolaridade tem assim de conviver com multipolaridades diversificadas num Mundo cada dia mais complexo porque como que composto por camadas várias que se entrecruzam.

O Mundo pós-bipolarização reordenou-se em blocos e coligações de vários tipos, tamanhos e feitios. Uns, como a ASEAN ou a Mercosul, mais económicos que políticos. Outros, da União Europeia à SADCC, mais político-económicos que militares. Outros ainda, como a NATO ou a UEO (extinta atualmente), mais político-militares que qualquer outra coisa. Esses conglomerados recentes têm nisso acompanhado o aparecimento de vários outros novos sujeitos nos cenários da globalização: as pessoas (os povos) e as organizações não-governamentais (as *ONG's*), também elas com um protagonismo crescente e já de um certo peso específico. Com tudo isto no horizonte, não é decerto de estranhar que o Mundo se tenha tornado menos fácil de perceber. As alterações foram com efeito profundas; e foram multifacetadas.

A abertura generalizada de cada vez mais mercados, os novos fluxos mercantis viabilizados por sistemas de transporte cada vez mais eficientes, o desenvolvimento de meios de comunicação e informação que redundam numa contração crescente do espaço (a chamada “abolição da distância”) e do tempo (a “instantaneidade”), são factos incontornáveis e traços distintivos da vida moderna.

Os palcos de inúmeros acontecimentos foram de facto ampliados. Questões como as do acesso a água potável ou a segmentos utilizáveis do espectro eletromagnético requerem e exigem, não só conhecimentos técnicos amplos e pluridisciplinares, mas ainda a organização de painéis de brainstorming e tomadas de decisão que

se compadecem mal com restrições paroquiais e circunscrições antigas de competências.

A nível jurídico, ou jurídico-constitucional, não foram menores as consequências: cada vez mais competências se têm visto deslocadas ou transferidas, e conceitos básicos como os de cidadania e soberania têm vindo a sofrer distensões, torções, e outras deformações, que não faziam parte do design de fabrico e para as quais a plasticidade, ou a resistência, dos materiais de origem talvez não seja a maior.

Já refere Lourenço et al. (2018, p.36), que “(...) milhões de pessoas vivem hoje em contextos sociais e políticos que não são os seus de origem, nos quais naturalidade, nacionalidade e identidade cultural constituem realidades distintas, fazendo da cidadania uma noção ainda mais complexa e abstrata. O número muito elevado de indivíduos com duplas nacionalidades ou de indivíduos cuja naturalidade e nacionalidade não correspondem à sua identidade cultural e religiosa primordial, que lhes é transmitida pelos pais (emigrantes de segunda e terceira geração), é hoje uma realidade significativa em diversos países (...)” sendo as consequências que daí poderão advir no futuro profundas e imprevisíveis.

As Constituições que ordenam os Estados modernos “clássicos” são instrumentos com uma progressão histórica fascinante. Configuraram, num primeiro momento, um modelo de relacionamento entre um poder central e outros poderes mais regionalizados ou especializados. Num segundo momento, deram corpo a uma variação sobre este tema, alterando os seus pontos de aplicação: passaram as Constituições a de algum modo consagrar uma partilha de poderes entre o princípio monárquico e o princípio de representação nacional.

Os centros de poder estão mais deslocados, mais desterritorializados. A grande questão que no fundo, hoje, se põe é a de saber onde, e a que nível, em que instâncias, e de que forma, fazer frente às novas e às velhas questões que nos afetam, e tentar para elas encontrar soluções.

A ordem internacional contemporânea é melhor compreendida como uma ordenação complexa, multidimensionada, de interdependências crescentes; uma ordem

com que o clássico sistema internacional de Estados (a tradicional ordem *westphaliana*) convive mal; e uma ordem na qual os Estados se apresentam como cada vez mais imbricados em teias regionais e globais de todo o tipo, que os atravessam e lhes são muitas vezes transversais.

Tem havido um movimento gradual de distanciamento relativamente ao princípio (*westphaliano*) de que a soberania dos Estados é um considerando sempre mais importante que quaisquer desaires que possam ocorrer a indivíduos, grupos, ou associações; movimento esse que tem significado um respeito cada vez mais regulamentado pela autonomia dos sujeitos individuais, pela da sociedade civil, e que se constancia na criação de regimes internacionais cada vez mais densos e extensos de defesa dos Direitos Humanos. Acresce que estas transformações não se vieram substituir à ordem anterior: adicionaram-se-lhe. Porque se é verdade que, em sentido relativo, o poder dos Estados já não é o único, muitos são os desenvolvimentos dos cenários globais que não são adequadamente explicáveis nos termos estreitos dessas imagens de erosão, diminuição, esbatimento, ou apagamento, do poder dos Estados: seria absurdo, por exemplo, não reconhecer um ativismo crescente de muitos Estados (bi e multilateralmente) nos domínios económico-financeiros da globalização, ou no da emigração e da imigração, ou na frente política ativa da criação e institucionalização de formas de governação regional e global. Em termos absolutos, nunca os Estados tiveram tanto poder, tantas competências e nunca estas foram tão amplas no seu alcance.

Segundo uma tradição recente pode-se denominá-las de internacionalismo liberal, de comunitarismo radical, e de democracia cosmopolita. Nos três casos, vêem-se a si próprias mais como projetos e processos do que propriamente como ideologias; já que todas consideram que quaisquer formas canónicas rapidamente deixariam de se adequar a um Mundo em constante mutação. Nem todas defendem sequer o seu empenhamento num verdadeiro espírito de corpo próprio, ou mesmo numa verdadeira e estável identidade, embora também nisso se distingam entre si.

A família liberal-internacionalista é de algum modo a que subjaz ao *wilsonianismo*, ao projeto *rooseveltiano* de criação do sistema das Nações Unidas, e às cimeiras de Davos, na Suíça. Trata-se de uma família heteróclita, para dizer o mínimo, e é de matriz no essencial normativa. Advoga no fundo uma transposição, para a esfera global, da ordem política, económica e normativa da Democracia liberal estadual “clássica”. As suas palavras-chave são os tradicionais mecanismos de consulta, a transparência, a responsabilização perante as pessoas, os cidadãos, os contribuintes. A lógica do sistema que defendem é a de uma racionalidade individualista e maximizante, na convicção de que todos com isso acabam por ganhar.

O comunitarismo radical posiciona-se no que, tradicionalmente, chamaríamos um espaço político mais à esquerda. Onde os internacionalistas liberais propõem reformas, os comunitaristas radicais exigem o *empowerment*. Fazem-no seguindo, aliás, princípios republicanos clássicos: por intermédio, ou recurso, à criação sistemática de meios alternativos de intervenção e controlo. Os agentes das mudanças, para estes republicanos comunitaristas, são agrupamentos (de ecologistas, feministas, pacifistas), apostados em mobilizar solidariedades transnacionais, como formas de resistência cujos objetivos são, por via de regra, igualitaristas. Muitos comunitaristas radicais opõem-se às soberanias tradicionais, preferindo-lhes formas de autogestão comunitária.

O cosmopolitismo democrático contrasta com as duas outras famílias, pelo menos no sentido de se empenhar em construir o seu próprio espaço político. Menos organizada que as duas famílias anteriores, deve-o ao facto de ser um ponto de confluência de dois movimentos de criação: é um produto intelectual, elaborado, com compasso e esquadria, por académicos, em convergência com uma espécie de “ideologia espontânea” comum a uma mistura tão díspar como a formada por elites culturais, minorias étnicas, e adolescentes. A convergência não é nem accidental, nem efémera. A cidadania “por camadas” na sociedade democrática do futuro é uma simples consequência da evidência de que todos estamos condenados à mais profunda das multiculturalidades: para além de cidadão de um Estado, cada um de nós irá participar, em simultâneo, de outras cidadanias, locais, regionais e globais. Como essa é a

natureza do Mundo em gestação, argumentam alguns dos democratas cosmopolitas, será só quando conseguirmos garantir um pleno acesso a uma cidadania múltipla: uma cidadania realizada, em simultâneo, em diversas comunidades políticas que tornará possível assegurar uma participação, um *empowerment* face às novas formas de poder, um pluralismo. Numa palavra, a liberdade.

Defendem, de par uns com os outros, Estados, organizações internacionais, comunidades locais, e associações transversais múltiplas. E são ativos, nos cenários que privilegiam. Mais do que isso: os cosmopolitistas democráticos têm poder efetivo.

Serão porventura estes os principais objetivos das três famílias políticas com que hoje em dia, face à globalização, se deparam os Estados contemporâneos: participar numa reforma de fundo da governação global que está em cristalização, por extensão para fora da sua ordem política interna tradicional; ceder lugar a uma forma alternativa de governação que os exclui enquanto sedes do poder ou, pelo menos, secundariza e vai esbatendo; ou ajudar a reconstruir os termos dessa governação, de acordo com as novas coordenadas emergentes de um Mundo em época de globalização.

Para outros autores a globalização constitui-se como o processo de integração internacional, baseando-se no intercâmbio de visões do mundo, de produtos, de ideias e outros aspetos da cultura e da política – importância da internet e dos media globais. É a interdependência de atividades económicas, políticas e culturais.

Para o FMI a globalização assenta em:

- Comércio e transações;
- Movimentos de capitais e de investimentos;
- Migrações e outros movimentos de pessoas;
- Disseminação do conhecimento.

Também advogam, que a globalização afeta e é afetada por diversas crises e ameaças, a saber: mudanças climáticas, ambiente, recursos naturais, conflitos e guerras, fome, etc. e defendem que os focos de insegurança globais se centrarão num futuro mais próximo em torno dos conflitos interestaduais e regionais, das instabilidades nacionais, da criminalidade organizada transnacional e do terrorismo.

Não obstante o suprarreferido, a globalização é uma coisa boa, mas que não podemos nunca esquecer apresenta um lado escuro, particularmente perigoso, condutor não da perda de poder dos Estados, mas da perda de independência e que pode passar por ações como “*soft power*” (capacidade de obrigar os outros a fazer aquilo que queremos que faça; “*structural power*” (capacidade de definir o quadro\enquadramento para impor a minha força apesar de inferior à do outro) e “*mentorias*” (a capacidade de exercer influência\poder). Exemplo disso, são as missões internacionais que sob a camuflagem da ajuda internacional exercem ações de “*soft power*”, “*structural power*” e “*mentoring*”.

Ora nesta linha e na senda dos aspetos supra desenvolvidos, considero pertinente trazer para este ensaio um grande teorizador geopolítico mundial que apesar de ter vivido noutra época, postula princípios que na minha opinião ainda hoje explicam muito daquilo que assistimos no mundo em termos de relações de poder, de crises, etc, nomeadamente que nos dá um vislumbre das regiões geográficas onde ocorrerão grande parte dos conflitos e das crises regionais e mundiais e as razões subjacentes à eclosão das mesmas.

Assim temos, Nicholas Spykman (1893-1943), professor norte americano de origem holandesa, continuador de Mahan, o inspirador da escola geopolítica americana pós II Guerra Mundial. Refere este que a geopolítica é “(...) o fator mais fundamental da política externa dos Estados, porque é a mais permanente (...)” e que esta teoria geopolítica é baseada no equilíbrio de poder e na ameaça.

Segundo a sua teoria, para que os Estados Unidos perpetuem o seu poder hegemónico ao longo do tempo, Spykman defende a seguinte divisão do mundo: *Hearland* – terras centrais do Continente Norte, *Rimland* – terras costeiras da Eurásia, o médio oriente, a Índia, o Sudeste Asiático e o Extremo Oriente, *Off-Shore Continents and Island* – massas marginais e continentes periféricos, integra África, Madagáscar, Austrália, Nova Zelândia e Japão, o Novo Mundo – Continente Americano e o *Ocean Belt* – a cintura oceânica, constituída pelos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico. Segundo esta divisão, Spykman defende que é no *Rimland* (arco da Eurásia) que está a chave do poder Global. Segundo este “Quem possui mais poder não é o detentor do

coração do mundo, mas sim, aquele que cerca o coração do mundo”, além de que “Quem controla o *Rimland*, governa a Eurásia. Quem domina a Eurásia, controla os destinos do mundo”.

Ora na minha opinião, e ainda que o presente ensaio seja insuficiente para a explicar devidamente, facilmente se percebe que esta teoria ainda está muito atual e que desde sempre esta região que envolve o “coração” da Eurásia (Rússia) foi e continua a ser alvo e disputa de poder e equilíbrios pelas duas superpotências, visto que ambas sabem que é nela que reside o desequilíbrio do xadrez global. Ainda hoje vemos que muitos dos mais recentes, atuais e futuros conflitos e crises internacionais globais e regionais, ocorrem nesta zona com gravíssimas consequências para as populações que nelas habitam, que se vêm nesta encruzilhada da disputa pelo poder, a saber:

- Conflitos e tensões inter-estatais e regionais:
 - Síria-Irão-Arábia Saudita-Jordânia-Líbano;
 - Rússia - Ucrânia/Crimeia;
 - Coreia do Norte-Coreia do Sul;
 - China-Japão;
 - Índia-Paquistão;
 - Balcãs (diversas);
 - Grécia-Turquia (Chipre), etc.
- Instabilidades diversas:
 - Rússia – Ucrânia; Rússia- Estados do Cáucaso (idem, islamistas do “Estado Islâmico do Cáucaso);
 - Síria: guerra civil entre o regime de *Assad* e os insurgentes muito dos quais islamistas, como a *Al-Nusra* (ligada à *Al-Qaida*) e o Califado/EIIL;
 - Iraque e o Califado; os Curdos podem ser fator estabilizador face ao EIIL, mas...
 - Israel – Palestínianos (*Hamas*); Israel – Líbano do Sul (*Hezbollah*);

- Líbia – 4 capitais *Tripoli, Benghazi, Tobruk*, uma delas *Syrte* (a capital do Estado Islâmico (EI));
- Magrebe (Líbia, Tunísia) e *Sahel* (Mali, Níger; *Al-Qaida* no Magrebe Islâmico);
- Nigéria (Estados muçulmanos do Norte e *Boko Haram*; Movimento de Libertação do Delta do Níger; crime organizado/ “sindicatos nigerianos”)
- Somália e as milícias *Al-Shabbab*;
- Iémen (estado fraco e *Al-Qaida* na Península Arábica);
- Pirataria marítima na África Oriental e agora também na Ocidental;
- Cachemira - tensão entre a Índia e o Paquistão;
- Filipinas – o Sul islamista e o *Abu Sayaff*/EI;
- China – Tibete (tensões religiosas e independentistas), China-Uigures.

Importante salientar o referido por Philip Stephens⁶⁵, “*The world is marching back from globalization!*”; “As sanções contra a Rússia marcam o começo de uma época de antiglobalização”; “Ao pôr em prática as sanções económicas contra a Rússia, a Europa e os EUA estão a minar o sistema internacional aberto de trocas.” e “Uma economia integrada e global necessita uma arquitetura política cooperativa.”

Segundo Lourenço et al. (2018, p. 42) “(...) a globalização, insista-se, é a força motriz do mundo contemporâneo, e as suas dinâmicas extravasam a capacidade reguladora dos Estados. A transição para uma nova revolução Industrial por via do desenvolvimento das tecnologias – associadas à robótica, *big data*, computação quântica, impressão 3D, internet das coisas, nanotecnologias e, ainda, às biociências, incluindo a manipulação genética – perspectiva profundas e amplas mudanças nos domínios económico, social e de segurança (...)”.

⁶⁵ In *Financial Times*, 05/09/2014

1.4.2. Ameaças e Riscos

O mundo globalizado em que vivemos, coloca-nos a todos uma miríade de riscos e ameaças, que evoluem a um ritmo frenético e que estão a alterar a forma como os processos e procedimentos eram entendidos até agora e até na forma como a sociedade se relaciona.

A complexidade da sociedade global e a alteração do quadro tradicional de ameaças⁶⁶ exige permanente redefinição das missões das Forças e Serviços de segurança, atento sempre a um quadro mais abrangente e holístico.

Refere Lourenço et al. (2015), que no presente quadro de ameaças “(...) a melhor estratégia em relação ao multilateralismo é a prática da soberania responsável (esforços coletivos), com políticas nacionais que salvaguardem a essencialidade dos bens nacionais em alinhamento com os interesses do mundo (...)”.

Refere ainda que “(...) numa sociedade multirrisco relevam-se as preocupações com o terrorismo e com a criminalidade organizada, nas suas múltiplas vertentes (tráfico de estupefacientes, tráfico de seres humanos, imigração ilegal, pirataria, tráfico de armas, etc.), bem como com a cibercriminalidade, com a exploração sexual de menores e a pornografia infantil, com a criminalidade económica e a corrupção, com a violência doméstica, sem descurar os crimes rodoviários, da violência escolar, da sabotagem, da espionagem, a par dos crimes ambientais, com especial destaque para os incêndios florestais de origem dolosa. Em complemento, destacam outras ameaças provenientes de causas naturais, como sejam as tempestades, as inundações e as secas (...)”, o que denota bem a abrangência cada vez maior destes fenómenos, fugindo ao que até agora eram considerados os fenómenos típicos ou ditos tradicionais.

⁶⁶ No âmbito da estratégia, a ameaça é – “Qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível), de variada natureza (militar, económica, ambiental, etc.) que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais” (Couto, 1988, p.329).

Na mundividência atual o ambiente é de *governance* da segurança para os principais atores das relações internacionais – Os Estados. No referido contexto as palavras chave são a desterritorialização da responsabilidade e da ameaça, e a interdependência de atores (Lourenço, et al., 2015).

Nesta linha de pensamento salientar a dimensão *Ciber*, que arrastou consigo, toda uma amplitude, profusão de riscos e ameaças, com os quais todos os setores da vida em sociedade, nomeadamente, a atividade económica e neste caso em particular o turismo e a segurança, terão de apreender a lidar, reinventando-se. De salientar os aceleradores tecnológicos tais como a robótica, a nanotecnologia, a inteligência artificial, a internet das coisas, as energias renováveis e a impressão 3D, entre outros, que potencialmente poderão vir a ser os catalisadores de futuros cenários globais de risco, quando utilizados e operados pela ameaça (terrorismo, criminalidade organizada, crime tradicional e o cibercrime), em ambientes que tendencialmente serão o futuro de tudo, tais como as *smart cities*, os carros autónomos, as casas inteligentes, a realidade aumentada e as capacidades humanas aumentadas a título de exemplo, já que as aplicações são infinitas.

Este tipo de ameaças, tal como o crime tradicional irão acompanhar a evolução tecnológica atual recorrendo às ferramentas referidas e operando em novos cenários, alguns dos quais já existem. As FFSS de Segurança deverão compreender e saber operar neste novo...atual ecossistema, tendencialmente de risco (e.g. as impressoras 3D são hoje utilizadas para impressão de armamento ou de munições).

Segundo (Lourenço, et al., 2015) o ambiente de segurança é complexo pelo processo de globalização, pelos atores envolvidos, pela tipologia das ameaças e pelo ambiente de *governance* da própria segurança.

A análise do ambiente de segurança e dos elementos que o condicionam requer uma clarificação conceptual prévia, uma vez que em abstrato fará mais sentido falar em riscos do que em ameaças (Lourenço, et al., 2018, p. 49).

As ameaças pressupõem a existência simultânea de intenção e capacidade, ou seja, será sempre volitiva (ter vontade de). Por seu turno, os riscos estão normalmente associados a factos que, a ocorrerem, produzirão danos significativos, tendo sempre

subjacente uma avaliação e uma classificação em função do grau de probabilidade e do impacto expectável, é uma questão probabilista e pode ser volitiva ou não.

A questão das ameaças tem sempre presente um fator subjetivo, que se prende com a respetiva perceção. Já no tocante aos riscos, há que considerar a sua variação conjetural, no espaço e no tempo (Lourenço, et al., 2018, p. 49). A Agenda Europeia sobre segurança de 2015 (European Commission, 2015) identifica três ameaças, referindo que tudo o resto são riscos, sendo o desígnio fazer face às ameaças e prevenir os riscos, a saber:

- o terrorismo;
- a criminalidade organizada transnacional;
- e o cibercrime.

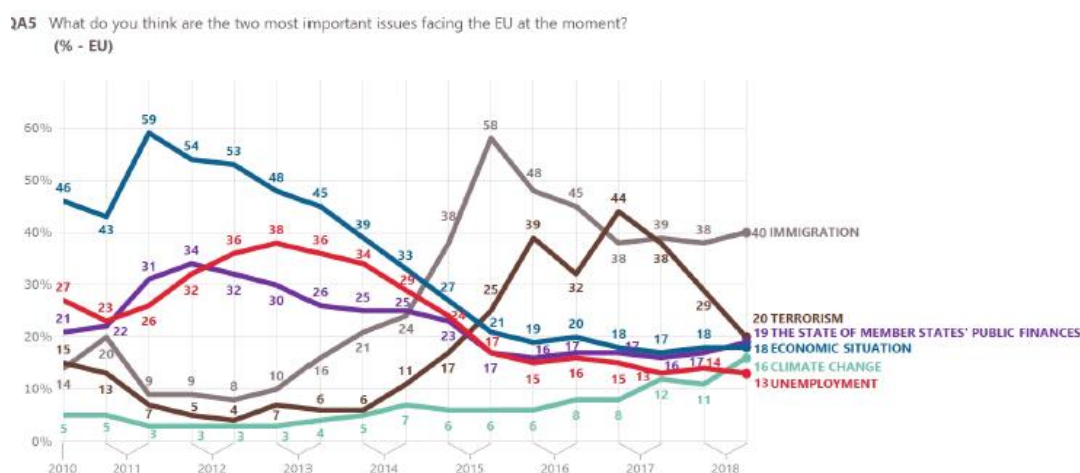


Figura 4 - Principais Desafios enfrentados pela UE, segundo entrevistas a cidadãos europeus dos vários Estados Membros realizadas entre 8 e 19 de novembro de 2018

Fonte: Retirado e adaptado de Comunicado de imprensa da Comissão Europeia – Euro barómetro standard, outono de 2018

Ao observarmos o relatório do *World Economic Forum* 2018, sobre riscos globais, este identifica os cinco que devem inspirar da comunidade mundial maior preocupação, a saber:

- a proliferação de armas de destruição maciça;
- situações provocadas por fenómenos meteorológicos extremos;

- desastres naturais;
- incapacidade de adaptação ou de mitigação dos efeitos das alterações climáticas;
- crises provocadas pela escassez de água potável.

De relevar, que quatro dos riscos supra estão direta ou indiretamente ligados a questões da natureza/clima/alterações, o que certamente terá que ser motivo de reflexão nesta matéria.

Mas outros há que inspiram e devem reter muita atenção dos decisores políticos, nos dias que correm e no futuro próximo, a saber: movimentos migratórios de massas; “explosões” demográficas, e.g. Nigéria, Índia, China; terrorismo islâmico de matriz “*jihadista*”; cibercrime e ciberterrorismo; criminalidade organizada e violenta transnacional; produção agrícola, nível das águas dos oceanos; doenças; cadeias de produção; crises financeiras, elevadas taxas de desemprego, escassez de água, violação da privacidade por meios informáticos, *bitcoin*, entre outros.

Note-se ainda o que asseverava *Samuel Huntington*, à data Diretor do Instituto de Estudos Estratégicos – *Harvard*, quando afirmou numa sua publicação intitulada *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* em 1996 que “(..) **O próximo confronto será entre civilizações (...)**”. Entende o autor que a era das ideologias políticas estaria terminada e o mundo havia simplesmente retornado a um estado caracterizado pelos conflitos culturais, onde a identidade religiosa e cultural está no centro dos conflitos e das crises e que, portanto, o choque é inevitável porque:

- As diferenças civilizacionais (religiosas) são inultrapassáveis;
- As migrações colocam em estreito contacto pessoas com hábitos muito diferentes;
- Modernização económica e mudanças sociais criam crises de identidade.

Refere ainda que “As grandes divisões entre a Humanidade e a fonte dominantes dos conflitos será cultural. Os Estados-nação continuarão a ser os atores mais poderosos no cenário mundial, mas os principais conflitos da política global ocorrerão entre pa-

íses e grupos de diferentes civilizações. **O choque das civilizações dominará a política global. As falhas geológicas entre civilizações serão as frentes de combate do futuro.”**

1.4.3. Considerações sobre a realidade nacional

Regularmente, Portugal é um país que disputa as primeiras posições dos índices internacionais de referência, como é o caso do GPI/IEP⁶⁷, sendo considerado um dos destinos mais seguros e pacíficos do mundo (e.g. 5º lugar em 2016, 3º lugar em 2017 e 4º lugar em 2018). Não obstante tal não invalida que não possamos desenvolver sempre mais e melhores esforços, no âmbito da dimensão proactiva e preventiva de fenómenos indesejáveis.

De uma forma generalizada todos os indicadores entre os quais os sucessivos relatórios Anuais de Segurança Interna (IASI), têm consistentemente vindo a revelar uma redução da criminalidade nas suas várias vertentes. Refere Lourenço et al. (2018, p. 160) que “(...) pese embora o carácter subjetivo e contingencial do sentimento de insegurança, não se prefiguram, nas atuais circunstâncias, elementos potenciadores do seu agravamento. Antes pelo contrário, a perceção dominante é a de tranquilidade e confiança (...)”.

No âmbito societal, a grave crise financeira internacional de 2008, apesar de forte impacto na conjuntura económica e financeira do nosso país e de ter conduzido a um processo de desvalorização interna com repercussões no plano social, não teve consequências relevantes nos domínios da segurança (Lourenço, et al., 2018, p. 160). Por outro lado, fruto, da sua posição geográfica, das características inatas do povo português como povo acolhedor e sociedade cosmopolita, não têm tido grande impacto em Portugal as tensões sociais registadas noutros quadrantes. De referir também que a área da segurança interna tem tido especial atenção por parte da tutela, independentemente dos fatores conjunturais e das respetivas matrizes ideológicas.

⁶⁷ *Global Peace Index/Institute for Economics and Peace*

Assim, de referir o papel não menos importante que o Sistema de Segurança Interna tem sabido desempenhar com singular eficiência, dando cabal resposta aos desafios da segurança com que o país se tem defrontado. Importa, no entanto, segundo Lourenço et al. (2018, p. 161) que “(...) manter presente que as principais situações de emergência que o país enfrentou e que colocaram à prova a capacidade do SSI se prendem, sobretudo, com fenómenos meteorológicos extremos e incêndios florestais que afetam sazonalmente extensas regiões florestais. Os trágicos incêndios de junho de 2017 nos concelhos de Pedrogão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos, bem como, os de 15 de outubro no mesmo ano numa vasta extensão do território nacional, com um número elevado de vítimas e de danos patrimoniais, atestam que no domínio da intervenção em circunstâncias excecionais, o sistema não está isento de falhas (...)”

Não devemos desprezar nesta dimensão o que foi considerado pelo *World Economics Forum* (WEF) de 2017 como sendo os 5 riscos globais considerados mais relevantes e com elevada probabilidade de ocorrerem, que o mundo enfrenta nos próximos 10 anos: 1º - Fenómenos atmosféricos extremos; 2º Desastres naturais; 3º *Cyber Attacks*; 4º Fraude com dados ou roubo dos mesmos e 5º Incapacidade de adaptação ou na mitigação de alterações climáticas, sendo de salientar que três destes riscos têm que ver com clima e neste particular Portugal tem que efetivamente atalhar caminho e ir mais além do que tem sido feito até aqui nesta matéria a fim de preservar a nossa maior riqueza nacional que são o território e as pessoas, não esquecendo atento ao objeto de estudo do presente ensaio, que **a integridade das nossas paisagens, das nossas comunidades locais e do nosso património natural e paisagístico são um dos principais ativos e razões pelas quais milhões e milhões nos visitam.**

Basta constatar como ficaram afetadas as regiões mais flageladas pelos incêndios florestais de 2017 para facilmente concluirmos que não se trata apenas da perda dos ativos existentes, trata-se da reposição de toda a atividade do tecido económico existente nessas regiões para patamares existentes no momento em que ocorreu o desastre natural, não sendo muita vezes, ou quase nunca, uma tarefa de curto/médio

prazo, o que naturalmente acarreta um impacto muito significativo na economia local e regional e na vida das pessoas.

Neste contexto, há quem diga que já se deviam ter dado passos largos na **implementação de um Sistema nacional integrado de gestão de crises**, que consiga com eficiência encabeçar a gestão deste tipo de calamidades, na perspetiva do sistema dos sistemas⁶⁸ e que devem ser abordadas de uma forma holística, multidisciplinar e integrada atento á sua evidente multidimensionalidade, fazendo da **resiliência, da interdependência, da complementaridade e da colaboração entre sistemas** algo mais do que meras palavras de circunstância e conjecturais para passarem a fazer parte das nossas políticas públicas de segurança de forma consistente e duradoura.

Segundo Lourenço et al. (2018, p. 96) que “(...) a setorialização de uma área transversal que impede que se obtenham sinergias e efeitos de escala por via da coordenação, acarretando perdas de eficiência, inadequação de propósitos e um atavismo secular perante as exigências do mundo contemporâneo. Constitui, ainda, terreno fértil para a fragmentação das políticas, para o alheamento de setores chave em relação às questões essenciais da segurança. Fermenta corporativismos entre os agentes dos diferentes sistemas, promove a autarcia e o fechamento, a concorrência e a redundância de missões, potenciando a descoordenação e a ineficácia da ação (...)”.

Segundo (Lourenço, et al., 2018, p. 129) este entende que “Portugal confronta-se atualmente com ameaças e riscos comuns ao espaço regional onde se encontra inserido – a União Europeia – e que partilha com aliados e parceiros nas organizações de segurança internacional de que faz parte”.

A este facto importa acrescentar a especificidade da sua posição geográfica no extremo ocidental do continente Europeu. Neste sentido, as alterações que ocorram na situação estratégica ou no quadro geopolítico nos planos sub-regional, regional ou internacional terão sempre, em maior ou menor grau, impacto no nosso país (Lourenço, et al., 2018, p. 129).

⁶⁸ Para mais informações sobre Teoria dos Sistemas consultar: *Systems Thinking*, 2011 de Jamshid Gharajedaghi.

O Terrorismo, a criminalidade organizada transnacional e o cibercrime são as três ameaças apontadas pela Agenda Europeia da Segurança 2015, constituindo naturalmente, prioridades de segurança para o nosso país e sendo alvo das atividades de prevenção do Sistema de Segurança Interna.

Neste contexto, merece realce o facto de o território continental ser fronteira externa da União Europeia, bem como a sua posição nas rotas marítimas de acesso ao Mar Mediterrâneo e nas rotas de trânsito para outras latitudes do continente europeu. Acresce o facto de a proximidade do continente africano colocar o país em posição vulnerável, como via preferencial para as atividades da criminalidade transfronteiriça com destino à Europa, em particular para o tráfico de droga.

Refere ainda o autor que “(...) é sobretudo, no plano dos riscos que as preocupações de segurança ganham dimensão, não só pelo seu grau de imprevisibilidade, como essencialmente pelos seus potenciais impactos. Por estes factos e, em particular, pelo seu grau de probabilidade, considera-se que merecem aqui particular destaque cinco riscos (um dos quais, aliás, está bem presente na memória coletiva recente), a saber:

- O risco de eclosão de uma nova crise financeira, motivada por questões da conjuntura externa ou pelos efeitos de bolhas financeiras, ou de ativos, de origem interna;
- A possibilidade de o nosso país ser assolado por uma crise de imigração ilegal, semelhante às que sucederam no Mar Egeu e do Mediterrâneo central, tendo em conta a nossa posição no eixo ocidental de acesso ao continente europeu;
- As questões relacionadas com o envelhecimento e a redução populacional, a par de fenómenos de gentrificação das cidades, de privatização do espaço público e dos níveis de desigualdade que persistem na sociedade portuguesa, podendo comprometer a sustentabilidade do sistema de segurança social e a estabilidade do contrato social;
- O impacto social da progressiva robotização e automatização do trabalho, decorrentes da revolução tecnológica em curso;

- Finalmente, no plano ambiental, a especificidade da posição geográfica de Portugal – simultaneamente na frente atlântica e na proximidade da orla mediterrânica – coloca o território nacional numa situação de vulnerabilidade perante as alterações climáticas (...)

Neste último domínio ganham especial relevo os riscos associados ao aquecimento global, com efeitos no ecossistema marinho; desequilíbrio nas reservas aquíferas e na biodiversidade; aumento do risco de incêndios florestais; degradação dos solos férteis; e redução da terra arável. Por outro lado, perspetiva-se: o aumento potencial de problemas na saúde humana relacionados com a maior frequência de vagas de calor e com a poluição atmosférica; uma redução (de 20 a 40 por cento) da precipitação anual; a subida do nível médio do mar (estimando-se, no litoral de Portugal continental, de 29 centímetros em 2050 e de 95 centímetros em 2100), deteriorando significativamente o equilíbrio ambiental das regiões costeiras.”

Já refere Lourenço, et al. (2015, pp. 109-111) que “(...) inserem-se na qualidade de áreas prioritárias aquelas que, em linha com os desígnios da segurança nacional, facilitam a concretização dos fins últimos do Estado: a segurança, a prosperidade e o bem-estar dos cidadãos. Decorrem de um exercício preliminar de avaliação das potencialidades, vulnerabilidades, oportunidades e riscos com que Portugal se defronta na atual conjuntura, visando potenciar os que são favoráveis e mitigar os passíveis de constituírem uma ameaça ao interesse Nacional. Inserem-se neste domínio as políticas e as iniciativas da sociedade civil tendentes à materialização dos desígnios nacionais, nomeadamente: (...) **afirmar Portugal como país seguro, favorável ao investimento externo e destino privilegiado de visita e residência de estrangeiros** (...)”.

Refere ainda o autor que “(...) perante as realidades e tendências de evolução observáveis, que denotam um elevado grau de incerteza quanto ao futuro do sistema internacional, reforçado pelo crescimento de pulsões nacionalistas e protecionistas particularmente visíveis na Europa e nos EUA, é estrategicamente importante para

um país como Portugal defender não só a existência de regras e de acordos internacionais para a concertação e a solução de conflitos, mas também o reforço do multilateralismo e da União Europeia(...)”.

Referiu o Dr.º António Figueiredo Lopes⁶⁹ que “(...) é cada vez mais importante discutir as questões relacionadas com a insegurança nos meios turísticos e nas suas periferias, de modo a encontrar soluções que possam contribuir para **prevenir e minorar algumas das suas manifestações(...)**” e que “(...) é preciso encarar com determinação e **partilha de responsabilidades pelas diferentes organizações públicas e privadas**, tendo em vista a definição de estratégias e medidas que garantam a segurança e bem-estar dos turistas. Estratégias de segurança que se devem preocupar com o reforço da confiança entre o setor empresarial e as forças e serviços de segurança de modo a proporcionar aos turistas um sentimento de maior segurança e, simultaneamente, contribuir para a viabilidade e sustentabilidade de um produto turístico de grande qualidade.

A confiança mútua exige também o reforço **da cooperação e interação entre a organização policial e os cidadãos**, mediante a adoção de mecanismos de comunicação, participação e associação comunitária, que respondam às peculiaridades de cada situação e evitem que o reforço de medidas securitárias acabe por paralisar ou “estrangular” a atividade turística (...). ”.

1.4.4. Síntese conclusiva

“O Turismo é um fenómeno psicológico, sociológico e económico, que deve ser analisado numa perspetiva sistémica e interdisciplinar. Tratando-se de um sistema que proporciona uma experiência, envolve os turistas, os vários intervenientes (diversos promotores do necessário ambiente de segurança) e os subsistemas da indústria turística, as organizações nacionais e os destinos turísticos em si mesmo, com relevância para a população residente. Um destino turístico deverá ser entendido como um sistema integrado, com vários elementos complementares entre si, que convergem

⁶⁹ In I Jornadas de Turismo em Segurança ocorridas em 31 de maio de 2017 em Albufeira.

para a concretização de um sonho planeado, que é a experiência turística, posteriormente recomendável a outros tantos potenciais visitantes” (Firmino, 2007, p. 361).

Os destinos turísticos são julgados e avaliados pelos operadores turísticos internacionais e pelos potenciais turistas, á luz das atuais tendências internacionais. Não basta a um destino turístico dispor de vantagens comparativas; terá forçosamente de apresentar vantagens competitivas, em face da concorrência de outros destinos. E tem sido precisamente neste âmbito, que o setor turístico nacional enquanto atividade económica, tem beneficiado por um lado, e que não podemos desprezar, da conjetura internacional bastante instável dos seus mais diretos concorrentes, mas acima de tudo no nosso entender, assim como, de diversas entidades públicas e privadas nacionais, porque efetivamente a **segurança holísticamente falando, tem se assumido decisivamente e cada vez mais como vetor fundamental e diferenciador no que à competitividade do destino** diz respeito.

Por outro lado, e não menos importante, o facto de todos os intervenientes públicos e privados, terem sabido com mestria criar, desenvolver e consolidar as condições e sinergias para que o país ser mais competitivo, aproveitando as oportunidades e potenciando as mais valias já consolidadas, assim como outras ainda em processo de maturação e estruturação, apostando na criatividade, adaptabilidade e plasticidade de práticas e atitudes face ao mundo global, e no dinamismo, políticas preemptivas e empreendedorismo de todos os atores envolvidos na operação turística, numa perspetiva holística e integrada.

CAPÍTULO II

Enquadramento Metodológico

*“Existem muitas hipóteses em ciência que estão erradas.
Isso é perfeitamente aceitável, eles são a abertura
para achar as que estão certas.”*

Carl Sagan⁷⁰

⁷⁰ In https://www.pensador.com/carl_sagan/ (consultado em 15/04/2019).

2. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

2.1. Natureza da Investigação

O presente estudo surge no âmbito da Dissertação de Mestrado, com vista à obtenção do grau académico de Mestre em Direito e Segurança, junto da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, subordinada ao tema “A Segurança como vetor decisivo para a escolha do destino Turístico: O caso do Algarve”, sob orientação científica do Professor Doutor José Fontes.

O objeto de estudo e objetivo geral deste trabalho, é investigar, procurando concluir se o fator segurança é um vetor decisivo aquando da escolha do destino turístico, nomeadamente no caso do Algarve, procurando analisar as várias razões que pesam na escolha desse mesmo destino.

Em termos metodológicos, na fase exploratória, iniciámos uma exaustiva pesquisa bibliográfica e documental, que complementámos com a realização de várias entrevistas semiestruturadas a testemunhas privilegiadas ou ditos especialistas nas áreas em apreço nomeadamente do Turismo e da Segurança, na dimensão pública e privada, regional e nacional.

Iniciou-se a rotura com o pré-estabelecido no estado da arte, com a elaboração da pergunta de partida ou questão central e a sua exploração e desenvolvimento, sendo este o primeiro ato do processo científico segundo (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 125).

2.2. Método de abordagem da Investigação

Para que se compreenda este conceito, interessa salientar que “a palavra método tem origem no termo grego “*methodos*”, que significa literalmente “caminho para chegar a um fim” ((CIESM), 2016, p. 25), de onde deriva o conceito de metodologia definido por (Sarmiento, 2013), de uma forma simples como sendo um processo para atingir um fim.

A metodologia a utilizar na presente investigação prevê uma fase exploratória, uma fase de recolha de dados, uma fase analítica e uma fase de conclusões. A parte

teórica baseia-se na análise documental existente, enquanto que a parte prática assenta num modelo hipotético-dedutivo, preconizado por (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 139) ou de verificação de hipóteses, e no método inquisitivo, através da realização de entrevistas.

Assim, desta maneira, a formulação de hipóteses irá permitir orientar o pensamento, para se obterem respostas à pergunta de partida da investigação e perguntas derivadas recorrendo a mais do que um método, Sarmiento (2013), ressaltando o método analítico por se tentar através do exercício académico detalhar os fenómenos associados à intrínseca relação na opinião do autor entre a Segurança e o Turismo, e por outro lado, ao método inquisitivo, dado que se irão promover várias entrevistas.

Pretende-se, portanto, através da pesquisa/revisão bibliográfica e respetiva análise documental, bem como, das entrevistas aplicadas, conseguir dar resposta às questões da investigação, obtendo assim conclusões pertinentes e relevantes para o tema em desenvolvimento.

No seguimento do suprarreferido, a elaboração deste trabalho irá basear-se quanto à técnica de recolha de dados, em análise documental complementada com inquéritos por entrevista a especialistas e às chamadas testemunhas privilegiadas, no setor público e no setor privado, a nível regional e nacional.

Em súmula, o método quanto à lógica da investigação irá ser o hipotético-dedutivo, quanto à abordagem será qualitativo e quanto ao procedimento será o estudo de caso uma vez que se analisa “um fenómeno atual no seu contexto real, sobretudo quando os limites entre determinados fenómenos e o seu contexto não são claramente evidentes e no qual são utilizadas várias fontes de dados diversas” (Freixo, 2012, p. 124). Segundo este autor, o estudo de caso tem como finalidade descrever de modo preciso os comportamentos verificados num determinado fenómeno (Freixo, 2012).

Com base na identificação do problema principal da investigação, durante a fase exploratória da investigação, formulam-se as Questões de Investigação (QI), nomeadamente a Questão Central (QC) e as Questões Derivadas (QD) (Sarmiento, 2013).

2.3. Objetivos da Investigação

Com o intuito de encaminhar a investigação no esclarecimento da sua problemática, torna-se relevante erigir questões de investigação, que por sua vez irão der determinantes para a prossecução dos objetivos de investigação.

Com base na identificação do problema principal da investigação, durante a fase exploratória da investigação, formulam-se as Questões de Investigação (QI), nomeadamente a Questão Central (QC) e as Questões Derivadas (QD) (Sarmiento, 2013).

Desta forma, e sabendo que a questão de investigação se expressa “sob a forma de uma interrogação explícita relativamente ao tema a examinar e a analisar com o objetivo de obter novas informações” (Fortin, 1996, p. 48), a QC definida para esta investigação é:

QC: *“Qual a importância do vetor Segurança na escolha do destino turístico Algarve?”*

Segundo Fortin (1996), “uma questão de investigação é um enunciado interrogativo claro e não equívoco que precisa os conceitos-chave, específica a população alvo e sugere uma investigação empírica” (p. 51), pelo que foram definidas as seguintes QD, que concorrem para a resposta à QC:

QD₁: *“Quais os vetores/fatores mais relevantes na escolha do destino turístico Algarve?”*.

QD₂: *“O Turista que nos visita percebe a Região do Algarve como sendo um destino seguro?”*.

QD₃: *“As estruturas e Entidades público/privadas associadas ao setor Turístico no Algarve entendem a Segurança como um vetor decisivo na manutenção e consolidação do destino turístico?”*.

QD₄: *“Têm as ocorrências criminais, a instabilidade político/social e o fenómeno terrorista uma relação direta de causa/efeito na nas movimentações do Turista e por conseguinte na variação do fluxo turístico?”*.

Procura-se assim saber, se o fator segurança é um vetor decisivo na escolha do destino Algarve e em que medida quando analisado entre os restantes.

Com base nas QI, foram definidos objetivos de investigação, “que originam uma lista de conhecimentos e competências a adquirir” (Sarmiento, 2013, p. 13), e que orientam o sentido da investigação.

Deste modo, da QC resulta o objeto de estudo e objetivo geral (**OG**), desta investigação, que é saber se o vetor segurança é decisivo na escolha do destino turístico Algarve, procurando determinar a sua importância relativa de entre os restantes vetores, fazendo uma análise do ponto de vista da segurança e de quem vai viajar em turismo, dos fatores que pesam na hora de escolher o destino, bem como, identificar, enquadrar e caraterizar alguns desses mesmos aspetos, procurando dar uma panorâmica sobre as causas internas e externas ao nosso país que concorrem para esta realidade.

Para que se atinja o objetivo geral da investigação, foram estruturados os seguintes objetivos específicos (**OE**):

OE₁: Analisar do ponto de vista da segurança e de quem vai viajar, para as várias razões que pesam na escolha do destino, tendo como objetivo identificar, enquadrar e caracterizar alguns dos fatores que hoje em dia mais influenciam essa escolha.

OE₂: identificar, enquadrar e caraterizar as tipologias criminais específicas e diretamente associadas a regiões de forte atividade turística, procurando refletir sobre o fenómeno e as suas causas de modo científico.

OE₃: Analisar do ponto de vista da segurança, a relação entre Hot Spots Turísticos e o fenómeno do terrorismo transnacional, tendo como objetivos identificar, enquadrar e caracterizar alguns dos mais recentes e relevantes ataques terroristas ocorridos a zonas turísticas de massas, fazendo na medida do possível a transposição em termos hipotético dedutivos para a realidade nacional, atento às áreas potencialmente relevantes e remuneradoras na perspetiva do terrorista.

OE₄: Determinar e identificar do ponto de vista da segurança, e de quem recebe (nomeadamente para as estruturas e entidades públicas e privadas que concor-

rem para o efeito), as principais ameaças e desafios atuais e os futuros de uma perspetiva abrangente e macro em relação à atividade do Turismo, tendo como objetivos identificar, enquadrar e caracterizar algumas dessas mesmas ameaças e desafios.

2.4. Hipóteses de Investigação

A elaboração de Hipóteses de Investigação (HI) auxilia a conduzir de forma ordeira e rigorosa uma investigação (Quivy & Campenhoudt, 1998), sendo estas não mais que proposições conjecturais ou suposições que constituem respostas temporárias e provisórias às QI (Sarmiento, 2013).

Neste sentido, foram elaboradas as seguintes HI:

HI₁: Os vetores atualmente mais importantes na escolha do destino turístico Algarve são a política de preços (“good value for money”), características do destino em si, segurança e saúde.

HI₂: O Turista que visita atualmente o Algarve considera que este é um destino bastante seguro.

HI₃: Para os principais “Stakeholders” público/privados do setor turístico no Algarve a Segurança é um dos vetores decisivos para a consolidação do destino e da marca “Algarve”.

HI₄: Existe uma relação efetiva entre os fenómenos ilícitos, criminais e desestabilizadores da vida em sociedade em geral e a variação do fluxo Turístico nem sempre diretamente proporcional.

Com o desenvolvimento da investigação, estas HI serão confirmadas ou refutadas (Sarmiento, 2013), obtendo no final conclusões relativas à mesma.

2.5. Procedimentos de recolha de dados

Tendo em conta que “ a investigação, a teoria e a prática estão estreitamente ligadas” (Fortin, 1996, p. 23), a recolha de dados desenrolou-se com recurso a diversas fontes e vários instrumentos científicos de investigação (Sarmiento, 2013), entre elas

uma exaustiva e extensa pesquisa bibliográfica, seguida de uma atenta análise documental e posteriormente pelos trabalhos de campo com a aplicação de inquéritos por entrevista.

Segundo Quivy & Campenhoudt (1998, p. 193), as entrevistas consistem numa “aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interação humana”. O entrevistador tem assim o papel de facilitar a expressão de experiências e sentimentos do entrevistado, porém, evitando que este se afaste dos objetivos da investigação.

A opção recaiu nas entrevistas do tipo semidiretivo, ou seja, em que “o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação do entrevistado” (Quivy e Campenhoudt, 1998, p. 194). Reis (2010) classifica ainda as entrevistas como individuais quando a realização da entrevista apenas envolve dois elementos, o entrevistado e entrevistador.

Por fim, as respostas obtidas nas entrevistas foram submetidas a uma análise qualitativa através de quadros que segundo (Guerra, 2006, p. 73) são “(...) sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, ao que disseram os entrevistado(...)”. Finalmente, a apresentação, análise e discussão das respostas obtidas.

2.6. Amostragem: composição e justificação

Numa investigação empírica, o universo, ou população, representa o conjunto de seres que apresentam alguma característica em comum (Marconi & Lakatos, 2003). Uma vez que este conceito se apresenta demasiado abrangente, é necessário criar um subconjunto do universo, uma porção convenientemente selecionada (*idem*) — a amostra —, onde os elementos que a constituem representam a população a partir da qual foram selecionados (Carmo & Ferreira, 2008).

A amostra é considerada por Reis (2010, p. 76) como uma representatividade, em que a informação recolhida compreende ser “igual à população ou apresentando características a ela similares”. Por sua vez, Sousa e Baptista (2011, p. 72), referem que

a análise a uma amostra consiste na “inquirição a um número restrito de pessoas, com a condição de que estas tenham sido corretamente escolhidas”, permitindo recolher “as mesmas informações com uma certa margem de erro”, que seja suficientemente pequeno.

De acordo com os objetivos da investigação e com os conceitos definidos por Freixo (2010, p. 183), optou-se pela amostragem não probabilística, empregando a técnica da amostra por seleção racional. A amostragem não probabilística consiste num processo em que nem todos os elementos da população “têm a mesma probabilidade de serem selecionados para integrarem” na amostra, por isso foi escolhida a técnica da amostra por seleção racional⁷¹, que permitiu ao entrevistador escolher a sua amostra tendo em conta a relação entre as suas características (caraterísticas típicas e próprias de cada um) e as aspirações do investigador (Freixo, 2010).

À luz dos conceitos de Freixo (2011), optou-se pela amostragem não probabilística, por outras palavras, a criação de uma amostra constituída por elementos de uma população que não detêm a mesma probabilidade de integrá-la. Deste modo, optou-se pela técnica de amostragem por seleção racional, permitindo ao entrevistador escolher a sua amostra com base em certas caraterísticas típicas (Freixo, 2011).

Assim para integrar a amostra foram selecionados especialistas⁷² e testemunhas privilegiadas⁷³ a nível da região do Algarve, além de uma personalidade de âmbito nacional com vastíssimos conhecimentos na áreas pelas funções que desempenhou e pelo trabalho académico que ainda desenvolve nestas áreas, cf. Apêndice A, onde consta a listagem de personalidades que compõe a amostra do presente estudo.

⁷¹ Segundo Freixo (2010, p. 185), a técnica da amostra por seleção racional é uma “amostra de tipo não probabilística em que os elementos da população são escolhidos por causa da correspondência entre as suas caraterísticas e os objetivos do estudo”.

⁷² Docentes, investigadores especializados e peritos no domínio de investigação implicado pela pergunta de partida.

⁷³ Trata-se de pessoas que, pela sua posição, ação ou responsabilidades, têm um bom conhecimento do problema.

2.7. Técnicas de tratamento e análise de dados

Ao passo que “o método é o caminho percorrido e os passos dados para se atingir um determinado objetivo, (...) a técnica é a parte respeitante aos instrumentos de recolha de tratamento e de análise de dados, que conferem operacionalidade ao método” (CIESM apud Carvalho, 2016, p. 26).

Os dados por sua vez, “definem-se como sendo a representação simbólica de características ou estados, enquanto que a informação é a interpretação, por parte do utilizador, de um conjunto de dados processados” (Sarmiento, 2013, p. 17).

Nesta ótica, e visto que se pretende no fim da investigação obter informação que auxilie o desenvolvimento dos conhecimentos, Quivy e Campenhoudt (1998) defendem que as técnicas de análise de dados devem ser complementares aos métodos ou procedimentos de recolha de dados, sendo que a aplicação de entrevistas implica na maioria das situações a utilização de um método de análise de conteúdo qualitativo.

Esta fase de uma investigação qualitativa permite atribuir um significado aos dados recolhidos, “evidenciando-se «ocorrências regulares, esquemas, explicações, configurações possíveis, tendências causais e proposições»” (Freixo, 2012, p. 180).

Para isso, a análise de conteúdo pode ser definida "como sendo uma metodologia utilizada nos estudos de conteúdo da comunicação, que analisa numericamente a frequência da ocorrência de determinados termos, conceitos ou palavras, agregando-as em categorias” (Sarmiento, 2013, p. 47).

Esta metodologia foi aplicada através da elaboração de quadros que contemplam “sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, ao que disseram os entrevistados” (Guerra, 2006, p. 73) nas respostas às perguntas das diferentes entrevistas aplicadas. Uma vez que o guião das entrevistas foi feito com base na QC e nas QD previamente definidas⁷⁴, as respostas foram organizadas e agrupadas consoante a temática que abordam, por forma a permitir uma comparação entre respostas mais simples e intuitiva, e consequentemente uma análise mais eficaz e eficiente (Guerra, 2006).

⁷⁴ Ver Apêndices E e H, para consultar a relação das perguntas das entrevistas e as questões de investigação.

CAPÍTULO III

Apresentação, análise e discussão dos resultados

“A dúvida é o princípio da sabedoria.”

Aristóteles⁷⁵

⁷⁵ In <https://www.pensador.com/aritoteles/> (consultado em 15/04/2019).

3. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste terceiro capítulo, irão seguidamente ser apresentados os resultados decorrentes do trabalho de campo realizado durante a investigação, que resultou da aplicação de um conjunto de entrevistas de várias entidades, dirigentes, especialistas e personalidades de reconhecida competência, conhecimento e experiência, públicas e privadas, quer a nível regional quer a nível nacional, nas áreas do turismo e da segurança.

A recolha de informação fez-se através de entrevistas semiestruturadas⁷⁶, simultaneamente fontes de observação indireta, foram depois enviadas para cada uma das instituições/entidade, depois de previamente contactadas e entrevistadas em termos exploratórios.

As entrevistas foram enviadas em documento anexo, por correio eletrónico, as quais deveriam ser respondidas no mesmo documento, sem limitação no tamanho da resposta. O processo de recolha das entrevistas foi relativamente rápido, tendo os entrevistados respondido prontamente ao que lhes tinha sido solicitado

Feita a recolha destes dados, proceder-se-á à análise qualitativa do conteúdo das mesmas, procurando extrair as ideias-chave, mais relevantes e significativas e confrontando-as entre si, de entre as dos vários entrevistados, bem como, correlacionando-as com a pesquisa bibliográfica e análise documental feita ao longo do Capítulo 1, do Enquadramento Teórico.

Assim, através de uma lógica hipotético-dedutiva ou de verificação de hipóteses, pretende-se aclarar o caminho para a última parte deste trabalho, as Conclusões, em que expectavelmente a Questão Central da Investigação é respondida, bem como todas as questões derivadas a que correspondem os objetivos específicos. Deste modo, será possível corroborar ou refutar as deduções hipotéticas formuladas.

Desta forma, a investigação passou por aplicar o método hipotético-dedutivo, em que o “investigador tem assim como tarefa formular hipóteses ou teorias e, de seguida, verificar se elas são verdadeiras ou falsas” (Freixo, 2010, p. 100, cit. por (Faria, 2015, p. 25)

⁷⁶ Entrevista semiestruturada detém “guião, com um conjunto de tópicos ou perguntas (...). Também dá liberdade ao entrevistado, embora não o deixe fugir muito ao tema”. ((Sousa & Baptista, 2011, p. 81).

Esta parte da investigação representa uma operação intelectual que “consiste na decomposição de um todo nas suas partes com o propósito de se realizar a respetiva descrição e procurar as relações entre essas partes” (Freixo, 2012, p. 250, cit. por (Gonçalves, 2017, p. 30)

3.1. Análise das Entrevistas

3.1.1. Análise qualitativa descritiva dos dados/resultados dos inquéritos por entrevista nacionais: Entrevistas do Tipo A

Questão n.º 1 — “Na sua opinião, o Turismo, é decisivamente importante para a economia nacional?”. O objetivo desta primeira questão é desde logo perceber na opinião do entrevistado, qual a importância que a atividade turística tem na globalidade da economia nacional.

Assim, verificou-se através das ideias chave plasmadas na Tabela n.º 1, a convicção do entrevistado nessa mesma conclusão de que o turismo enquanto atividade económica é muito importante e relevante para a economia nacional como um todo, e no plano social como atividade geradora de emprego evidenciando com alguns dados estatísticos do Turismo de Portugal, essa mesma preponderância, inclusive o seu destacado peso na economia nacional e no PIB nacional.

Salienta-se a referência feita pelo mesmo ao “domínio do intangível (...)”, onde “(...) o sucesso turístico de Portugal contribui para a sua imagem positiva e prestígio internacionais (...)”, evidenciando deste modo, que tal deve ser considerado um fator de *soft power* que não deve ser desprezado, fundamentando com o 22º lugar nos trinta primeiros à escala global de Portugal no index “A Global *Ranking of Soft Power* 2018”.

Tabela 1 — Análise das respostas à questão n.º 1 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	- “As estatísticas falam por si. De acordo com os dados do Turismo de Portugal (Ministério da Economia), “O setor do turismo é a maior atividade económica exportadora do país, sendo em 2018 responsável por 51,5% das exportações de serviços e por 18,6% das exportações totais, tendo as receitas turísticas registado um

	contributo de 8,2% no PIB português.”” - “Os números são claros quanto à importância do setor no balanço da economia portuguesa e, no plano social, como atividade geradora de emprego. Acresce o papel relevante do turismo como catalisador de outras atividades que são alavancadas por este setor da economia.” - “Acresce que no domínio do intangível, o sucesso turístico de Portugal contribui para a sua imagem positiva e prestígio internacionais, que num mundo marcado pela interconectividade e mobilidade global, representa um fator de <i>soft power</i> não despendendo. Este facto é patente na posição de Portugal no “A Global Ranking of Soft Power 2018”, onde ocupa o 22º lugar no conjunto dos 30 primeiros à escala global.”
--	--

Fonte: Autor

Questão n.º 1.1 — “No caso de Portugal, considera que há economia sem turismo e turismo sem segurança?”. O objetivo desta questão era aprofundar um pouco mais a perceção de interdependência que o entrevistado entenda eventualmente verificar-se entre a economia nacional e o turismo e a segurança.

Os conteúdos esquematizados na Tabela n.º 2, deixam bem patente que para E1 economia não é só turismo, não obstante as estatísticas oficiais e o peso do segundo na primeira.

Por outro lado, salienta que turismo sem segurança é uma equação de difícil resolução, se bem que para este o principal fator a ter em conta é o sentimento de segurança que este ou aquele destino inspiram, nas pessoas aquando da tomada de decisão pelo destino, relevando que se trata acima de tudo de uma questão do plano das perceções.

Destaca ainda a importância que tem não só o destino e o país ser seguro objetivamente, mas também ser reconhecido internacionalmente como tal, e, portanto, releva aqui a importância de uma eficiente e correta estratégia de comunicação e divulgação de Portugal como destino turístico seguro, como não sendo algo que se deva descuidar e onde o tema segurança não deve ser um fator de menor monta.

Tabela 2 — Análise das respostas à questão n.º 1.1 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	- “Há, naturalmente, mais economia para além do turismo, mas os números falam por si. Sobre a influência da segurança no turismo, é importante ter em atenção os fatores conjunturais que contribuíram para o apreciável aumento do setor turístico em Portugal nos anos mais recentes.” - “Turismo sem segurança é uma equação de difícil resolução. Aqui, mais do que segurança, o fator a ter em consideração é o relativo ao sentimento de insegurança que um determinado destino turístico pode inspirar, aquando do momento da tomada de decisão por um destino de viagem. Trata-se, portanto, essencialmente de uma questão do plano das perceções.”

	- “Não basta ser um país seguro, é preciso ser-se internacionalmente reconhecido como tal, sendo, portanto, essencial uma estratégia de comunicação e de divulgação de Portugal como destino turístico, (...), onde a segurança não é um fator menor de ponderação.”
--	--

Fonte: Autor

Questão n.º 2 — “Quais serão no seu entendimento, os principais *drivers* que influenciarão esta atividade económica, face à conjuntura internacional?”. Com esta questão pretendia-se apurar na perspetiva do entrevistado, quais os principais drivers que se perspetiva virem a influenciar esta atividade, face aquilo que é a atual e previsível conjuntura internacional.

Pelos resultados expressos na Tabela n.º 3, E1 não obstante manifestar convicção de que os índices de crescimentos verificados na atividade turística a nível global tenderão a manter-se, enquanto persistirem determinados fatores conjeturais que a impulsionaram nos tempos mais recentes, explanando um conjunto bastante diversificado e amplo de aspetos, tais como: fatores económicos, tecnologias e políticas, redução do custo do transporte aéreo, preço dos combustíveis, estabilidade na exploração das fontes de hidrocarbonetos, liberdade de acesso ao espaço aéreo enquanto bem comum, ascensão da classe média em países como Brasil e China, impacto das alterações climáticas e ambientais nos destinos turísticos, situações de conflitos sociais latentes e endémicas, xenofobismo, saturação dos nacionais pela perceção de um eventual excesso de turistas, aumento da pequena criminalidade urbana e a sempre presente ameaça terrorista.

Tabela 3 — Análise das respostas à questão n.º 2 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	- “O turismo, no plano global, tenderá a manter índices de crescimento enquanto persistirem os fatores conjeturais que o impulsionaram no passado recente, a saber: -O conjunto de fatores económicos, tecnologias e políticas a que se convencionar chamar por globalização (...); -A redução dos custos do transporte aéreo que permitiram a democratização do acesso ao uso do avião como meio de deslocação por excelência das viagens de longo curso (...); -Tem uma relação direta ao preço dos combustíveis e à estabilidade na exploração das fontes de hidrocarbonetos e aos respetivos valores de transação nos mercados financeiros; -De igual forma a liberdade de acesso ao espaço aéreo, enquanto “<i>global common</i>” terá necessariamente influência no setor em apreço; -A ascensão da classe média nos países em desenvolvimento que faz do Sul global uma nova fonte de turistas, (...), como são exemplo a China e o Brasil;

	-O impacto das alterações climáticas nas condições ambientais dos destinos turísticos (...); -Questões de ordem social que consubstanciem situações de conflito social endémico, (...); -O surgimento de ideologias xenófobas (...); -O despontar de sentimentos de saturação por parte dos nacionais, devido a uma perceção de excesso de turistas (...); -O aumento da pequena criminalidade urbana (...); -A eventual concretização da sempre presente ameaça de uma ocorrência de matriz terrorista (...)
--	--

Fonte: Autor

Questão n.º 3 — “Quais considera serem atualmente as principais preocupações, que pesam na hora do turista escolher o seu destino de férias?”. Esta questão revestia-se de particular importância, já que conflui num dos OE do presente trabalho, e, portanto, pretendia perceber quais as principais preocupações do turista na hora de escolher o seu destino de férias.

Pelos dados explanados na Tabela n.º 4, fica bem patente na opinião de E1, por um lado, de que entende que “(...) pesa certamente a perceção resultante da informação recolhida sobre as garantias de segurança do destino escolhido(...), por outro deixa entrever a ideia que concorrem para estas garantias de segurança, muitos outros aspetos e situações, que se entrecruzam em múltiplas dimensões, e demonstram bem a diversidade, e abrangência de situações que objetivamente ou subjetivamente concorrem, na hora do turista escolher o seu destino, como a qualidade ambiental, imagem de equidade social na sociedade do destino, perceção da existência de redes de emergência e de segurança pública eficazes, segurança rodoviária, qualidade das infraestruturas e redes de transportes entre outros.

Tabela 4 — Análise das respostas à questão n.º 3 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	- “(...) pesa certamente a perceção resultante da informação recolhida sobre as garantias de segurança do destino escolhido, nos seguintes aspetos: - Baixa probabilidade de ameaças para a integridade física, nomeadamente no tocante: à criminalidade (roubos, assaltos, furtos, rapto, extorsão, etc.); à segurança rodoviária (associado à ideia de um país de pessoas com comportamento cívico e responsável na estrada); e às condições de paz e tranquilidade social no destino; - Uma perceção de que são aceitáveis (mínimos) os riscos no plano ambiental, quer por via da ação humana como de ordem natural, a par da perceção da qualidade das infraestruturas e das redes de transportes; - A perceção de encontrar no destino uma rede de emergência e de segurança pública eficaz, em particular de

	uma rede de cuidados de saúde primários adequada e ao nível dos padrões de exigência dos países desenvolvidos; - A imagem favorável em relação à atitude da população face aos estrangeiros; - Qualidade ambiental (da água, do ar e da paisagem urbana e rural) e garantias de segurança alimentar; - A perceção de agentes do Estado eficientes, com um modelo de atuação pautado pelo respeito dos Direitos Humanos e dos Valores e Princípios do Estado de Direito Democrático; - Uma sociedade onde ressalte uma imagem de equidade social, é necessariamente um destino onde o espaço público não surge marcado por imagens conflagradas de pobreza, exclusão social e marginalidade que inspirem sentimentos de compaixão e insegurança; - Por outro lado, a perceção de um país eficiente, com instituições credíveis, índices de corrupção reduzidos e que paute pela subordinação dos agentes do Estado ao primado do Direito, é necessariamente um destino mais apelativo.”
--	---

Fonte: Autor

Questão n.º 4 — “No seu entendimento, o vetor segurança em geral, é decisivo na hora da escolha do destino turístico por parte dos cidadãos?”. O objetivo desta questão era apurar especificamente se o vetor segurança é decisivo na hora de escolha do destino turístico por parte dos cidadãos.

De uma forma muito sucinta e objetiva de acordo com os dados da Tabela n.º 5, é possível verificar que na opinião de E1, o vetor segurança em geral é decisivo na hora da escolha do destino turístico por parte dos cidadãos, não deixando, no entanto, de salientar, que se deve ter sempre presente o conceito de segurança, nomeadamente: “(...) na perspetiva alargada de segurança humana.”

Tabela 5 — Análise das respostas à questão n.º 4 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	- “Sim. (...) Implica que a montante se tenha presente o conceito de segurança, nomeadamente na perspetiva alargada da segurança humana.”

Fonte: Autor

Questão n.º 4.1 — “Na sua opinião, o referido vetor é importante para a consolidação e promoção de Portugal como destino de excelência?”. O objetivo desta pergunta visava perceber o quão importante é o vetor segurança para a consolidação e promoção de um país, nomeadamente Portugal.

Ora, analisando a Tabela n.º 6, E1 reitera a ideia de que, se a título geral e abstrato, a segurança é um fator estruturante na afirmação de um país como destino turístico, o mesmo deve ser considerado para Portugal.

Tabela 6 — Análise das respostas à questão n.º 4.1 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	- “Sim. A resposta a esta questão também está implícita nas das questões anteriores. Se a segurança é um fator estruturante na afirmação de um país como destino turístico, o mesmo se aplica a Portugal.”

Fonte: Autor

Questão n.º 5 — “Considerando a atual conjuntura internacional, acha que isso poderá vir a ter consequências para Portugal, particularmente em relação ao turismo e à segurança?”. O objetivo desta questão tem como intenção perceber se a segurança e o turismo nacional poderão vir a sofrer consequências e ajustamentos face à conjuntura internacional.

Os dados apresentados na Tabela n.º 7, alertam segundo E1, para o ambiente de segurança complexo e incerto do mundo onde hoje vivemos, fruto da cada vez maior interconectividade e mobilidade global, onde a ameaça e a responsabilidade são cada vez mais desterritorializadas na sua génese. Salienta por um lado que no plano das ameaças Portugal tem estado mais imune às consequências por todos conhecidas, por outro e relativamente aos riscos, no entender de E1 tal não se afigura tão linear, nomeadamente por exemplo, devido às questões climáticas sentidas com particular relevo em Portugal devido aos recorrentes incêndios florestais de grandes dimensões, à explosão demográfica que se verifica em alguns países do norte de África, potencialmente causadora de movimentos migratórios anormais em termos de frequência e dimensão.

Assim, salienta E1 da necessidade de estabilidade e prosperidade social nos países do norte de África, nomeadamente em termos de controlo do fluxo de movimentos migratórios atípicos.

Tabela 7 — Análise das respostas à questão n.º 5 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	- “A atual conjuntura internacional caracteriza-se por um ambiente de segurança complexo, onde primam como ameaças: o terrorismo, a criminalidade organizada transnacional e o cibercrime. Por outro lado, existe a perceção de um conjunto vasto de risco (...)” - “Se no plano das ameaças Portugal tem estado relativamente imune aos seus aspetos mais dramáticos, já no tocante aos riscos a questão já não se apresenta tão linear e reconfortante. Portugal está numa zona de transição climática e, consequentemente, vulnerável às variações que se têm processado neste domínio. O deficiente ordenamento do território, uma gestão florestal pouco coordenada e a eucaliptização do espaço rural, configuram uma situação onde a segurança do território emerge como o elo mais fraco. A vulnerabilidade do nosso país neste domínio é atestada pela recorrência dos fogos florestais, (...)” - “A perceção de que o nosso país arde em todos os verões, com preocupantes perdas de vidas e de património, não abona em favor da imagem de Portugal como um destino seguro, sendo potencialmente penalizadora da atividade turística que não se circunscreve às praias da orla marítima.” - “Portugal é uma fronteira externa da União Europeia, estando relativamente próximo do Norte de África. Este continente enfrenta uma explosão demográfica sem paralelo, a par de situações de conflito, instabilidade política e crises larvares em diferentes regiões. Proliferam também aqui os Estados fracos e falhados, fortemente vulneráveis à ação das redes de criminalidade organizada e de inspiração política violenta. Acresce os desequilíbrios sociais e ambientais, a par de uma elevada percentagem de deslocados e refugiados que inevitavelmente conduzirão a um êxodo em massa em direção ao Norte desenvolvido. - “Neste ponto a estabilidade da situação em Portugal estará em muito dependente da situação nos países vizinhos do Magreb, na qualidade de países de trânsito, especialmente em Marrocos, na medida em que forem capazes de controlar os fluxos migratórios que se processarem pelos respetivos territórios.”

Fonte: Autor

Questão n.º 6 — “Como olha para o posicionamento de Portugal no Global Peace Index do IEP, nos últimos anos, TOP 5 desde 2016, particularmente o 3º lugar de 2017 e o 4º de 2018?”. Esta questão visava escrutinar como são percecionados os excelentes resultados obtidos dos índices internacionais de referência, como é o caso do GPI/IEP, sendo considerado um dos destinos mais seguros e pacíficos do mundo (e.g. 5º lugar em 2016, 3º lugar em 2017 e 4º lugar em 2018).

Observando a Tabela n.º 8, é possível constatar a referência feita por E1 a que os resultados alcançados se devem no seu entender “(...) ao resultado normal de um Estado de Direito que representa uma democracia estabilizada, com instituições e serviços públicos que, na generalidade, funcionam bem.”, e que, portanto, estas distinções devem ser vistas com agrado, mas com a naturalidade e tranquilidade de que as instituições funcionam e com a qualidade necessária que permite atingir estes resultados.

Tabela 8 — Análise das respostas à questão n.º 6 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	- “Como o resultado normal de um Estado de Direito que representa uma democracia estabilizada, com instituições e serviços públicos que, na generalidade, funcionam bem.” - “Um país que desfruta de uma assinalável paz social, com índices de criminalidade baixos, de sinistralidade rodoviária dentro dos padrões normais e com uma população que apresenta um forte sentimento de pertença, espírito democrático, comportamento tolerante para com os outros e uma postura civilizada para com a diferença, uma população cosmopolita e com uma atitude de abertura aos estrangeiros.”

Fonte: Autor

Questão n.º 7 — “Que papel e que relação, considera deve ter a segurança em *latu sensu*, junto da atividade turística?”. O objetivo desta questão pretendia escrutinar junto do entrevistado, e na opinião deste, qual a ligação e em que moldes a segurança deve ter junto da atividade turística. Pelos resultados observáveis na Tabela n.º 9, E1 aponta para a ideia global de que a segurança por força dos seus vários intervenientes, é um pilar e “(...) um garante do regular funcionamento das instituições (...)” na generalidade, e por força de razão de todos quantos intervêm junto da atividade turística, além de “(...) um promotor da convivência social e determinante no que concerne à coesão social.”

E1 reforça ainda a ideia, de um Sistema de segurança nacional⁷⁷ que atue como um todo coerente, e que se subordine ao princípios do Estado de Direito e ao primado da Lei no estrito respeito pelos Direitos Humanos, mantendo a proximidade com as pessoas nacionais ou estrangeiras.

Tabela 9 — Análise das respostas à questão n.º 7 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	- “A segurança, por via do desempenho dos seus diferentes atores, é um garante do regular funcionamento das instituições, um promotor da convivência social e elemento importante na coesão social. - “Para ser credível deverá inspirar confiança e fortalecer uma imagem de Portugal como um destino turístico seguro. Importa que o Sistema de segurança nacional atue como um todo coerente, subordinando-se aos princípios do Estado de Direito e ao primado da Lei, por práticas que sendo eficazes não descurem o estrito respeito dos Direitos Humanos. Deve manter uma relação de proximidade com as pessoas, indiferentemente de serem nacionais ou estrangeiros.”

Fonte: Autor

⁷⁷ Para mais informações consultar: (Lourenço, et al., 2018)

Questão n.º 8 — “Considera que o turista que nos visita, percebe Portugal como um destino seguro?”. O objetivo desta pergunta entronca na QD n.º 2 que concorre para a resposta à QC deste trabalho, e conforme os resultados patentes na Tabela n.º 10, apontam para a ideia clara e sólida que sim, tanto mais que E1 refere inclusive que tal é um requisito “(...) apriorístico na escolha de Portugal como destino (...)”. Salienta ainda a ideia de o ambiente de segurança no nosso país é real e percecionado quer pelos residentes quer por todos quantos nos visitam, sendo na globalidade um ambiente estável, sem incidentes de relevo, em que as FSS têm um papel ativo e discreto, o que contribui para a consequente perceção de um País seguro.

Tabela 10 — Análise das respostas à questão n.º 8 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	- “Esse é um requisito apriorístico na escolha de Portugal como destino, associado à sua imagem de marca como espaço de excelência, atestado nos areópagos de aconselhamento internacional sobre deslocações, quer para fins de salvaguarda da segurança de nacionais, como de promoção turística.” - “O ambiente de segurança no nosso país não é uma ficção, sendo percecionado tanto pelos que cá vivem como pelos que nos visitam, sendo patente na liberdade de movimentos das pessoas, quer de dia como de noite, sem constrangimentos de segurança ou relatos significativos de incidentes contra a sua integridade.” - “Os indicadores estatísticos assim o demonstram, a par da ausência de notícias alarmantes sobre incidentes de relevo, nomeadamente tendo por alvo os turistas. A presença discreta no dia-a-dia e mais musculada nos eventos que assim o requerem, por parte das forças de segurança, contribui para uma perceção de país seguro e ambiente social calmo.”

Fonte: Autor

Questão n.º 9 — “Acha que as estruturas e entidades público/privadas associadas ao setor do turismo consideram a segurança como um vetor decisivo e distintivo, para a consolidação da imagem de Portugal, como destino de excelência?”. O objetivo desta pergunta, conflui na QD n.º 3 do presente trabalho, tendo ao que é possível observar pela Tabela n.º 11, E1 salienta que é interesse de todos os setores quantos os que intervêm junto da atividade turística: “(...) manter Portugal com uma imagem internacional de país seguro é vital (...)”, assegurando que não ocorrem disrupções nos serviços prestados e que podem criar sérios prejuízos e danos em termos objetivos e de imagem e confiança no setor.

Destaca ainda no seu entender que tem havido de um modo geral a perceção por parte das Entidades e organismos oficiais, agentes económicos, operadores turísticos e cidadãos em geral, da importância que o vetor segurança tem e terá para a “(...) a manutenção do atual padrão de vida em sociedade.”, evidenciando que inclusive durante o período troika, a área da segurança mereceu especial atenção por parte dos poderes públicos por forma a não acrescentar à crise económica, financeira e social de então uma crise de segurança.

Tabela 11 — Análise das respostas à questão n.º 9 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	- “A segurança é um fator importante não só no afluxo do turismo, mas também para os estrangeiros que aqui pretendem estabelecer residência e fazer investimentos, nomeadamente no setor em apreço.” - “Para os operadores turísticos, para todos os setores ligados a esta atividade, desde os dos transportes, aos da hotelaria, do comércio e das atividades ligadas à cultura, manter Portugal com uma imagem internacional de país seguro é vital, para que não se processem interrupções que coloquem o setor em risco de colapso.” - “Há, portanto, uma perceção geral, tanto por parte dos poderes públicos, como dos agentes económicos, operadores turísticos e cidadãos em geral, da importância da segurança para a manutenção do atual padrão de vida em sociedade.” - “A prioridade que a área da segurança tem merecido por parte de todos os governos, sem exceção. Importa referir que mesmo durante o período da crise financeira que o país passou, no chamado período da troika, a segurança interna mereceu especial atenção e prioridade. Foi patente a preocupação de não acrescentar uma crise de segurança à crise financeira, económica e social de então.” - “Essa preocupação ajudou certamente às condições para a aceleração da atividade turística que Portugal auferiu, na sequência da crise de segurança que, contemporaneamente, ocorreu tanto na Europa como no Norte de África e Médio Oriente.”

Fonte: Autor

Questão n.º 10 — “Na sua opinião, considera que a segurança ou falta dela, tem uma relação direta de causa/efeito na movimentação e variação do fluxo turístico a nível global?”. O objetivo desta questão visava auxiliar na resposta à QD n.º 4, e pelos dados observáveis na Tabela n.º 12, deixa entrever a concordância de E1 com esta questão, dando nomeadamente o exemplo das situações ocorridas em alguns países a sul da bacia mediterrânica (e.g. Turquia, Egipto, Tunísia), que pela sua proximidade a áreas de conflito, além de algumas situações extremas associadas ao fenómeno terrorista, viram os habituais fluxos turísticos que para aí se direcionavam, te-

rem quebras bastantes significativas, tendo estes se redirecionado para destinos entendidos como mais seguros, entre os quais Portugal, que objetivamente não deixou de beneficiar desta situação.

Tabela 12 — Análise das respostas à questão n.º 10 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	- “Esta questão foi já respondida anteriormente, quando se reportaram as causas para o incremento do fluxo de turismo em Portugal, em particular decorrentes das “primaveras árabes” e do terrorismo de inspiração jihadista. Estas tiveram impacto negativo, nos fluxos turísticos que tradicionalmente se dirigiam para destinos como a Tunísia, o Egipto, a Turquia, entre outros. Mercê da sua proximidade de áreas de conflito, das condições de instabilidade social, ou por força de atentados expressamente dirigidos contra as respetivas infraestruturas turísticas, levaram os grandes operadores turísticos internacionais e certamente muitos particulares, a reorientarem as suas prioridades para destinos mais seguros, como Portugal.” - “Um exemplo bem recente que atesta esta tendência, prende-se como os atentados ocorridos durante a Páscoa no Sri Lanka. Estes tiveram, como primeira reação, o cancelamento em massa das reservas para este país que se procura afirmar como destino turístico preferencial.”

Fonte: Autor

Questão n.º 10.1 — “Considera que as situações ocorridas no passado recente na bacia mediterrânica (e.g. Egito, Turquia, Tunísia, Grécia), bem como, em território europeu (e.g. Berlim, Londres, Estocolmo, Paris, Nice, Barcelona), têm tido influência no desempenho dos últimos anos do setor turístico em Portugal?”. O objetivo desta questão concorre também para a resposta à QD n.º 4 e os dados representados na Tabela n.º 13, permitem constatar que E1 concorda com a questão apresentada, entendendo-se por desempenho turístico o nível dos indicadores do seu desempenho, não obstante destacar que se deve olhar sob escalas distintas os atentados ocorridos em solo europeu e os ocorridos no norte de África e Médio Oriente.

Tabela 13 — Análise das respostas à questão n.º 10.1 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	- “Se por desempenho do setor turístico se entende o nível dos seus indicadores do seu crescimento, é de admitir que sim, embora pesem numa escala diferentes os atentados ocorridos em solo europeu e nos países do Médio Oriente e Norte de África.” - “Naqueles, a perceção da sua excecionalidade e a ideia da sua origem exógena, embora em boa parte conduzidos por nacionais destes países, conferem-lhe um caráter de fenómeno circunscrito às circunstâncias da disputa política inspirada e conduzida a partir do exterior, nomeadamente pelo estado islâmico (...)” - Já no que concerne à situação no Sul e Leste do Mediterrâneo, a normalização da situação de segurança tem sido tímida.”

	- “Não obstante as estatísticas mostrem uma tendência de recuperação do turismo em países como a Tunísia, o Egito e a Turquia, o espectro da ameaça terrorista é bem mais presente aí do que nos países europeus que foram alvo de atentados terroristas.”
--	--

Fonte: Autor

Questão n.º 11 — “Considera que estamos preparados para fazer face a um atentado como o ocorrido a 11 de dezembro de 2018 no mercado de Natal em Estrasburgo?”. O objetivo desta questão visava vislumbrar a opinião do entrevistado sobre a sua perceção sobre a preparação das estruturas nacionais para um eventual fenómeno terrorista como o ocorrido em Estrasburgo.

Ora, atendendo à Tabela n.º 14, as ideias chave de E1, permitiram na generalidade, retirar a ideia central de que, nenhum país está completamente preparado e a salvo de uma situação deste género. Saliente que o mais relevante é o país “(...) ter os meios adequados, planos de contingência, a par do enquadramento legal e resiliência adequados, para fazer face a uma situação desta natureza.”. Releva também que Portugal sendo membro da União Europeia, tem vindo a apetrechar-se com os mecanismos essenciais e adequados para em caso de necessidade as estruturas e organismos estejam prontos com meios capazes, adequados, competentes e proporcionais à natureza da ameaça.

Tabela 14 — Análise das respostas à questão n.º 11 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	- “Depende do que se entende por estar preparado para uma situação dessa natureza, uma vez que implica ter capacidades de prevenção, alerta, resposta, recuperação e restabelecimento da normalidade, perante uma situação que pode apresentar uma ampla variedade de circunstâncias e a imaginação humana não tem limites.” - “Nenhum país está a salvo de uma situação desta natureza e nenhum país está completamente imune e totalmente preparado. O importante é o país ter os meios adequados, planos de contingência, a par do enquadramento legal e nível de resiliência adequados, para fazer face a uma situação desta natureza.” - “Portugal como membro da União Europeia e, neste âmbito, fazendo parte da política comum de Segurança, Liberdade e Justiça, tem vindo a dotar-se dos instrumentos necessários para que, no caso de ocorrer uma situação desta natureza, a resposta seja a necessária, com os meios adequados e o nível de atuação proporcional à natureza da ameaça.”

Fonte: Autor

Questão n.º 12 — “Acha que se devia apostar mais na utilização de mecanismos de videovigilância e novas tecnologias pelas FFSS, em locais públicos e turísticos?”. O objetivo desta pergunta pretendia averiguar da opinião do entrevistado a uma mais efetiva e abrangente utilização deste tipo de mecanismos por parte das FSS, visto que vários são os Municípios pelo País que vão a passos cada vez menos “tímidos” investindo e criando e/ou ampliando sistemas deste género em áreas específicas das suas Edilidades (e.g. Lisboa, Amadora, Portimão, Albufeira, Olhão e Faro, etc.). Pelos dados representados na Tabela n.º 15, vislumbra-se a ideia fundamental, de que

As FSS devem ser dotadas com todas as capacidades necessárias que lhes permitam uma ação mais eficaz e onde as várias ferramentas tecnológicas funcionem como fator multiplicador de potencial, particularmente nos dias de hoje onde o ciberespaço vem tem cada vez mais relevância. Não obstante, aponta a ideia de que estas ferramentas e a sua utilização devem ter sempre um carácter supletivo em relação à ação tático-policial, destacando a sua importância, mas salientando a sempre perene centralidade que a segurança deve ter no elemento humano e numa atuação próxima e de confiança junto do cidadão que serve: “(...) Numa sociedade resiliente, a primeira linha de segurança assenta numa atitude ativa e colaborativa dos cidadãos.”

Tabela 15 — Análise das respostas à questão n.º 12 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	- “As FSS devem ser dotadas com as capacidades necessárias para uma ação eficaz, onde os meios tecnológicos funcionem como um multiplicador de potencial. Sobretudo, num período em que uma parte significativa da vida dos cidadãos se processa no ciberespaço, as polícias não podem ter a sua ação arredada deste ambiente. Por outro lado, apresenta-se essencial o recurso a meios tecnológicos adequados que lhe permitam neutralizar e controlar as ameaças e impedir o uso malévolo deste ambiente.” - “Este pressuposto não invalida, contudo, que a sua ação se processe dentro dos limites da Lei e no respeito pelas liberdades e garantias dos cidadãos. A utilização das tecnologias deve ter um carácter supletivo, devendo evitar-se panaceias e falsas expectativas em relação ao seu papel no quadro da ação tático-policial.” - “As tecnologias são instrumentos da ação policial, seguramente importantes, mas a centralidade da segurança deverá manter-se no elemento humano, na atuação de proximidade e na relação de confiança com o cidadão. Numa sociedade resiliente, a primeira linha de segurança assenta numa atitude ativa e colaborativa dos cidadãos.”

Fonte: Autor

Questão n.º 13 — “Considera que o levantamento de modelos preditivos baseados em soluções tecnológicas direcionadas para a realidade portuguesa e que permita antecipar cenários na área da segurança, além da aposta nas novas tecnologias em prol da segurança deve ser o caminho a seguir pelos vários atores que intervêm nestas matérias?”. As ideias chave obtidas á questão n.º 13, melhor sumarizadas na Tabela n.º 16, apresentaram, a ideia fundamental que estes modelos ainda estão numa fase de desenvolvimento e validação da respetiva eficácia.

Salienta ainda as limitações deste tipo de modelos, e concebe a sua eventual aplicação numa perspetiva de orientação da taxa de esforço da ação policial e consequente balanceamento de meios. Refere ainda a importância que este tipo de ferramenta pode vir a ter no suporte ao planeamento e no apoio à decisão.

Termina alertando que: “(...) no plano tático-policial, no atual estado da arte, há que ser mais comedido, não elevando demasiado as expectativas. Sobretudo, há que ter presente que são os homens que comandam as máquinas e não os algoritmos que dirigem a ação das polícias.”

Tabela 16 — Análise das respostas à questão n.º 13 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	- “Os modelos de policiamento preditivo estão ainda numa fase de desenvolvimento e validação da respetiva eficácia. Deve evitar-se incorrer na distopia de subordinar a ação tático-policial a um algoritmo. Tem ainda como aspeto negativo a tendência para se dar o provável como certo, incutindo posturas e procedimentos de policiamento fundados em palpites e não em factos, logo, potenciadores de incidentes.” - “Considera-se o policiamento preditivo importante, mas como meio de orientação da taxa de esforço da ação policial e para o balanceamento dos meios, em função das perspetivas da sua utilização. Ao nível operacional poderá também ser um excelente instrumento de suporte no planeamento e no apoio à decisão. - “Já no plano tático-policial, no atual estado da arte, há que ser mais comedido, não elevando demasiado as expectativas. Sobretudo, há que ter presente que são os homens que comandam as máquinas e não os algoritmos que dirigem a ação das polícias.”

Fonte: Autor

Questão n.º 14 — “No futuro considera que há margem para melhorar no âmbito da relação turismo/segurança em Portugal, nomeadamente no âmbito da partilha de responsabilidades entre as diversas organizações, entidades públicas e privadas, favorecendo uma efetiva cultura prospetiva e preditiva de segurança?”. Os dados representados na Tabela n.º 17 deixam bem presente que para E1,

a segurança não é, nem deve ser apenas um assunto das polícias e decorrente da ação das polícias, tendo várias outras componentes igualmente importantes e relevantes.

Salienta que no que às FSS concerne, “(...) há muito a fazer e um longo caminho a percorrer, nomeadamente no sentido do incremento da sua eficiência (...)” dando nota que o Grupo de Reflexão Estratégica sobre Segurança deu corpo a duas propostas públicas⁷⁸, sobre estas temáticas.

Evidencia que o SSI Português tem mostrado estar á altura dos desafios de segurança com que se confrontou, contudo aponta a questão da eficiência como sendo uma questão menos consensual, apontando: “(...) duplicações, redundâncias, conflitos de competências fomentadoras de rivalidades e competição entre polícias, que penalizam a relação custo-eficácia do sistema, que importa avaliar e corrigir.”

Tabela 17 — Análise das respostas à questão n.º 14 da Entrevista tipo A

N.º	Ideias-chave da resposta
E1	- “O Sistema de Segurança Interna não se direciona para nenhum sector da economia em particular, nomeadamente para o turismo em especial, mas antes para a sociedade em geral. Naturalmente que entre as áreas mais sensíveis às alterações das condições de segurança do país, o turismo está na primeira linha.” - “Já anteriormente foi referido que as atuais condições de segurança do nosso país não inspiram preocupações e a manterem-se os atuais patamares de ameaça, é previsível que Portugal continue como uma opção turística preferencial, no que aos requisitos de segurança diz respeito.” Portugal não se destaca por ser um Estado securitário, antes sendo um país onde os baixos sentimentos de insegurança decorrem mais da ação eficaz das FSS, do que de uma postura excessivamente interventiva das polícias. Tem havido o bom-senso de não embarcar em exibicionismos securitários, que mais do que refrear sentimentos de insegurança seriam causadores de alarme e inquietação social. - “Importa realçar que a segurança não é um assunto exclusivamente dependente ou decorrente da ação das polícias, tendo outras componentes igualmente relevantes (...)” - “No que às FSS diz respeito, há muito a fazer e um longo caminho a percorrer, nomeadamente no sentido do incremento da sua eficiência. Essas medidas extravasam o objeto da presente reflexão e têm merecido a nossa atenção, nomeadamente através de propostas públicas apresentadas em duas publicações que o Grupo de Reflexão Estratégica sobre Segurança deu à estampa em datas recentes.” - “Se no campo da eficácia o SSI português tem mostrado estar à altura dos desafios de segurança, embora, em boa verdade não tenha ainda sido verdadeiramente posto à prova, já no tocante à eficiência a questão parece menos consensual. É notória a existência, no SSI, de duplicações, redundâncias, conflitos de competências fomentadoras de rivalidades e competição entre polícias, que penalizam a relação custo-eficácia do sistema, que importa avaliar e corrigir.”

Fonte: Autor

⁷⁸ Para mais informações consultar: (Lourenço, et al., 2015; Lourenço, et al., 2018)

3.1.2. Análise qualitativa descritiva dos dados/resultados dos inquéritos por entrevista regionais: Entrevistas Tipo B

Questão n.º 1 — “Na sua opinião, o Turismo, é decisivamente importante para a economia regional?”. O objetivo desta primeira questão é desde logo perceber na opinião dos entrevistados, qual a importância que a atividade turística tem na globalidade da economia regional.

Assim, verificou-se através das respostas vertidas na Tabela n.º 18, que todos os entrevistados são unânimes em referir essa importância regional da atividade turística, pelas mais variadas razões, inclusive o seu destacado peso na economia nacional e no PIB, destacando a sua centralidade estratégica naquilo que é a atividade económica da região algarvia. Contudo salienta-se o referido por E2 quando indica que essa mesma importância tem muitas vezes sido apontada como excessiva, criando assim elevadas dependências de uma única área de atividade e por conseguinte constituindo-se como uma vulnerabilidade potencial.

Tabela 18 — Análise das respostas à questão n.º 1 da Entrevista tipo B

N.º	Ideias-chave da resposta
E2	- “O turismo é decisivamente importante para a economia em termos nacionais e, por maioria de razão, em termos regionais. A dependência excessiva da economia regional em relação ao turismo é, aliás, uma das vulnerabilidades apontada à mesma.”
E3	- “(...) em 2017, o Algarve manteve-se como o principal destino (30,7% das dormidas totais) (...)” - “(...) como habitualmente, os principais destinos foram o Algarve (33,8% das dormidas totais) (...)” - “(...) o Algarve foi a região com maior oferta de estabelecimentos hoteleiros (22,2% do total) (...)” - “(...) o Algarve concentrou 36,8% da capacidade (camas) de alojamento nacional (...)” - “(...) o Algarve manteve-se como principal destino dos residentes, concentrando 26,2% das dormidas (...)”
E4	- “Sim”
E5	- “O Turismo é um fator muito importante e fundamental em qualquer economia, seja no âmbito nacional, mas sobretudo a nível regional.” - “A nível regional e tirando partido, nomeadamente, das condições geográficas e climatéricas, o Turismo torna-se essencial para o desenvolvimento e prosperidade tanto a nível económico como social.”
E6	- “Diria que é uma evidência, considerando que o turismo é o setor económico com maior peso na região. O Algarve é a principal região turística do país e contribui em 4,6% para o PIB nacional. Detém 37% da capacidade (camas) do país e regista 19 milhões de dormidas, representando 33% do total nacional. No que se refere a proveitos globais do turismo, o Algarve contabiliza mais de mil milhões de Euros”
E7	- “O turismo é a atividade nuclear da região e vai continuar a ser determinante no próximo futuro para a economia regional e o bem-estar das populações residentes”
E8	- “É importante e sem dúvida decisivo para a economia regional e nacional.” - “O Turismo é o principal setor exportador de Portugal. As receitas externas geradas pelo Turismo em 2018 ultrapassaram os 16 mil milhões de euros. O Algarve, é o principal responsável por esse valor.”

Fonte: Autor

Questão n.º 1.1 — “No caso do Algarve, considera que há economia regional sem turismo e turismo sem segurança?”. O objetivo desta questão era aprofundar um pouco mais a perceção de interdependência que os entrevistados entendem verificar-se entre a economia regional, o turismo e a segurança.

Ora, no seguimento das respostas já verificadas à questão n.º 1, e tendo em conta a Tabela n.º 19, a globalidade dos entrevistados reitera que essa interdependência existe e tem sido bastante positiva, mas devem ser tidas algumas cautelas no futuro, sob pena de em situações de crise a região estar mais exposta a não responder como desejável, fruto do “afunilamento” em termos de diversificação da atividade económica que se verifica.

Tabela 19 — Análise das respostas à questão n.º 1.1 da Entrevista tipo B

N.º	Ideias-chave da resposta
E2	- “Como se costuma dizer, “poder, podia...”, mas não seria a mesma coisa”. A importância do turismo em termos regionais terá começado a dar os primeiros passos na década de 60(...)”. - “(...) hoje em dia, passe o pleonismo, seria quase impensável pensar a região sem turismo, o que, para acontecer, teria que corresponder a uma grande alteração global no nosso <i>modus vivendi</i> (...)”. - “Quanto à questão do turismo e da segurança, é por demais evidente a dependência desta atividade relativamente a uma conjuntura favorável em termos de segurança e sentimento de segurança”.
E3	- “O Turismo no Algarve representa no contexto nacional esta realidade mais visível, onde o relevo desta atividade económica no PIB da região é o mais elevado.”
E4	- “Fazer apenas depender a economia local do Turismo e este da segurança, parece-me muito redutor, na medida quem que, por um lado, a economia local não se confina exclusivamente ao turismo e este está também dependente de outros fatores, como por exemplo a qualidade da oferta, o preço, as acessibilidades, o clima, etc...”
E5	- “No caso do Algarve, numa perspetiva sobretudo de tirar partido do Sol e Mar, o Turismo é peça fundamental. O fluxo turístico está intimamente ligado ao fator segurança e respetivas condições.” - “Uma baixa significativa do fluxo turístico poderá provocar um sufoco económico e social na região. Na eventualidade do <i>Brexit</i>, se concretizar, igualmente poderá haver uma alteração do fluxo turístico oriundo do Reino Unido.” - “Os destinos turístico estão sempre intimamente ligados com a segurança local, ou a falta dela, quer seja no âmbito da ameaça terrorista ou da criminalidade comum.”
E6	- “É no setor terciário, nomeadamente nas atividades relacionadas com a indústria turística que se concentra a maior parte do emprego da região embora seja desejável apostar também no desenvolvimento de outros setores com vista a um maior equilíbrio (...)”. - “O turismo continuará, no entanto, a ser o grande motor da economia regional, e se considerarmos algumas tendências da procura, poderá inclusivamente impulsionar o desenvolvimento de atividades de outros setores. No turismo, o fator segurança é, sem dúvida, incontornável.”
E7	- “(...) questão é redundante, mas verdadeira.”
E8	- “No caso do Algarve não há economia regional sem Turismo - que é o principal setor económico da Região - e não é possível conceber Turismo sem segurança.”

Fonte: Autor

Questão n.º 2 — “Quais serão no seu entendimento, os principais drivers que influenciarão esta atividade económica na região, face à conjectura internacional?”. Com esta questão pretendia-se perceber quais os principais drivers que se perspetiva virem a influenciar esta atividade, face aquilo que é a atual e previsível conjectura internacional.

As respostas plasmadas na Tabela n.º 20, foram bastante diversificadas e amplas, não obstante E2, E4, E5, E7 e E8, fazerem todos alusão ao desejável ambiente e imagem de segurança imprescindível, como condição para um quadro pacífico e sereno e assim favorável á captação de novos turistas cada vez mais exigentes e diversos naquilo que são as tendências de mercado, não deixando por exemplo E5 de dar nota de causas exógenas ao destino e ás suas condições de segurança que têm vindo e poderão ter grande influência no futuro (e.g. “*Brexit*” e falências de companhias aéreas como grande atividade e peso junto do destino).

Tabela 20 — Análise das respostas à questão n.º 2 da Entrevista tipo B

N.º	Ideias-chave da resposta
E2	- “Independentemente dos drivers que possam influenciar a atividade turística na região, o sol, a praia, a gastronomia, as paisagens, a riqueza cultural, bem como a simpatia “das gentes”, estão disponíveis um pouco por todo o mundo e muitas vezes a preços ainda mais acessíveis do que em Portugal e no Algarve (...)”. - “Num mundo cada vez mais globalizado e mediatizado, as questões relacionadas com a segurança e a “imagem de segurança” de um destino turístico serão cada vez mais determinantes nessa escolha.”
E3	Não respondeu
E4	- “(...) considero que a segurança constitui atualmente um importante fator influenciador da atividade turística na região.”
E5	- “O Algarve é um destino privilegiado de férias dos britânicos, cujo mercado está a encolher desde outubro do ano passado. Entre as razões para esta conjuntura está a concorrência de outros destinos, como a Grécia, Turquia, Egipto e Tunísia (face ao abrandamento de incidentes terroristas), a influência do “ <i>Brexit</i> ” e a valorização do euro face à libra, e perturbações nas ligações aéreas devido a fatores como a falência de empresas de aviação <i>low-cost</i> .” - “A aposta poderá passar pelo Turismo de Saúde e Bem-estar, promovendo-se a requalificação da oferta turística <i>upscale</i> no Algarve, com a reciclagem de prioridades e a aposta em novos segmentos como os atrás referidos.” - “Vale ainda a pena abordar e reforçar duas situações que têm vindo a preocupar e a deixar o setor turístico do Algarve um pouco mais frágil: o fenómeno das companhias <i>low-cost</i> (que apesar de terem sido um sucesso, mas a sua importância em certas regiões, como no Algarve, terá ido para além do razoável – vide casos já referidos de falências, discutindo-se nos dias de hoje a sujeição do destino relativamente a estas companhias), e a sazonalidade.”
E6	- “(...) num cenário de crescimento generalizado e de recuperação de destinos concorrentes do Mediterrâneo, e de novos destinos emergentes, o Algarve deverá posicionar-se tendo em consideração algumas das grandes tendências internacionais que impactam no turismo visando a consolidação e ajustamento da sua oferta.” - “De entre essas tendências, assinala-se uma nova consciência ambiental e a atribuição de maior importân-

	cia à sustentabilidade, o envelhecimento demográfico e consequente crescimento do turismo sénior, a procura de autenticidade e de imersão na cultura local, as viagens multigeracionais, o crescimento de hábitos saudáveis e preocupação com a saúde. Refira-se ainda o grau de exigência dos consumidores que é crescente, a importância das tecnologias de informação e comunicação no negócio turístico, o papel influenciador das redes sociais e a economia partilhada.”
E7	–“Segurança, acessibilidades, transportes, natureza, clima ameno, hospitalidade, oferta de qualidade, serviços de apoio, (comunicações, higiene e limpeza, saúde, etc.), envolvente de qualidade, etc.”
E8	- “Em primeiro lugar a evolução do quadro económico e do poder de compra dos nossos principais clientes estrangeiros que são sobretudo europeus (95%). Depois a capacidade competitiva face aos nossos concorrentes, que não é só «preço», mas sobretudo qualidade e diferença.” - “E, imprescindível, as garantias de segurança no país, num quadro internacional sereno e pacífico.”

Fonte: Autor

Questão n.º 3 — “Quais considera serem atualmente as principais preocupações, que pesam na hora do turista escolher o seu destino de férias?”. Esta questão revestia-se de particular importância, já que conflui num dos OE do presente trabalho, e, portanto, pretendia perceber quais as principais preocupações do turista na hora de escolher o seu destino de férias.

Nas respostas visíveis na Tabela n.º 21, é globalmente referido direta ou indiretamente, a segurança como sendo uma das preocupações sempre presente, por todos os entrevistados. Por outro lado, são apontadas preocupações como o preço/custo, as acessibilidades, os cuidados de saúde, a qualidade da oferta, o clima, a receptividade local face ao turista. Enfim, uma miríade de aspetos, mas que na generalidade surgem sempre acompanhados e/ou interligados com a questão da segurança e/ou ambiente seguro.

Tabela 21 — Análise das respostas à questão n.º 3 da Entrevista tipo B

N.º	Ideias-chave da resposta
E2	–“(…) o preço, a segurança (não só no sentido estrito do termo, mas também aos mais diversos níveis, incluindo o alimentar e sanitário), bem como a acessibilidade aos meios médicos e de socorro em caso de necessidade (…)”
E3	- “O turismo é uma das atividades mais suscetíveis de ser afetada por fatores de risco, sabendo-se que a procura é particularmente sensível às preocupações dos turistas relativamente à sua segurança e bem-estar. Isto indica que a estabilidade é um dos fatores chave para o seu desenvolvimento.”
E4	- “Considero que as mesmas estão intimamente ligadas (…) a fatores como por exemplo a qualidade da oferta, o preço, as acessibilidades, o clima, e a segurança, etc…”
E5	- “Segurança (a nível de criminalidade comum e da ameaça terrorista); -Assistência médica eficaz; - Custos (pacotes de férias); - Receptividade local face aos turistas.”
E6	- “(…) questões relacionadas com o preço, em função do orçamento disponível e da qualidade pretendida; questões de segurança do destino (que pode ser afetada por ameaça terrorista, desastre natural, instabilidade social e política); segurança e qualidade do alojamento; do transporte; de saúde (assistência); questões relacionadas com acompanhantes (com quem se viaja) e finalmente com as atividades que se pretende realizar.”

E7	- “Segurança, preço, clima, proximidade...(...)”.
E8	- “Os turistas são todos «diferentes» e procuram destinos correspondentes às suas expectativas. As preocupações dos turistas dependem das suas opções.” - “O Algarve é um destino de «férias e lazer», com estadia de uma semana, em que o clima, o ar, o sol, a luz, o mar, geram sensação de bem-estar e propicia aos turistas... descanso. No caso do Algarve conta sobretudo o clima ameno, o ambiente tranquilo, a relação humana com os residentes, e claro, a sensação de segurança.”

Fonte: Autor

Questão n.º 4 — “No seu entendimento, o vetor segurança em geral, é decisivo na hora da escolha do destino turístico por parte dos cidadãos?”. O objetivo desta questão era apurar especificamente se o vetor segurança é decisivo na hora de escolha do destino turístico por parte dos cidadãos, questão que concorre diretamente para o OG do presente trabalho.

Aqui, observando as respostas na Tabela n.º 22, destaca-se E2, E5, E7 e E8 a referirem que acreditam ser determinante e decisivo, sendo que E2 alerta para setores para radicais em relação aos quais a questão da segurança não é decisiva. E6 e E4 referem que é importante e E5 que é significativo.

Ora, globalmente percebe-se que é opinião generalizada que a segurança é um vetor, ainda que para alguns não decisivo, certamente muito importante e determinante nesta escolha, sendo na maioria das situações decisivo e tendo quase sempre um peso significativo direta ou indiretamente.

Tabela 22 — Análise das respostas à questão n.º 4 da Entrevista tipo B

N.º	Ideias-chave da resposta
E2	- “Para a generalidade dos turistas penso que sim, pese embora a existência de alguns segmentos de turismo mais "radicais" em relação aos quais a questão da segurança não é decisiva.”
E3	- “Atualmente a vulnerabilidade no turismo é um facto incontornável. Cada vez mais, os turistas fazem uma análise mais criteriosa na escolha do destino (...)”.
E4	- “Não sei se será decisivo, mas considero que é muito importante.”
E5	- “Tem um peso significativo na escolha do destino turístico. Penso que os cidadãos na hora de ponderar têm em conta se o destino é seguro ou não.”
E6	- “Como referido na questão anterior, sim, a segurança é um fator importante na escolha do destino. Inquéritos relacionados com as preferências dos europeus no que ao turismo diz respeito (levados a cabo pela Comissão Europeia – <i>Eurobarometer</i> , 2016) revelaram que nos motivos para alterar planos de férias, estavam as ameaças terroristas, ataques recentes, instabilidade política ou social).”
E7	- “Diria que é determinante, sobretudo se tivermos em consideração as situações de instabilidade vividas em muitos destinos concorrentes no passado recente”.

E8	- “Sim, é decisivo. Mas não impede que certos destinos poderosos – por exemplo grandes capitais mundiais – mesmo existindo a ideia que são de risco, deixem de ser visitados. Mas na Europa, sobretudo para os destinos de «ferias e lazer» (sul/mediterrâneo) o fator segurança é prioritário.”
-----------	--

Fonte: Autor

Questão n.º 4.1 — “Na sua opinião, o referido vetor é importante para a consolidação e promoção da região Algarvia como destino de excelência?”. O objetivo desta pergunta visava perceber o quão importante é o vetor segurança para a consolidação e promoção de uma região, nomeadamente do Algarve, na opinião de testemunhas privilegiadas com importantes funções regionais na área do turismo e segurança, públicos e privados.

Neste sentido, e de acordo com as respostas observáveis na Tabela n.º 23 são globalmente uníssonas e apontam para isso mesmo, ou seja, a ideia de que a segurança no seu sentido holístico é da maior importância, para a consolidação e promoção turística sustentável da região, sendo mesmo, segundo E8, um vetor estrutural insubstituível.

Tabela 23 — Análise das respostas à questão n.º 4.1 da Entrevista tipo B

N.º	Ideias-chave da resposta
E2	- “Embora a minha opinião esteja longe de ser isenta, considero que a segurança é talvez, juntamente com a qualidade da oferta turística, o principal vetor para a consolidação e promoção da Região como destino de excelência.”
E3	- “Claramente. As estatísticas mostram isso mesmo. Conforme referi na resposta anterior, um dos fatores de primeira linha na escolha de um destino turístico é a segurança (...)”.
E4	- “Sim.”
E5	- “É muito importante e relevante. Atente-se aos recentes problemas ocorridos em países da bacia mediterrânica e que provocaram uma diminuição dos fluxos turísticos para esses destinos. A região Algarvia beneficiou dessa situação, tirando-se partido das condições de segurança existentes.”
E6	- “Sem dúvida. Aliás, relativamente ao Algarve, isso evidencia-se no facto de, conforme indica o estudo sobre o perfil do visitante desta região (2016), uma das motivações dos turistas que escolhem este destino ser a segurança, associando-lhe palavras como “seguro”, “tranquilo”, “calmo”.”
E7	- “As questões de segurança não se promovem, sentem-se. Ninguém escolhe um destino por este ser seguro, mas ninguém vai para um destino inseguro.”
E8	- “É da máxima importância, é um vetor estruturante insubstituível.”

Fonte: Autor

Questão n.º 5 — “Considerando a atual conjuntura internacional, acha que isso poderá vir a ter consequências para a região do Algarve, particularmente em

relação ao turismo e à segurança?’. O objetivo desta questão tem como intenção perceber se a segurança e o turismo regional poderão vir a sofrer consequências e/ou ajustamentos face à conjuntura internacional.

Nessa medida, observando a Tabela n.º 24, todos os Entrevistados são unânimes e referem os dividendos que a região tem vindo a usufruir e que pode continuar a ter, caso destinos concorrentes continuem a ser alvo de acontecimentos inesperados e graves, sejam eles de causas naturais ou humanas. Nessa mesma medida E2 e E5, salientam que o ressurgimento desses mercados devido ao melhoramento da questão securitária, imediatamente faz com que o fluxo de turistas diminua na região, como se tem vindo a verificar.

Tabela 24 — Análise das respostas à questão n.º 5 da Entrevista tipo B

N.º	Ideias-chave da resposta
E2	- “O conceito de "atual" nesta sociedade cada vez mais em aceleração é naturalmente muito subjetivo. Se "atual conjuntura internacional" englobar o aumento de risco que se verificou em alguns destinos "concorrentes" da região do Algarve, tem-se verificado que sim, com impactos muito positivos no aumento do número de turistas que procuram a Região.” - “Se "atual conjuntura internacional" significar a tendência para o "arrefecimento" da economia e dos mercados e para a diminuição do poder de compra dos cidadãos de muitos países desenvolvidos do mundo, então, das duas, uma: ou a Região se consegue afirmar no contexto da oferta turística nacional e internacional e o resultado será um... ou isso não acontece e o resultado será, necessariamente, outro.”
E3	- “Na última década, diversos acontecimentos, tais como, ataques terroristas, guerras, migrações, catástrofes naturais, crimes (pequena e grande criminalidade) e acidentes diversos, têm vindo a afetar a imagem dos destinos turísticos como, por exemplo, a Indonésia, a Turquia, a Grécia, a Itália, o Egipto, a Espanha, a França, a Bélgica e o Reino Unido, etc., levando os potenciais viajantes a procurarem com especial atenção informação pormenorizada sobre criminalidade, situação política e terrorismo em alguns destinos. É sabido, por outro lado, que quando se cria uma imagem negativa de um destino esta pode ser generalizada e prolongar-se por períodos de tempo indeterminado.”
E4	- “Sem dúvida.”
E5	- “Se Portugal continuar a ser um destino seguro, sem incidentes terroristas ou outros que coloquem em causa a ordem pública, a tranquilidade e o bem-estar, a região do Algarve poderá beneficiar dessas condições. Por outro lado, a diminuição de incidentes em regiões outrora afetadas, poderão ter provocado um menor fluxo (...).”
E6	- “O turismo é, por natureza, uma atividade sujeita a todo o tipo de influência conjuntural. A situação económica e financeira dos países emissores, a situação política e social nos países emissores e nos destinos concorrentes, as questões de segurança nacional e internacional, tudo influi no desempenho turístico do destino.”
E7	- “A instabilidade que afetou muitos destinos concorrentes, designadamente na bacia do mediterrâneo, quer no norte de África, quer no mediterrâneo oriental e Magrebe. Foram os principais responsáveis pelos bons resultados turísticos dos últimos anos.”
E8	- “Acho que sim. Um agravamento do quadro internacional provoca crispações nas relações entre países, com efeitos na opinião pública e na opção dos turistas. Assim como a instabilidade política e agitação social num destino turístico, país ou região, também geram rejeição. Veja-se as quebras de turismo em Barcelona e as quebras recentes nos fins de semana em Paris (coletes amarelos).”

Fonte: Autor

Questão n.º 6 — “Como olha para o posicionamento de Portugal no Global Peace Index do IEP, nos últimos anos, TOP 5 desde 2016, particularmente o 3º lugar de 2017 e o 4º de 2018?”. Esta questão visava escrutinar como são percecionados os excelentes resultados obtidos dos índices internacionais de referência, como é o caso do GPI/IEP, sendo considerado um dos destinos mais seguros e pacíficos do mundo (e.g. 5º lugar em 2016, 3º lugar em 2017 e 4º lugar em 2018).

Nesta medida, e de acordo com o exposto na Tabela n.º 25, de relevar a satisfação de todos os Entrevistados pelos registos, relevando E4 que tal se deve ao trabalho frutuoso das nossas Forças Policiais. Por outro lado, e não obstante a satisfação E7, demonstra alguma apreensão quanto ao futuro, e ao trabalho que deve continuar a ser feito e promovido, para que estes resultados se mantenham.

Tabela 25 — Análise das respostas à questão n.º 6 da Entrevista tipo B

N.º	Ideias-chave da resposta
E2	-“(…) com orgulho, enquanto português e com gratidão por, apesar de todas as nossas vulnerabilidades, continuarmos a ser um país onde se pode viver em paz, com tudo de bom que isso significa em termos sociais, económicos e políticos.”
E3	- “É com bastante agrado que vemos Portugal no “Top five” dos países mais seguros do mundo.” - “(…) temos a noção que a segurança é daquelas que mais se destaca pela procura de um destino turístico, o que constitui para nós Forças de Segurança um motivo de orgulho no papel que desenvolvemos diariamente na prossecução desse desígnio.”
E4	-“Olho com agrado e como fruto do trabalho das autoridades competentes, designadamente as forças policiais.”
E5	- “É reflexo dos níveis de segurança em função da avaliação da ameaça, medidas adotadas, e consequente sentimento sentido tanto pela população em geral como pelos turistas e residentes estrangeiros no Algarve.”
E6	- “É um posicionamento que favorece a imagem do país enquanto destino turístico e que se deve procurar manter e melhorar. A segurança é um dos aspetos positivos que Portugal oferece para quem o procura para férias ou para viver.”
E7	- “Naturalmente que com satisfação, sem, contudo, deixar de mostrar alguma preocupação relativamente ao futuro.”
E8	- “É positivo. É bom estar numa boa posição nos rankings, mas o que é importante na realidade é a «perceção» que as pessoas têm sobre se um destino é «seguro» ou não. Neste momento existe uma «perceção» favorável sobre a segurança do destino Portugal/Algarve. Importa trabalhar para a manter.”

Fonte: Autor

Questão n.º 7 — “Que papel e que relação, considera deve ter a segurança em *lato sensu*, junto da atividade turística a nível regional?”. O objetivo desta pretendia escrutinar junto dos entrevistados, qual a ligação e em que moldes a segurança deve ter junto da atividade turística regional. Pelos resultados observáveis na Tabela

n.º 26, 100% das respostas apontam para a ideia que estes dois setores de atividade devem operar de forma muito próxima e estreita, por forma a agilizar processos e comportamentos, apontando para um esforço de permanente cooperação, coordenação e colaboração entre todas as entidades e agentes públicos e privados envolvidos, criando assim um ambiente favorável e propício ao desenvolvimento da atividade turística e estabelecimento de plataformas comuns de trabalho.

De salientar a referência de E4, de que a segurança não deve ser vista isoladamente de outros setores de atividade que também concorrem e devem ter responsabilidades nesta área, assim como a de E8 que salienta o papel prioritário, permanente, mas discreto que advoga para a segurança junto da atividade turística.

Tabela 26 — Análise das respostas à questão n.º 7 da Entrevista tipo B

N.º	Ideias-chave da resposta
E2	- “(...) a atividade turística está fortemente dependente de uma conjuntura favorável em termos de segurança e sentimento de segurança.” - “Em termos gerais, temos uma segurança "reativa" em relação aos problemas, sendo a falta de efetivos um dos vários obstáculos a um tipo de postura mais proativa.” - “Os princípios do policiamento de proximidade implicam uma relação estreita com todos os agentes sociais e, a este nível, os agentes turísticos, nomeadamente através das suas associações, deverão ser parceiros incontornáveis na "produção" de segurança.”
E3	- “Tem de haver uma relação muito próxima e de muita confiança (...)”. - “(...) Se isto acontecer as medidas passivas de segurança física que podem ser implementadas terão maior acolhimento, por exemplo.”
E4	- “A resposta a esta questão não difere muito das anteriores, considero que a segurança deverá ter um papel e uma relação importante junto da atividade turística, mas não poderá ser vista isoladamente.”
E5	- “Se todos os intervenientes, tanto a nível das instituições públicas como privadas, continuarem a conjugar esforços, quer a nível da segurança como da promoção, poderão continuar a ser criadas condições favoráveis para um desenvolvimento e incremento da atividade turística.”
E6	- “A segurança é uma questão importante da oferta turística e incide sobre vários domínios da perceção do turista face ao destino. Há a considerar aspetos relacionados com a segurança pública, mas também de segurança ambiental, com a segurança na saúde, na informação, nos transportes, nos eventos acidentais como incêndios ou outros desastres naturais ou nas ameaças terroristas.”
E7	- “Um papel estratégico e prioritário na condução das políticas de segurança e, muito principalmente, de colaboração e cooperação conjunta entre as forças policiais e as empresas hoteleiras e turísticas.”
E8	- “Deve ter um papel prioritário, permanente e discreto.”

Fonte: Autor

Questão n.º 8 — “Considera que o turista que nos visita, perceciona a região do Algarve como um destino seguro?”. O objetivo desta pergunta entronca na QD n.º 2 que concorre para a resposta à QC deste trabalho, e conforme os resultados patentes na Tabela n.º 27, apontam para a ideia uníssona de que efetivamente a região algarvia é percecionada por quem a visita, como sendo um destino seguro, percepção aliás consolidada e corroborada tal como refere E6, com a promoção recente em 2016 e apresentado em abril de 2017 de um estudo acerca do perfil do turista que visita o Algarve, dinamizado pela Universidade do Algarve e requerido pela Região de Turismo, e em que se chegou a essa mesma conclusão.

Tabela 27 — Análise das respostas à questão n.º 8 da Entrevista tipo B

N.º	Ideias-chave da resposta
E2	-“(…) em termos gerais, se os turistas que visitam a região não percecionassem este destino como um destino seguro, não o escolheriam... inclusivamente em contextos que, muitas vezes, envolvem os próprios agregados familiares, grande parte das vezes com crianças, ou a procura de ambientes de diversão noturna, em que a segurança é também fundamental.”
E3	- “Sim, considero. Se tivermos em linha de conta o clima de segurança a nível internacional, a nossa imagem junto dos operadores internacionais e putativos turistas a configuração geográfica, artística cultural e antropológica, bem como toda uma variedade de fatores, que marcam a nossa atratividade (...)”.
E4	- “Sim.”
E5	- “Sem dúvida. A esmagadora maioria atende às condições de segurança no destino. O facto de haver um fluxo turístico significativo reflete essa percepção por parte dos turistas.”
E6	- “Sim. Os estudos que se têm realizado sobre o perfil e a satisfação dos turistas que nos visitam, indicam que percecionam o Algarve como um destino seguro.”
E7	- “Estou certo que isso acontece, apesar de, como é sabido, subsistirem bolsas de insegurança associadas, sobretudo, aos estabelecimentos de animação noturna muito preocupantes e que ainda não foi possível esbater no contexto regional.”
E8	- “Considero que sim. Mas não podemos estar descansados.” - “Devemos ter a consciência que esse quadro se pode alterar em consequência de um qualquer episódio pontual. Hoje não existe em nenhuma parte do mundo «segurança absoluta». Vivemos numa época de «insegurança global». Regiões e países, têm de ter consciência disso.”

Fonte: Autor

Questão n.º 9 — “Acha que as estruturas e entidades público/privadas associadas ao setor do turismo consideram a segurança como um vetor decisivo e distintivo, para a consolidação da imagem da região Algarvia como destino de excelência?”. O objetivo desta pergunta, conflui na QD n.º 3 do presente trabalho, tendo ao que é possível observar pela Tabela n.º 28, de um modo geral todos são unânimes

em admitir que essa preocupação e assunção por parte dos vários atores existe, contudo salienta-se o salientado por E2 e E8, que não obstante o referido, alertam que na prática há muito trabalho a fazer no campo da mobilização e intervenção mais forte e regular numa perspetiva de cooperação e colaboração de todos os intervenientes por forma a superar e mitigar as dificuldades que muitas vezes quem trabalha a segurança sente todos os dias no terreno, e que ao fim ao cabo, amiúde não espelha a imagem de excelência associada ao destino e para a qual estes concorrem, como anteriormente já apontado, de uma forma muito importante e determinante.

Tabela 28 — Análise das respostas à questão n.º 9 da Entrevista tipo B

N.º	Ideias-chave da resposta
E2	- “Em termos gerais, do ponto de vista dos princípios e da teoria, sim. Em termos concretos e do ponto de vista da contribuição prática para que as forças e serviços de segurança tenham meios e condições de prestação de serviço também eles de excelência, que possam ajudar também a projetar essa mesma imagem associada ao destino turístico... não!” - “Para isso bastará pensar em certos locais de atendimento das FFSS e em algumas viaturas policiais que se encontram ao serviço em toda a Região e nos casos muito pontuais em que autarquias, associações ligadas à hotelaria ou operadores turísticos colaboram na superação dessas dificuldades.”
E3	- “Sim, tem havido essa preocupação (...)”.
E4	- “(...) estou convencido que as entidades referidas consideram a segurança como uma mais valia para a afirmação do turismo na região Algarvia.”
E5	- “Um dos fatores utilizados para a promoção de destinos turísticos pode passar por isso mesmo. Mas para além disso, a segurança implica um investimento de monta que muitas vezes algumas entidades não valorizam. A política para o sector não pode basear-se numa economia de custos, na perspetiva de que os incidentes só acontecem noutros países. Há que manter os níveis de alerta e reforçar as condições de segurança.”
E6	- “Sim. Essa é uma consciência que se encontra também plasmada na estratégia que foi definida para a região (Plano de Marketing Estratégico para o Turismo do Algarve) que posiciona este destino turístico como uma “Região hospitaleira e tranquila (...), assente num clima de segurança”. - “Este plano é também resultado dos contributos dos vários intervenientes no setor do turismo algarvio e a questão da segurança surge, em todos os produtos estratégicos considerados para esta região como um fator chave de sucesso e até como elemento diferenciador do destino.”
E7	- “Se é que existe consenso sobre alguma matéria em termos regionais, essa é certamente uma delas.”
E8	- “Teoricamente acho que sim. Na prática temo que nem todos têm consciência prática disso.” - “Há muito trabalho a fazer de sensibilização e de mobilização para uma atuação mais forte e regular - de todos - com as entidades de segurança.”

Fonte: Autor

Questão n.º 10 — “Na sua opinião, considera que a segurança ou falta dela, tem uma relação direta de causa/efeito na movimentação e variação do fluxo turístico a nível global?”. O objetivo desta questão visava auxiliar na resposta à QD n.º 4, e pelos dados observáveis na Tabela n.º 29, a tendência aponta para uma concordância

generalizada com a relação de nexos causal existente entre contextos geográficos onde ocorrem fenómenos criminais, instabilidades político sociais, fenómenos terroristas, etc., e a consequente alteração dos fluxos de massas desses ou para esses locais. De relevar a referência feita por E8 a situações em que, não obstante o referido, certos atores detêm capacidades e meios para alterar e/ou influenciar a perceção e a “imagem” associada a determinado destino, independentemente dos factos concretos em curso nessa região, sejam eles positivos ou negativos.

Tabela 29 — Análise das respostas à questão n.º 10 da Entrevista tipo B

N.º	Ideias-chave da resposta
E2	- “(...) naturalmente que sim, tendo-se verificado efetivamente que a Região beneficiou com a diminuição da segurança em alguns destinos tradicionalmente concorrentes e o desvio desses fluxos turísticos para o nosso país.”
E3	- “Considero que existe uma relação direta(...)”.
E4	- “Sim, estou, pelo menos, convencido de que a falta de segurança, por exemplo em zonas de conflito, afasta fluxos turísticos.”
E5	- “A segurança deverá ser adequada e ajustada às necessidades, devendo existir uma avaliação constante e contínua, quer a nível sectorial quer a nível global. Uma forte visibilidade e disposição de meios desproporcionados, poderá provocar um impacto negativo, quando não justificado. Terá de haver um correto, justo e adequado dispositivo a todos os níveis. A falta de segurança só se fará notar, ou será mais notada, face à existência de incidentes. É necessário um trabalho prévio a nível da prevenção e avaliação.”
E6	- “Quando existe, nos turistas, a perceção de que o risco pode afetar a sua viagem, aumenta a probabilidade de estes alterarem os seus planos, adiando a sua viagem ou alterando escolhas nomeadamente quanto ao destino a visitar. Os dados disponíveis quanto a fluxos internacionais indicam que a procura de certos destinos decresce na medida em que a perceção de risco associado aos mesmos aumenta.”
E7	- “Sem segurança não há fluxos turísticos. Os exemplos sobre esta matéria constituem uma prova evidente desta realidade.” - “Que sem segurança não há turismo”
E8	- “Tem certamente, de imediato, um efeito positivo ou negativo.” - “Mas atenção, hoje alguns dos grandes interesses que se agregam em torno do Turismo, possuem meios e usam instrumentos que permitem influenciar favoravelmente, em pouco tempo, a opinião pública sobre a «imagem» de um destino.... Estou a falar de certos Operadores, Companhias Áreas e interesses imobiliários e... governos desses destinos.”

Fonte: Autor

Questão n.º 10.1 — “Considera que as situações ocorridas no passado recente na bacia mediterrânica (e.g. Egito, Turquia, Tunísia, Grécia), bem como, em território europeu (e.g. Berlim, Londres, Estocolmo, Paris, Nice, Barcelona), têm tido influência no desempenho dos últimos anos do setor turístico no Algarve?”. O objetivo desta questão concorre também para a resposta à QD n.º 4 e os dados representados na Tabela n.º 30, reforçam bem a ideia de que nenhum dos entrevistados tem dúvidas de que as ocorrências menos positivas em destinos maioritariamente

concorrentes da região Algarvia, tiveram grande influência naquilo que foi o desempenho no setor nas janelas de tempo em que os primeiros se viram afetados por estes fenómenos, salientando-se a nota de E8 que não obstante, deixa entrever que o crescimento do setor também se deveu a uma melhoria consistente, sustentada e sólida do desempenho de todas as estruturas e atores envolvidos, ou seja, que apesar do benefício evidente, não foi exclusivamente devido a estes fenómenos que a melhoria do setor nos últimos anos se deveu.

Tabela 30 — Análise das respostas à questão n.º 10.1 da Entrevista tipo B

N.º	Ideias-chave da resposta
E2	- “(...) parece evidente que sim, principalmente no que respeita aos destinos do mediterrâneo.”
E3	- “Claramente, os dados comprovam isso mesmo. O Algarve passou a ser um destino mais procurado precisamente porque é uma região competitiva ao nível dos serviços e teve como fator alavanca a Segurança do destino.”
E4	- “Sim poderá ter tido alguma influência.”
E5	- “Portugal, nomeadamente o Algarve, beneficiaram sobretudo com os incidentes ocorridos em países da bacia mediterrânica e em algumas cidades da Europa. Penso ter existido um aproveitamento muito positivo dessas condições negativas em favor das existentes em Portugal, nomeadamente em zonas turísticas por excelência como é a região do Algarve. Contudo, ultimamente nota-se uma recuperação nessas zonas, com a estabilização e diminuição de incidentes (...)”.
E6	- “É natural que se estabeleça essa relação. O fator insegurança em destinos concorrentes da bacia do Mediterrâneo, conjugado com a disponibilidade e qualidade da oferta do nosso país favoreceu a procura de Portugal e Algarve também beneficiou com essa tendência de alteração de fluxos internacionais.”
E7	- “Ninguém tem dúvidas que foram essas as principais razões que justificam o crescimento que se verificou no turismo do Algarve nos últimos anos.”
E8	- “É evidente que o Algarve (e Portugal) beneficiaram num primeiro momento dessa situação.” - “Mas é também um facto que esses destinos estão a recuperar (como se por milagre tivessem passado a ser seguros...) e que os nossos crescimentos, em 2018, já não foram como nos anos anteriores.”

Fonte: Autor

Questão n.º 11 — “Considera que a Região está preparada para fazer face a um atentado como o ocorrido a 11 de dezembro de 2018 no mercado de Natal em Estrasburgo?”. O objetivo desta questão visava vislumbrar a opinião dos entrevistados sobre a sua perceção sobre a preparação das estruturas regionais para um eventual fenómeno terrorista como o ocorrido em Estrasburgo. Ora, as respostas à questão, atendendo à Tabela n.º 31, permitiram na generalidade, retirar a ilação de que estas situações caracterizam-se quase sempre por um grande grau de imprevisibilidade, pelo que nunca ninguém está totalmente preparado. Não obstante, é feita referência por

alguns entrevistados á existência de processos e mecanismos de coordenação institucionais que têm vindo a ser testados e aprimorados, com vista a em caso de uma ocorrência deste género estarmos cada vez melhor e mais preparados, e nisso todos são unânimes em apontar a prevenção, cooperação e coordenação entre entidades e demais atores envolvidos, como a única forma de estruturada e sustentadamente estarmos mais preparados e resilientes no futuro para evitar ou na sua impossibilidade responder cabalmente a este tipo de fenómenos mitigando os seus efeitos e garantido o restabelecimento e continuidade das atividades económicas em particular a turística, o chamado *business continuity plannig*, na gíria empresarial.

Tabela 31 — Análise das respostas à questão n.º 11 da Entrevista tipo B

N.º	Ideias-chave da resposta
E2	- “(...) nenhuma região está nunca preparada para atos terroristas individuais, muitas vezes cometidos por autores já com antecedentes criminais de delinquência comum e/ou transtornos psicológicos.” - “A imprevisibilidade e a existência de meios e oportunidades diversas para cometer atos dessa natureza são de tal forma grandes, que nunca ninguém poderá estar nunca completamente prevenido ou preparado.” - “Já no que respeita ao terrorismo “organizado”, o trabalho de informações das diversas agências antiterroristas dos vários países da comunidade internacional empenhados no combate, principalmente ao terrorismo islâmico, tem sido muito eficaz e a Região também tem beneficiado dessa mesma cooperação.”
E3	- “Existem mecanismos de coordenação e resposta institucionais que têm vindo a ser testados pelas Forças de Segurança e demais serviços de proteção civil, além de outras entidades que também participam ativamente na proteção e socorro.” - “Se estamos preparados, diria que sim. Se daremos uma resposta cabal, ninguém se poderá pronunciar nesse sentido de forma segura.”
E4	- “Dada a imprevisibilidade desse tipo acontecimentos, a vários níveis, não sei se algum país ou região estarão completamente preparados para lhes fazer face, mas estou convencido que a região possui mecanismos de resposta a situações de catástrofe.”
E5	- “Pese embora os esforços que estão a ser feitos por todas as entidades, é sempre imprevisível a sua ocorrência e os efeitos que possam provocar. Mesmo que preparada para um incidente desse tipo, a publicidade negativa que rapidamente se difunde a nível global, poderá ter um forte impacto negativo na região. Nota-se um esforço em criar dificuldades e condições adversas para evitar incidentes desse tipo.”
E6	- “Neste tipo de ocorrências há sempre um elevado grau de imprevisibilidade e não há locais imunes a ameaças terroristas. Sabemos que as autoridades têm colocado em ação planos de prevenção e reforço da sua atuação em momentos de maior concentração populacional (no verão, em épocas de festas de fim de ano, por ex.) Foi também divulgada a criação de uma comissão de peritos para a elaboração de um plano de contingência para catástrofes naturais e atentados terroristas. De acordo com os relatórios de segurança interna, a ameaça terrorista em Portugal é classificada como moderada, no entanto consideramos que não se deve descuidar a prevenção e esperamos que o anunciado plano de contingência possa ajudar na desejada preparação do Algarve para enfrentar situações desta natureza.”
E7	- “Honestamente, penso que não. É preciso distinguirmos entre atentados terroristas e criminalidade associada ao furto, desacatos e consumos de estupefacientes.”
E8	- “Ninguém está preparado para uma situação dessas por muito bom trabalho que se tenha feito.” - “O que é preciso é termos uma política permanente de segurança, estruturada de forma adequada, com os meios necessários, para poder enfrentar tais situações, que podem acontecer.”

Fonte: Autor

Questão n.º 12 — “Acha que se devia apostar mais na utilização de mecanismos de videovigilância e novas tecnologias pelas FFSS, em locais públicos e turísticos?”. O objetivo desta pergunta pretendia averiguar da abertura e concordância pelos entrevistados a uma mais efetiva e abrangente utilização deste tipo de mecanismos por parte das FSS, visto que vários são os Municípios pelo País que vão a passos cada vez menos “tímidos” investindo e criando e/ou ampliando sistemas deste género em áreas específicas das suas Edilidades (e.g. Lisboa, Amadora, Portimão, Albufeira, Olhão e Faro, etc.). Pelos dados representados na Tabela n.º 32, vislumbra-se a ideia fundamental e uníssona, de que são instrumentos muito importantes e dissuasores de práticas ilícitas, que desde que devidamente enquadrados e supervisionados, sendo certamente uma enorme mais valia, para fazer face a diversos fenómenos primeiro numa perspetiva preventiva e mesmo após a ocorrência, numa perspetiva de qualidade da resposta e mitigação dos efeitos, além das vantagens inerentes à possibilidade de recurso a estes meios como eventual meio de prova em sede judicial ou outra. Apesar de salientarem os custos elevados da expansão deste tipo de meios, todos os entrevistados direta ou indiretamente, apontam como sendo o caminho no futuro, com carácter supletivo à atuação das FSS.

Tabela 32 — Análise das respostas à questão n.º 12 da Entrevista tipo B

N.º	Ideias-chave da resposta
E2	- “Já acontece em todo mundo, embora a velocidades e aprofundamentos diferentes, e nós devemos ser dos poucos países onde as limitações às FFSS para a videovigilância na via pública, parecem ser maiores para estas do que para os particulares.” - “Por vezes parece que estamos presos apenas a questões de terminologia. Se as “câmaras de vigilância” levantam tantas questões de natureza garantística, coloquem-se as mesmas câmaras, mas chamem-se-lhes “câmaras de proteção”... pode ser que os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos passem então a estar efetivamente mais protegidos.”
E3	- “Não sou contra a utilização de sistemas de videovigilância em locais públicos de grande afluência de pessoas e/ou turísticos bem como a utilização de sistemas de barreiras físicas em zonas pedonais.”
E4	- “Sim.”
E5	- “Os mecanismos de videovigilância e as novas tecnologias são instrumentos fundamentais para um efetivo controle, quer a nível de ordem pública quer de eventuais ações de cariz terrorista. A aposta nesse incremento passa naturalmente por um investimento nesses meios e sobretudo pela sua submissão e consequente autorização na sua implantação por parte da entidade competente de regulação. No Algarve está a ser feito um esforço nesse sentido, pese embora os inerentes custos.”
E6	- “Há que equacionar as vantagens do uso de mecanismos de videovigilância (efeito dissuasor para os criminosos, aumento da perceção de segurança por parte das pessoas, facilitação da investigação criminal) e as desvantagens que podem apresentar (deslocação do crime para outras zonas não vigiadas, menor dispositivo de forças de segurança – meios humanos nos locais vigiados mecanicamente, aspetos relacionados com a

	privacidade das pessoas). Assim, dependendo dos locais e de algum histórico, deverá ser analisada essa utilização numa perspetiva de custo-benefício para a segurança dos mesmos.”
E7	- “Não vejo outra hipótese, enquanto medida de dissuasão e fiscalização da criminalidade na via pública.”
E8	- “Penso que - no quadro insubstituível de uma estratégia de segurança adequada - se deve apostar o máximo nos meios que as novas tecnologias põem à nossa disposição, para impedir e combater as ações criminosas que põem em causa vidas humanas e ferem a imagem do Turismo. Nos locais públicos e turísticos.”

Fonte: Autor

Questão n.º 13 — “O que considera que pode e/ou deve ser feito por todos os envolvidos, a fim de evitar fenómenos de desordem pública grupal, como o ocorrido a 25 de junho de 2017 em Albufeira, e que agrava o sentimento de insegurança, e acarreta necessários danos para a imagem e credibilidade do destino?”.

O objetivo desta questão visava descortinar a opinião dos entrevistados para evitar situações como a descrita, típica em locais bastante pressionados pelas atividades turísticas mais jovem, concorrendo para a resposta à QD n.º 3.

Verifica-se pelos dados plasmados na Tabela n.º 33 uma grande dispersão nas respostas, sendo apontadas algumas das possíveis soluções para obviar este tipo de fenómeno e/ou mitigar os seus efeitos. Com efeito, uma mais efetiva regulamentação e fiscalização pelas autoridades locais e camarárias ao nível da tipologia, horários e ruído, uma aposta clara no policiamento de proximidade e de visibilidade nas zonas de maior afluência e concentração de pessoas, a elaboração de planos de atuação preventivos que prevejam estas situações, um maior rigor na seleção e controlo pelos promotores junto dos países de origem procurando descortinar grupos de risco entre outras, sendo unânimes de que nesta área, há muita margem para melhorar.

Tabela 33 — Análise das respostas à questão n.º 13 da Entrevista tipo B

N.º	Ideias-chave da resposta
E2	- “O Algarve enquanto Região, as estruturas regionais, os municípios e as diversas associações e operadores turísticos envolvidos, deveriam há muito tempo ter definido através de opções estratégicas claras, que tipo de turismo se pretende e não permitir que este destino turístico continue a ser "promovido" e divulgado como sendo de "sonho" para despedidas de solteiros, bebedeiras e outros excessos noturnos.” - “Enquanto isso não acontecer, naturalmente que se continuarão a agravar os danos na imagem e credibilidade do Algarve enquanto destino turístico.”
E3	Não respondeu
E4	- “Apostar no turismo de qualidade e aumentar a fiscalização e patrulhamento nas zonas consideradas de maior risco.”

E5	- “A nível dos promotores, deve existir uma maior seleção e controle junto dos países de origem (...)” - “Igualmente os horários de animação noturna poderão ser mais condicionados e controlados assim como um incremento da fiscalização e do policiamento, nomeadamente através de uma ainda maior visibilidade e proximidade, sobretudo em épocas e zonas de maior concentração.” - “Todos os incidentes que ponham em causa a ordem pública provocam um impacto negativo com a rápida e ampla divulgação, não só na população local como igualmente nos países de origem.”
E6	- “Será indispensável uma análise criteriosa das causas deste tipo de fenómeno, o envolvimento e participação ativa nesse diagnóstico por parte de todas as entidades públicas e privadas com responsabilidade no território, no negócio turístico e na segurança pública, de modo a encontrar as mais adequadas formas de prevenção de novos episódios de desordem pública, numa atuação concertada e complementar de todas as entidades responsáveis.”
E7	- “Introdução de sistemas de vídeo vigilância em lugares públicos, mas também a aprovação de legislação sobre comportamentos e posturas de residentes e visitantes, horários de funcionamento dos estabelecimentos de animação noturna, ocupação da via pública por atividade ilegais e outras não autorizadas, fiscalização da lei do ruído e do som, controlo e fiscalização da segurança privada, fiscalização e controlo das disposições legais, como legalização de trabalhadores estrangeiros, cumprimento dos procedimentos económicos e fiscais, etc. etc.”
E8	- “Para as zonas consideradas de «risco» como essa de Albufeira, devem existir Planos preventivos, envolvendo também os empresários, associados a medidas dissuasoras, nas zonas consideradas de risco. Não basta «chamar» as autoridades no momento em que surgem as situações.”

Fonte: Autor

Questão n.º 14 — “Considera que o levantamento de modelos preditivos baseados em soluções tecnológicas direcionadas para a realidade da região do Algarve e que permita antecipar cenários na área da segurança, além da aposta nas novas tecnologias em prol da segurança deve ser o caminho a seguir pelos vários atores que intervêm nestas matérias?”. As respostas obtidas á questão n.º 14, melhor sumarizadas na Tabela n.º 34, apresentaram, unanimemente, a ideia que é fundamental o desenvolvimento e aplicação mais efetiva e abrangente possível, de modelos preditivos baseados em soluções tecnológicas, especificamente para a realidade do Algarve. De relevar o referido por E5, quando salienta que a utilização e implementação de novas tecnologias pelos privados, é vista muitas vezes como uma despesa e não como um investimento e daí, muitas vezes não ser visível no terreno aquilo que seria possível e desejável. A salientar as ideias de prevenção criminal, investigação, ação forte e permanente e de sensibilização da opinião pública, que os vários entrevistados salientam como devendo ser as linhas orientadoras da ação e conduta dos intervenientes nestas matérias.

Tabela 34 — Análise das respostas à questão n.º 14 da Entrevista tipo B

N.º	Ideias-chave da resposta
E2	- “Naturalmente que sim. E, como é evidente, considerando os elevados custos associados a este tipo de investimentos e os constrangimentos públicos existentes em termos de Orçamento de Estado, esta seria (ou poderá ser) uma área em que as estruturas e entidades privadas associadas ao setor do turismo teriam uma

	ótima oportunidade de demonstrar que consideram a segurança como um vetor decisivo e distintivo para a consolidação do Algarve como destino de excelência e contribuir eficazmente para uma segurança mais efetiva e de maior qualidade na Região.”
E3	- “Esses modelos já estão presentes nos nossos planeamentos, de certa forma. Quanto às novas tecnologias elas serão sempre bem-vindas. Considerando os tempos e a era tecnológica que vivemos, as FS não poderão ficar para trás no seu desenvolvimento e adaptação aos tempos modernos, tendo em conta a missão que desempenham e que se baseia muito na prevenção criminal.”
E4	- “Também.”
E5	- “É importante esse levantamento a par de, e conjugado, com modelos que tenham em conta a promoção e divulgação de um leque alargado de ofertas e propostas turísticas. A utilização de novas tecnologias deverá igualmente ser um caminho a seguir, pese embora, sobretudo a nível dos privados, exista sempre uma certa resistência na sua implementação com o argumento dos custos de investimento.”
E6	- “A prevenção é, sem dúvida, o caminho para garantir uma maior segurança do destino. Nesse sentido, a antecipação dos problemas que possam ocorrer e o recurso a todos os meios tecnológicos disponíveis para a sua equação e tratamento é da maior importância.”
E7	- “A prevenção e investigação são, reconhecidamente, os meios mais eficazes no combate às diversas formas de criminalidade, sejam elas de cariz terrorista ou de outra natureza.”
E8	- “Considero que se devem utilizar os modelos e as novas tecnologias à disposição, mas tudo no quadro de uma estratégia prévia bem definida, forte e permanente. Acompanhada de uma sensibilização responsável - e discreta - da opinião pública.”

Fonte: Autor

Questão n.º 15 — “No futuro considera que há margem para melhorar no âmbito da relação turismo/segurança na região Algarvia, nomeadamente no âmbito da partilha de responsabilidades entre as diversas organizações, entidades públicas e privadas, favorecendo uma efetiva cultura prospetiva e preditiva de segurança?”. Os dados representados na Tabela n.º 35 deixam bem presente aquilo que é uma sempre presente perceção empírica em muitas áreas de atividade, nomeadamente que é sempre possível fazer mais e melhor, mas que aqui ganha renovado sentido, reiterada e reforçada com propriedade pelos vários entrevistados, de que muito tem sido feito, mas que muito há certamente a fazer e a melhorar. E2 salienta por exemplo a nova geração de Contratos Locais de Segurança celebrados entre o Ministério da Administração Interna e todos os Municípios do distrito de Faro assinado em finais de 2016, mas que poderia ainda evoluir para algo específico e direcionado para o setor turístico.

A salientar, algumas das ideias a desenvolver e consolidar, evidenciadas pelos entrevistados, como partilha de responsabilidades e de informação, articulação, diálogo, partilha de ideias e sugestões, cooperação e cultura de segurança.

Tabela 35 — Análise das respostas à questão n.º 15 da Entrevista tipo B

N.º	Ideias-chave da resposta
E2	- “Como em tudo na vida, há sempre margem para melhorar...Na sequência dos Contratos Locais de Segurança existentes na Região com todos os municípios do Algarve (já na segunda geração) e considerando o peso da segurança no desenvolvimento da atividade turística e o peso da atividade turística na atividade das Forças de Segurança na região, justificar-se-ia a existência de um "Contrato de Segurança" específico para esta área, envolvendo as diversas organizações e entidades públicas e privadas ligadas ao setor e as FFSS da região e funcionando com a mesma filosofia e princípios dos CLS.” - “No mesmo sentido, a existência de um programa especial para a área do turismo (não apenas durante o verão), poderia trazer muito bons resultados na satisfação das necessidades, expectativas e anseios dos operadores turísticos, Forças de Segurança, turistas nacionais e estrangeiros que nos visitam e população em geral e contribuir efetivamente para uma Região de excelência e projeção dessa mesma imagem em termos de Turismo e Segurança.”
E3	- “Considero que há muita margem para progressos e muito a fazer em conjunto nesse sentido.”
E4	- “Há sempre margem para melhorar, mas estou convencido que têm sido dados passos importantes em termos de articulação e partilha de responsabilidades e da informação entre várias entidades.”
E5	- “Há sempre margem para melhorar tendo de existir vontade e conjugação de esforços por parte de todos os envolvidos e intervenientes. O diálogo e a partilha de ideias e sugestões, envolvendo todos os intervenientes, são fundamentais. É necessário promover e sensibilizar todos os atores para a necessidade de existir uma cultura de segurança.”
E6	- “Na relação turismo/segurança, já têm vindo a desenvolver-se, nos últimos anos, no Algarve, diversas ações de cooperação entre entidades com distintas responsabilidades. Tanto ao nível da discussão dos problemas e partilha de conhecimentos através da realização de encontros temáticos, como da produção e difusão de informação específica para turistas e residentes. Isso deverá naturalmente continuar a acontecer porque é indubitavelmente necessário reforçar essa cultura prospetiva de segurança em que cada interveniente tenha a perfeita consciência do seu papel e do seu contributo para a desejada segurança.”
E7	- “Penso, aliás, que não existe outra forma de garantir eficácia e sucesso a uma verdadeira política de segurança.”
E8	-“Tendo em conta os elevados interesses económicos do Turismo para o Algarve e para o País, as estruturas de segurança no Algarve devem possuir os meios humanos e técnicos necessários à execução das missões desde logo de prevenção e dissuasão, e de combate às ameaças ou aos atos violentos que possam surgir.”

Fonte: Autor

3.2. Discussão dos resultados

Feita a análise qualitativa de conteúdo dos resultados das entrevistas, ir-se-á de seguida proceder à sua interpretação, fazendo caso se entenda necessário e pertinente a ponte ao trabalho desenvolvido na revisão da literatura, confirmando ou refutando-se a veracidade das hipóteses.

A Elaboração de hipóteses de investigação (HI), auxilia a conduzir de forma mais ordeira e rigorosa uma investigação (Quivy & Campenhoudt, 1998), sendo estas não mais que proposições conjecturais ou suposições que constituem respostas temporárias e provisórias às QI (Sarmiento, 2013).

Assim, verifica-se que a **HI₁ — “Os vetores atualmente mais importantes na escolha do destino turístico Algarve são a política de preços (“good value for money”), caraterísticas do destino em si, segurança e saúde”** — representa uma premissa parcialmente válida ao longo de todo o trabalho. A generalidade dos entrevistados regionais e do entrevistado nível nacional, de entre a panóplia bastante diversificada e abrangente de vetores apontados (e.g. qualidade ambiental, imagem de equidade social na sociedade do destino, perceção da existência de redes de emergência e de segurança pública eficazes, segurança rodoviária, qualidade das infraestruturas, redes de transportes, acessibilidades, cuidados de saúde, qualidade da oferta, clima, receptividade local face ao turista, fluência de várias línguas, boas acessibilidades aéreas, atratividade do destino), faz referência aos vetores da premissa, sendo de relevar a referência transversal de modo direto ou indireto, de todos os entrevistados, ao **vetor segurança como sendo um dos vetores mais importantes e relevantes, aquando da escolha do destino turístico Algarve pelo turista que nos visita**, o que por si só, já nos deixa entrever o provável sentido de resposta à QC do nosso estudo.

Quanto à premissa representada pela **HI₂ — “O Turista que visita atualmente o Algarve considera que este é um destino bastante seguro”** — a mesma verifica-se quer pela revisão da literatura quer pelas entrevistas, sendo por isso válida, tendo-se constatado transversalmente a todos os entrevistados a ideia fundamental e uníssona de que efetivamente a região algarvia é percecionada por quem a visita,

como sendo um destino seguro, percepção aliás consolidada e corroborada, com a promoção recente em 2016 e apresentado em abril de 2017 de um estudo acerca do perfil do turista que visita o Algarve, dinamizado pela Universidade do Algarve e requerido pela Região de Turismo, e em que se chegou a essa mesma conclusão.

De relevar neste âmbito o contributo do entrevistado nível nacional, que dá renovada sustentação e solidez ao referido anteriormente particularmente para a região do Algarve, nomeadamente de que a segurança/ambiente seguro é um requisito “(...) apriorístico na escolha de Portugal como destino (...)”. Salienta ainda a ideia de o ambiente de segurança no nosso país é real e percecionado quer pelos residentes quer por todos quantos nos visitam, sendo na globalidade um ambiente estável, sem incidentes de relevo, o que contribui para a consequente percepção de um País seguro.

Relativamente à **HI₃ — “Para os principais “Stakeholders” público/privados do setor turístico no Algarve, a Segurança é um dos vetores decisivos para a consolidação do destino e da marca Algarve”** — verifica-se que a mesma é validada, consequência da análise documental e das entrevistas realizadas durante o presente estudo.

O entrevistado nível nacional destaca o interesse de todos os setores quantos os que intervêm junto da atividade turística: “(...) manter Portugal com uma imagem internacional de país seguro é vital (...)”, assegurando que não ocorrem disrupções nos serviços prestados e que podem criar sérios prejuízos e danos em termos objetivos e de imagem e confiança no setor.

Destaca ainda no seu entender que tem havido de um modo geral a percepção por parte das Entidades e organismos oficiais, agentes económicos, operadores turísticos e cidadãos em geral, da importância que o vetor segurança tem e terá para a “(...) a manutenção do atual padrão de vida em sociedade.”, evidenciando que inclusive durante o período troika, a área da segurança mereceu especial atenção por parte dos poderes públicos por forma a não acrescentar à crise económica, financeira e social de então uma crise de segurança.

De um modo geral todos os restantes entrevistados são unânimes em admitir que essa preocupação e assunção por parte dos vários atores regionais existe, contudo alguns entrevistados nível regional deram nota de alguma reserva, que não obstante o referido, alertam que na prática há muito trabalho a fazer no campo da mobilização e intervenção mais forte, efetiva e regular, numa perspetiva de cooperação e colaboração de todos os intervenientes, por forma a superar e mitigar as dificuldades que muitas vezes quem trabalha a segurança sente todos os dias no terreno, e que ao fim ao cabo, amiúde não espelha a imagem de excelência associada ao destino.

Por sua vez, a **HI₄ — “Existe uma relação efetiva entre os fenómenos ilícitos, criminais e desestabilizadores da vida em sociedade em geral e a variação do fluxo turístico, nem sempre proporcional”** — verifica-se e é validada pela revisão da literatura e pelas entrevistas realizadas quer de nível nacional quer regional.

O entrevistado de nível nacional, releva o exemplo das situações ocorridas em alguns países a sul da bacia mediterrânica (e.g. Turquia, Egipto, Tunísia), que pela sua proximidade a áreas de conflito, além de algumas situações extremas associadas ao fenómeno terrorista, viram os habituais fluxos turísticos que para aí se direccionavam, terem quebras bastantes significativas, tendo estes se redireccionado para destinos estendidos como mais seguros, entre os quais Portugal, que objetivamente não deixou de beneficiar desta situação. Aponta também uma situação bem recente, que atesta esta tendência, nomeadamente os atentados ocorridos durante a Páscoa no Sri Lanka, e em que uma das consequências imediatas notadas, foi o cancelamento em massa das reservas para este país, que se procura afirmar como destino turístico preferencial.

A tendência aponta para uma concordância generalizada com a relação de nexos causal existente entre contextos geográficos onde ocorrem fenómenos criminais, instabilidades político sociais, fenómenos terroristas, etc., e a consequente alteração dos fluxos de massas desses ou para esses locais. De relevar a referência feita por E8 a situações em que, não obstante o referido, certos atores detêm capacidades e meios

para alterar e/ou influenciar a percepção e a “imagem” associada a determinado destino, independentemente dos factos concretos em curso nessa região, sejam eles positivos ou negativos.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

“Querem que vos ensine o modo de chegar à ciência verdadeira? Aquilo que se sabe, saber que se sabe; aquilo que não se sabe, saber que não se sabe; na verdade é este o saber.”

Confúcio⁷⁹

⁷⁹ In https://www.pensador.com/frases_de_sabedoria/2/ (consultado em 15/04/2019).

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Deixou de ser uma verdade insofismável, em que a escolha de um destino turístico estava baseada apenas nas atrações, na qualidade das infraestruturas e hospitalidade de quem recebe. Hoje, o turista, com acesso direto às novas tecnologias e mundo de informação permanente e atualizada, passou a procurar no destino aspetos que se prendem com a oferta de segurança. De facto, este vetor passou a ser um dos requisitos principais da viagem e o que mais facilmente “vende” a imagem do destino.

A segurança representa um conjunto de medidas e atitudes que ultrapassam largamente a simples ideia física e objetiva de aumentar o número de militares da GNR ou de qualquer outra polícia, ou seja, abrange toda uma multitude de outros fatores que dizem respeito à confiança, qualidade e proximidade dos serviços prestados, nomeadamente:

- conseguir comunicar além da língua materna, pelo menos em inglês, língua universal, como requisito essencial e enquanto ferramenta de trabalho, para os militares da Guarda e outros agentes policiais que desenvolvem o seu trabalho na rua, à patrulha, junto do cidadão, particularmente em locais de forte pendor turístico, sendo que, o ideal seriam o inglês, o francês, o espanhol e o alemão, tendo em conta que atualmente os três principais mercados emissores de Portugal são atualmente: Reino Unido, Espanha, França e Alemanha);
- medidas preventivas nas áreas identificadas como *hot spots*, fazendo aumentar o sentimento de segurança dos visitantes, o que pode passar, por exemplo, pela sempre sensível e complexa questão da videovigilância. A título de exemplo em zonas problemáticas e sensíveis da cidade de Lisboa e da Amadora tal já é possível, com o devido enquadramento legal⁸⁰, cabendo à Polícia de Segurança Pública fazer a gestão do sistema, e vendo-se assim munida de

⁸⁰ Para mais informação consultar: O regime sobre utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum (RUCVFSS) aprovado pela Lei n.º 1/2005, de 29 de julho, na redação que se encontra em vigor após a revisão operada pela Lei n.º 9/2012, de 23 de fevereiro, que visa a manutenção da segurança e ordem públicas e prevenção da prática de crimes restringindo a utilização de câmaras em contextos espaciais de uso comum à prossecução de um conjunto de finalidades específicas enunciadas taxativamente na lei, atento, nomeadamente, o disposto nos artigos 2.º, n.º 1, e 7.º, n.º 2, do RUCVFSS e o Parecer da Procuradoria Geral da República Portuguesa n.º 10/2017 de 05 de julho de 2017 que trata: *Videovigilância — Atividade policial ou de segurança - Investigação criminal*.

uma importante ferramenta no campo da prevenção e dissuasores de eventuais comportamentos desviantes, bem como, no campo da eventual atuação reativa, perante todo o tipo de fenómenos criminosos, entre outros como o terrorismo e promovendo concomitantemente um aumento do sentimento de segurança de quem se desloca a essas zonas;

- medidas preventivas em matéria de antiterrorismo em áreas frequentadas por turistas, bem como, planos de contingência mitigadores dos efeitos que possam eventualmente ser causados pela ocorrência destas situações extremas, e em colaboração com outras entidades, por exemplo, Europol, Interpol, Rede ATLAS⁸¹ (rede que reúne as Forças de Operações Especiais de Contra terrorismo da maioria dos países da Europa, na qual Portugal está representado pelo Grupo de Intervenção de Operações Especiais da GNR e pelo Grupo de Operações Especiais da PSP), e os que nos são mais próximos geograficamente, nomeadamente, as Forças de segurança Espanholas.
- Desenvolvimento, validação, consolidação e implementação de modelos preditivos baseados em soluções tecnológicas adaptados à realidade de zonas de forte pendore turístico e de movimentação de massas como ferramenta supletiva de apoio à ação tático-policial das nossas FSS, direcionando e orientando a taxa de esforço e de empenhamento de meios, permitindo uma gestão mais eficientes dos recursos disponíveis.

Pese embora o exposto, convém não esquecer, apesar dos tempos de tranquilidade pelos quais o país atravessa, que não há turismo sem segurança, a ameaça é errática e imprevisível, sendo por isso fundamental e cada vez mais urgente a aposta

⁸¹ Depois dos ataques do 11 de Setembro de 2001, os Estados ocidentais tomaram consciência de que o Terrorismo é uma ameaça real. Com o objetivo de anular esta ameaça, ou de reduzir os seus efeitos, os Estados-Membros (EM) da União Europeia (UE) decidiram unir-se para travarem este fenómeno. Foi em outubro de 2001 que teve início uma maratona de reuniões com o propósito de encontrar um mecanismo para combater o Terrorismo. Decorridas algumas horas de reunião chegou-se à conclusão que uma das prioridades seria a de melhorar a cooperação policial entre as Unidades Especiais de Intervenção (UEI) dos EM da UE. A solução encontrada foi criar uma rede de partilha de informações e de conhecimentos. Foi então que os Estados-Membros decidiram formar a chamada “Rede Atlas”. A Rede Atlas assumia como objetivos colocar todas as Unidades Especiais de Intervenção da União Europeia ao mesmo nível de profissionalismo no combate ao Terrorismo. Isto só se tornaria possível através de uma ampla cooperação e apoio mútuo entre os Estados-Membros. A Rede Atlas é acima de tudo uma rede de cooperação policial com capacidade de intervir em situações de crise grave e muito grave (Gonçalves, 2011, pp. 1-2).

de forma continuada e consistente em políticas públicas de forte prevenção, proatividade e cooperação. Também o esforço colaborativo parece ser o caminho para avaliar riscos e ameaças, prever e/ou “adivinhar” perigos e assim evitar surpresas e eventuais ocorrências não desejadas, mitigando as que potencialmente possam vir a ocorrer como forma de estarmos sempre melhor e mais preparados para o mundo globalizado, interconectado e em rede em que vivemos.

Assim, como referido e apontado em vários relatórios oficiais, que tratam genericamente da avaliação de ameaça terrorista ao setor do Turismo Nacional, salientando, como empiricamente bem se percebe porquê, as áreas do Grande Porto, Grande Lisboa (inclui Sintra) e a Região do Algarve como áreas potencialmente preferenciais, caso um ato deste tipo venha a ocorrer em solo nacional.

Contribuir assim, para o desenvolvimento de uma Cultura prospetiva e preditiva, de acontecimentos futuros indesejados, promovendo o conhecimento e os instrumentos científicos com vista a antecipar as oportunidades e os desafios, bem como debater e avaliar estratégias de desenvolvimento competitivo, num contexto globalizante, da Segurança e do Turismo ao serviço do futuro de Portugal, torna-se cada vez mais urgente, por forma, não só, mas também muito importante, a que quem tenha de decidir nos mais variados campos, nomeadamente o político, o faça de modo informado e ciente de todas as variáveis envolvidas.

Ter como objetivos a promoção do conhecimento centrando-se numa cultura de informação, de prospeção de oportunidades e desafios futuros; o desenvolvimento de planos/práticas/exercícios e comportamentos baseados em abordagens de antecipatórias com o intuito de cenarizar e conceber apostas estratégicas para médio e longo prazo; acompanhar e avaliar a evolução tecnológica, desenvolvendo análises de “*benchmarking*”, monitorização e de comparação, e por fim, participar e colaborar em programas internacionais sobre prospetiva e desenvolvimento do Turismo em Segurança, pugnando por uma cultura de cooperação interinstitucional, numa perspetiva compreensiva, holística, inclusiva e integrada dos vários sistemas.

Situações como desastres naturais (e.g. efeitos de um sismo num hotel, erupção de vulcões, fenómenos atmosféricos extremos, incêndios florestais de grande magnitude); falha tecnológica (e.g. contaminação da praia de resort com combustíveis); confrontação (e.g. greves), malevolência (e.g. ataques terroristas, *hackers* introduzem vírus nos sistemas de reservas dos computadores); valores enviesados (e.g. navios de cruzeiro derramam combustível no oceano); decepção (e.g. restaurantes servem comida contaminada) e má administração (e.g. desvio de fundos), são uma pequena amostra do muito que pode ocorrer nesta área de negócio e onde a segurança no turismo em sentido lato, tem um papel preponderante na sua prevenção a montante da sua ocorrência.

Não devemos desprezar o que foi considerado pelo *World Economics Forum* (WEF) de 2017 como sendo os 5 riscos globais considerados mais relevantes e com elevada probabilidade de ocorrerem, que o mundo enfrenta nos próximos 10 anos: 1º - Fenómenos atmosféricos extremos; 2º Desastres naturais; 3º *Cyber Attacks*; 4º Fraude com dados ou roubo dos mesmos e 5º Incapacidade de adaptação ou na mitigação de alterações climáticas, sendo de salientar que três destes riscos têm que ver com clima.

Já em 2018, o WEF, reviu e aponta como riscos globais que inspiram maior preocupação quanto ao respetivo impacto, a saber: a proliferação de armas de destruição maciça, situações provocadas por fenómenos meteorológicos extremos, desastres naturais; incapacidade de adaptação ou de mitigação dos efeitos das alterações climáticas e as crises provocadas pela escassez de água potável, por esta ordem.

As questões relacionadas com a segurança assumiram-se, definitivamente, como o fator crucial e fundamental de decisão na escolha do destino de férias à escala mundial, sendo, por isso mesmo, um dos pilares fundamentais para a maior ou menor competitividade económica e turística do mundo contemporâneo (Viegas, et al., 2017).

Não obstante os efeitos já referidos anteriormente, e conscientes que a segurança é um vetor extremamente instável e volátil, que pode desaparecer de um dia para o outro e aí tornar a perceção de insegurança uma realidade, a segurança deve

ser sempre vista como um investimento e não como uma despesa, ainda que sempre atento à relação custo/benefício em relação ao risco e/ou ameaça a mitigar ou prevenir respetivamente, e ao que representa em termos holísticos para uma sociedade, para um país, e porque não, para um mundo global e interconectado nas mais variadas áreas da vida em sociedade, ressaltando a necessidade de “cuidar” da segurança, seja ela entendida como uma forma objetiva/real, ou enquanto subjetivamente percecionada, desenvolvendo esforços na manutenção da imagem positiva e de perceção de riscos ou segurança, já conseguida e intrinsecamente associada ao destino no momento da escolha, por todos quantos visitam o nosso País.

Atualmente, a **segurança constitui-se assim, e sem qualquer margem para dúvidas, como um ativo decisivo e determinante para melhorar os níveis de confiança no nosso país e de quem nos escolhe para visitar** e, por conseguinte, um fator crítico de sucesso para o seu desenvolvimento económico e social, designadamente do nosso maior setor exportador – o turismo (Viegas, et al., 2017).

O esforço deve ser permanente numa resposta integrada, multidisciplinar, assente na cooperação entre todas as Entidades envolvidas nacionais e internacionais com quem interagimos, permitindo a recolha, troca e partilha eficiente e oportuna de informação e, criando-se condições para melhor se poder identificar, detetar, intervir, fazendo cessar qualquer atividade de natureza ilícita atempadamente, ou pelo menos mitigando os seus efeitos caso a mesma ocorra, pugnando pela complementaridade e colaboração entre todos os stakeholders.

Neste contexto, há quem diga que já se deviam ter dado passos largos na **implementação por exemplo de um Sistema Nacional Integrado de Gestão de Crises**, que consiga com eficiência “encabeçar” a gestão deste tipo de riscos e ameaças, que quando se materializam se transformam em verdadeiras calamidades (veja-se o exemplo dos incêndios ocorridos em território nacional em 2017 que tanto afetaram os nossos maiores ativos, o território e as pessoas), na perspetiva de sistema dos sistemas⁸² e que devem ser abordadas de uma forma holística, multidisciplinar e integrada

⁸² Para mais informações sobre Teoria dos Sistemas consultar: *Systems Thinking*, 2011 de Jamshid Gharajedaghi.

atento á sua evidente multidimensionalidade, fazendo da **resiliência, da interdependência, da complementaridade e da colaboração entre sistemas** algo mais do que meras palavras de circunstância e conjecturais, para passarem verdadeiramente, a fazer parte das nossas políticas públicas de segurança de forma consistente e duradoura.

É premente apostar em estruturas, recursos e ações cada vez mais qualificadas e próximas do cidadão, pugnando por um policiamento de proximidade qualificado cada vez mais efetivo, capacitado e procurando acompanhar no imediato as necessidades dos turistas, bem como, fomentar, incentivar e dinamizar sinergias entre todos os atores do setor público ao privado (indústria hoteleira e turística) principalmente, aprofundando colaborações já existentes e criando novas e ainda participando em estratégias conjuntas cada vez mais criteriosas e inteligentes, visando consolidar esta enorme valência competitiva de Portugal, e assim evitando a implementação de medidas de segurança emergentes e intimidatórias, que possam abalar a confiança já conquistada e funcionar como dissuasoras dos graus de satisfação dos turistas que nos visitam.

As tendências do turismo e as perspetivas que se colocam ao futuro desta indústria leva a considerar um grande número de variáveis, com impacto direto e induzido na vida das empresas, do tecido económico local, das comunidades locais, dos destinos turísticos e de todas as restantes as Entidades públicas e privadas que concorrem para o sucesso da operação turística como um todo e que, portanto, têm um papel importantíssimo na sustentabilidade, na qualidade e na consolidação desta atividade estratégica para o País, mas é hoje mais do que nunca amplamente aceite, que a segurança é o vetor mais preponderante.

Perante a miríade de ameaças, riscos e desafios dos próximos anos, alguns dos quais já elencados no presente ensaio, nomeadamente: as mudanças económicas, demográficas, climáticas, socioculturais, políticas, de estilos de vida, sociais, culturais e de valores, da ciência e da tecnologia, do entretenimento, da segurança, da gestão, os desafios que se colocam são muitos e variados, mas cabe às Entidades decisoras escolher o modelo de desenvolvimento turístico que mais interessa ao País, para que através de legislação (seja ela nacional regional e/ou municipal), rigor económico e

um ambiente seguro *lato sensu*, todos os “atores” intervenientes possam atingir os resultados pretendidos (Firmino, 2007, p. 359), segundo uma ideia constante de promoção colaborativa em rede, dos vários elementos e subsistemas interdependentes e interconectados entre si, marcada pelo forte espírito de colaboração e complementaridade, entre o que é público e o que é privado.

Assim, a investigação culmina nas respostas à questão central e questões derivadas definidas previamente, fazendo a sobreposição e cruzamento de dados resultantes da revisão da literatura e do trabalho de campo desenvolvido.

A presente investigação teve como objeto de estudo a segurança como vetor decisivo na escolha do destino turístico: o caso do Algarve, traduzido pela seguinte questão central: **“Qual a importância do vetor Segurança na escolha do destino turístico Algarve?”**. Para obter resposta a esta questão é necessário, em primeira instância, dar resposta às questões derivadas formuladas.

Assim, relativamente á QD₁ — **“Quais os vetores/fatores mais relevantes na escolha do destino turístico Algarve?”** — constata-se que para além da panóplia bastante diversificada e abrangente de vetores apontados (e.g. política de preços (“*good value for money*”), características do destino em si, segurança, saúde, qualidade ambiental, imagem de equidade social na sociedade do destino, perceção da existência de redes de emergência e de segurança pública eficazes, segurança rodoviária, qualidade das infraestruturas, redes de transportes, acessibilidades, cuidados de saúde, qualidade da oferta, clima, receptividade local face ao turista, fluência de várias línguas, boas acessibilidades aéreas, atratividade do destino), há uma total unanimidade de modo direto ou indireto, ao **vetor segurança como sendo um dos vetores mais importantes e relevantes, aquando da escolha do destino turístico Algarve pelo turista que nos visita.**

Relativamente á QD₂ — **“O turista que nos visita perceciona a Região do Algarve como sendo um destino seguro?”** — conclui-se inequivocamente que sim no decurso da análise documental e das respostas obtidas nas entrevistas desenvolvidas, tendo transparecido a ideia fundamental e uníssona de que efetivamente a região algarvia é percecionada por quem a visita, como sendo um destino seguro, perceção

aliás consolidada e corroborada, com a promoção recente em 2016 e apresentado em abril de 2017 de um estudo acerca do perfil do turista que visita o Algarve, dinamizado pela Universidade do Algarve e requerido pela Região de Turismo, e em que se chegou a essa mesma conclusão.

A resposta à QD₃ — **“As Estruturas e Entidades público/privadas associadas ao sector turístico no Algarve entendem a Segurança como um vetor decisivo na manutenção e consolidação do destino turístico?”** — tem como ideia chave, o facto de sim, todas as estruturas e entidades públicas e privadas a nível regional terem a percepção e consciência de que a segurança em sentido lato, é um vetor decisivo na manutenção da imagem de excelência e consolidação do destino junto dos principais mercados emissores e potenciais novos mercados, se bem, que tenha ficado patente a ideia de que, nem sempre tal é materializado e demonstrado na prática com o vigor e efetividade esperado e desejável.

Por último, mas não menos importante, a QD₄ — **“Têm as ocorrências criminais, a instabilidade político/social e o fenómeno terrorista uma relação direta de causa/efeito, nas movimentações do turista e por conseguinte nas variações dos fluxos turísticos?”** — concluiu-se indubitável e transversalmente que sim, após revisão da literatura e das entrevistas desenvolvidas. Foram referidos e elencados alguns exemplos bem ilustrativos desta relação, nomeadamente, em alguns países a sul da bacia mediterrânica (e.g. Turquia, Egipto, Tunísia), que pela sua proximidade a áreas de conflito, além de algumas situações extremas associadas ao fenómeno terrorista, viram os habituais fluxos turísticos que para aí se direccionavam, terem quebras bastantes significativas, tendo estes se redireccionado para destinos estendidos como mais seguros, entre os quais Portugal, que objetivamente não deixou de beneficiar desta situação, ou por exemplo uma situação bem recente, que atesta esta tendência, nomeadamente os atentados ocorridos durante a Páscoa no Sri Lanka, e em que uma das consequências imediatas notadas, foi o cancelamento em massa das reservas para este país, que se procura afirmar como destino turístico preferencial.

A tendência aponta para uma concordância generalizada com a relação de nexo causal existente entre contextos geográficos onde ocorrem fenómenos criminais, instabilidades político sociais, fenómenos terroristas, entre outros, e a consequente alteração dos fluxos de massas desses ou para esses locais. De relevar ainda a referência feita a que certos atores detêm capacidades e meios para alterar e/ou influenciar a perceção e a “imagem” associada a determinado destino, independentemente dos factos concretos em curso nessa região, sejam eles positivos ou negativos.

Uma vez respondidas as questões derivadas da investigação, impõe-se dar resposta à questão central e de partida do presente estudo — **“Qual a importância do vetor Segurança na escolha do destino turístico Algarve?”**.

A procura por esta resposta iniciou-se na revisão da literatura no Capítulo 1 e consolidou-se durante a realização das entrevistas aos especialistas/testemunhas privilegiadas quer a nível regional quer a nível nacional e a sua respetiva análise.

Como já referido anteriormente, aquando da validação da HI₁ e da resposta à QD₁, além de uma série de aspetos elencados nas respostas às questões derivadas, não se nos deixa qualquer dúvida nesta fase, que o **vetor segurança em sentido lato, de forma direta ou indireta, é atualmente um dos vetores mais importantes e relevantes, aquando da escolha do destino turístico Algarve pelo turista que nos visita**, além de se ter gerado a ideia e uma forte convicção, de que cada vez terá ainda mais preponderância nesta escolha, e no que origina ou não a movimentação de pessoas no mundo, seja para fins turísticos ou outros.

Confirmou-se assim, cientificamente, aquilo que já é para muitos uma perceção empírica, nomeadamente que o turista atual que visita Portugal e particularmente a região do Algarve, têm de forma direta ou indireta no fator segurança em sentido amplo, um dos vetores mais importantes e relevantes na ponderação da sua escolha do destino de férias a seleccionar.

Esta investigação deparou-se com algumas limitações, nomeadamente a grande maioria da bibliografia especializada existente ser em língua estrangeira, maioritariamente na língua inglesa.

Também a dificuldade em aplicar um método quantitativo em complemento do método qualitativo de análise de conteúdos utilizado, nomeadamente através da aplicação de inquéritos por questionário a turistas que nos visitam, à chegada ao aeroporto internacional de Faro, fruto a % mínima em termos de metodologia científica, que a amostra teria de ter, para ser considerada válida ou seja desejavelmente 30% do universo em estudo, o que dentro da janela disponível para a execução do presente estudo tal não se afigurava viável, mas traria certamente dados relevantes e pertinentes para a discussão, pese embora, se entenda que em nada alteraria aquilo que foram as conclusões do presente trabalho.

No que respeita a recomendações futuras para futuras investigações, propõe-se o desenvolvimento de temáticas relativas ao futuro desenvolvimento, validação, consolidação e real aplicabilidade de modelos preditivos baseados em soluções tecnológicas adaptados à realidade de zonas de forte pendor turístico e de movimentação de massas como ferramenta central ou supletiva de apoio à ação tático-policial das nossas FSS, de suporte ao planeamento e à decisão, direcionando e orientando a taxa de esforço e de empenhamento de meios, permitindo uma gestão mais eficientes dos recursos disponíveis.

Também se considera muito pertinente e atual o desenvolvimento à luz do novo regime jurídico de proteção de dados, dos direitos liberdades e garantias previstos à luz da Lei fundamental, de temáticas que incidam sobre a urgência de incremento e alargamento dos sistemas de videovigilância públicos sob controlo e gestão das FSS como mais valia em zonas sensíveis em termos criminógenos e de forte pendor turístico e/ou de grandes fluxos de massas.

REFLEXÕES FINAIS

O vetor segurança tem-se efetivamente assumido nos tempos mais recentes e cada vez mais, um fator decisivo e fulcral na escolha do destino turístico por parte de que viaja com este objetivo.

Situação que certamente como já foi explanado anteriormente aos recentes rankings obtidos nos principais indexes internacionais nomeadamente no GPI/IEP, um dos principais indicadores anuais internacionais de referência no que concerne a esta temática, isto quando olhamos para o fenómeno na sua dimensão mais objetiva e material.

Também na dimensão subjetiva tal acontece, mas não de uma forma direta, já que na maioria das vezes quando inquiridos à chegada ao destino Algarve, turistas dos nossos principais mercados emissores (França, Espanha, Inglaterra e Alemanha), não elegem segurança como um fator determinante na sua escolha pelo destino. Poderíamos ser tentados pelo facilitismo e superficialidade a concluir que o mesmo não é relevante neste processo. Como se comprovou e concluiu tal não é de todo verdade, e para perceber as razões de isto acontecer temos de aprofundar esta factualidade e tentar perceber e entender o fenómeno psicológico por detrás desta situação e que nada mais é do que a “ construção psíquica/sentimento que se foi materializando ao longo de vários anos na mente de quem nos visita, ou seja, quem olha de fora para Portugal assume como condição *sine qua none* a existência de base sólidas e estáveis em termos de seguridade, e daí que tal seja adquirido logo à partida, nem sendo sequer referenciado pelos mesmos quando lhes questionado, passando estes imediatamente a referir outros fatores como relevantes para a sua escolha.

Ora, dito isto, será sensato e plausível pressupor que o dito ambiente estável de segurança que Portugal beneficia de forma quase intrínseca ao destino como se de algo de imutável e indelével se tratasse de ser tido como algo que não sofrerá alterações no futuro? Na minha opinião, creio que não, achando que não se deve cair nessa tentação facilitista e ociosa, além do que seria uma atitude muito pouco avisada e

sensata ter tal pensamento, ideia aliás corroborada por vários especialistas e testemunhas privilegiadas que foram entrevistadas ao longo do presente estudo.

Veja-se o exemplo do General Americano *Jason Bohm*, Chefe do Estado Maior do Comando Nato em Portugal que em outubro de 2018 referiu “(...) o mundo é um lugar incerto e temos de nos preparar para enfrentar qualquer adversário (...)”, ou do Bispo de *Hiroshima*, *Alexis Mitsuru Shirahama*, por ocasião das comemorações em Fátima em outubro de 2018 que refere: “(...) a arrogância do homem é o maior inimigo de hoje (...)”.

Nesta linha há que relevar, tudo o que foi feito no passado para atingirmos este patamar, mas acima de tudo continuarmos muito atentos e cientes ao presente e pensarmos e planearmos antecipadamente o futuro, visto que na minha opinião, não existe turismo sem segurança e o turismo é uma atividade âncora de toda a nossa atividade económica no geral, tendo um peso relevantíssimo na nossa balança comercial e no contributo total que anualmente fornece ao PIB nacional e à balança das exportações nomeadamente de serviços.

Ora, neste sentido será que podemos deixar tão importante setor “refém ou órfão”, ao “desgoverno” em termos de cuidados securitários contextuais de segurança, pensando de forma consistente, sólida e a médio/longo prazo? Creio que não e que estas são das áreas à imagem eventualmente de outras tantas que Têm de andar de mãos dadas, por forma a evitar que não caímos na tentação de recorrentemente andar a reagir a incidentes avulsos (e depois referir que tivemos azar como tantos outros ou que nada havia a fazer), quando efetivamente temos é de prevenir, antecipar e sim caso seja necessário agir e reagir.

Já o referiu o Dr. ^o Neiva da Cruz, Diretor do SIS, nas I Jornadas de Segurança realizadas em Albufeira em 2017 e mais recentemente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa no âmbito de uma conferência sobre terrorismo onde referiu que a ameaça em Portugal “mantém-se moderada”. Mas que é “elevada” na Europa. “Há espaço para progredir, uniformizar quadros legais, criar cultura de segurança e sermos mais proativos.

Creio que no futuro se vai falar sempre muito, mas cada vez mais de turismo e do seu cariz estratégico em termos do médio/longo prazo como atividade económica de excelência no nosso país, dentro de todo o espectro económico nacional.

Por entender, como bastantes outros especialistas nestas áreas multidisciplinares que não há turismo sem segurança, pelo menos, numa perspetiva consistente e sustentável, devemos debruçar-nos a fundo sobre esta tríade: economia, turismo e segurança, desenvolvendo os modelos mais adequados e capazes de satisfazer aquilo que é a realidade nacional e particularmente da região Algarvia, dadas as suas especificidades de território de forte pendor turístico, quando analisadas outras atividades que nela se desenvolvem.

O nosso elemento diferenciador já o é, mas pode certamente sê-lo ainda mais, nomeadamente as capacidades e competência e preparação das nossas FSS para fazer face aos perigos, ameaças e incertezas do mundo atual e preveni-los se possível, ou atuar adequadamente perante os mesmos, reforçando e capacitando todas as estruturas e plataformas de coordenação entre os mais variados atores e *players* que intervêm nestas áreas, particularmente as nossas FSS, estreitando dentro de parâmetros muito bem definidos uma cada vez maior e efetiva partilha de informação: “*policyng by intel*”, como a forma mais adequado e eficiente numa sociedade cada vez mais exigente e onde tudo se processo cada vez mais rápido, de ser capaz de diminuir cada vez mais o *gap* entre o surgimento de uma ocorrência e a resposta dada à mesma, dando prioridade também à prevenção atempada dos fenómenos criminógenos, dando-lhes o devido tratamento e acompanhamento, estabelecendo pontes/plataformas/bases de trabalho comuns que a todos sirva, públicos e privados, sempre com o objetivo último em mente de fazer e servir sempre mais e melhor para a prossecução do interesse público e em prol de todos aqueles que usufruem dos nossos territórios

É minha convicção que fruto da cada vez mais consolidada aldeia global em que vivemos e com o cada vez maior esbatimento das fronteiras físicas e administrativas dos Estados, que vários setores de atividade da vida económica global, particularmente da atividade turística e de segurança em sentido lato, têm e devem andar permanentemente de “mãos dadas”, mantendo, promovendo e estabelecendo cada vez

mais plataformas e mecanismos comuns de comunicação/colaboração/cooperação para que sejamos cada vez mais um país e particularmente o setor do turismo e da segurança uma sociedade preparada e prevenida para atempadamente anular situações que possam afetar decisivamente esta área de atividade estratégica para a economia nacional e portanto para o país, permitindo-nos reagir adequadamente a ocorrências eventualmente inevitáveis com capacidade, saber e serenidade suficientes para mitigar os seus efeitos, retomando o regular e eficiente curso destas atividades.

O objetivo deste trabalho foi sempre tentar acrescentar à cadeia de valor dos setores em estudo algo mais, que possa contribuir para, a troca de ideias e de opiniões, aguçar a discussão construtiva sobre alguns tópicos que no entender do autor são de fulcral importância para otimizar ainda mais o desempenho da tríade economia, turismo e segurança, quer a nível regional quer a nível nacional.

Já refere (Nogueira, 2016, pp. 166-167) que: “ (...) Importa, (...) olhar para a segurança como algo que se quer fazer cada vez mais e melhor (...). Mais do que corrigir, numa perspetiva de certo ou errado, há necessidade de clarificar e rentabilizar estruturas e recursos, garantindo, através da regulação e do controlo, a credibilidade das partes e a confiança no sistema, conscientes de que a segurança será, cada vez mais, uma responsabilidade de todos! (...)”.

BIBLIOGRAFIA

Monografias e publicações periódicas

(CIESM), C. d. I. d. E. S. M., 2016. *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de Investigação*. 1ª ed. Lisboa: Fronteira do caos Editores.

Adriano, A., 2017. *Os novos desafios à segurança da atividade turística e comercial*. Lisboa: Instituto Universitário Militar & Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Almeida, P. P., 2008. Políticas de Segurança: visão de futuro. *Segurança e Defesa*, Outubro-Dezembro, pp. 50-55.

Alves, A. C., 2008. *Em busca de uma Sociologia de Polícia*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.

Alves, A. C., 2010. *Introdução à Segurança*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.

Alves, A. C., 2011. *Contributos para uma Sociologia de Polícia*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.

Alves, A. C., 2012. *Adivinhar Perigos*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.

Alves, A. C., 2013. *Emergência de uma Sociologia de Polícia*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.

Arrillaga, J. I., 1976. *Introdução ao Estudo do Turismo*. s.l.:Rio.

Bardin, L., 2000. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bauman, Z., 2002. *A sociedade sitiada*. Lisboa: Instituto Piaget.

Borges, J. V., 2013. *O Terrorismo Transnacional e o Planeamento estratégico da Segurança Nacional dos EUA*. Porto: Fronteira do Caos Editores.

Brás, M. d. F. D., 2012. *Turismo e Segurança: Efeitos da perceção de risco na escolha do destino turístico: O caso do Algarve*, Tese de Doutoramento em Psicologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Algarve. [Online] Available at: <https://sapiencia.ualg.pt/bitstream/10400.1/7599/1/TESE.pdf> [Acedido em 4 Junho 2018].

Bryman, A., 2012. *Social Research Methods*. 4ª ed ed. Oxford: Oxford University Press.

Buzan, B., 2009. *People, States and Fear*. New York: ECPR Press.

Buzan, B., Waver, O. & J. d. W., 1998. *Security. A new framework for analysis*. Londres: Boulder London.

Calahan, A., 1995. *The Israeli Response to the 1972 Munich Olympic Massacre and the development of Independent covert action teams*, Tese de Mestrado em Defesa. Washington: Department of Defense of the U.S. Government.

Camões, L. V., 2009. *Poesia de Luís de Camões para Todos*. Lisboa: Porto Editora.

Castells, M., Cardoso, G. & (coord.), 2005. *A Sociedade em Rede - Do Conhecimento à Acção Política*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

- Cavlek, N., 2006. *Tour Operators and destination safety*. In Y. Mansfeld & A. Pizam (Eds.), *Tourism, SEcurity & Safety: From Theory to Praticice*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Chaliand, G. & Blin, A., 2007. *The History of terrorism: From Antiquity to Al Qaeda*. USA: University of california Press.
- Clemente, P., 2009. *A ordem em público, in reuniões e manifestações - Atuação Policial*. Coimbra: Edições Almedina.
- Cooper, C. et al., 1998. *Turismo princípios e prática*. Porto Alegre, Brasil: Artemed.
- Cruz, N. M. d., 2013. *Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada para obtenção de grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade Segurança: As Forças de Gendermerie nas Operações de Estabilização e Reconstrução dos Estados*, Lisboa: Academia Militar.
- Cunha, L., s.d. *RECIL Repositório Científico Lusófona: A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário*. [Online] Available at: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/665/A%20Defini%C3%A7%C3%A3o%20e%20o%20%C3%80mbito%20do%20Turismo.pdf?sequence=1> [Acedido em 04 Junho 2018].
- Curbet, J., 2005. *Turismo y Seguridad: una relación de amor-odio*. [Online] Available at: http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/turismo-seguridad-relacion-amor-odio/id/2091376.html# [Acedido em 13 junho 2018].
- Darwin, C., 2014. *Sobre a seleção Natural*. s.l.:Atlântico Press e Coisas de Ler.
- DN, 2017. *Diário de Notícias (online)*. Portugal: Marcelo aponta promoção do turismo como "desafio nacional". [Online] Available at: <https://www.dn.pt/portugal/interior/presidente-da-republica-aponta-promocao-do-turismo-como-desafio-nacional-6252705.html> [Acedido em 6 junho 2018].
- DNI, 2008. *National Intelligence Council, Global Trends 2025: A Transformed World (Washington, DC: Office of the Director of National Intellinge-National Intellingence Council, 2008*. [Online] Available at: https://www.dni.gov/files/documents/Newsroom/Reports%20and%20Pubs/2025_Global_Trends_Final_Report.pdf [Acedido em 12 junho 2018].
- DNI, 2008. *National Intelligence Council, Global Trends 2025: A Transformed World (Washington, DC: Office of the Director of National Intellinge-National INTelligence Council, 2008*. [Online] Available at: https://www.dni.gov/files/documents/Newsroom/Reports%20and%20Pubs/2025_Global_Trends_Final_Report.pdf [Acedido em 12 junho 2018].
- ECO, 2017a. *ECO (economia online): Portugal recebeu mais de 28 milhões de turistas internacionais em 2016*. [Online] Available at: <https://eco.pt/2017/12/07/portugal-recebeu-mais-de-28-milhoes-de-turistas->

internacionais-em-2016/

[Acedido em 6 junho 2018].

ECO, 2017b. *ECO (economia online): Turismo responde por 7% da Economia Nacional*. [Online]

Available at: <https://eco.pt/2017/12/07/turismo-responde-por-7-da-economia-nacional/>
[Acedido em 6 junho 2018].

Escorrega, T. C. L. C. F., 2009. *Revista Militar: A Segurança e os “Novos” Riscos e Ameaças: Perspectivas Várias*. [Online]

Available at: https://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=499
[Acedido em 4 Junho 2018].

Faria, H. N. F., 2015. *Guarda Nacional Republicana e Autoridade Tributária e Aduaneira - Colaboração e Cooperação na Região Autónoma da Madeira*, Lisboa: Academia Militar.

FCT, F. p. a. C. e. T., 2014. *Fundação para a Ciência e Tecnologia*. [Online]
Available at:

https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/EstrategiasEInteligente/ENE_I_Versão%20final.pdf

[Acedido em 6 junho 2018].

Fernandes, L. F., 2005. *As "novas" ameaças como instrumento de mutação do conceito de segurança*. In: *I Colóquio de Segurança Interna*. Coimbra: Edições Almedina.

Ferreira, A. P., 2019. *EXPRESSO: ECONOMIA*. [Online]

Available at: <https://expresso.pt/economia/2019-02-20-Receitas-turisticas-atingem-166-mil-milhoes-em-2018#gs.2v7tYfIQ>

[Acedido em 21 fevereiro 2019].

Firmino, M. B., 2007. *Turismo - Organização e Gestão*. Lisboa: Escolar Editora.

Fonseca, F. J. S., 2010. *Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Gestão e Políticas Públicas: "A evolução das políticas públicas de segurança interna em Portugal"*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Fortin, M., 1996. *O Processo de Investigação - da conceção à realização*. 5 ed. Loures: Lusociência.

Fortin, R., 2005. *Compreender a Complexidade, Introdução ao Método de Edgar Morin*. Lisboa : Instituto Piaget.

Fukuyama, F., 2010. *As Origens da Ordem Pública - Dos tempos pré-humanos até à revolução francesa*. Lisboa: D. Quixote.

Gharajedaghi, J., 2011. *Systems Thinking*. 3ª Edição ed. Burlington, USA: Morgan Kaufmann.

Ghiglione, R. & Matalon, B., 1997. *O Inquérito: Teoria e Prática*. Oeiras: Celta.

Glasser, D., 2003. *Crisis Management in the Tourism Industry*. Oxford: Butterworth.

Glensor, R. & Peak, K., 2004. *Crimes against tourists*. USA: US Department of Justice.

Gonçalves, C. T., 2011. *Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada com vista à obtenção de grau de Mestre em Ciências Militares - Especialidade Segurança: "A participação da GNR na rede ATLAS"*. Lisboa: Academia Militar.

Gonçalves, M. A. F., 2017. *Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada para obtenção de grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade Segurança: A Interoperabilidade dos Destacamentos de Intervenção e do Grupo de Intervenção de Ordem Pública*, Lisboa: Academia Militar.

Gouveia, J. B. & (coord.), 2007. *Estudos de Direito e Segurança*. Coimbra: Almedina.

Gouveia, J. B., 2018. *Direito da Segurança*. Coimbra: Edições Almedina.

Gouveia, J. B., Santos, S. & (coord.), 2015. *Enciclopédia de Direito e Segurança*. 1ª ed. Coimbra: Edições Almedina.

Grunewald, L., 2001. *Seguridad: Manual de Pautas de Seguridad para el Residente Y el Visitante de um Destino Turístico*. [Online]
Available at: www.paph-oeacct.com/publicaciones
[Acedido em 8 junho 2018].

Guerra, I. C., 2006. *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso*. Lisboa: Principia.

Hall, C. & O'Sullivan, V., 1996. *Tourism political stability and violence*. In Pizam, A. & Mansfeld, Y. (Eds), *Tourism, Crime and International Security Issues*. New York: Wiley.

Hall, C., Timothy, D. & Duval, D., 2003. *Security and Tourism: Towards a New Understanding?* In Hall, C., Timothy, D., Duval, D. *Safety and Security in Tourism: Relationships, Management, and Marketing*. New York: Hayworth Hospitality Press.

Henriques, M. R., 2011. *Turismo e Segurança*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares & Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Hudson, R., 1999. *The Sociology and Psychology of Terrorism: Who becomes terrorist and Why? Federal Research Division*. Washington: Library of Congress.

IEP, 2015. *Global Peace Index 2015*. [Online]
Available at: <https://reliefweb.int/report/world/global-peace-index-2015>
[Acedido em 12 junho 2018].

IEP, 2015. *Global Terrorist Index 2015*. [Online]
Available at: <http://economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2015/11/Global-Terrorism-Index-2015.pdf>
[Acedido em 12 junho 2018].

IEP, 2016. *Global Peace Index 2016*. [Online]
Available at: <https://reliefweb.int/report/world/global-peace-index-2016>
[Acedido em 12 junho 2018].

IEP, 2016. *Global Terrorist Index 2016*. [Online]
Available at: <http://economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2016/11/Global-Terrorism-Index-2016.2.pdf>
[Acedido em 12 junho 2018].

IEP, 2017. *Global Peace Index 2017*. [Online]
Available at: <https://reliefweb.int/report/world/global-peace-index-2017>
[Acedido em 12 junho 2018].

- IEP, 2017. *Global Terrorist INdex 2017*. [Online] Available at: <https://reliefweb.int/report/world/global-terrorism-index-2017> [Acedido em 12 junho 2018].
- IEP, 2018. *Global Peace Index 2018*. [Online] Available at: <https://reliefweb.int/report/world/global-peace-index-2018> [Acedido em 12 junho 2018].
- IESM, I. d. E. S. M., 2014. *Orientações metodológicas para a*. Lisboa: IESM.
- Ilharco, F., 2003. *Filosofia da Informação*. Lisboa: Universidade Católica de Lisboa.
- Jenkins, B., 1984. *Terrorism and Personal Protection*. Boston: Butterworth-Heinemann.
- Laquer, W., 2001. *History of Terrorism*. London: Transaction Publishers.
- Lara, A. S., 2004. *Estudo da ordem e Subversão*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Lopes, A. J. d. F., 2006. Segurança e Cidadania: Conceitos e Políticas. *Cadernos Navais*, Outubro a Dezembro, Volume Nº 19.
- Lopes, L. et al., 2013. *Plano Estratégico - Turismo e Segurança*. Lisboa: s.n.
- Lourenço, N., Costa, A. & (coord.), 2018. *Estratégia de Segurança Nacional: Portugal Horizonte 2030*. Coimbra: Edições Almedina.
- Lourenço, N. et al., 2015. *Segurança Horizonte 2025: Um conceito estratégico de Segurança interna*. Lisboa: Edições Colibri.
- Mansfeld, Y., 2006. *The Role of security information in tourism crisis management: The missing link*. In Mansfeld, Y. & Pizam, A. *Tourism, Security & safety: From Theory to Practise*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Michalkó, G., 2003. *Tourism eclipsed by crime: The vulnerability of foreign tourists in Hungary*. In C. Hall, D. Timothy, D. Duval (Eds), *Safety & Security in Tourism: Relationships, Management, and Marketing*. New York: Haworth Hospitality Press.
- Moleirinho, P., 2009. *Tese de Mestrado em Direito e Segurança: Da Polícia de Proximidade ao Policiamento Orientado pelas Informações*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Morales, S., 2002. *Análisis del concepto de seguridad turística*. [Online] Available at: www.monografias.com/trabajos11/psicotur [Acedido em 07 junho 2018].
- Mozzicafreddo, J., 1997. *Estado Providência e Cidadania em Portugal*. 2ª Edição ed. Oeiras: Celta Editora.
- Mozzicafreddo, J., 2000. O papel do cidadão na Administração Pública. Em: *Reforma do Estado e Administração pública gestonária*. Lisboa: ISCSP.
- Nogueira, P., 2008. *Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Comunicação Organização e Novas Tecnologias: "Espírito do Tempo: Uma investigação sobre Liderança"*, Lisboa: Universidade Católica de Lisboa.
- Nogueira, P., 2016. *Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Direito e Segurança: "Modelos Híbridos de Segurança: O Desafio da Dimensão Público-Privada"*, Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

- Observador, 2017. *Economia: Portugal ser o 3.º país mais seguro do mundo é “fundamental” para a economia.* [Online] Available at: <https://observador.pt/2017/11/27/portugal-ser-o-3-o-pais-mais-seguro-do-mundo-e-fundamental-para-a-economia/> [Acedido em 29 Maio 2018].
- Olsen, M., 2001. "Leading Hospitality into the Age of Excellence" in "Mega Tendências da Indústria Hoteleira", comunicação apresentada em Évora (15-16 de Outubro), no XVII Congresso de Hotelaria e Turismo.. Évora: s.n.
- OMT, 1999. *Conta Satélite do Turismo, Quadro Conceptual*, Madrid, Espanha: Direção Geral do Turismo.
- OMT, 2004. *S.A.F.E La Estrategia de la Organización Mundial del Turismo sobre fomento de la seguridad y de la facilitation*. Madrid: s.n.
- OMT, 2004. *S.A.F.E La Estrategia de la Organización MUndial del Turismo sobre fomento de la seguridad y de la facilitation*. Madrid: s.n.
- Pizam, A. & Mansfeld, Y., 1996. *Tourism, Crime and International Security Issues*. West Sussex: John Wiley & Sons Ltd..
- Pizam, A. & Mansfeld, Y., 2006a. *Towards a Theory of Tourism Security*. In Mansfeld, Y. & Pizam, A. (Ed) *Tourism, SEcurity & Safety: From Theory to Practise*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Pizam, A. & Mansfeld, Y., 2006. *Prologue*. In Y. Mansfeld & A. Pizam *Tourism Security & Safety: From Theory to Practise*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Poland, J., 2010. *Understanding Terrorism, Groups, Strategies and Responses*. New Jersey: Prentice Hall.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L., 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Raposo, J., 2006. *Direito Policial I*. Coimbra: Edições Almedina.
- Rego, H. C., 2013. *Tese para obtenção de grau de Doutora em Ciências Sociais na especialidade de relações internacionais: "A Inteligência dos Estados: A perspetiva do Analista de Informações"*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.
- Rejowski, M., 1998. Realidade versus Necessidade da Pesquisa Turística no Brasil. *Revista Turismo em Análise*, Volume 9 (I), pp. 82-91.
- República, A. d., 1976. *Constituição da República Portuguesa*. Lisboa: Diário da República.
- Robson, L. M., 2007. *Event terrorism A matter of geography?*. *University of Waterloo. Graduate Student Leisure Research Symposium - Poster presentation*, pp. 1-5. s.l.:s.n.
- Sanmartin, J., 2005. *El terrorista Cómo es. Cómo se hace*. s.l.:Editora Ariel.
- Santos, J. A. L. d., 2009. *As guerras que já ai estão e as que nos esperam*. Mem Martins: Publicações Europa América.
- Sarmiento, M., 2013. *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

- Shin, S., 2005. Safety, Security and Peace Tourism: The case of the DMZ Area.. *Asia pacific Journal of Tourism Research*, Volume 10, n.º 4, pp. 234-241.
- Silva, M. d., 2005. *Terrorismo e Guerrilha*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Silva, T., 2015. *Tese para obtenção de grau de Doutor em relações internacionais: "A Ameaça Terrorista em Portugal"*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Silva, T., 2017. *Os Indícios, ainda desvalorizados, da ameaça terrorista em Portugal*. Lisboa: Instituto Universitário Militar & Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- Sonmez, F., Apostolopoulos, Y. & Tarlow, P., 1999. Tourism in Crisis: Managing the effects of Terrorism. *Journal of Travel Research*, 38, pp. 13-18.
- Sonmez, S. & G. A., 1998. Influence of Terrorism Risk on Foreign Tourism Decision.. *Annals of Tourism Research*, pp. 112-144.
- Sousa, F. et al., 2014. A Ameaça do Crime Organizado Transnacional em Portugal. *Revista de Ciências Militares*, maio de 2014 II (1).
- Sousa, M. J. & Baptista, C. S., 2011. *Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. 2ª ed. Lisboa: Pactor.
- Tarlow, P., 2006. *crime and Tourism*. In J. Wilks, D. Pendergast & P. Leggat (Eds), *Tourism in Turbulent Times: Towards Safe Experiences for Visitors*. U.K.: Elsevier.
- Tarlow, P., 2009. *The Role of Tourism Security in economically challenging times*. [Online] Available at: <http://www.destinationworld.info> [Acedido em 4 junho 2018].
- Tarlow, P., 2011a. *Como proteger Turismo e a reputação turística do Brasil? Turismo em Pauta*, n.º3, pp. 43-52. s.l.:s.n.
- Tarlow, P., 2011. *Security Threats: Tourism Oriented Policing and Protection Services in an Interconnected World Course*. Las Vegas: Presented by Tourism & More, Southern Nevada Tourist Safety Association and the las Vegas Convention and Visitors Authority.
- Tarlow, P., 2014. *Tourism Oriented Policing and the Tourism Industry*. *International Journal of Event Management Research (IJEMR)*, Volume 8, Number 1. Special Edition: Risk Management.. TsX: IJEMR.
- Tarlow, P. & Korstange, E., 2012. Being Lost: Tourism, Risk and vulnerability in the post - "9/11" entertainment industry. *Journal of Tourism and Cultural Change*, Volume 10 (I), pp. 22-23.
- Tarlow, P. & Muesham, M., 1996. *Theoretical aspects of crime as they impact the tourism industry-* In Pizam, A. & Mansfeld, Y. (Ed), *Tourism, Crime and International Security Issues*. UK: Wiley.
- TdP, T. d. P., 2017. *Estratégia Turismo 2027*, Lisboa: s.n.
- Teixeira, N. S., 2002. *Contributos para a Política de Segurança Interna*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Turismo, O. M. d., 1999. *Conta Satélite do Turismo, Quadro Conceptual*, Madrid, Espanha: Direção Geral do Turismo.

- Ullman, R. H., 1983. Redefining Security. *International Security* 8 (1), pp. 129-153.
- Valente, M. M. G., 2014. *Teoria Geral do Direito Policial*. 3º ed. Coimbra: Edições Almedina.
- Viegas, E. et al., 2018. *II Jornadas de Turismo em Segurança*. Faro: s.n.
- Viegas, E. et al., 2017. *I Jornadas de Turismo e Segurança*. Albufeira: s.n.
- Visagro, A., 2009. *Guerra Irregular. terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. São Paulo: Contexto Editora.
- Wasinski, C., 2004. *Production des savoir et représentations stratégiques*. In: *Cultures et Conflicts*. s.l.:s.n.
- Wittaker, D., 2005. *The Terrorism Reader*. London: Routledge.
- Wolfers, A., 1962. National Security as an Ambiguous Symbol. In Arnold, Discord and Collaboration: essays on International Politics. *The John Hopkins Press*, pp. 147-165.
- Woloszyn, A., 2006. *Aspetos gerais e criminais do terrorismo e situação do Brasil*. s.l.:s.n.
- XXI Governo Constitucional, 2015. *Programa de Governo*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Relatórios oficiais

Relatório de Atividades da GNR, ano de 2017

Relatório Anual de Informações da GNR, ano de 2016

Códigos e legislação

Assembleia da República, 2005. *Constituição da República Portuguesa*, VII revisão Constitucional (Lei n.º 1/2005, de 12 de agosto). Lisboa: Diário da República n.º 155, I Série.

Código Penal Português, aprovado pelo Decreto Lei n.º 48/95 de 15 de março, na sua 46ª Versão que lhe foi dada pelo DL n.º 16/2008 de 27 de março.

Sítios na internet

<http://www.turismodeportugal.pt>

<http://travelbi.turismodeportugal.pt>

<http://www.dn.pt>

<https://www.ine.pt>

<https://www.bportugal.pt>

<https://observador.pt>

<https://eco.pt>

<https://www.fct.pt>

<https://www.gnr.pt>

<https://www.pgdlisboa.pt>

<https://translate.google.pt>

APÊNDICES

Apêndice A — Caracterização da Amostra

Tabela 36 — Caracterização da Amostra

Tipo	Número	Entrevistado	Posto (quando aplicável)	Nome	Função e/ou Ex- função	Área de Especialidade no contexto da entrevista	Data da Entrevista	Local	Modo
A	A1	E1	Major General na Reserva	Agostinho Dias da Costa	Vice-Presidente do Centro de Estudos <i>EuroDefense</i> -Portugal; Membro do Grupo de Reflexão Estratégica sobre Segurança /IDS/FD-UNL); Ex-2º Comandante Geral da GNR	Segurança nível nacional	30ABR19	Lisboa	Por escrito através de correio eletrónico sem limite de resposta
B	B1	E2	Coronel	Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes	Oficial de Ligação do MAI junto Embaixada de Portugal em Paris & Ex-Comandante do Comando Territorial de Faro da GNR (2014-2017)	Segurança nível regional	26MAR19	Paris	"
B	B2	E3	Superintendente da PSP	Marco António Viegas Martins	Comandante do Comando Distrital de Faro da PSP	Segurança nível regional	25MAR19	Faro	"
B	B3	E4	Procurador Adjunto do MP	Dr.º António Miguel Fernandes Madureira	Diretor da Diretoria do Sul da PJ	Segurança nível regional	19FEV19	Faro	"
B	B4	E5	---	Dr.º Francisco Tomás dos Santos	Diretor da Direção Regional do SIS, em Faro	Segurança nível regional	28FEV19	Faro	"
B	B5	E6	---	Eng.º João Fernandes	Presidente da RTA e ATA	Turismo nível regional	27FEV19	Faro	"
B	B6	E7	---	Sr.º Elidérico Viegas	Presidente da AHETA	Turismo nível regional	08FEV19	Albufeira	"
B	B7	E8	---	Dr.º Vítor Neto	Presidente do NERA - Associação Empresarial do Algarve e Ex-SE Turismo	Turismo nível regional	11MAR19	Loulé	"

Fonte: Autor

Apêndice B — Carta de Apresentação



UNIVERSIDADE
NOVA
DE LISBOA



GUARDA NACIONAL REPUBLICANA



A Segurança como vetor decisivo na escolha do destino Turístico

O caso do Algarve

Autor: Bruno Miguel da Silva Carvalho (Capitão Cav^a GNR)

Orientador: Prof. Doutor José Fontes

Mestrado em Direito e Segurança
Lisboa, 2018

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A presente entrevista surge no âmbito da Dissertação de Mestrado, com vista à obtenção do grau académico de Mestre em Direito e Segurança, junto da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, subordinada ao tema “A Segurança como vetor decisivo para a escolha do destino Turístico: O caso do Algarve”, sob orientação científica do Professor Doutor José Fontes.

O objetivo geral deste trabalho de investigação, é saber se o fator segurança é um vetor decisivo aquando da escolha do destino turístico, nomeadamente no caso do Algarve, procurando analisar as várias razões que pesam na escolha desse mesmo destino.

O presente estudo pretende também, analisar do ponto de vista da segurança, a relação entre *hot spots* turísticos e as tipologias criminais específicas deste tipo de áreas, além do fenómeno do terrorismo transnacional mais atual, que em tantas ocasiões assola estas regiões e locais, olhando para as experiências mais recentes ocorridas em solo europeu (e.g. ataque em Estrasburgo ocorrido a 11 de dezembro de 2018, num mercado de Natal).

Procurou-se também, suportado naquilo que é a doutrina e bibliografia existente, além das mais recentes opiniões de pensadores, especialistas e académicos, determinar, identificar e caracterizar do ponto de vista da segurança, as principais ameaças e desafios atuais e futuros numa perspetiva abrangente em relação à atividade do Turismo.

Por fim, com a finalidade de obter informação credível, coerente e valorizada sobre a temática em análise, além da obrigatória revisão da literatura existente por forma a verificar o estado da arte, considera-se extremamente importante e relevante, senão mesmo indispensável, entrevistar personalidades com reconhecida competência, conhecimento e experiência nestas duas grandes áreas, de igual forma e cada vez mais, multidimensionais e multidisciplinares, os chamados especialistas ou testemunhas privilegiadas, tanto na dimensão regional, como na nacional.

Assim, solicita-se a V. Ex.^a que colabore na realização deste estudo, disponibilizando-se a responder a esta entrevista estruturada, cujas respostas serão preponderantes para que se atinjam os objetivos propostos para esta investigação. Caso pretenda analisar as respostas a posteriori, as mesmas ser-lhe-ão facultadas antes de integrarem a versão final do trabalho.

Desde já, muito grato pela colaboração e disponibilidade apresentadas, pelo que aproveito o ensejo, para renovar os votos pessoais de sinceros e cordiais cumprimentos,

Bruno Miguel da Silva Carvalho

Capitão da Guarda Nacional Republicana

Apêndice C — Guião da entrevista do tipo A

GUIÃO DE ENTREVISTA TIPO A

Entrevista Estruturada no âmbito da Dissertação de Mestrado em Direito e Segurança

TEMA: “A Segurança como vetor decisivo na escolha do destino Turístico: O caso do Algarve”

I – CARACTERIZAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

Nome:	
Função:	
Local:	Data:

II – PERGUNTAS

Pergunta n.º 1: Na sua opinião, o Turismo, é decisivamente importante para a economia nacional?

Pergunta n.º 1.1: No caso de Portugal, considera que há economia sem turismo e turismo sem segurança?

Pergunta n.º 2: Quais serão no seu entendimento, os principais *drivers* que influenciarão esta atividade económica, face à conjetura internacional?

Pergunta n.º 3: Quais considera serem atualmente as principais preocupações, que pesam na hora do turista escolher o seu destino de férias?

Pergunta n.º 4: No seu entendimento, o vetor segurança em geral, é decisivo na hora da escolha do destino turístico por parte dos cidadãos?

Pergunta n.º 4.1: Na sua opinião, o referido vetor é importante para a consolidação e promoção de Portugal como destino de excelência?

Pergunta n.º 5: Considerando a atual conjetura internacional, acha que isso poderá vir a ter consequências para Portugal, particularmente em relação ao turismo e à segurança?

Pergunta n.º 6: Como olha para o posicionamento de Portugal no Global Peace Index do IEP, nos últimos anos, TOP 5 desde 2016, particularmente o 3º lugar de 2017 e o 4º de 2018?

Pergunta n.º 7: Que papel e que relação, considera deve ter a segurança em *lato sensu*, junto da atividade turística?

Pergunta n.º 8: Considera que o turista que nos visita, perceciona Portugal como um país e um destino seguro?

Pergunta n.º 9: Acha que as estruturas e entidades público/privadas associadas ao setor do turismo, consideram a segurança como um vetor decisivo e distintivo, para a consolidação da imagem de Portugal, como destino de excelência?

Pergunta n.º 10: Na sua opinião, considera que a segurança ou falta dela, tem uma relação direta de causa/efeito na movimentação e variação do fluxo turístico a nível global?

Pergunta n.º 10.1: Considera que as situações ocorridas no passado recente na bacia mediterrânica (e.g. Egito, Turquia, Tunísia, Grécia), bem como, em território europeu (e.g. Berlim, Londres, Estocolmo, Paris, Nice, Barcelona), têm tido influência no desempenho dos últimos anos do setor turístico em Portugal?

Pergunta n.º 11: Considera que estamos preparados para fazer face a um atentado como o ocorrido a 11 de dezembro de 2018 no mercado de Natal em Estrasburgo?

Pergunta n.º 12: Acha que se devia apostar mais na utilização de mecanismos de videovigilância e novas tecnologias pelas FFSS, em locais públicos e turísticos?

Pergunta n.º 13: Considera que o levantamento de modelos preditivos baseados em soluções tecnológicas direcionadas para a realidade portuguesa e que permita antecipar cenários na área da segurança, além da aposta nas novas tecnologias em prol da segurança deve ser o caminho a seguir pelos vários atores que intervêm nestas matérias?

Pergunta n.º 14: No futuro considera que há margem para melhorar no âmbito da relação turismo/segurança em Portugal, no âmbito da partilha de responsabilidades entre as diversas organizações, públicas e privadas, favorecendo uma efetiva cultura prospetiva e preditiva de segurança?

Apêndice D — Transcrição da entrevista n.º A1

Entrevistada n.º 1

Nome: Agostinho Dias da Costa

Cargos atuais: Vice-Presidente do Centro de Estudos *EuroDefense*-Portugal e Membro do Grupo de Reflexão Estratégica sobre Segurança (IDS/FD – UNL)

Cargos anteriores relevantes para o estudo/trabalho: Ex-Segundo Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana

Posto: Major General na reserva

Instituição: Centro de Estudos *EuroDefense*-Portugal

Data: 30 de abril de 2019

Local: Lisboa

Utilização de gravador: Não (realizada via correio eletrónico, sem limite de resposta)

Pergunta n.º 1: Na sua opinião, o Turismo, é decisivamente importante para a economia nacional?

Resposta: As estatísticas falam por si. De acordo com os dados do Turismo de Portugal (Ministério da Economia), “O setor do turismo é a maior atividade económica exportadora do país, sendo em 2018 responsável por 51,5% das exportações de serviços e por 18,6% das exportações totais, tendo as receitas turísticas registado um contributo de 8,2% no PIB português.⁸³”

De acordo com a mesma fonte, em 2018 o turismo empregava 328.500 trabalhadores, o que corresponde a 6,7% da força de trabalho na economia portuguesa. No mesmo ano, Portugal recebeu perto de 25 milhões de turistas. No ranking internacional de 2017, o nosso país era o 14º destino mais competitivo do mundo, ocupando a 17ª posição no número de chegadas de turistas e a 21ª em receitas turísticas⁸⁴.

Os números são claros quanto à importância do setor no balanço da economia portuguesa e, no plano social, como atividade geradora de emprego. Acresce o papel relevante do turismo como catalisador de outras atividades que são alavancadas por este setor da economia. Entre

⁸³ https://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo_Portugal/visao_geral/Paginas/default.aspx

⁸⁴ Turismo em Portugal 2018, travel BI, By Turismo de Portugal, pag. 2.

outras, destacam-se os dos transportes, da cultura e dos diferentes ramos do comércio, cujas atividades são dinamizadas e positivamente influenciadas pela atividade turística.

Acresce que no domínio do intangível, o sucesso turístico de Portugal contribui para a sua imagem positiva e prestígio internacionais, que num mundo marcado pela interconectividade e mobilidade global, representa um fator de *soft power* não despiciendo. Este facto é patente na posição de Portugal no “A Global Ranking of Soft Power 2018”⁸⁵, onde ocupa o 22º lugar no conjunto dos 30 primeiros à escala global.

Pergunta n.º 1.1: No caso de Portugal, considera que há economia sem turismo e turismo sem segurança?

Resposta: Há, naturalmente, mais economia para além do turismo, mas os números falam por si. Sobre a influência da segurança no turismo, é importante ter em atenção os fatores conjunturais que contribuíram para o apreciável aumento do setor turístico em Portugal nos anos mais recentes.

As condições de segurança do nosso país não podem ser olvidadas, nem tampouco a degradação das condições de segurança em países que representavam destinos tradicionalmente concorrentes, como dos situados do Norte de África e Médio Oriente, afetados recentemente tanto por alterações na ordem social ligas às intituladas “primaveras árabes”, como pela onda de terrorismo *jihadista* que se lhes seguiu.

Turismo sem segurança é uma equação de difícil resolução. Aqui, mais do que segurança, o fator a ter em consideração é o relativo ao sentimento de insegurança que um determinado destino turístico pode inspirar, aquando do momento da tomada de decisão por um destino de viagem. Trata-se, portanto, essencialmente de uma questão do plano das perceções.

Não é, portanto, uma questão linear, uma vez que as condições de segurança são sempre um fenómeno localizado no plano espaço-temporal. E quando se trata de turismo, no abstrato a questão prende-se com uma atividade de veraneio, cultura, tempos livres e de lazer, logo – férias. Apresenta-se essencial a imagem que se transmite, a confiança que se inspira e a credibilidade que se constrói, ao longo do tempo no plano internacional.

Não basta ser um país seguro, é preciso ser-se internacionalmente reconhecido como tal, sendo, portanto, essencial uma estratégia de comunicação e de divulgação de Portugal como

⁸⁵ Portland's in-house Content & Brand team do USC Center on Public Diplomacy (CPD), pag. 43

destino turístico, com todos os requisitos que isso implica numa sociedade moderna, onde a segurança não é um fator menor de ponderação.

Pergunta n.º 2: Quais serão no seu entendimento, os principais drivers que influenciarão esta atividade económica, face à conjuntura internacional?

Resposta: O turismo, no plano global, tenderá a manter índices de crescimento enquanto persistirem os fatores conjunturais que o impulsionaram no passado recente, a saber:

- O conjunto de fatores económicos, tecnologias e políticas a que se convencionar chamar por globalização. Uma reversão da globalização, em particular a reedição de lógicas de blocos geoestratégicos, clivagens culturais e protecionismos de vária ordem, a começar pelo reforço das fronteiras, terá necessariamente um impacto nefasto no livre movimento de pessoas, capitais, serviços e mercadorias e consequentemente uma retração do turismo à escala global, necessariamente com impacto no nosso país;
- A redução dos custos do transporte aéreo que permitiram a democratização do acesso ao uso do avião como meio de deslocação por excelência das viagens de longo curso. Perspetivas da Organização Internacional da Aviação Civil apontam para um ritmo de crescimento anual de 5% anual;
- Tem uma relação direta ao preço dos combustíveis e à estabilidade na exploração das fontes de hidrocarbonetos e aos respetivos valores de transação nos mercados financeiros;
- De igual forma a liberdade de acesso ao espaço aéreo, enquanto “global common” terá necessariamente influência no setor em apreço;
- A ascensão da classe média nos países em desenvolvimento que faz do Sul global uma nova fonte de turistas, que até há pouco tempo era praticamente irrelevante, como são exemplo a China e o Brasil;
- O impacto das alterações climáticas nas condições ambientais dos destinos turísticos, que poderá condicionar a respetiva atratividade e limitá-los a períodos sazonais, tornando-os menos apelativos em virtude das condições de temperatura, qualidade ambiental e dos riscos que lhe estão associados (patologias, incêndios, ciclones e outros fenómenos meteorológicos extremos);
- Questões de ordem social que consubstanciem situações de conflito social endémico, como é exemplo a presente crise dos *gilets jaunes* em França, com impacto no funcionamento dos serviços e na estabilidade da ordem social;

- O surgimento de ideologias xenófobas, da promoção do racismo e animosidade para com os estrangeiros;
- O despontar de sentimentos de saturação por parte dos nacionais, devido a uma percepção de excesso de turistas, de que são exemplo as recentes manifestações de desagrado em alguns destinos da Europa. Em Portugal, os movimentos contra a expansão do alojamento local e o desagrado perante o fenómeno de gentrificação das zonas nobres de Lisboa e do Porto, percecionado como um risco para a coesão social;
- O aumento da pequena criminalidade urbana, com impacto na imagem do país como destino seguro;
- A eventual concretização da sempre presente ameaça de uma ocorrência de matriz terrorista, seja ela relacionada com a rede internacional do terrorismo *jihadista* seja, em virtude do surgimento de um qualquer epifenómeno de extrema direita.

Pergunta n.º 3: Quais considera serem atualmente as principais preocupações, que pesam na hora do turista escolher o seu destino de férias?

Resposta: Ao nível dos fatores de ponderação para a tomada de uma decisão desta natureza, pesa certamente a percepção resultante da informação recolhida sobre as garantias de segurança do destino escolhido, nos seguintes aspetos:

- Baixa probabilidade de ameaças para a integridade física, nomeadamente no tocante: à criminalidade (roubos, assaltos, furtos, rapto, extorsão, etc.); à segurança rodoviária (associado à ideia de um país de pessoas com comportamento cívico e responsável na estrada); e às condições de paz e tranquilidade social no destino;
- Uma percepção de que são aceitáveis (mínimos) os riscos no plano ambiental, quer por via da ação humana como de ordem natural, a par da percepção da qualidade das infraestruturas e das redes de transportes;
- A percepção de encontrar no destino uma rede de emergência e de segurança pública eficaz, em particular de uma rede de cuidados de saúde primários adequada e ao nível dos padrões de exigência dos países desenvolvidos;
- A imagem favorável em relação à atitude da população face aos estrangeiros;
- Qualidade ambiental (da água, do ar e da paisagem urbana e rural) e garantias de segurança alimentar;

- A perceção de agentes do Estado eficientes, com um modelo de atuação pautado pelo respeito dos Direitos Humanos e dos Valores e Princípios do Estado de Direito Democrático;
- Uma sociedade onde ressalte uma imagem de equidade social, é necessariamente um destino onde o espaço público não surge marcado por imagens confrangedoras de pobreza, exclusão social e marginalidade que inspiram sentimentos de compaixão e insegurança;
- Por outro lado, a perceção de um país eficiente, com instituições credíveis, índices de corrupção reduzidos e que paute pela subordinação dos agentes do Estado ao primado do Direito, é necessariamente um destino mais apelativo.

Pergunta n.º 4: No seu entendimento, o vetor segurança em geral, é decisivo na hora da escolha do destino turístico por parte dos cidadãos?

Resposta: Sim. A resposta a esta questão está implícita na da questão anterior. Implica que a montante se tenha presente o conceito de segurança, nomeadamente na perspetiva alargada da segurança humana.

Pergunta n.º 4.1: Na sua opinião, o referido vetor é importante para a consolidação e promoção de Portugal como destino de excelência?

Resposta: Sim. A resposta a esta questão também está implícita nas das questões anteriores. Se a segurança é um fator estruturante na afirmação de um país como destino turístico, o mesmo se aplica a Portugal.

Pergunta n.º 5: Considerando a atual conjuntura internacional, acha que isso poderá vir a ter consequências para Portugal, particularmente em relação ao turismo e à segurança?

Resposta: A atual conjuntura internacional caracteriza-se por um ambiente de segurança complexo, onde primam como ameaças: o terrorismo, a criminalidade organizada transnacional e o cibercrime⁸⁶. Por outro lado, existe a perceção de um conjunto vasto de risco, de que já se deu anteriormente nota dos mais relevantes.

⁸⁶ The European Agenda on Security, COM (2015) 185, 28.4.2015, pag. 2

Se no plano das ameaças Portugal tem estado relativamente imune aos seus aspetos mais dramáticos, já no tocante aos riscos a questão já não se apresenta tão linear e reconfortante. Portugal está numa zona de transição climática e, consequentemente, vulnerável às variações que se têm processado neste domínio. O deficiente ordenamento do território, uma gestão florestal pouco coordenada e a eucaliptização do espaço rural, configuram uma situação onde a segurança do território emerge como o elo mais fraco. A vulnerabilidade do nosso país neste domínio é atestada pela recorrência dos fogos florestais, cheias e desastres naturais, que colocam em risco o equilíbrio ecológico de vastas regiões do território, assim como a sustentabilidade ambiental do país em geral.

A perceção de que o nosso país arde em todos os verões, com preocupantes perdas de vidas e de património, não abona em favor da imagem de Portugal como um destino seguro, sendo potencialmente penalizadora da atividade turística que não se circunscreve às praias da orla marítima.

Portugal é uma fronteira externa da União Europeia, estando relativamente próximo do Norte de África. Este continente enfrenta uma explosão demográfica sem paralelo, a par de situações de conflito, instabilidade política e crises larvares em diferentes regiões. Proliferam também aqui os Estados fracos e falhados, fortemente vulneráveis à ação das redes de criminalidade organizada e de inspiração política violenta. Acresce os desequilíbrios sociais e ambientais, a par de uma elevada percentagem de deslocados e refugiados que inevitavelmente conduzirão a um êxodo em massa em direção ao Norte desenvolvido.

Neste ponto a estabilidade da situação em Portugal estará em muito dependente da situação nos países vizinhos do Magreb, na qualidade de países de trânsito, especialmente em Marrocos, na medida em que forem capazes de controlar os fluxos migratórios que se processarem pelos respetivos territórios.

Pergunta n.º 6: Como olha para o posicionamento de Portugal no Global Peace Index do IEP, nos últimos anos, TOP 5 desde 2016, particularmente o 3º lugar de 2017 e o 4º de 2018?

Resposta: Como o resultado normal de um Estado de Direito que representa uma democracia estabilizada, com instituições e serviços públicos que, na generalidade, funcionam bem. Um país que desfruta de uma assinalável paz social, com índices de criminalidade baixos, de sinistralidade rodoviária dentro dos padrões normais e com uma população que apresenta um forte sentimento de pertença, espírito democrático, comportamento tolerante para com

os outros e uma postura civilizada para com a diferença, uma população cosmopolita e com uma atitude de abertura aos estrangeiros.

Pergunta n.º 7: Que papel e que relação, considera deve ter a segurança em *lato sensu*, junto da atividade turística?

Resposta: A segurança, por via do desempenho dos seus diferentes atores, é um garante do regular funcionamento das instituições, um promotor da convivência social e elemento importante na coesão social.

Para ser credível deverá inspirar confiança e fortalecer uma imagem de Portugal como um destino turístico seguro. Importa que o sistema de segurança nacional atue como um todo coerente, subordinando-se aos princípios do Estado de Direito e ao primado da Lei, por práticas que sendo eficazes não descurem o estrito respeito dos Direitos Humanos. Deve manter uma relação de proximidade com as pessoas, indiferentemente de serem nacionais ou estrangeiros.

Pergunta n.º 8: Considera que o turista que nos visita, perceciona Portugal como um país e um destino seguro?

Resposta: Esse é um requisito apriorístico na escolha de Portugal como destino, associado à sua imagem de marca como espaço de excelência, atestado nos areópagos de aconselhamento internacional sobre deslocações, quer para fins de salvaguarda da segurança de nacionais, como de promoção turística.

O ambiente de segurança no nosso país não é uma ficção, sendo percecionado tanto pelos que cá vivem como pelos que nos visitam, sendo patente na liberdade de movimentos das pessoas, quer de dia como de noite, sem constrangimentos de segurança ou relatos significativos de incidentes contra a sua integridade.

Os indicadores estatísticos assim o demonstram, a par da ausência de notícias alarmantes sobre incidentes de relevo, nomeadamente tendo por alvo os turistas. A presença discreta no dia-a-dia e mais musculada nos eventos que assim o requerem, por parte das forças de segurança, contribui para uma perceção de país seguro e ambiente social calmo.

Pergunta n.º 9: Acha que as estruturas e entidades público/privadas associadas ao setor do turismo, consideram a segurança como um vetor decisivo e distintivo, para a consolidação da imagem de Portugal, como destino de excelência?

Resposta: A segurança é um fator importante não só no afluxo do turismo, mas também para os estrangeiros que aqui pretendem estabelecer residência e fazer investimentos, nomeadamente no setor em apreço.

Para os operadores turísticos, para todos os setores ligados a esta atividade, desde os dos transportes, aos da hotelaria, do comércio e das atividades ligadas à cultura, manter Portugal com uma imagem internacional de país seguro é vital, para que não se processem interrupções que coloquem o setor em risco de colapso.

Há, portanto, uma perceção geral, tanto por parte dos poderes públicos, como dos agentes económicos, operadores turísticos e cidadãos em geral, da importância da segurança para a manutenção do atual padrão de vida em sociedade.

A prioridade que a área da segurança tem merecido por parte de todos os governos, sem exceção. Importa referir que mesmo durante o período da crise financeira que o país passou, no chamado período da troika, a segurança interna mereceu especial atenção e prioridade. Foi patente a preocupação de não acrescentar uma crise de segurança à crise financeira, económica e social de então.

Essa preocupação ajudou certamente às condições para a aceleração da atividade turística que Portugal auferiu, na sequência da crise de segurança que, contemporaneamente, ocorreu tanto na Europa como no Norte de África e Médio Oriente.

Pergunta n.º 10: Na sua opinião, considera que a segurança ou falta dela, tem uma relação direta de causa/efeito na movimentação e variação do fluxo turístico a nível global?

Resposta: Esta questão foi já respondida anteriormente, quando se reportaram as causas para o incremento do fluxo de turismo em Portugal, em particular decorrentes das “primaveras árabes” e do terrorismo de inspiração *jihadista*. Estas tiveram impacto negativo nos fluxos turísticos que tradicionalmente se dirigiam para destinos como a Tunísia, o Egipto, a Turquia, entre outros. Mercê da sua proximidade de áreas de conflito, das condições de instabilidade social, ou por força de atentados expressamente dirigidos contra as respetivas infraestruturas turísticas, levaram os grandes operadores turísticos internacionais e certamente muitos particulares, a reorientarem as suas prioridades para destinos mais seguros, como Portugal.

Um exemplo bem recente que atesta esta tendência, prende-se como os atentados ocorridos durante a Páscoa no Sri Lanka. Estes tiveram, como primeira reação, o cancelamento em massa das reservas para este país que se procura afirmar como destino turístico preferencial.

Pergunta n.º 10.1: Considera que as situações ocorridas no passado recente na bacia mediterrânica (e.g. Egito, Turquia, Tunísia, Grécia), bem como, em território europeu (e.g. Berlim, Londres, Estocolmo, Paris, Nice, Barcelona), têm tido influência no desempenho dos últimos anos do setor turístico em Portugal?

Resposta: Se por desempenho do setor turístico se entende o nível dos seus indicadores do seu crescimento, é de admitir que sim, embora pesem numa escala diferentes os atentados ocorridos em solo europeu e nos países do Médio Oriente e Norte de África.

Naqueles, a perceção da sua excecionalidade e a ideia da sua origem exógena, embora em boa parte conduzidos por nacionais destes países, conferem-lhe um caráter de fenómeno circunscrito às circunstâncias da disputa política inspirada e conduzida a partir do exterior, nomeadamente pelo estado islâmico. A perceção desta ameaça acompanha também a da evolução da sua capacidade de ação ofensiva na Europa, aliviada pela perda da base do *Dash* territorial na Síria e Iraque.

Já no que concerne à situação no Sul e Leste do Mediterrâneo, a normalização da situação de segurança tem sido tímida. Têm, entretanto, surgido novos focos de tensão, quer pela presença de células do estado islâmico, como de grupos terroristas como a *Al-Qaeda* da Magreb, como ainda por conflitos que persistem na Líbia, no Egito (na península do Sinai) e na Síria, com envolvimento direto da Turquia, como ainda de ordem social, resultantes de disputas internas de poder, como no caso da Argélia.

Não obstante as estatísticas mostrem uma tendência de recuperação do turismo em países como a Tunísia, o Egito e a Turquia, o espectro da ameaça terrorista é bem mais presente aí do que nos países europeus que foram alvo de atentados terroristas.

Pergunta n.º 11: Considera que estamos preparados para fazer face a um atentado como o ocorrido a 11 de dezembro de 2018 no mercado de Natal em Estrasburgo?

Resposta: Depende do que se entende por estar preparado para uma situação dessa natureza, uma vez que implica ter capacidades de prevenção, alerta, resposta, recuperação e restabelecimento da normalidade, perante uma situação que pode apresentar uma ampla variedade de circunstâncias e a imaginação humana não tem limites.

Nenhum país está a salvo de uma situação desta natureza e nenhum país está completamente imune e totalmente preparado. O importante é o país ter os meios adequados, planos de contingência, a par do enquadramento legal e nível de resiliência adequados, para fazer face a uma situação desta natureza.

Portugal como membro da União Europeia e, neste âmbito, fazendo parte da política comum de Segurança, Liberdade e Justiça, tem vindo a dotar-se dos instrumentos necessários para que, no caso de ocorrer uma situação desta natureza, a resposta seja a necessária, com os meios adequados e o nível de atuação proporcional à natureza da ameaça.

Pergunta n.º 12: Acha que se devia apostar mais na utilização de mecanismos de videovigilância e novas tecnologias pelas FFSS, em locais públicos e turísticos?

Resposta: As FSS devem ser dotadas com as capacidades necessárias para uma ação eficaz, onde os meios tecnológicos funcionem como um multiplicador de potencial. Sobretudo, num período em que uma parte significativa da vida dos cidadãos se processa no ciberespaço, as polícias não podem ter a sua ação arredada deste ambiente. Por outro lado, apresenta-se essencial o recurso a meios tecnológicos adequados que lhe permitam neutralizar e controlar as ameaças e impedir o uso malévolo deste ambiente.

Este pressuposto não invalida, contudo, que a sua ação se processe dentro dos limites da Lei e no respeito pelas liberdades e garantias dos cidadãos. A utilização das tecnologias deve ter um carácter supletivo, devendo evitar-se panaceias e falsas expectativas em relação ao seu papel no quadro da ação tático-policial.

As tecnologias são instrumentos da ação policial, seguramente importantes, mas a centralidade da segurança deverá manter-se no elemento humano, na atuação de proximidade e na relação de confiança com o cidadão. Numa sociedade resiliente, a primeira linha de segurança assenta numa atitude ativa e colaborativa dos cidadãos.

Sobretudo, há que ter presente que viver sob constante vigilância causaria justificada angústia aos cidadãos, despertaria fantasmas do passado, não sendo tácito que pudesse garantir maior segurança.

Teria ainda o risco de poder incorrer-se em esquemas de créditos sociais, como o presente-mente em processo de implementação na República Popular da China, que consubstancia um atentado aos direitos individuais e ao modelo de sociedade fundada no Estado de Direito.

Pergunta n.º 13: Considera que o levantamento de modelos preditivos baseados em soluções tecnológicas direcionadas para a realidade portuguesa e que permita antecipar cenários na área da segurança, além da aposta nas novas tecnologias em prol da segurança deve ser o caminho a seguir pelos vários atores que intervêm nestas matérias?

Resposta: Os modelos de policiamento preditivo estão ainda numa fase de desenvolvimento e validação da respetiva eficácia. Deve evitar-se incorrer na distopia de subordinar a ação tático-policial a um algoritmo. Tem ainda como aspeto negativo a tendência para se dar o provável como certo, inculcando posturas e procedimentos de policiamento fundados em palpites e não em factos, logo, potenciadores de incidentes.

Considera-se o policiamento preditivo importante, mas como meio de orientação da taxa de esforço da ação policial e para o balanceamento dos meios, em função das perspetivas da sua utilização. Ao nível operacional poderá também ser um excelente instrumento de suporte no planeamento e no apoio à decisão. Já no plano tático-policial, no atual estado da arte, há que ser mais comedido, não elevando demasiado as expectativas. Sobretudo, há que ter presente que são os homens que comandam as máquinas e não os algoritmos que dirigem a ação das polícias.

Pergunta n.º 14: No futuro considera que há margem para melhorar no âmbito da relação turismo/segurança em Portugal, no âmbito da partilha de responsabilidades entre as diversas organizações, públicas e privadas, favorecendo uma efetiva cultura prospetiva e preditiva de segurança, ou ainda em outros aspetos?

Resposta: O Sistema de Segurança Interna não se direciona para nenhum sector da economia em particular, nomeadamente para o turismo em especial, mas antes para a sociedade em geral. Naturalmente que entre as áreas mais sensíveis às alterações das condições de segurança do país, o turismo está na primeira linha.

Já anteriormente foi referido que as atuais condições de segurança do nosso país não inspiram preocupações e a manterem-se os atuais patamares de ameaça, é previsível que Portugal continue como uma opção turística preferencial, no que aos requisitos de segurança diz respeito.

Portugal não se destaca por ser um Estado securitário, antes sendo um país onde os baixos sentimentos de insegurança decorrem mais da ação eficaz das FSS, do que de uma postura

excessivamente interventiva das polícias. Tem havido o bom-senso de não embarcar em exibicionismos securitários, que mais do que refrear sentimentos de insegurança seriam causadores de alarme e inquietação social.

Importa realçar que a segurança não é um assunto exclusivamente dependente ou decorrente da ação das polícias, tendo outras componentes igualmente relevantes, como já anteriormente assinalado.

No que às FSS diz respeito, há muito a fazer e um longo caminho a percorrer, nomeadamente no sentido do incremento da sua eficiência. Essas medidas extravasam o objeto da presente reflexão e têm merecido a nossa atenção, nomeadamente através de propostas públicas apresentadas em duas publicações que o Grupo de Reflexão Estratégica sobre Segurança deu à estampa em datas recentes.

Se no campo da eficácia o SSI português tem mostrado estar à altura dos desafios de segurança, embora, em boa verdade não tenha ainda sido verdadeiramente posto à prova, já no tocante à eficiência a questão parece menos consensual. É notória a existência, no SSI, de duplicações, redundâncias, conflitos de competências fomentadoras de rivalidades e competição entre polícias, que penalizam a relação custo-eficácia do sistema, que importa avaliar e corrigir.

Apêndice E — Relação das QI com o guião de entrevista do tipo A

Tabela 37- Quadro resumo das QI e do guião de entrevista do tipo A

Questão Central	Questões Derivadas	Perguntas da Entrevista
Qual é a importância do vetor Segurança na escolha do destino turístico?	1. Quais são os vetores/fatores mais relevantes na escolha do destino turístico Algarve?	1. Na sua opinião, O Turismo, é decisivamente importante para a economia nacional? 1.1 No caso do Portugal, considera que há economia sem turismo e turismo sem segurança? 2. Quais serão no seu entendimento, os principais drivers que influenciarão esta atividade económica, face à conjuntura internacional? 3. Quais considera serem atualmente as principais preocupações, que pesam na hora do turista escolher o seu destino de férias? 4. No seu entendimento, o vetor segurança em geral, é decisivo na hora da escolha do destino turístico por parte dos cidadãos? 4.1. Na sua opinião, o referido vetor é importante para a consolidação e promoção de Portugal como destino de excelência?
	2. O Turista que nos visita percebe a região do Algarve como sendo um destino seguro?	5. Considerando a atual conjuntura internacional, acha que isso poderá vir a ter consequências para Portugal, particularmente em relação ao turismo e à segurança? 6. Como olha para o posicionamento de Portugal no Global Peace Index do IEP, nos últimos anos, TOP 5 desde 2016, particularmente o 3º lugar de 2017 e o 4º de 2018? 8. Considera que o turista que nos visita, percebe Portugal como um destino seguro?
	3. As estruturas e Entidades público/privadas associadas ao setor turístico no Algarve entendem a Segurança como um vetor decisivo na manutenção e consolidação do destino?	7. Que papel e que relação, considera deve ter a segurança em <i>lato sensu</i>, junto da atividade turística? 9. Acha que as estruturas e entidades público/privadas associadas ao setor do turismo consideram a segurança como um vetor decisivo e distintivo, para a consolidação da imagem de Portugal como destino de excelência? 12. Acha que se devia apostar mais na utilização de mecanismos de videovigilância e novas tecnologias pelas FFSS, em locais públicos e turísticos? 13. Considera que o levantamento de modelos preditivos baseados em soluções tecnológicas direcionadas para a realidade portuguesa e que permita antecipar cenários na área da segurança, além da aposta

		nas novas tecnologias em prol da segurança deve ser o caminho a seguir pelos vários atores que intervêm nestas matérias? 14. No futuro considera que há margem para melhorar no âmbito da relação turismo/segurança em Portugal, nomeadamente no âmbito da partilha de responsabilidades entre as diversas organizações, entidades públicas e privadas, favorecendo uma efetiva cultura prospetiva e preditiva de segurança?
	4. Têm as ocorrências criminais, a instabilidade político/social e o fenómeno terrorista uma relação direta de causa/efeito nas movimentações do Turista e por conseguinte na variação do fluxo turístico?	10. Na sua opinião, que a segurança ou falta dela, tem uma relação direta de causa/efeito na movimentação e variação do fluxo turístico a nível global? 10.1. Considera que as situações ocorridas no passado recente na bacia mediterrânica (e.g. Egito, Turquia, Tunísia, Grécia), bem como, em território europeu (e.g. Berlim, Londres, Estocolmo, Paris, Nice, Barcelona), têm tido influência no desempenho dos últimos anos do setor turístico em Portugal? 11. Considera que estamos preparados para fazer face a um atentado como o ocorrido a 11 de dezembro de 2018 no mercado de Natal em Estrasburgo?

Fonte: Autor

Apêndice F — Guião de entrevista do Tipo B

GUIÃO DE ENTREVISTA TIPO B

Entrevista Estruturada no âmbito da Dissertação de Mestrado em Direito e Segurança

TEMA: “A Segurança como vetor decisivo na escolha do destino Turístico: O caso do Algarve”

I – CARACTERIZAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

Nome:	
Função:	
Posto/Categoria profissional (quando aplicável):	
Instituição/Unidade (quando aplicável):	
Local:	Data:

II – PERGUNTAS

Pergunta n.º 1: Na sua opinião, o Turismo, é decisivamente importante para a economia regional?

Pergunta n.º 1.1: No caso do Algarve, considera que há economia regional sem turismo e turismo sem segurança?

Pergunta n.º 2: Quais serão no seu entendimento, os principais *drivers* que influenciarão esta atividade económica na região, face à conjuntura internacional?

Pergunta n.º 3: Quais considera serem atualmente as principais preocupações, que pesam na hora do turista escolher o seu destino de férias?

Pergunta n.º 4: No seu entendimento, o vetor segurança em geral, é decisivo na hora da escolha do destino turístico por parte dos cidadãos?

Pergunta n.º 4.1: Na sua opinião, o referido vetor é importante para a consolidação e promoção da região Algarvia como destino de excelência?

Pergunta n.º 5: Considerando a atual conjuntura internacional, acha que isso poderá vir a ter consequências para a região do Algarve, particularmente em relação ao turismo e à segurança?

Pergunta n.º 6: Como olha para o posicionamento de Portugal no Global Peace Index do IEP, nos últimos anos, TOP 5 desde 2016, particularmente o 3º lugar de 2017 e o 4º de 2018?

Pergunta n.º 7: Que papel e que relação, considera deve ter a segurança em *lato sensu*, junto da atividade turística a nível regional?

Pergunta n.º 8: Considera que o turista que nos visita, perceciona a região do Algarve como um destino seguro?

Pergunta n.º 9: Acha que as estruturas e entidades público/privadas associadas ao setor do turismo consideram a segurança como um vetor decisivo e distintivo, para a consolidação da imagem da região Algarvia como destino de excelência?

Pergunta n.º 10: Na sua opinião, considera que a segurança ou falta dela, tem uma relação direta de causa/efeito na movimentação e variação do fluxo turístico a nível global?

Pergunta n.º 10.1: Considera que as situações ocorridas no passado recente na bacia mediterrânica (e.g. Egito, Turquia, Tunísia, Grécia), bem como, em território europeu (e.g. Berlim, Londres, Estocolmo, Paris, Nice, Barcelona), têm tido influência no desempenho dos últimos anos do setor turístico no Algarve?

Pergunta n.º 11: Considera que a Região está preparada para fazer face a um atentado como o ocorrido a 11 de dezembro de 2018 no mercado de Natal em Estrasburgo?

Pergunta n.º 12: Acha que se devia apostar mais na utilização de mecanismos de videovigilância e novas tecnologias pelas FFSS, em locais públicos e turísticos?

Pergunta n.º 13: O que considera que pode e/ou deve ser feito por todos os envolvidos, a fim de evitar fenómenos de desordem pública grupal, como o ocorrido a 25 de junho de 2017 em Albufeira, e que agrava o sentimento de insegurança, e acarreta necessários danos para a imagem e credibilidade do destino?

Pergunta n.º 14: Considera que o levantamento de modelos preditivos baseados em soluções tecnológicas direcionadas para a realidade da região do Algarve e que permita antecipar cenários na área da segurança, além da aposta nas novas tecnologias em prol da segurança deve ser o caminho a seguir pelos vários atores que intervêm nestas matérias?

Pergunta n.º 15: No futuro considera que há margem para melhorar no âmbito da relação turismo/segurança na região Algarvia, nomeadamente no âmbito da partilha de responsabilidades entre as diversas organizações, entidades públicas e privadas, favorecendo uma efetiva cultura prospetiva e preditiva de segurança?

Apêndice G — Transcrições das entrevistas do Tipo B

G.1 Transcrição da entrevista n.º B1

Entrevistado n.º 2

Nome: Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes

Cargo atual: Oficial de Ligação do Ministério da Administração Interna, junto da Embaixada de Portugal em França

Cargos anteriores relevantes para o estudo/trabalho: Ex-Comandante Territorial do Comando Territorial de Faro da Guarda Nacional Republicana (2014-2017)

Posto: Coronel

Instituição: Guarda Nacional Republicana

Data: 26 de março de 2019

Local: Paris

Utilização de gravador: Não (realizada via correio eletrónico, sem limite de resposta)

Pergunta n.º 1: Na sua opinião, O Turismo, é decisivamente importante para a economia regional?

Resposta: O turismo é decisivamente importante para a economia em termos nacionais e, por maioria de razão, em termos regionais. A dependência excessiva da economia regional em relação ao turismo é, aliás, uma das vulnerabilidades apontada à mesma.

Pergunta n.º 1.1: No caso do Algarve, considera que há economia regional sem turismo e turismo sem segurança?

Resposta: Como se costuma dizer, "poder, podia..., mas não seria a mesma coisa". A importância do turismo em termos regionais terá começado a dar os primeiros passos na década de 60. Antes disso, naturalmente que existia atividade económica na região, ligada, no entanto a outros setores de atividade. Hoje em dia, passe o pleonasmo, seria quase impensável pensar a região sem turismo, o que, para acontecer, teria que corresponder a uma grande alteração global no nosso *modus vivendi*. Quanto à questão do turismo e da segurança, é por

demais evidente a dependência desta atividade relativamente a uma conjuntura favorável em termos de segurança e sentimento de segurança.

Pergunta n.º 2: Quais serão no seu entendimento, os principais *drivers* que influenciarão esta atividade económica na região, face à conjetura internacional?

Resposta: Independentemente dos *drivers* que possam influenciar a atividade turística na região, o sol, a praia, a gastronomia, as paisagens, a riqueza cultural, bem como a simpatia "das gentes", estão disponíveis um pouco por todo o mundo e muitas vezes a preços ainda mais acessíveis do que em Portugal e no Algarve, para os eventuais interessados em férias e lazer.

Num mundo cada vez mais globalizado e mediatizado, as questões relacionadas com a segurança e a "imagem de segurança" de um destino turístico serão cada vez mais determinantes nessa escolha.

Pergunta n.º 3: Quais considera serem atualmente as principais preocupações, que pesam na hora do turista escolher o seu destino de férias?

Resposta: Em termos de preocupações, o preço, a segurança (não só no sentido estrito do termo, mas também aos mais diversos níveis, incluindo o alimentar e sanitário), bem como a acessibilidade aos meios médicos e de socorro em caso de necessidade, parecem-me ser as principais preocupações que pesam na altura da grande maioria dos turistas escolher o seu destino de férias.

Pergunta n.º 4: No seu entendimento, o vetor segurança em geral, é decisivo na hora da escolha do destino turístico por parte dos cidadãos?

Resposta: Para a generalidade dos turistas penso que sim, pese embora a existência de alguns segmentos de turismo mais "radicais" em relação aos quais a questão da segurança não é decisiva.

Pergunta n.º 4.1: Na sua opinião, o referido vetor é importante para a consolidação e promoção da região Algarvia como destino de excelência?

Resposta: Embora a minha opinião esteja longe de ser isenta, considero que a segurança é talvez, juntamente com a qualidade da oferta turística, o principal vetor para a consolidação e promoção da Região como destino de excelência.

Pergunta n.º 5: Considerando a atual conjuntura internacional, acha que isso poderá vir a ter consequências para a região do Algarve, particularmente em relação ao turismo e à segurança?

Resposta: O conceito de "atual" nesta sociedade cada vez mais em aceleração é naturalmente muito subjetivo. Se "atual conjuntura internacional" englobar o aumento de risco que se verificou em alguns destinos "concorrentes" da região do Algarve, tem-se verificado que sim, com impactos muito positivos no aumento do número de turistas que procuram a Região.

Se "atual conjuntura internacional" significar a tendência para o "arrefecimento" da economia e dos mercados e para a diminuição do poder de compra dos cidadãos de muitos países desenvolvidos do mundo, então, das duas, uma:

Ou a Região se consegue afirmar no contexto da oferta turística nacional e internacional e o resultado será um... ou isso não acontece e o resultado será, necessariamente, outro.

Pergunta n.º 6: Como olha para o posicionamento de Portugal no Global Peace Index do IEP, nos últimos anos, TOP 5 desde 2016, particularmente o 3º lugar de 2017 e o 4º de 2018?

Resposta: Naturalmente que com orgulho, enquanto português e com gratidão por, apesar de todas as nossas vulnerabilidades, continuarmos a ser um país onde se pode viver em paz, com tudo de bom que isso significa em termos sociais, económicos e políticos.

Pergunta n.º 7: Que papel e que relação, considera deve ter a segurança em *lato sensu*, junto da atividade turística a nível regional?

Resposta: Como já referido, a atividade turística está fortemente dependente de uma conjuntura favorável em termos de segurança e sentimento de segurança.

Em termos gerais, temos uma segurança "reativa" em relação aos problemas, sendo a falta de efetivos um dos vários obstáculos a um tipo de postura mais proativa.

Os princípios do policiamento de proximidade implicam uma relação estreita com todos os agentes sociais e, a este nível, os agentes turísticos, nomeadamente através das suas associações, deverão ser parceiros incontornáveis na "produção" de segurança.

Pergunta n.º 8: Considera que o turista que nos visita, perceciona a região do Algarve como um destino seguro?

Resposta: Muito sucintamente, e em termos gerais, se os turistas que visitam a região não percecionassem este destino como um destino seguro, não o escolheriam... inclusivamente em contextos que, muitas vezes, envolvem os próprios agregados familiares, grande parte das vezes com crianças, ou a procura de ambientes de diversão noturna, em que a segurança é também fundamental.

Pergunta n.º 9: Acha que as estruturas e entidades público/privadas associadas ao setor do turismo consideram a segurança como um vetor decisivo e distintivo, para a consolidação da imagem da região Algarvia como destino de excelência?

Resposta: Em termos gerais, do ponto de vista dos princípios e da teoria, sim. Em termos concretos e do ponto de vista da contribuição prática para que as forças e serviços de segurança tenham meios e condições de prestação de serviço também eles de excelência, que possam ajudar também a projetar essa mesma imagem associada ao destino turístico, não! Para isso bastará pensar em certos locais de atendimento das FFSS e em algumas viaturas policiais que se encontram ao serviço em toda a Região e nos casos muito pontuais em que autarquias, associações ligadas à hotelaria ou operadores turísticos colaboram na superação dessas dificuldades.

Pergunta n.º 10: Na sua opinião, que a segurança ou falta dela, tem uma relação direta de causa/efeito na movimentação e variação do fluxo turístico a nível global?

Resposta: Como já foi referido anteriormente, naturalmente que sim, tendo-se verificado efetivamente que a Região beneficiou com a diminuição da segurança em alguns destinos tradicionalmente concorrentes e o desvio desses fluxos turísticos para o nosso país.

Pergunta n.º 10.1: Considera que as situações ocorridas no passado recente na bacia mediterrânica (e.g. Egito, Turquia, Tunísia, Grécia), bem como, em território europeu (e.g. Berlim, Londres, Estocolmo, Paris, Nice, Barcelona), têm tido influência no desempenho dos últimos anos do setor turístico no Algarve?

Resposta: Como também já foi implicitamente respondido, parece evidente que sim, principalmente no que respeita aos destinos do mediterrâneo.

Pergunta n.º 11: Considera que a Região está preparada para fazer face a um atentado como o ocorrido a 11 de dezembro de 2018 no mercado de Natal em Estrasburgo?

Resposta: Na verdade, nenhuma região está nunca preparada para atos terroristas individuais, muitas vezes cometidos por autores já com antecedentes criminais de delinquência comum e/ou transtornos psicológicos.

A imprevisibilidade e a existência de meios e oportunidades diversas para cometer atos dessa natureza são de tal forma grandes, que nunca ninguém poderá estar nunca completamente prevenido ou preparado.

Já no que respeita ao terrorismo “organizado”, o trabalho de informações das diversas agências anti-terroristas dos vários países da comunidade internacional empenhados no combate, principalmente ao terrorismo islâmico, tem sido muito eficaz e a Região também tem beneficiado dessa mesma cooperação.

Pergunta n.º 12: Acha que se devia apostar mais na utilização de mecanismos de videovigilância e novas tecnologias pelas FFSS, em locais públicos e turísticos?

Resposta: Já acontece em todo mundo, embora a velocidades e aprofundamentos diferentes, e nós devemos ser dos poucos países onde as limitações às FFSS para a videovigilância na via pública, parecem ser maiores para estas do que para os particulares.

Por vezes parece que estamos presos apenas a questões de terminologia. Se as "câmaras de vigilância" levantam tantas questões de natureza garantística, coloquem-se as mesmas câmaras, mas chamem-se-lhes "câmaras de proteção"... pode ser que os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos passem então a estar efetivamente mais protegidos.

Pergunta n.º 13: O que considera que pode e/ou deve ser feito por todos os envolvidos, a fim de evitar fenómenos de desordem pública grupal, como o ocorrido a 25 de junho de 2017 em Albufeira, e que agrava o sentimento de insegurança, e acarreta necessários danos para a imagem e credibilidade do destino?

Resposta: O Algarve enquanto Região, as estruturas regionais, os municípios e as diversas associações e operadores turísticos envolvidos, deveriam há muito tempo ter definido através de opções estratégicas claras, que tipo de turismo se pretende e não permitir que este destino turístico continue a ser "promovido" e divulgado como sendo de "sonho" para despedidas de solteiros, bebedeiras e outros excessos noturnos.

Enquanto isso não acontecer, naturalmente que se continuarão a agravar os danos na imagem e credibilidade do Algarve enquanto destino turístico.

Pergunta n.º 14: Considera que o levantamento de modelos preditivos baseados em soluções tecnológicas direcionadas para a realidade da região do Algarve e que permita antecipar cenários na área da segurança, além da aposta nas novas tecnologias em prol da segurança deve ser o caminho a seguir pelos vários atores que intervêm nestas matérias?

Resposta: Naturalmente que sim. E, como é evidente, considerando os elevados custos associados a este tipo de investimentos e os constrangimentos públicos existentes em termos de Orçamento de Estado, esta seria (ou poderá ser) uma área em que as estruturas e entidades privadas associadas ao setor do turismo teriam uma ótima oportunidade de demonstrar que consideram a segurança como um vetor decisivo e distintivo para a consolidação do Algarve como destino de excelência e contribuir eficazmente para uma segurança mais efetiva e de maior qualidade na Região.

Pergunta n.º 15: No futuro considera que há margem para melhorar no âmbito da relação turismo/segurança na região Algarvia, nomeadamente no âmbito da partilha de responsabilidades entre as diversas organizações, entidades públicas e privadas, favorecendo uma efetiva cultura prospetiva e preditiva de segurança?

Resposta: Como em tudo na vida, há sempre margem para melhorar...

Na sequência dos Contratos Locais de Segurança existentes na Região com todos os municípios do Algarve (já na segunda geração) e considerando o peso da segurança no desenvolvimento da atividade turística e o peso da atividade turística na atividade das Forças de Segurança na região, justificar-se-ia a existência de um "Contrato de Segurança" específico para esta área, envolvendo as diversas organizações e entidades públicas e privadas ligadas ao setor e as FFSS da região e funcionando com a mesma filosofia e princípios dos CLS.

No mesmo sentido, a existência de um programa especial para a área do turismo (não apenas durante o verão), poderia trazer muito bons resultados na satisfação das necessidades, expectativas e anseios dos operadores turísticos, Forças de Segurança, turistas nacionais e estrangeiros que nos visitam e população em geral e contribuir efetivamente para uma Região de excelência e projeção dessa mesma imagem em termos de Turismo e Segurança.

G.2 Transcrição da entrevista n.º B2

Entrevistado n.º 3

Nome: Marco António Viegas Martins

Cargo atual: Comandante do Comando Distrital de Faro da Polícia de Segurança Pública

Posto: Superintendente

Instituição: Polícia de Segurança Pública

Data: 03 de abril de 2019

Local: Faro

Utilização de gravador: Não (realizada via correio eletrónico)

Pergunta n.º 1: Na sua opinião, O Turismo, é decisivamente importante para a economia regional?

Resposta: Alguns dados relativos ao ano de 2017 (já fechados, por ausência de 2018 – INE): Alojamento Turístico Coletivo. A evolução das dormidas nas regiões foi globalmente positiva, com realce para os crescimentos registados na RA Açores (+20,6%) e Centro (+19,9%). **O Algarve manteve-se como o principal destino (30,7% das dormidas totais)**, secundado pela AM Lisboa (25,4%).

As dormidas na hotelaria aumentaram em todas as regiões, de forma significativa no Centro (+16,5%), RA Açores (+15,8%) e Alentejo (+15,3%). **Como habitualmente, os principais destinos foram o Algarve (33,8% das dormidas totais)**, AM Lisboa (24,8%) e RA Madeira (12,9%), esta última seguida de perto pela região Norte (12,6%).

Todas as regiões aumentaram o número da sua oferta hoteleira, com destaque para a AM Lisboa (+8,6%), Alentejo e RA Açores (+6,9% em ambas). **O Algarve foi a região com maior oferta de estabelecimentos hoteleiros (22,2% do total)**, seguindo-se o Norte (quota de 20,6%) Centro (19,7%) e AM Lisboa (17,2%).

Todas as regiões registaram aumento do número de camas disponíveis na hotelaria, com a RA Açores e o Alentejo a destacarem-se (+6,2% e +5,7%, respetivamente). **O Algarve concentrou 36,8% da capacidade (camas) de alojamento nacional**, seguindo-se a AM Lisboa (20,2%), o Norte (13,2%) e o Centro (12,7%).

Todas as regiões registaram aumentos das dormidas de residentes, com realce para a RA Açores (+18,7%) e Alentejo (+13,4%). **O Algarve manteve-se como principal destino dos residentes, concentrando 26,2% das dormidas**, seguindo-se a AM Lisboa e o Norte (19,4% e 19,0%, respetivamente).

Pergunta n.º 1.1: No caso do Algarve, considera que há economia regional sem turismo e turismo sem segurança?

Resposta: O Turismo no Algarve representa no contexto nacional esta realidade mais visível, onde o relevo desta atividade económica no PIB da região é o mais elevado.

Pergunta n.º 2: Quais serão no seu entendimento, os principais drivers que influenciam esta atividade económica na região, face à conjuntura internacional?

Resposta: Não respondeu

Pergunta n.º 3: Quais considera serem atualmente as principais preocupações, que pesam na hora do turista escolher o seu destino de férias?

Resposta: O turismo é uma das atividades mais suscetíveis de ser afetada por fatores de risco, sabendo-se que a procura é particularmente sensível às preocupações dos turistas relativamente à sua segurança e bem-estar. Isto indica que a estabilidade é um dos fatores chave para o seu desenvolvimento.

Pergunta n.º 4: No seu entendimento, o vetor segurança em geral, é decisivo na hora da escolha do destino turístico por parte dos cidadãos?

Resposta: Atualmente a vulnerabilidade no turismo é um facto incontornável. Cada vez mais, os turistas fazem uma análise mais criteriosa na escolha do destino. A cultura prevencionista é inerente ao homem moderno. Assim, na equação do “processo de escolha” assume especial importância, quer para os decisores quer para os agentes económicos.

A imagem dos destinos é considerada como representação não apenas da sua configuração geográfica, artística cultural e antropológica, mas como um todo dinâmico e compartilhado em que entra toda uma variedade de fatores, que marcam a sua atratividade, tais como:

O ambiente externo; a motivação ao indivíduo (como necessidade, desejo, vontade, interesse, impulso); e o objeto que o atrai, por ser fonte de satisfação da força interna que o mobiliza.

Por outro lado, factores como as motivações culturais (lugares diferentes, outras culturas); de status (exclusividade, moda); de desenvolvimento pessoal (conhecimento); pessoais (visitar familiares, aumentar ciclo de amizades); emocionais (nostalgia, romance, aventura, escapismo, fantasia); e de fatores físicos (relaxamento, exercícios e saúde).

Pergunta n.º 4.1: Na sua opinião, o referido vetor é importante para a consolidação e promoção da região Algarvia como destino de excelência?

Resposta: Claramente. As estatísticas mostram isso mesmo. Conforme referi na resposta anterior, um dos fatores de primeira linha na escolha de um destino turístico é a segurança. A problemática da segurança no turismo tem vindo a fazer parte da ordem do dia, ganhando maior expressão nos tempos mais recentes, em que a globalização da economia e a importância do turismo são alavancadas por uma acrescida exposição face aos media, com os inconvenientes que daí possam advir pelas constantes publicações de notícias sobre eventos criminais ou fragilidades na prestação de serviços públicos.

Pergunta n.º 5: Considerando a atual conjuntura internacional, acha que isso poderá vir a ter consequências para a região do Algarve, particularmente em relação ao turismo e à segurança?

Resposta: Na última década, diversos acontecimentos, tais como, ataques terroristas, guerras, migrações, catástrofes naturais, crimes (pequena e grande criminalidade) e acidentes diversos, têm vindo a afetar a imagem dos destinos turísticos como, por exemplo, a Indonésia, a Turquia, a Grécia, a Itália, o Egipto, a Espanha, a França, a Bélgica e o Reino Unido, etc., levando os potenciais viajantes a procurarem com especial atenção informação pormenorizada sobre criminalidade, situação política e terrorismo em alguns destinos. É sabido, por outro lado, que quando se cria uma imagem negativa de um destino esta pode ser generalizada e prolongar-se por períodos de tempo indeterminado.

Pergunta n.º 6: Como olha para o posicionamento de Portugal no Global Peace Index do IEP, nos últimos anos, TOP 5 desde 2016, particularmente o 3º lugar de 2017 e o 4º de 2018?

Resposta: É com bastante agrado que vemos Portugal no “Top five” dos países mais seguros do mundo. Conscientes que muitos factores contribuem para essa classificação, temos a noção que a segurança é daquelas que mais se destaca pela procura de um destino turístico, o

que constitui para nós Forças de Segurança um motivo de orgulho no papel que desenvolvemos diariamente na prossecução desse desígnio.

Pergunta n.º 7: Que papel e que relação, considera deve ter a segurança em *lato sensu*, junto da atividade turística a nível regional?

Resposta: Tem de haver uma relação muito próxima e de muita confiança. Os operadores turísticos e as instâncias oficiais e autarquias têm que perceber o papel das forças de segurança e as envolventes externas. Têm que se envolver mais nas questões de segurança e nas preocupações dos cidadãos. Se isto acontecer as medidas passivas de segurança física que podem ser implementadas terão maior acolhimento, por exemplo.

Pergunta n.º 8: Considera que o turista que nos visita, perceciona a região do Algarve como um destino seguro?

Resposta: Sim, considero. Se tivermos em linha de conta o clima de segurança a nível internacional, a nossa imagem junto dos operadores internacionais e putativos turistas a configuração geográfica, artística cultural e antropológica, bem como toda uma variedade de fatores, que marcam a nossa atratividade, tais como: o ambiente externo; a motivação ao indivíduo (como necessidade, desejo, vontade, interesse, impulso); e o objeto que o atrai, por ser fonte de satisfação da força interna que o mobiliza.

Por outro lado, fatores como as motivações culturais (lugares diferentes, outras culturas); de status (exclusividade, moda); de desenvolvimento pessoal (conhecimento); pessoais (visitar familiares, aumentar ciclo de amizades); emocionais (nostalgia, romance, aventura, escapismo, fantasia); e de fatores físicos (relaxamento, exercícios e saúde).

Pergunta n.º 9: Acha que as estruturas e entidades público/privadas associadas ao setor do turismo consideram a segurança como um vetor decisivo e distintivo, para a consolidação da imagem da região Algarvia como destino de excelência?

Resposta: Sim, tem havido essa preocupação não só nas variadas iniciativas levadas a cabo para a promoção do destino, seja a nível nacional seja internacional, bem como nos variados fóruns dedicados ao turismo e à segurança promovidos pelas entidades locais e a nível da Tutela.

Pergunta n.º 10: Na sua opinião, que a segurança ou falta dela, tem uma relação direta de causa/efeito na movimentação e variação do fluxo turístico a nível global?

Resposta: Considero que existe uma relação direta. É comumente aceite que os eventos ocorridos na Europa e no Norte de África (Primavera Árabe, nos últimos anos, tiveram forte impacto no turismo daquelas regiões/países, o que permitiu também que Portugal, em especial o Algarve, viesse a beneficiar com esse balanceamento.

Pergunta n.º 10.1: Considera que as situações ocorridas no passado recente na bacia mediterrânica (e.g. Egito, Turquia, Tunísia, Grécia), bem como, em território europeu (e.g. Berlim, Londres, Estocolmo, Paris, Nice, Barcelona), têm tido influência no desempenho dos últimos anos do setor turístico no Algarve?

Resposta: Claramente, os dados comprovam isso mesmo. O Algarve passou a ser um destino mais procurado precisamente porque é uma região competitiva ao nível dos serviços e teve como fator alavanca a Segurança do destino.

Pergunta n.º 11: Considera que a Região está preparada para fazer face a um atentado como o ocorrido a 11 de dezembro de 2018 no mercado de Natal em Estrasburgo?

Resposta: Existem mecanismos de coordenação e resposta institucionais que têm vindo a ser testados pelas Forças de Segurança e demais serviços de proteção civil, além de outras entidades que também participam ativamente na proteção e socorro.

Se estamos preparados, diria que sim. Se daremos uma resposta cabal, ninguém se poderá pronunciar nesse sentido de forma segura.

Pergunta n.º 12: Acha que se devia apostar mais na utilização de mecanismos de videovigilância e novas tecnologias pelas FFSS, em locais públicos e turísticos?

Resposta: Não sou contra a utilização de sistemas de videovigilância em locais públicos de grande afluência de pessoas e/ou turísticos bem como a utilização de sistemas de barreiras físicas em zonas pedonais.

Pergunta n.º 13: O que considera que pode e/ou deve ser feito por todos os envolvidos, a fim de evitar fenómenos de desordem pública grupal, como o ocorrido a 25 de junho de 2017 em Albufeira, e que agrava o sentimento de insegurança, e acarreta necessários danos para a imagem e credibilidade do destino?

Resposta: Não respondeu

Pergunta n.º 14: Considera que o levantamento de modelos preditivos baseados em soluções tecnológicas direcionadas para a realidade da região do Algarve e que permita antecipar cenários na área da segurança, além da aposta nas novas tecnologias em prol da segurança deve ser o caminho a seguir pelos vários atores que intervêm nestas matérias?

Resposta: Esses modelos já estão presentes nos nossos planeamentos, de certa forma. Quanto às novas tecnologias elas serão sempre bem-vindas. Considerando os tempos e a era tecnológica que vivemos, as FS não poderão ficar para trás no seu desenvolvimento e adaptação aos tempos modernos, tendo em conta a missão que desempenham e que se baseia muito na prevenção criminal.

Pergunta n.º 15: No futuro considera que há margem para melhorar no âmbito da relação turismo/segurança na região Algarvia, nomeadamente no âmbito da partilha de responsabilidades entre as diversas organizações, entidades públicas e privadas, favorecendo uma efetiva cultura prospetiva e preditiva de segurança?

Resposta: Considero que há muita margem para progressos e muito a fazer em conjunto nesse sentido.

G.3 Transcrição da entrevista n.º B3

Entrevistado n.º 4

Nome: Dr.º Miguel António Fernandes Madureira

Cargo atual: Diretor da Diretoria do Sul da Polícia Judiciária

Cargos anteriores relevantes para o estudo/trabalho: Procurador na Comarca de Faro desde 2000, tendo exercido diversas funções entre as quais no DIAP de Faro

Posto: Procurador da República do Ministério Público em Comissão de serviço na Polícia Judiciária

Instituição: Ministério Público/Polícia Judiciária

Data: 19 de fevereiro de 2019

Local: Faro

Utilização de gravador: Não (realizada via correio eletrónico)

Pergunta n.º 1: Na sua opinião, O Turismo, é decisivamente importante para a economia regional?

Resposta: Sim.

Pergunta n.º 1.1: No caso do Algarve, considera que há economia regional sem turismo e turismo sem segurança?

Resposta: Fazer apenas depender a economia local do Turismo e este da segurança, parece-me muito redutor, na medida que, por um lado, a economia local não se confina exclusivamente ao turismo e este está também dependente de outros fatores, como por exemplo a qualidade da oferta, o preço, as acessibilidades, o clima, etc..

Pergunta n.º 2: Quais serão no seu entendimento, os principais *drivers* que influenciarão esta atividade económica na região, face à conjuntura internacional?

Resposta: Para além dos supra apontados, considero que a segurança constitui atualmente um importante fator influenciador da atividade turística na região.

Pergunta n.º 3: Quais considera serem atualmente as principais preocupações, que pesam na hora do turista escolher o seu destino de férias?

Resposta: Considero que as mesmas estão intimamente ligadas aos factores acima apontados.

Pergunta n.º 4: No seu entendimento, o vetor segurança em geral, é decisivo na hora da escolha do destino turístico por parte dos cidadãos?

Resposta: Não sei se será decisivo, mas considero que é muito importante.

Pergunta n.º 4.1: Na sua opinião, o referido vetor é importante para a consolidação e promoção da região Algarvia como destino de excelência?

Resposta: Sim.

Pergunta n.º 5: Considerando a atual conjuntura internacional, acha que isso poderá vir a ter consequências para a região do Algarve, particularmente em relação ao turismo e à segurança?

Resposta: Sem dúvida.

Pergunta n.º 6: Como olha para o posicionamento de Portugal no Global Peace Index do IEP, nos últimos anos, TOP 5 desde 2016, particularmente o 3º lugar de 2017 e o 4º de 2018?

Resposta: Olho com agrado e como fruto do trabalho das autoridades competentes, designadamente as forças policiais.

Pergunta n.º 7: Que papel e que relação, considera deve ter a segurança em *lato sensu*, junto da atividade turística a nível regional?

Resposta: A resposta a esta questão não difere muito das anteriores, considero que a segurança deverá ter um papel e uma relação importante junto da atividade turística, mas não poderá ser vista isoladamente.

Pergunta n.º 8: Considera que o turista que nos visita, perceciona a região do Algarve como um destino seguro?

Resposta: Sim.

Pergunta n.º 9: Acha que as estruturas e entidades público/privadas associadas ao setor do turismo consideram a segurança como um vetor decisivo e distintivo, para a consolidação da imagem da região Algarvia como destino de excelência?

Resposta: Não tenho dados que me permitam responder a esta questão, mas estou convencido que as entidades referidas consideram a segurança como uma mais valia para a afirmação do turismo na região Algarvia.

Pergunta n.º 10: Na sua opinião, que a segurança ou falta dela, tem uma relação direta de causa/efeito na movimentação e variação do fluxo turístico a nível global?

Resposta: Sim, estou, pelo menos, convencido de que a falta de segurança, por exemplo em zonas de conflito, afasta fluxos turísticos.

Pergunta n.º 10.1: Considera que as situações ocorridas no passado recente na bacia mediterrânica (e.g. Egito, Turquia, Tunísia, Grécia), bem como, em território europeu (e.g. Berlim, Londres, Estocolmo, Paris, Nice, Barcelona), têm tido influência no desempenho dos últimos anos do setor turístico no Algarve?

Resposta: Sim poderá ter tido alguma influência.

Pergunta n.º 11: Considera que a Região está preparada para fazer face a um atentado como o ocorrido a 11 de dezembro de 2018 no mercado de Natal em Estrasburgo?

Resposta: Dada a imprevisibilidade desse tipo acontecimentos, a vários níveis, não sei se algum país ou região estarão completamente preparados para lhes fazer face, mas estou convencido que a região possui mecanismos de resposta a situações de catástrofe.

Pergunta n.º 12: Acha que se devia apostar mais na utilização de mecanismos de videovigilância e novas tecnologias pelas FFSS, em locais públicos e turísticos?

Resposta: Sim.

Pergunta n.º 13: O que considera que pode e/ou deve ser feito por todos os envolvidos, a fim de evitar fenómenos de desordem pública grupal, como o ocorrido a 25 de junho de 2017 em Albufeira, e que agrava o sentimento de insegurança, e acarreta necessários danos para a imagem e credibilidade do destino?

Resposta: Apostar no turismo de qualidade e aumentar a fiscalização e patrulhamento nas zonas consideradas de maior risco.

Pergunta n.º 14: Considera que o levantamento de modelos preditivos baseados em soluções tecnológicas direcionadas para a realidade da região do Algarve e que permita antecipar cenários na área da segurança, além da aposta nas novas tecnologias em prol da segurança deve ser o caminho a seguir pelos vários atores que intervêm nestas matérias?

Resposta: Também

Pergunta n.º 15: No futuro considera que há margem para melhorar no âmbito da relação turismo/segurança na região Algarvia, nomeadamente no âmbito da partilha de

responsabilidades entre as diversas organizações, entidades públicas e privadas, favorecendo uma efetiva cultura prospetiva e preditiva de segurança?

Resposta: Há sempre margem para melhorar, mas estou convencido que têm sido dados passos importantes em termos de articulação e partilha de responsabilidades e da informação entre várias entidades.

G.4 Transcrição da entrevista n.º B4

Entrevistado n.º 5

Nome: Dr. º Francisco Tomás dos Santos

Cargo atual: Diretor da Direção Regional do Serviço de Informações e Segurança em Faro

Instituição: Serviço de Informações e Segurança

Data: 28 de fevereiro de 2019

Local: Faro

Utilização de gravador: Não (realizada via correio eletrónico)

Pergunta n.º 1: Na sua opinião, O Turismo, é decisivamente importante para a economia regional?

Resposta: O Turismo é um fator muito importante e fundamental em qualquer economia, seja no âmbito nacional, mas sobretudo a nível regional.

A nível regional e tirando partido, nomeadamente, das condições geográficas e climatéricas, o Turismo torna-se essencial para o desenvolvimento e prosperidade tanto a nível económico como social.

Pergunta n.º 1.1: No caso do Algarve, considera que há economia regional sem turismo e turismo sem segurança?

Resposta: No caso do Algarve, numa perspetiva sobretudo de tirar partido do Sol e Mar, o Turismo é peça fundamental. O fluxo turístico está intimamente ligado ao fator segurança e respetivas condições.

Uma baixa significativa do fluxo turístico poderá provocar um sufoco económico e social na região. Na eventualidade do *Brexit*, se concretizar, igualmente poderá haver uma alteração do fluxo turístico oriundo do Reino Unido.

Os destinos turísticos estão sempre intimamente ligados com a segurança local, ou a falta dela, quer seja no âmbito da ameaça terrorista ou da criminalidade comum.

Pergunta n.º 2: Quais serão no seu entendimento, os principais *drivers* que influenciarão esta atividade económica na região, face à conjuntura internacional?

Resposta: O Algarve é um destino privilegiado de férias dos britânicos, cujo mercado está a encolher desde outubro do ano passado. Entre as razões para esta conjuntura está a concorrência de outros destinos, como a Grécia, Turquia, Egipto e Tunísia (face ao abrandamento de incidentes terroristas), a influência do *Brexit* e a valorização do euro face à libra, e perturbações nas ligações aéreas devido a fatores como a falência de empresas de aviação *low-cost*.

A aposta poderá passar pelo Turismo de Saúde e Bem-estar, promovendo-se a requalificação da oferta turística *upscale* no Algarve, com a reciclagem de prioridades e a aposta em novos segmentos como os atrás referidos.

Vale ainda a pena abordar e reforçar duas situações que têm vindo a preocupar e a deixar o setor turístico do Algarve um pouco mais frágil: o fenómeno das companhias *low-cost* (que apesar de terem sido um sucesso, mas a sua importância em certas regiões, como no Algarve, terá ido para além do razoável – *vide* casos já referidos de falências, discutindo-se nos dias de hoje a sujeição do destino relativamente a estas companhias), e a sazonalidade.

Pergunta n.º 3: Quais considera serem atualmente as principais preocupações, que pesam na hora do turista escolher o seu destino de férias?

Resposta: Segurança (a nível de criminalidade comum e da ameaça terrorista); Assistência médica eficaz; Custos (pacotes de férias); Recetividade local face aos turistas.

Pergunta n.º 4: No seu entendimento, o vetor segurança em geral, é decisivo na hora da escolha do destino turístico por parte dos cidadãos?

Resposta: Tem um peso significativo na escolha do destino turístico. Penso que os cidadãos na hora de ponderar têm em conta se o destino é seguro ou não.

Pergunta n.º 4.1: Na sua opinião, o referido vetor é importante para a consolidação e promoção da região Algarvia como destino de excelência?

Resposta: É muito importante e relevante. Atente-se aos recentes problemas ocorridos em países da bacia mediterrânica e que provocaram uma diminuição dos fluxos turísticos para esses destinos. A região Algarvia beneficiou dessa situação, tirando-se partido das condições de segurança existentes.

Pergunta n.º 5: Considerando a atual conjuntura internacional, acha que isso poderá vir a ter consequências para a região do Algarve, particularmente em relação ao turismo e à segurança?

Resposta: Se Portugal continuar a ser um destino seguro, sem incidentes terroristas ou outros que coloquem em causa a ordem pública, a tranquilidade e o bem-estar, a região do Algarve poderá beneficiar dessas condições. Por outro lado, a diminuição de incidentes em regiões outrora afetadas, poderão ter provocado um menor fluxo, aliado a pacotes de viagens/férias bastante atrativos.

Pergunta n.º 6: Como olha para o posicionamento de Portugal no Global Peace Index do IEP, nos últimos anos, TOP 5 desde 2016, particularmente o 3º lugar de 2017 e o 4º de 2018?

Resposta: É reflexo dos níveis de segurança em função da avaliação da ameaça, medidas adotadas, e consequente sentimento sentido tanto pela população em geral como pelos turistas e residentes estrangeiros no Algarve.

Pergunta n.º 7: Que papel e que relação, considera deve ter a segurança em *lato sensu*, junto da atividade turística a nível regional?

Resposta: Se todos os intervenientes, tanto a nível das instituições públicas como privadas, continuarem a conjugar esforços, quer a nível da segurança como da promoção, poderão continuar a ser criadas condições favoráveis para um desenvolvimento e incremento da atividade turística.

Pergunta n.º 8: Considera que o turista que nos visita, perceciona a região do Algarve como um destino seguro?

Resposta: Sem dúvida. A esmagadora maioria atende às condições de segurança no destino. O facto de haver um fluxo turístico significativo reflete essa percepção por parte dos turistas.

Pergunta n.º 9: Acha que as estruturas e entidades público/privadas associadas ao setor do turismo consideram a segurança como um vetor decisivo e distintivo, para a consolidação da imagem da região Algarvia como destino de excelência?

Resposta: Um dos fatores utilizados para a promoção de destinos turísticos pode passar por isso mesmo. Mas para além disso, a segurança implica um investimento de monta que muitas vezes algumas entidades não valorizam. A política para o sector não pode basear-se numa economia de custos, na perspetiva de que os incidentes só acontecem noutros países. Há que manter os níveis de alerta e reforçar as condições de segurança.

Pergunta n.º 10: Na sua opinião, que a segurança ou falta dela, tem uma relação direta de causa/efeito na movimentação e variação do fluxo turístico a nível global?

Resposta: A segurança deverá ser adequada e ajustada às necessidades, devendo existir uma avaliação constante e contínua, quer a nível sectorial quer a nível global. Uma forte visibilidade e disposição de meios desproporcionados, poderá provocar um impacto negativo, quando não justificado. Terá de haver um correto, justo e adequado dispositivo a todos os níveis. A falta de segurança só se fará notar, ou será mais notada, face à existência de incidentes. É necessário um trabalho prévio a nível da prevenção e avaliação.

Pergunta n.º 10.1: Considera que as situações ocorridas no passado recente na bacia mediterrânica (e.g. Egito, Turquia, Tunísia, Grécia), bem como, em território europeu (e.g. Berlim, Londres, Estocolmo, Paris, Nice, Barcelona), têm tido influência no desempenho dos últimos anos do setor turístico no Algarve?

Resposta: Portugal, nomeadamente o Algarve, beneficiaram sobretudo com os incidentes ocorridos em países da bacia mediterrânica e em algumas cidades da Europa. Penso ter existido um aproveitamento muito positivo dessas condições negativas em favor das existentes em Portugal, nomeadamente em zonas turísticas por excelência como é a região do Algarve. Contudo, ultimamente nota-se uma recuperação nessas zonas, com a estabilização e diminuição de incidentes.

Pergunta n.º 11: Considera que a Região está preparada para fazer face a um atentado como o ocorrido a 11 de dezembro de 2018 no mercado de Natal em Estrasburgo?

Resposta: Pese embora os esforços que estão a ser feitos por todas as entidades, é sempre imprevisível a sua ocorrência e os efeitos que possam provocar. Mesmo que preparada para um incidente desse tipo, a publicidade negativa que rapidamente se difunde a nível global, poderá ter um forte impacto negativo na região. Nota-se um esforço em criar dificuldades e condições adversas para evitar incidentes desse tipo.

Pergunta n.º 12: Acha que se devia apostar mais na utilização de mecanismos de videovigilância e novas tecnologias pelas FFSS, em locais públicos e turísticos?

Resposta: Os mecanismos de videovigilância e as novas tecnologias são instrumentos fundamentais para um efetivo controle, quer a nível de ordem pública quer de eventuais ações de cariz terrorista. A aposta nesse incremento passa naturalmente por um investimento nesses meios e sobretudo pela sua submissão e consequente autorização na sua implantação por parte da entidade competente de regulação. No Algarve está a ser feito um esforço nesse sentido, pese embora os inerentes custos.

Pergunta n.º 13: O que considera que pode e/ou deve ser feito por todos os envolvidos, a fim de evitar fenómenos de desordem pública grupal, como o ocorrido a 25 de junho de 2017 em Albufeira, e que agrava o sentimento de insegurança, e acarreta necessários danos para a imagem e credibilidade do destino?

Resposta: A nível dos promotores, deve existir uma maior seleção e controle junto dos países de origem, dado existirem pacotes bastante atrativos e que potenciam a vinda de elementos indesejáveis. Igualmente os horários de animação noturna poderão ser mais condicionados e controlados assim como um incremento da fiscalização e do policiamento, nomeadamente através de uma ainda maior visibilidade e proximidade, sobretudo em épocas e zonas de maior concentração. Todos os incidentes que ponham em causa a ordem pública provocam um impacto negativo com a rápida e ampla divulgação, não só na população local como igualmente nos países de origem.

Pergunta n.º 14: Considera que o levantamento de modelos preditivos baseados em soluções tecnológicas direcionadas para a realidade da região do Algarve e que permita antecipar cenários na área da segurança, além da aposta nas novas tecnologias em prol

da segurança deve ser o caminho a seguir pelos vários atores que intervêm nestas matérias?

Resposta: É importante esse levantamento a par de, e conjugado, com modelos que tenham em conta a promoção e divulgação de um leque alargado de ofertas e propostas turísticas. A utilização de novas tecnologias deverá igualmente ser um caminho a seguir, pese embora, sobretudo a nível dos privados, exista sempre uma certa resistência na sua implementação com o argumento dos custos de investimento.

Pergunta n.º 15: No futuro considera que há margem para melhorar no âmbito da relação turismo/segurança na região Algarvia, nomeadamente no âmbito da partilha de responsabilidades entre as diversas organizações, entidades públicas e privadas, favorecendo uma efetiva cultura prospetiva e preditiva de segurança?

Resposta: Há sempre margem para melhorar tendo de existir vontade e conjugação de esforços por parte de todos os envolvidos e intervenientes. O diálogo e a partilha de ideias e sugestões, envolvendo todos os intervenientes, são fundamentais. É necessário promover e sensibilizar todos os atores para a necessidade de existir uma cultura de segurança.

G.5 Transcrição da entrevista n.º B5

Entrevistado n.º 6

Nome: Eng.º João Fernandes

Cargos atuais: Presidente da Região de Turismo do Algarve (RTA) e da Associação Turismo do Algarve (ATA)

Cargos anteriores relevantes para o estudo/trabalho: Vice-Presidente da Região de Turismo do Algarve, Vice-Presidente da Associação Turismo do Algarve e Diretor da Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve

Instituição: Região de Turismo do Algarve & Associação Turismo do Algarve

Data: 27 de fevereiro de 2019

Local: Faro

Utilização de gravador: Não (realizada via correio eletrónico)

Pergunta n.º 1: Na sua opinião, O Turismo, é decisivamente importante para a economia regional?

Resposta: Diria que é uma evidência, considerando que o turismo é o setor económico com maior peso na região. O Algarve é a principal região turística do país e contribui em 4,6% para o PIB nacional. Detém 37% da capacidade (camas) do país e regista 19 milhões de dormidas, representando 33% do total nacional. No que se refere a proveitos globais do turismo, o Algarve contabiliza mais de mil milhões de Euros.

Pergunta n.º 1.1: No caso do Algarve, considera que há economia regional sem turismo e turismo sem segurança?

Resposta: É no setor terciário, nomeadamente nas atividades relacionadas com a indústria turística que se concentra a maior parte do emprego da região embora seja desejável apostar também no desenvolvimento de outros setores com vista a um maior equilíbrio. Tal vem acontecendo, por exemplo em atividades ligadas à chamada economia do mar, com bons resultados em setores como o da aquicultura ou da salinicultura, por exemplo. O turismo continuará, no entanto, a ser o grande motor da economia regional, e se considerarmos algumas tendências da procura, poderá inclusivamente impulsionar o desenvolvimento de atividades de outros setores. No turismo, o fator segurança é, sem dúvida, incontornável.

Pergunta n.º 2: Quais serão no seu entendimento, os principais drivers que influenciarão esta atividade económica na região, face à conjuntura internacional?

Resposta: De acordo com os dados da OMT, o turismo internacional tem crescido em todas as regiões do mundo, + 6% em 2018, com 1,4 milhões de chegadas internacionais, número que se previa atingir apenas em 2020. O maior crescimento regista-se na Europa e as previsões apontam agora para uma consolidação destes números e uma média anual de crescimento entre 3% a 4%. Num cenário de crescimento generalizado e de recuperação de destinos concorrentes do Mediterrâneo, e de novos destinos emergentes, o Algarve deverá posicionar-se tendo em consideração algumas das grandes tendências internacionais que impactam no turismo visando a consolidação e ajustamento da sua oferta.

De entre essas tendências, assinala-se uma nova consciência ambiental e a atribuição de maior importância à sustentabilidade, o envelhecimento demográfico e consequente crescimento do turismo sénior, a procura de autenticidade e de imersão na cultura local, as viagens

multigeracionais, o crescimento de hábitos saudáveis e preocupação com a saúde. Refira-se ainda o grau de exigência dos consumidores que é crescente, a importância das tecnologias de informação e comunicação no negócio turístico, o papel influenciador das redes sociais e a economia partilhada.

Pergunta n.º 3: Quais considera serem atualmente as principais preocupações, que pesam na hora do turista escolher o seu destino de férias?

Resposta: Serão questões relacionadas com o preço, em função do orçamento disponível e da qualidade pretendida; questões de segurança do destino (que pode ser afetada por ameaça terrorista, desastre natural, instabilidade social e política); segurança e qualidade do alojamento; do transporte; de saúde (assistência); questões relacionadas com acompanhantes (com quem se viaja) e finalmente com as atividades que se pretende realizar.

Pergunta n.º 4: No seu entendimento, o vetor segurança em geral, é decisivo na hora da escolha do destino turístico por parte dos cidadãos?

Resposta: Como referido na questão anterior, sim, a segurança é um fator importante na escolha do destino. Inquéritos relacionados com as preferências dos europeus no que ao turismo diz respeito (levados a cabo pela Comissão Europeia – *Eurobarometer*, 2016) revelaram que nos motivos para alterar planos de férias, estavam as ameaças terroristas, ataques recentes, instabilidade política ou social).

Pergunta n.º 4.1: Na sua opinião, o referido vetor é importante para a consolidação e promoção da região Algarvia como destino de excelência?

Resposta: Sem dúvida. Aliás, relativamente ao Algarve, isso evidencia-se no facto de, conforme indica o estudo sobre o perfil do visitante desta região (2016), uma das motivações dos turistas que escolhem este destino ser a segurança, associando-lhe palavras como “seguro”, “tranquilo”, “calmo”.

Pergunta n.º 5: Considerando a atual conjuntura internacional, acha que isso poderá vir a ter consequências para a região do Algarve, particularmente em relação ao turismo e à segurança?

Resposta: O turismo é, por natureza, uma atividade sujeita a todo o tipo de influência conjuntural. A situação económica e financeira dos países emissores, a situação política e social

nos países emissores e nos destinos concorrentes, as questões de segurança nacional e internacional, tudo influi no desempenho turístico do destino.

Pergunta n.º 6: Como olha para o posicionamento de Portugal no Global Peace Index do IEP, nos últimos anos, TOP 5 desde 2016, particularmente o 3º lugar de 2017 e o 4º de 2018?

Resposta: É um posicionamento que favorece a imagem do país enquanto destino turístico e que se deve procurar manter e melhorar. A segurança é um dos aspetos positivos que Portugal oferece para quem o procura para férias ou para viver.

Pergunta n.º 7: Que papel e que relação, considera deve ter a segurança em *lato sensu*, junto da atividade turística a nível regional?

Resposta: A segurança é uma questão importante da oferta turística e incide sobre vários domínios da perceção do turista face ao destino. Há a considerar aspetos relacionados com a segurança pública, mas também de segurança ambiental, com a segurança na saúde, na informação, nos transportes, nos eventos acidentais como incêndios ou outros desastres naturais ou nas ameaças terroristas. A atividade turística regional deve criar condições para que o turista experiencie o destino positivamente e de acordo com as suas expectativas. Para isso contribuirá um esforço de qualificação da oferta aos mais diversos níveis.

Pergunta n.º 8: Considera que o turista que nos visita, perceciona a região do Algarve como um destino seguro?

Resposta: Sim. Os estudos que se têm realizado sobre o perfil e a satisfação dos turistas que nos visitam, indicam que percecionam o Algarve como um destino seguro.

Pergunta n.º 9: Acha que as estruturas e entidades público/privadas associadas ao setor do turismo consideram a segurança como um vetor decisivo e distintivo, para a consolidação da imagem da região Algarvia como destino de excelência?

Resposta: Sim. Essa é uma consciência que se encontra também plasmada na estratégia que foi definida para a região (Plano de Marketing Estratégico para o Turismo do Algarve) que posiciona este destino turístico como uma

“Região hospitaleira e tranquila, de clima ameno e boa luminosidade, vocacionada para acolher famílias, que nela encontrarão uma oferta diversificada e genuína. Sendo evidente a sua

forte ligação ao mar, quem nos visita poderá usufruir de uma experiência enriquecedora e de qualidade, assente num clima de segurança”.

Este plano é também resultado dos contributos dos vários intervenientes no setor do turismo algarvio e a questão da segurança surge, em todos os produtos estratégicos considerados para esta região como um fator chave de sucesso e até como elemento diferenciador do destino.

Pergunta n.º 10: Na sua opinião, que a segurança ou falta dela, tem uma relação direta de causa/efeito na movimentação e variação do fluxo turístico a nível global?

Resposta: Quando existe, nos turistas, a perceção de que o risco pode afetar a sua viagem, aumenta a probabilidade destes alterarem os seus planos, adiando a sua viagem ou alterando escolhas nomeadamente quanto ao destino a visitar. Os dados disponíveis quanto a fluxos internacionais indicam que a procura de certos destinos decresce na medida em que a perceção de risco associado aos mesmos aumenta.

Pergunta n.º 10.1: Considera que as situações ocorridas no passado recente na bacia mediterrânica (e.g. Egito, Turquia, Tunísia, Grécia), bem como, em território europeu (e.g. Berlim, Londres, Estocolmo, Paris, Nice, Barcelona), têm tido influência no desempenho dos últimos anos do setor turístico no Algarve?

Resposta: É natural que se estabeleça essa relação. O fator insegurança em destinos concorrentes da bacia do Mediterrâneo, conjugado com a disponibilidade e qualidade da oferta do nosso país favoreceu a procura de Portugal e Algarve também beneficiou com essa tendência de alteração de fluxos internacionais.

Pergunta n.º 11: Considera que a Região está preparada para fazer face a um atentado como o ocorrido a 11 de dezembro de 2018 no mercado de Natal em Estrasburgo?

Resposta: Neste tipo de ocorrências há sempre um elevado grau de imprevisibilidade e não há locais imunes a ameaças terroristas. Sabemos que as autoridades têm colocado em ação planos de prevenção e reforço da sua atuação em momentos de maior concentração populacional (no verão, em épocas de festas de fim de ano, por ex.). Foi também divulgada a criação de uma comissão de peritos para a elaboração de um plano de contingência para catástrofes naturais e atentados terroristas. De acordo com os relatórios de segurança interna, a ameaça terrorista em Portugal é classificada como moderada, no entanto consideramos que não se

deve descurar a prevenção e esperamos que o anunciado plano de contingência possa ajudar na desejada preparação do Algarve para enfrentar situações desta natureza.

Pergunta n.º 12: Acha que se devia apostar mais na utilização de mecanismos de videovigilância e novas tecnologias pelas FFSS, em locais públicos e turísticos?

Resposta: Há que equacionar as vantagens do uso de mecanismos de videovigilância (efeito dissuasor para os criminosos, aumento da perceção de segurança por parte das pessoas, facilitação da investigação criminal) e as desvantagens que podem apresentar (deslocação do crime para outras zonas não vigiadas, menor dispositivo de forças de segurança – meios humanos nos locais vigiados mecanicamente, aspetos relacionados com a privacidade das pessoas). Assim, dependendo dos locais e de algum histórico, deverá ser analisada essa utilização numa perspetiva de custo-benefício para a segurança dos mesmos.

Pergunta n.º 13: O que considera que pode e/ou deve ser feito por todos os envolvidos, a fim de evitar fenómenos de desordem pública grupal, como o ocorrido a 25 de junho de 2017 em Albufeira, e que agrava o sentimento de insegurança, e acarreta necessários danos para a imagem e credibilidade do destino?

Resposta: Será indispensável uma análise criteriosa das causas deste tipo de fenómeno, o envolvimento e participação ativa nesse diagnóstico por parte de todas as entidades públicas e privadas com responsabilidade no território, no negócio turístico e na segurança pública, de modo a encontrar as mais adequadas formas de prevenção de novos episódios de desordem pública, numa atuação concertada e complementar de todas as entidades responsáveis.

Pergunta n.º 14: Considera que o levantamento de modelos preditivos baseados em soluções tecnológicas direcionadas para a realidade da região do Algarve e que permita antecipar cenários na área da segurança, além da aposta nas novas tecnologias em prol da segurança deve ser o caminho a seguir pelos vários atores que intervêm nestas matérias?

Resposta: A prevenção é, sem dúvida, o caminho para garantir uma maior segurança do destino. Nesse sentido, a antecipação dos problemas que possam ocorrer e o recurso a todos os meios tecnológicos disponíveis para a sua equação e tratamento é da maior importância.

Pergunta n.º 15: No futuro considera que há margem para melhorar no âmbito da relação turismo/segurança na região Algarvia, nomeadamente no âmbito da partilha de responsabilidades entre as diversas organizações, entidades públicas e privadas, favorecendo uma efetiva cultura prospetiva e preditiva de segurança?

Resposta: Na relação turismo/segurança, já têm vindo a desenvolver-se, nos últimos anos, no Algarve, diversas ações de cooperação entre entidades com distintas responsabilidades. Tanto ao nível da discussão dos problemas e partilha de conhecimentos através da realização de encontros temáticos, como da produção e difusão de informação específica para turistas e residentes. Isso deverá naturalmente continuar a acontecer porque é indubitavelmente necessário reforçar essa cultura prospetiva de segurança em que cada interveniente tenha a perfeita consciência do seu papel e do seu contributo para a desejada segurança.

G.6 Transcrição da entrevista n.º B6

Entrevistado n.º 7

Nome: Sr. º Elidérico José Gomes Viegas

Cargos atuais: Presidente da Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA), Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Região de Turismo do Algarve (RTA), Vice-Presidente da Confederação do Turismo Português e Cônsul Honorário da República da Polónia no Algarve desde 2007

Cargos anteriores relevantes para o estudo/trabalho: Vice-Presidente da Associação Turismo do Algarve

Instituição: Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA)

Data: 08 de fevereiro de 2019

Local: Albufeira

Utilização de gravador: Não (realizada via correio eletrónico)

Pergunta n.º 1: Na sua opinião, O Turismo, é decisivamente importante para a economia regional?

Resposta: O turismo é a atividade nuclear da região e vai continuar a ser determinante no próximo futuro para a economia regional e o bem-estar das populações residentes.

Pergunta n.º 1.1: No caso do Algarve, considera que há economia regional sem turismo e turismo sem segurança?

Resposta: A questão é redundante, mas verdadeira.

Pergunta n.º 2: Quais serão no seu entendimento, os principais drivers que influenciarão esta atividade económica na região, face à conjuntura internacional?

Resposta: Segurança, acessibilidades, transportes, natureza, clima ameno, hospitalidade, oferta de qualidade, serviços de apoio, (comunicações, higiene e limpeza, saúde, etc.), envolvente de qualidade, etc.

Pergunta n.º 3: Quais considera serem atualmente as principais preocupações, que pesam na hora do turista escolher o seu destino de férias?

Resposta: Segurança, preço, clima, proximidade...

Pergunta n.º 4: No seu entendimento, o vetor segurança em geral, é decisivo na hora da escolha do destino turístico por parte dos cidadãos?

Resposta: Diria que é determinante, sobretudo se tivermos em consideração as situações de instabilidade vividas em muitos destinos concorrentes no passado recente.

Pergunta n.º 4.1: Na sua opinião, o referido vetor é importante para a consolidação e promoção da região Algarvia como destino de excelência?

Resposta: As questões de segurança não se promovem, sentem-se. Ninguém escolhe um destino por este ser seguro, mas ninguém vai para um destino inseguro.

Pergunta n.º 5: Considerando a atual conjuntura internacional, acha que isso poderá vir a ter consequências para a região do Algarve, particularmente em relação ao turismo e à segurança?

Resposta: A instabilidade que afetou muitos destinos concorrentes, designadamente na bacia do mediterrâneo, quer no norte de África, quer no mediterrâneo oriental e Magrebe. Foram os principais responsáveis pelos bons resultados turísticos dos últimos anos.

Pergunta n.º 6: Como olha para o posicionamento de Portugal no Global Peace Index do IEP, nos últimos anos, TOP 5 desde 2016, particularmente o 3º lugar de 2017 e o 4º de 2018?

Resposta: Naturalmente que com satisfação, sem, contudo, deixar de mostrar alguma preocupação relativamente ao futuro.

Pergunta n.º 7: Que papel e que relação, considera deve ter a segurança em *lato sensu*, junto da atividade turística a nível regional?

Resposta: Um papel estratégico e prioritário na condução das políticas de segurança e, muito principalmente, de colaboração e cooperação conjunta entre as forças policiais e as empresas hoteleiras e turísticas.

Pergunta n.º 8: Considera que o turista que nos visita, perceciona a região do Algarve como um destino seguro?

Resposta: Estou certo que isso acontece, apesar de, como é sabido, subsistirem bolsas de insegurança associadas, sobretudo, aos estabelecimentos de animação noturna muito preocupantes e que ainda não foi possível esbater no contexto regional.

Pergunta n.º 9: Acha que as estruturas e entidades público/privadas associadas ao setor do turismo consideram a segurança como um vetor decisivo e distintivo, para a consolidação da imagem da região Algarvia como destino de excelência?

Resposta: Se é que existe consenso sobre alguma matéria em termos regionais, essa é certamente uma delas.

Pergunta n.º 10: Na sua opinião, que a segurança ou falta dela, tem uma relação direta de causa/efeito na movimentação e variação do fluxo turístico a nível global?

Resposta: Sem segurança não há fluxos turísticos. Os exemplos sobre esta matéria constituem uma prova evidente desta realidade, que sem segurança não há turismo.

Pergunta n.º 10.1: Considera que as situações ocorridas no passado recente na bacia mediterrânica (e.g. Egito, Turquia, Tunísia, Grécia), bem como, em território europeu (e.g. Berlim, Londres, Estocolmo, Paris, Nice, Barcelona), têm tido influência no desempenho dos últimos anos do setor turístico no Algarve?

Resposta: Ninguém tem dúvidas que foram essas as principais razões que justificam o crescimento que se verificou no turismo do Algarve nos últimos anos.

Pergunta n.º 11: Considera que a Região está preparada para fazer face a um atentado como o ocorrido a 11 de dezembro de 2018 no mercado de Natal em Estrasburgo?

Resposta: Honestamente, penso que não. É preciso distinguirmos entre atentados terroristas e criminalidade associada ao furto, desacatos e consumos de estupefacientes.

Pergunta n.º 12: Acha que se devia apostar mais na utilização de mecanismos de videovigilância e novas tecnologias pelas FFSS, em locais públicos e turísticos?

Resposta: Não vejo outra hipótese, enquanto medida de dissuasão e fiscalização da criminalidade na via pública.

Pergunta n.º 13: O que considera que pode e/ou deve ser feito por todos os envolvidos, a fim de evitar fenómenos de desordem pública grupal, como o ocorrido a 25 de junho de 2017 em Albufeira, e que agrava o sentimento de insegurança, e acarreta necessários danos para a imagem e credibilidade do destino?

Resposta: Introdução de sistemas de vídeo vigilância em lugares públicos, mas também a aprovação de legislação sobre comportamentos e posturas de residentes e visitantes, horários de funcionamento dos estabelecimentos de animação noturna, ocupação da via pública por atividade ilegais e outras não autorizadas, fiscalização da lei do ruído e do som, controlo e fiscalização da segurança privada, fiscalização e controlo das disposições legais, como legalização de trabalhadores estrangeiros, cumprimento dos procedimentos económicos e fiscais, etc. etc.

Pergunta n.º 14: Considera que o levantamento de modelos preditivos baseados em soluções tecnológicas direcionadas para a realidade da região do Algarve e que permita antecipar cenários na área da segurança, além da aposta nas novas tecnologias em prol da segurança deve ser o caminho a seguir pelos vários atores que intervêm nestas matérias?

Resposta: A prevenção e investigação são, reconhecidamente, os meios mais eficazes no combate às diversas formas de criminalidade, sejam elas de cariz terrorista ou de outra natureza.

Pergunta n.º 15: No futuro considera que há margem para melhorar no âmbito da relação turismo/segurança na região Algarvia, nomeadamente no âmbito da partilha de responsabilidades entre as diversas organizações, entidades públicas e privadas, favorecendo uma efetiva cultura prospetiva e preditiva de segurança?

Resposta: Penso, aliás, que não existe outra forma de garantir eficácia e sucesso a uma verdadeira política de segurança.

G.7 Transcrição da entrevista n.º B7

Entrevistado n.º 8

Nome: Dr.º Vítor Neto

Cargos atuais: Presidente da Associação Empresarial da Região do Algarve (NERA), Cônsul Honorário de Itália no Algarve, Vice-Presidente da Associação Industrial Portuguesa (AIP), Vice-Presidente do Conselho Geral da Confederação Empresarial Portuguesa (CIP-CEP), Presidente da Comissão organizadora da Bolsa Turismo de Lisboa (BTL), Membro da Associação Nacional de Turismo (ANT), Presidente do Conselho Geral da Universidade do Algarve e Presidente Conselho Administração da empresa Teófilo Fontainhas Neto, Comércio e Indústria, S. A. – S. Bartolomeu de Messines

Cargos anteriores relevantes para o estudo/trabalho: Deputado à Assembleia da República, Secretário de Estado do Turismo, pelo partido Socialista, do XIII e XIV Governos Constitucionais entre novembro de 1997 e abril de 2002 e Membro do Conselho Estratégico da Organização Mundial do Turismo (OMT) entre 2001 e 2008

Instituição: Associação Empresarial da Região do Algarve (NERA)

Data: 11 de março de 2019

Local: Loulé

Utilização de gravador: Não (realizada via correio eletrónico)

Pergunta n.º 1: Na sua opinião, O Turismo, é decisivamente importante para a economia regional?

Resposta: É importante e sem dúvida decisivo para a economia regional e nacional.

O Turismo é o principal setor exportador de Portugal. As receitas externas geradas pelo Turismo em 2018 ultrapassaram os 16 mil milhões de euros. O Algarve, é o principal responsável por esse valor.

Pergunta n.º 1.1: No caso do Algarve, considera que há economia regional sem turismo e turismo sem segurança?

Resposta: No caso do Algarve não há economia regional sem Turismo - que é o principal setor económico da Região - e não é possível conceber Turismo sem segurança.

Pergunta n.º 2: Quais serão no seu entendimento, os principais *drivers* que influenciarão esta atividade económica na região, face à conjuntura internacional?

Resposta: Em primeiro lugar a evolução do quadro económico e do poder de compra dos nossos principais clientes estrangeiros que são sobretudo europeus (95%). Depois a capacidade competitiva face aos nossos concorrentes, que não é só «preço», mas sobretudo qualidade e diferença.

E, imprescindível, as garantias de segurança no país, num quadro internacional sereno e pacífico.

Pergunta n.º 3: Quais considera serem atualmente as principais preocupações, que pesam na hora do turista escolher o seu destino de férias?

Resposta: Os turistas são todos «diferentes» e procuram destinos correspondentes às suas expectativas. As preocupações dos turistas dependem das suas opções.

Por exemplo, Algarve ou Lisboa são opções diferentes. O Algarve é um destino de «férias e lazer», com estadia de uma semana, em que o clima, o ar, o sol, a luz, o mar, geram sensação de bem-estar e propicia aos turistas... descanso. No caso do Algarve conta sobretudo o clima ameno, o ambiente tranquilo, a relação humana com os residentes, e claro, a sensação de segurança.

Lisboa é um destino urbano com estadias curtas de dois dias que são utilizadas intensamente para as aproveitar ao máximo o pouco tempo disponível. Com exigências de segurança diferentes do Algarve.

Pergunta n.º 4: No seu entendimento, o vetor segurança em geral, é decisivo na hora da escolha do destino turístico por parte dos cidadãos?

Resposta: Sim, é decisivo. Mas não impede que certos destinos poderosos – por exemplo grandes capitais mundiais – mesmo existindo a ideia que são de risco, deixem de ser visitados. Mas na Europa, sobretudo para os destinos de «ferias e lazer» (sul/mediterrâneo) o fator segurança é prioritário.

Pergunta n.º 4.1: Na sua opinião, o referido vetor é importante para a consolidação e promoção da região Algarvia como destino de excelência?

Resposta: É da máxima importância, é um vetor estruturante insubstituível.

Pergunta n.º 5: Considerando a atual conjuntura internacional, acha que isso poderá vir a ter consequências para a região do Algarve, particularmente em relação ao turismo e à segurança?

Resposta: Acho que sim. Um agravamento do quadro internacional provoca crispações nas relações entre países, com efeitos na opinião pública e na opção dos turistas. Assim como a instabilidade política e agitação social num destino turístico, país ou região, também geram rejeição. Veja-se as quebras de turismo em Barcelona e as quebras recentes nos fins de semana em Paris (coletes amarelos).

Pergunta n.º 6: Como olha para o posicionamento de Portugal no Global Peace Index do IEP, nos últimos anos, TOP 5 desde 2016, particularmente o 3º lugar de 2017 e o 4º de 2018?

Resposta: É positivo. É bom estar numa boa posição nos rankings, mas o que é importante na realidade é a «perceção» que as pessoas têm sobre se um destino é «seguro» ou não. Neste momento existe uma «perceção» favorável sobre a segurança do destino Portugal/Algarve. Importa trabalhar para a manter.

Pergunta n.º 7: Que papel e que relação, considera deve ter a segurança em *lato sensu*, junto da atividade turística a nível regional?

Resposta: Deve ter um papel prioritário, permanente e discreto.

Pergunta n.º 8: Considera que o turista que nos visita, percebe a região do Algarve como um destino seguro?

Resposta: Considero que sim. Mas não podemos estar descansados.

Devemos ter a consciência que esse quadro se pode alterar em consequência de um qualquer episódio pontual. Hoje não existe em nenhuma parte do mundo «segurança absoluta». Vivemos numa época de «insegurança global». Regiões e países, têm de ter consciência disso.

Pergunta n.º 9: Acha que as estruturas e entidades público/privadas associadas ao setor do turismo consideram a segurança como um vetor decisivo e distintivo, para a consolidação da imagem da região Algarvia como destino de excelência?

Resposta: Teoricamente acho que sim. Na prática temo que nem todos têm consciência prática disso.

Há muito trabalho a fazer de sensibilização e de mobilização para uma atuação mais forte e regular - de todos - com as entidades de segurança.

Pergunta n.º 10: Na sua opinião, que a segurança ou falta dela, tem uma relação direta de causa/efeito na movimentação e variação do fluxo turístico a nível global?

Resposta: Tem certamente, de imediato, um efeito positivo ou negativo.

Mas atenção, hoje alguns dos grandes interesses que se agregam em torno do Turismo, possuem meios e usam instrumentos que permitem influenciar favoravelmente, em pouco tempo, a opinião pública sobre a «imagem» de um destino.... Estou a falar de certos Operadores, Companhias Áreas e interesses imobiliários e... governos desses destinos.

Pergunta n.º 10.1: Considera que as situações ocorridas no passado recente na bacia mediterrânica (e.g. Egito, Turquia, Tunísia, Grécia), bem como, em território europeu (e.g. Berlim, Londres, Estocolmo, Paris, Nice, Barcelona), têm tido influência no desempenho dos últimos anos do setor turístico no Algarve?

Resposta: É evidente que o Algarve (e Portugal) beneficiaram num primeiro momento dessa situação.

Mas é também um facto que esses destinos estão a recuperar (como se por milagre tivessem passado a ser seguros...) e que os nossos crescimentos, em 2018, já não foram como nos anos anteriores.

Pergunta n.º 11: Considera que a Região está preparada para fazer face a um atentado como o ocorrido a 11 de dezembro de 2018 no mercado de Natal em Estrasburgo?

Resposta: Ninguém está preparado para uma situação dessas por muito bom trabalho que se tenha feito.

O que é preciso é termos uma política permanente de segurança, estruturada de forma adequada, com os meios necessários, para poder enfrentar tais situações, que podem acontecer.

Pergunta n.º 12: Acha que se devia apostar mais na utilização de mecanismos de videovigilância e novas tecnologias pelas FFSS, em locais públicos e turísticos?

Resposta: Penso que - no quadro insubstituível de uma estratégia de segurança adequada - se deve apostar o máximo nos meios que as novas tecnologias põem à nossa disposição, para impedir e combater as ações criminosas que põem em causa vidas humanas e ferem a imagem do Turismo. Nos locais públicos e turísticos.

Pergunta n.º 13: O que considera que pode e/ou deve ser feito por todos os envolvidos, a fim de evitar fenómenos de desordem pública grupal, como o ocorrido a 25 de junho de 2017 em Albufeira, e que agrava o sentimento de insegurança, e acarreta necessários danos para a imagem e credibilidade do destino?

Resposta: Para as zonas consideradas de «risco» como essa de Albufeira, devem existir Planos preventivos, envolvendo também os empresários, associados a medidas dissuasoras, nas zonas consideradas de risco. Não basta «chamar» as autoridades no momento em que surgem as situações.

Pergunta n.º 14: Considera que o levantamento de modelos preditivos baseados em soluções tecnológicas direcionadas para a realidade da região do Algarve e que permita antecipar cenários na área da segurança, além da aposta nas novas tecnologias em prol da segurança deve ser o caminho a seguir pelos vários atores que intervêm nestas matérias?

Resposta: Considero que se devem utilizar os modelos e as novas tecnologias à disposição, mas tudo no quadro de uma estratégia prévia bem definida, forte e permanente. Acompanhada de uma sensibilização responsável - e discreta - da opinião pública.

Pergunta n.º 15: No futuro considera que há margem para melhorar no âmbito da relação turismo/segurança na região Algarvia, nomeadamente no âmbito da partilha de

responsabilidades entre as diversas organizações, entidades públicas e privadas, favorecendo uma efetiva cultura prospetiva e preditiva de segurança?

Resposta: Tendo em conta os elevados interesses económicos do Turismo para o Algarve e para o País, as estruturas de segurança no Algarve devem possuir os meios humanos e técnicos necessários à execução das missões desde logo de prevenção e dissuasão, e de combate às ameaças ou aos atos violentos que possam surgir.

Apêndice H — Relação das QI com o guião de entrevista do tipo B

Tabela 38 — Quadro resumo das QI e do guião de entrevista do tipo B

Questão Central	Questões Derivadas	Perguntas da Entrevista
Qual é a importância do vetor Segurança na escolha do destino turístico?	1. Quais são os vetores/fatores mais relevantes na escolha do destino turístico Algarve?	1. Na sua opinião, O Turismo, é decisivamente importante para a economia regional? 1.1 No caso do Algarve, considera que há economia regional sem turismo e turismo sem segurança? 2. Quais serão no seu entendimento, os principais drivers que influenciarão esta atividade económica na região, face à conjuntura internacional? 3. Quais considera serem atualmente as principais preocupações, que pesam na hora do turista escolher o seu destino de férias? 4. No seu entendimento, o vetor segurança em geral, é decisivo na hora da escolha do destino turístico por parte dos cidadãos? 4.1. Na sua opinião, o referido vetor é importante para a consolidação e promoção da região Algarvia como destino de excelência?
	2. O Turista que nos visita percebe a região do Algarve como sendo um destino seguro?	5. Considerando a atual conjuntura internacional, acha que isso poderá vir a ter consequências para a região do Algarve, particularmente em relação ao turismo e à segurança? 6. Como olha para o posicionamento de Portugal no Global Peace Index do IEP, nos últimos anos, TOP 5 desde 2016, particularmente o 3º lugar de 2017 e o 4º de 2018? 8. Considera que o turista que nos visita, percebe a região do Algarve como um destino seguro?
	3. As estruturas e Entidades público/privadas associadas ao setor turístico no Algarve entendem a Segurança como um vetor decisivo na manutenção e consolidação do destino?	7. Que papel e que relação, considera deve ter a segurança em <i>lato sensu</i>, junto da atividade turística a nível regional? 9. Acha que as estruturas e entidades público/privadas associadas ao setor do turismo consideram a segurança como um vetor decisivo e distintivo, para a consolidação da imagem da região Algarvia como destino de excelência? 12. Acha que se devia apostar mais na utilização de mecanismos de videovigilância e novas tecnologias pelas FFSS, em locais públicos e turísticos? 13. O que considera que pode e/ou deve ser feito por todos os envolvidos, a fim de evitar fenómenos de desordem pública grupal, como o ocorrido a 25 de junho de 2017 em Albufeira, e que agrava o sentimento de insegurança, e acarreta

		necessários danos para a imagem e credibilidade do destino? 14. Considera que o levantamento de modelos preditivos baseados em soluções tecnológicas direcionadas para a realidade da região do Algarve e que permita antecipar cenários na área da segurança, além da aposta nas novas tecnologias em prol da segurança deve ser o caminho a seguir pelos vários atores que intervêm nestas matérias? 15. No futuro considera que há margem para melhorar no âmbito da relação turismo/segurança na região Algarvia, nomeadamente no âmbito da partilha de responsabilidades entre as diversas organizações, entidades públicas e privadas, favorecendo uma efetiva cultura prospectiva e preditiva de segurança?
	4. Têm as ocorrências criminais, a instabilidade político/social e o fenómeno terrorista uma relação direta de causa/efeito nas movimentações do Turista e por conseguinte na variação do fluxo turístico?	10. Na sua opinião, que a segurança ou falta dela, tem uma relação direta de causa/efeito na movimentação e variação do fluxo turístico a nível global? 10.1. Considera que as situações ocorridas no passado recente na bacia mediterrânica (e.g. Egito, Turquia, Tunísia, Grécia), bem como, em território europeu (e.g. Berlim, Londres, Estocolmo, Paris, Nice, Barcelona), têm tido influência no desempenho dos últimos anos do setor turístico no Algarve? 11. Considera que a Região está preparada para fazer face a um atentado como o ocorrido a 11 de dezembro de 2018 no mercado de Natal em Estrasburgo?

Fonte: Autor

Apêndice I — Fluxograma do desenvolvimento da investigação

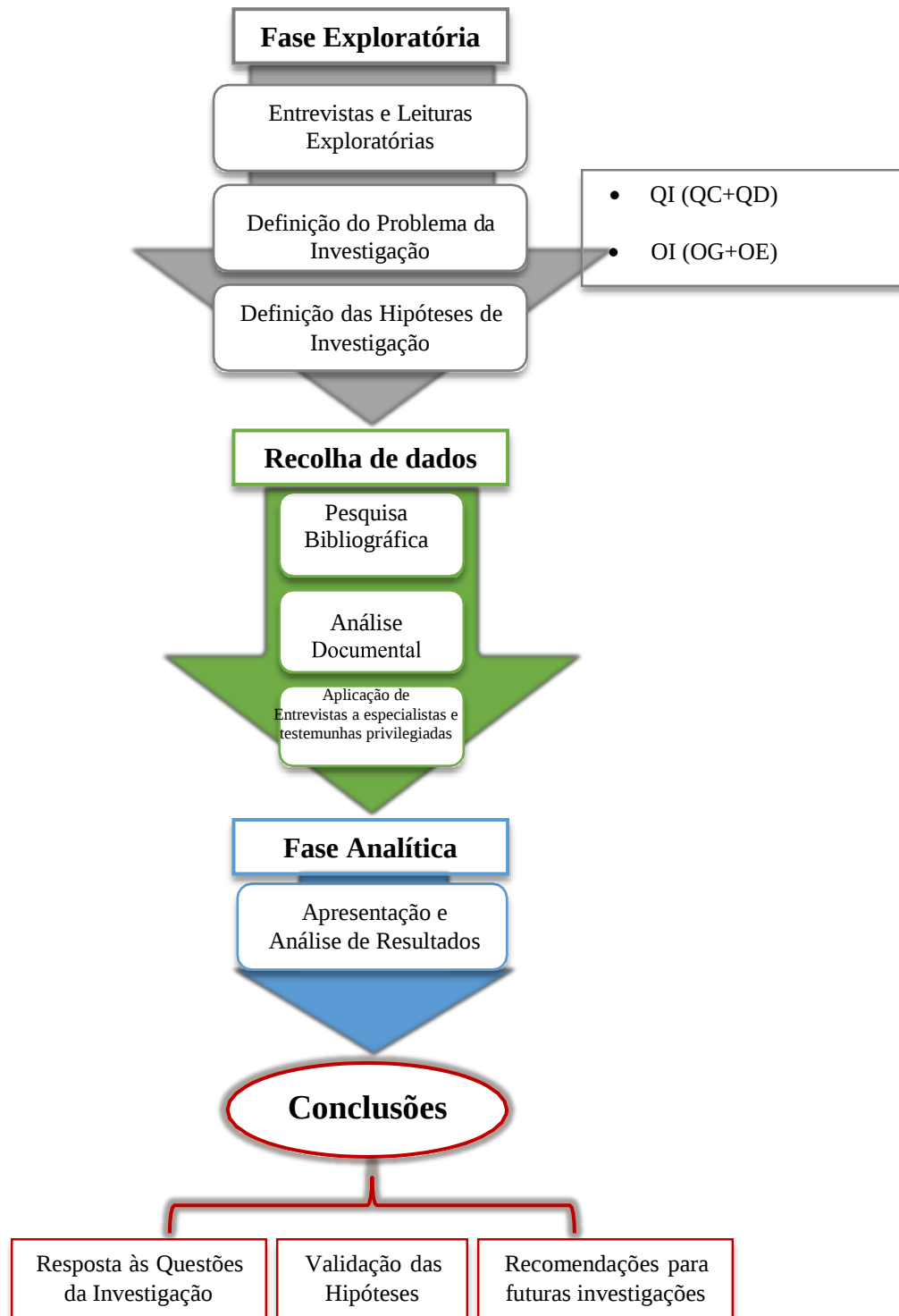


Figura 5 - Fluxograma do desenvolvimento da investigação

Fonte: Retirado e adaptado de (Gonçalves, 2017)